UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALDO BATISTA GONÇALVES FILHO

ARQUITETURA E AFETO: CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EM FERNANDO PEDROZA

PAU DOS FERROS
2024

ALDO BASTISTA GONÇALVES FILHO

ARQUITETURA E AFETO: CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EM FERNANDO PEDROZA

Monografia apresentada ao Colegiado Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), como pré-requisito para matrícula no Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Dr. Damião Esdras Araujo Arraes

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

G635a Gonçalves Filho, Aldo Batista .
ARQUITETURA E AFETO: CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EM FERNANDO PEDROZA / Aldo Batista Gonçalves Filho. – 2024.
215 f. : il.

Orientador: Damião Esdras Araujo Arraes.
Monografia (graduação) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2024.

1. Memória. 2. Preservação. 3. Patrimônio. 4. Afeto. 5. Educação patrimonial. I. Arraes, Damião Esdras Araujo , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automáto em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).
Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ALDO BATISTA GONÇALVES FILHO

ARQUITETURA E AFETO: CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EM FERNANDO PEDROZA

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 22 / 10 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
DAMIAO ESDRAS ARAUJO ARRAES
Data: 23/10/2024 09:16:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Damião Esdras Araujo Arraes, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA
Data: 22/10/2024 18:11:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anna Cristina Andrade Ferreira, Prof.ª Dra. (UFERSA)
Membro examinador interno

Documento assinado digitalmente
gov.br
MONIQUE LESSA VIEIRA OLIMPIO
Data: 23/10/2024 09:08:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Monique Lessa Vieira, Prof. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador interno

Aos meus pais, Aldo Batista e Francisca Vanúzia, ao meu irmão Yhohhanes ítalo, a minha cunhada Lila Brenda e a minha prima Jenyffer Thalita, por demonstrarem diariamente o amor familiar em sua forma mais pura.

AGRADECIMENTOS

Arquitetura e afeto: os eixos balizadores da minha vida. Esse momento fala sobre o desejo de uma criança em se tornar arquiteto um dia, mesmo sem entender ainda a grandiosidade que essa área permitiria alcançar e, a crença no afeto como instrumento de manutenção das relações, tanto interpessoais, quanto para com o nosso entorno.

Agradeço à proteção de Nossa Senhora da Conceição, padroeira das cidades que me acolheram nos dois momentos em que precisei sair da casa dos meus pais em busca de conhecimento: o ensino médio, no IFRN campus avançado Lajes e a Graduação, na UFERSA campus Pau dos Ferros.

Aos professores que passaram pela minha vida desde a pré-escola até a graduação, por compartilharem os seus conhecimentos e se dedicarem, diariamente, com o objetivo de criar fontes de transformação para sociedade através do ensino acadêmico. Em especial, a professora Maria Isabel que, ainda na educação infantil, acreditou no meu potencial e agora, me permitiu realizar uma ação de educação patrimonial com as crianças que estão no lugar que um dia eu ocupei.

À Escola Municipal Fabricio Pedrosa, nas pessoas das professoras Eliana de Santana e Maria Gerônima, pelo apoio a minha pesquisa e por permitirem o desenvolvimento da ação de educação patrimonial no âmbito da escola com os seus alunos, acreditando no potencial e retorno que o trabalho poderá trazer para a nossa comunidade.

Aos meus pais Aldo Batista e Francisca Vanúzia, pedagogos, que apesar de também terem sido meus professores na escola, foram, acima de tudo, meus professores da vida. Obrigado pela relação sincera que construímos, pela liberdade me posicionar e ainda, por me escutarem, apoiarem e incentivarem rotineiramente a buscar os meus sonhos, independente de quantas provações tenhamos que passar, juntos, para alcançá-los.

Ao professor Dr. Antônio Leite, por ter sido o primeiro a me dar uma oportunidade dentro do âmbito universitário como participante do seu núcleo de pesquisa, assim como por todos os comentários, elogios, críticas, apoio e sugestões que auxiliaram no desenvolvimento do presente trabalho, enquanto responsável pela disciplina de Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao professor Dr. Esdras Arraes, por ter me permitido ser monitor da disciplina de Planejamento e Projeto Urbano e Regional II, pela oportunidade de me tornar pesquisador junto ao grupo de pesquisa Sertões – Amõaé e, principalmente, por ter acreditado no potencial do meu trabalho e ter aceitado orientar durante a execução dele, contribuindo sempre com seu vasto conhecimento, sendo uma fonte de inspiração diária para mim.

Às professoras Dra. Anna Cristina e Dra. Monique Lessa, por contribuírem com minha formação durante a academia e ao sair dela, fazendo parte da banca avaliadora e proporcionando uma visão mais objetiva e assertiva do corrente trabalho.

Ao meu núcleo familiar, composto por – além dos meus pais – meu irmão Yhohhanes ítalo, minha cunhada e amiga Lila Brenda e minha prima Jenyffer Thalita, pelas palavras de afirmação, pelos atos de serviço e por nunca terem me deixado desistir, me incentivando diariamente a continuar acreditando e torcendo pelo meu sucesso.

À minha psicóloga Mariana Galvão, pelo trabalho desenvolvido comigo nessa reta final do curso, me ajudando no processo de autoconhecimento, autorregulação e ainda, por me ouvir semanalmente sempre com um sorriso no rosto, me fazendo acreditar na minha evolução diária a partir de cada detalhe.

À minha amiga de infância e pedagoga Maria Claudia, que esteve comigo durante todo o processo de pesquisa e que, apesar da distância entre as cidades, se fez presente em toda a minha graduação e nas demais etapas da minha vida, me permitindo trocas de conhecimento e planos para uma vida destinada a trazer bons frutos à nossa cidade pois, apesar de termos formações acadêmicas diferentes, o sonho de ver Fernando Pedroza evoluir pautada no respeito e afeto é o mesmo.

Ao meu amigo Lucas Trajano, com quem dividi o lugar de morada durante a graduação e pude experienciar as mais diversas fases do convívio e do amadurecimento de dois jovens adultos, por todas as palavras de apoio, as conversas profundas, por ter me ouvido todas as vezes que precisei, assim como por ter respeitado o meu espaço quando assim se fez necessário.

Às minhas amigas Maria Clara e Esterfany Cavalcante, por terem aparecido na minha vida quando eu acreditei que estava sozinho, pelas inúmeras memórias criadas, por todos os trabalhos em grupo desde o primeiro semestre da graduação, por todas as risadas, noites não dormidas e, acima de tudo, por todo afeto ofertado.

Aos moradores que contribuíram com a minha pesquisa e me permitiram conhecer suas histórias, memórias e relações de afeto com o seu lugar de morada.

Às crianças da turma do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Fabrício Pedroza, por terem se dedicado às atividades propostas na ação de educação patrimonial e pelo carinho com o qual fui recebido por todos da turma.

Aos demais amigos por terem sido a uma família para mim durante essa jornada e a todos que já cruzaram o meu caminho em algum momento dessa vida, permitindo a troca de experiências e afeto. Hoje eu finalizo a graduação com um trabalho que vai muito além da burocracia do cumprimento de horas obrigatórias. É, na verdade, um momento de narrar a história da minha vida, das pessoas que um dia lutaram para construir o meu lugar de morada e daquelas que, por amor às suas residências, nos permitem o conhecimento do passado através da preservação patrimonial.

Toda cidade tem uma história e toda história importa.

RESUMO

Nos últimos anos, tem-se observado no município de Fernando Pedroza um gradual apagamento da memória arquitetônica, evidenciado pela ausência de políticas públicas e educacionais voltadas para a preservação das primeiras edificações ou registros históricos da cidade. Esse fenômeno ocorre de maneira não intencional, resultado de ações de diferentes naturezas que alteram a paisagem urbana, impulsionadas pelo ideal de "modernidade" conforme as lógicas do capitalismo neoliberal. Esse fato tem acometido pequenos municípios, os quais, mesmo com rico acervo patrimonial, estão nas bordas das políticas de preservação nas escalas local, estadual e federal. Com o envelhecimento da população, o espaço urbano se transforma para acomodar novas gerações, que, muitas vezes, não reconhecem o significado de edificações antigas e as técnicas arquitetônicas locais. As edificações que apresentam vestígios de características espaciais originais, ou se mostram conforme o primeiro projeto, geralmente são ocupadas por pessoas mais velhas, que nutrem um sentimento de pertencimento e nostalgia pelo lugar. No entanto, muitas dessas construções são demolidas ou descaracterizadas, substituídas por centros comerciais ou abandonadas devido à falta de investimento em educação patrimonial para os moradores. Essa ausência de preservação contribui para o apagamento da memória social e arquitetônica, privando as novas gerações do conhecimento de seu passado. Diante desses desafios, propõe-se o desenvolvimento de uma cartilha de educação patrimonial, embasada nas vivências, memórias e afeto dos mais velhos para com a cidade e suas edificações de morada. O produto será desenvolvido de maneira clara, direta e lúdica, destinado as crianças do ensino fundamental para que, desde a base, crie-se o sentimento de pertencimento e identidade, a fim de instigar o poder do afeto na preservação do patrimônio local.

Palavras-chave: memória; preservação; patrimônio; afeto; educação patrimonial.

ABSTRACT

In recent years, there has been a gradual erasure of architectural memory in Fernando Pedroza, evidenced by the absence of public and educational policies aimed at preserving the city's earliest buildings or historical records. This phenomenon occurs unintentionally, because of various actions that alter the urban landscape, driven by the ideal of "modernity" in line with neoliberal capitalism. This issue has affected small municipalities, which, despite having a rich patrimonial collection, remain on the fringes of preservation policies at local, state, and federal levels. As the population ages, urban spaces are transformed to accommodate new generations who often do not recognize the significance of old buildings and local architectural techniques. Buildings that retain traces of their original spatial characteristics or that remain as per their initial design are generally occupied by older individuals who have a sense of belonging and nostalgia for the place. However, many of these structures are demolished or altered, replaced by commercial centers or left abandoned due to a lack of investment in heritage education for residents. This lack of preservation contributes to the erasure of social and architectural memory, depriving new generations of knowledge about their past. Considering these challenges, it is proposed to develop a heritage education booklet, based on the experiences, memories, and affection of the older generations for the city and its residential buildings. The product will be developed in a clear, direct, and playful manner, aimed at elementary school children, to foster a sense of belonging and identity from an early age, thereby harnessing the power of affection in preserving local heritage.

Keywords: memory; preservation; heritage; affection; heritage education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização – Fernando Pedroza/RN 24

Figura 2 – Localização da área urbana no território de Fernando Pedroza 24

Figura 3 – Caminho Santa Luzia a Natal 34

Figura 4 – Croqui esquemático hipotético – São Romão 1921 35

Figura 5 – Primeira capela de São Romão 36

Figura 6 – Usina São Joaquim 37

Figura 7 – Croqui do plano de remodelação para o povoado de São Romão – 1930 38

Figura 8 – Residência da família Pedrosa, na fazenda São Joaquim 39

Figura 9 – Inauguração da estação ferroviária em São Romão 39

Figura 10 – Incêndio na usina São Joaquim 39

Figura 11 – Croqui esquemático do povoado de Fernando Pedroza – 1940 40

Figura 12 – Construção da Igreja São Joaquim, vista frontal 41

Figura 13 – Construção da igreja de São Joaquim, vista lateral esquerda 41

Figura 14 – Mapa de localização – Casa 36 54

Figura 15 – Estrutura da coberta – Casa 36 55

Figura 16 – Detalhe do pórtico em madeira – Casa 36 55

Figura 17 – Fachada principal – Casa 36 55

Figura 18 – Mapa de localização – Casa 61 56

Figura 19 – Pináculo lateral em formato de abacaxi – Casa 61 57

Figura 20 – Fachada principal – Casa 61 57

Figura 21 – Mapa de localização – Casa 63 58

Figura 22 – Salas integradas por pórtico – Casa 63 59

Figura 23 – Piso lateral em pedra natural – Casa 63 59

Figura 24 – Fachada principal – Casa 63 59

Figura 25 – Mapa de localização – Casa 91 60

Figura 26 – Fachada principal – Casa 91 61

Figura 27 – Jardim lateral – Casa 91 61

Figura 28 – Pórtico em alvenaria – Casa 91 61

Figura 29 – Mapa de localização – Casa 122: Rua Calmon Costa 62

Figura 30 – Fachadas principal e secundária – Casa 122: Rua Calmon Costa 63

Figura 31 – Passagem sala de jantar/estar – Casa 122: Rua Calmon Costa 63

Figura 32 – Ladrilho hidráulico da cozinha – Casa 122: Rua Calmon Costa 63

Figura 33 – Mapa de localização – Casa 122: Rua Sete de Setembro 64

Figura 34 – Fachadas principal – Casa 122: Rua Sete de Setembro 65

Figura 35 – Mapa de localização – Casa 135 66

Figura 36 – Fachada principal – Casa 135 67

Figura 37 – Estrutura da coberta – Casa 135 67

Figura 38 – Técnica construtiva – Casa 135 67

Figura 39 – Mapa de localização – Casa 136 68

Figura 40 – Fachada principal – Casa 136 69

Figura 41 – Estrutura do telhado – Casa 136 69

Figura 42 – Ladrilho do corredor central – Casa 136 69

Figura 43 – Mapa de localização – Casa 155 70

Figura 44 – Fachada principal – Casa 155 71

Figura 45 – Piso original da calçada – Casa 155 71

Figura 46 – Ornamento refeito – Casa 155 71

Figura 47 – Mapa de localização – Casa 156 72

Figura 48 – Fachadas principal – Casa 156 73

Figura 49 – Fachadas posterior – Casa 156 74

Figura 50 – Pórtico entre as salas – Casa 156 74

Figura 51 – Mapa de localização – Sobrado S/N 74

Figura 52 – Fachada principal – Sobrado S/N 75

Figura 53 – Piso original interno em pedra – Sobrado S/N 75

Figura 54 – Estrutura do piso superior – Sobrado S/N..... 75

Figura 55 – Capa do documento – Manual de aplicação..... 76

Figura 56 – Sumário – Manual de aplicação..... 76

Figura 57 – Estruturação 01 – Manual de aplicação..... 77

Figura 58 – Estruturação 02 – Manual de aplicação..... 77

Figura 59 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Acari..... 78

Figura 60 – Estruturação da cartilha 01 – Acari..... 78

Figura 61 – Estruturação da cartilha 02 – Acari..... 78

Figura 62 – Estruturação da cartilha 03 – Acari..... 79

Figura 63 – Considerações finais da cartilha – Acari..... 79

Figura 64 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Arcaicó..... 80

Figura 65 – Estruturação da cartilha 01 – Arcaicó..... 81

Figura 66 – Estruturação da cartilha 02 – Arcaicó..... 81

Figura 67 – Estruturação da cartilha 03 – Arcaicó..... 81

Figura 68 – Estruturação da cartilha 04 – Arcaicó..... 82

Figura 69 – Estruturação da cartilha 05 – Arcaicó..... 82

Figura 70 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Diário de viagem..... 83

Figura 71 – Estruturação da cartilha 01 - Diário de viagem..... 83

Figura 72 – Estruturação da cartilha 02 - Diário de viagem..... 84

Figura 73 – Apresentação e justificativa..... 86

Figura 74 – Roteiro..... 86

Figura 75 – Modelos de ladrilho hidráulico encontrados e material para produção ao fundo... 87

Figura 76 – Guia ilustrado para aula de campo – Lado A..... 89

Figura 77 – Guia ilustrado para aula de campo – Lado B..... 89

Figura 78 – Momento 01: apresentação – 01..... 90

Figura 79 – Momento 01: apresentação – 02..... 91

Figura 80 – Momento 01: apresentação – 03..... 91

Figura 81 – Momento 02: nos caminhos da história – 01 91
Figura 82 – Momento 02: nos caminhos da história – 02 91
Figura 83 – Momento 02: nos caminhos da história – 03 92
Figura 84 – Momento 02: nos caminhos da história – 04 92
Figura 85 – Momento 02: nos caminhos da história – 05 92
Figura 86 – Momento 02: nos caminhos da história – 06 92
Figura 87 – Momento 03: construindo memórias – 01 93
Figura 88 – Momento 03: construindo memórias – 02 93
Figura 89 – Momento 03: construindo memórias – 03 93
Figura 90 – Momento 03: construindo memórias – 04 93
Figura 91 – Momento 03: construindo memórias – 05 94
Figura 92 – Momento 03: construindo memórias – 06 94
Figura 93 – Momento 04: de volta a atualidade – 01 94
Figura 94 – "De onde eu vim?" – Capa 95
Figura 95 – "De onde eu vim?" – Apresentação 96
Figura 96 – Glossário ilustrado 96
Figura 97 – Apresentação do personagem Joaquim 97
Figura 98 – Cartilha – Feira livre 98
Figura 99 – Cartilha – Usina São Joaquim 98
Figura 100 – Cartilha – Estação ferroviária 99
Figura 101 – Definição de patrimônio histórico 99
Figura 102 – Conhecendo o nosso patrimônio – Introdução 100
Figura 103 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 36 100
Figura 104 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 61 101
Figura 105 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 63 101
Figura 106 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 91 102
Figura 107 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 122 A 102

Figura 108 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 122 B..... 103

Figura 109 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 135..... 103

Figura 110 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 136..... 104

Figura 111 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 155..... 104

Figura 112 – Conhecendo o nosso patrimônio – Sobrado..... 105

Figura 113 – Conhecendo o nosso patrimônio – Percurso..... 105

Figura 114 – Atividade – Casa 36..... 106

Figura 115 – Atividade – Sobrado..... 106

Figura 116 – Arquitetura e afeto – 01..... 106

Figura 117 – Arquitetura e afeto – 02..... 107

Figura 118 – Arquitetura e afeto – 03..... 107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 PERCURSO METODOLÓGICO 22

2.1. Definição do método 22

2.2. Fontes teóricas e empíricas 23

2.3. Recorte espacial 23

2.4. Recorte temporal 25

2.5. Levantamento histórico e arquitetônico 25

2.6. Elaboração de questionários e entrevistas 26

2.7. Coleta de dados históricos 26

2.8. Estudos de caso 27

2.9. Elaboração do plano de educação patrimonial 27

3 CONSTRUÇÃO DOS SABERES 28

3.1. Processo de urbanização no interior do Rio Grande do Norte no início do séc. XX .. 28

3.1.1. Interiorização das estradas de ferro 28

3.1.2. Caminhos de gado e a produção algodoeira 31

3.1.3. História da urbanização de Fernando Pedroza 33

4 ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL 42

4.1. A Era Vargas e o conceito de Patrimônio Nacional no Brasil 42

4.2. Aloísio Magalhães e a nova perspectiva de Patrimônio Cultural Brasileiro 45

4.3. A preservação do Patrimônio nas escalas estadual e municipal 47

4.4. Cartas patrimoniais 48

4.5. Arquitetura, afeto e memória 50

5 ARQUITETURA RESIDENCIAL DE FERNANDO PEDROZA 53

5.1. Residência 36 54

5.2. Residência 61 56

5.3. Residência 63 58

5.4. Residência 91 60

5.5. Residência 122 62

5.6. Residência 122 64

5.7. Residência 135 65

5.8. Residência 136 68

5.9. Residência 155 70

5.10. Residência 156 72

5.11. Sobrado S/N 74
6 CARTILHAS: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PATRIOMONIAL 76
6.1. Educação patrimonial: Inventários participativos 76
6.2. Acari, História e Patrimônio: Preservar é preciso 77
6.3. Arcaicó: Modo de amar 80
6.4. Diário de viagem: Descobrindo o patrimônio histórico-cultural da microrregião de Catolé do Rocha – PB 82
7 PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 85
7.1. Exercício de aprendizado do patrimônio de Fernando Pedroza 85
7.1.1. Produção do material de apoio 85
7.1.1.1. Plano de aula 85
7.1.1.2. Catalogação de exemplares de ladrilhos hidráulicos 86
7.1.1.3. Guia ilustrado 88
7.1.2. Ação de educação patrimonial 89
7.1.2.1. Momento 01: Apresentação 90
7.1.2.2. Momento 02: Nos caminhos da história 91
7.1.2.3. Momento 03: Construindo memórias 92
7.1.2.4. Momento 04: De volta a atualidade 94
7.1.3. Considerações sobre a atividade de educação patrimonial 95
7.2. "De onde eu vim?" 95
7.2.1. Glossário ilustrado 96
7.2.2. Vila São Romão: onde tudo começou 97
7.2.2.1. Feira livre 97
7.2.2.2. Usina São Joaquim 98
7.2.2.3. Estação Ferroviária 98
7.2.3. O que é patrimônio histórico? 99
7.2.4. Conhecendo e aprendendo com o nosso patrimônio 99
7.2.5. Arquitetura e afeto 106
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 108
REFERÊNCIAS 109
APÊNDICES 111
APÊNDICE A: Croqui com fachadas residenciais existentes em 2021 112
APÊNDICE B: Catalogação de ornamentos centrais nas platibandas residenciais 113
APÊNDICE C: Detalhes residenciais: 01 114

APÊNDICE D: Detalhes residenciais: 02..... 115
APÊNDICE E: Detalhes residenciais: 03..... 116
APÊNDICE F: Detalhes residenciais: 04..... 117
APÊNCIDE G: Anotações – Entrevista com o professor Paulo Trindade..... 118
APÊNCIDE H: Anotações – Entrevista casa 36..... 119
APÊNCIDE I: Anotações – Entrevista casa 61..... 120
APÊNCIDE J: Anotações – Entrevista casa 63..... 121
APÊNCIDE K: Anotações – Entrevista casa 91..... 122
APÊNCIDE L: Anotações – Entrevista casa 122: Rua Sete de Setembro..... 123
APÊNCIDE M: Anotações – Entrevista casa 135..... 124
APÊNCIDE N: Anotações – Entrevista casa 155..... 125
APÊNCIDE O: Levantamento arquitetônico – Casa 135..... 126
APÊNCIDE P: Levantamento arquitetônico – Sobrado..... 127
APÊNCIDE Q: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 36..... 138
APÊNCIDE R: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 61..... 129
APÊNCIDE S: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 63..... 130
APÊNCIDE T: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 91..... 131
APÊNCIDE U: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 122..... 132
APÊNCIDE V: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 122..... 133
APÊNCIDE W: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 135..... 134
APÊNCIDE X: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 136..... 135
APÊNCIDE Y: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 155..... 136
APÊNCIDE Z: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Casa 156..... 137
APÊNCIDE AA: Catalogação residencial seminário de arquitetura vernácula: Sobrado..... 138
APÊNCIDE AB: Plano de aula – 01..... 139
APÊNCIDE AC: Plano de aula – 02..... 140
APÊNCIDE AD: Guia ilustrado – 01..... 141
APÊNDICE AE: Guia ilustrado – 02..... 142
APÊNDICE AF: Produção dos alunos – Ladrilho 01..... 143
APÊNDICE AG: Produção dos alunos – Ladrilho 02..... 144
APÊNDICE AH: Produção dos alunos – Ladrilho 03..... 145
APÊNDICE AI: Produção dos alunos – Ladrilho 04..... 146
APÊNDICE AJ: Produção dos alunos – Ladrilho 05..... 147
APÊNDICE AK: Produção dos alunos – Ladrilho 06..... 148
APÊNDICE AL: Produção dos alunos – Ladrilho 07..... 149

APÊNDICE AM: Produção dos alunos – Ladrilho 08..... 150
APÊNDICE AN: Produção dos alunos – Ladrilho 09..... 151
APÊNDICE AO: Produção dos alunos – Ladrilho 10..... 152
APÊNDICE AP: Produção dos alunos – Ladrilho 11..... 153
APÊNDICE AQ: Produção dos alunos – Ladrilho 12..... 154
APÊNDICE AR: Produção dos alunos – Ladrilho 13..... 155
APÊNDICE AS: Produção dos alunos – Ladrilho 14..... 156
APÊNDICE AT: Produção dos alunos – Ladrilho 15..... 157
APÊNDICE AU: Croqui esquemático hipotético – São Romão 1921..... 158
APÊNDICE AV: Croqui plano de remodelação urbana – São Romão 1930..... 159
APÊNDICE AW: Croqui esquemático – Fernando Pedroza 1940..... 160
APÊNDICE AX: Cartilha: De onde eu vim?..... 161

1 INTRODUÇÃO

A preservação cultural pode ser utilizada como um instrumento auxiliar para análise e conhecimento das histórias material e simbólica de uma determinada sociedade. Graças aos vestígios materiais deixados na arquitetura, na cidade e na paisagem, é possível conhecer como viviam as pessoas de tempos pregressos e como funcionavam suas formas de organização espacial, seja no âmbito urbano ou na domesticidade. Os inúmeros exemplares ainda preservados de locais onde viviam antigas sociedades, foram capazes de gerar uma "linha do tempo", dando um impulso nos estudos a respeito dos primeiros modos de vida e estruturação social humana. Isto é, para que exista um discernimento sobre a variação do tempo e o avanço de um determinado local, é necessário que haja maneiras claras de identificação de transitoriedade, que seja passível de leitura temporal, evidenciando o antes e o agora.

Os espaços urbanos e a arquitetura tornaram-se responsáveis por dar continuidade à escrita dessa história. Entretanto, como em uma sociedade há diferentes lutas e prioridades, sejam elas econômicas, sociais ou culturais, houve momentos em que a história de uma determinada localidade foi colocada à prova.

No cenário brasileiro, desde as primeiras décadas do século XX pensava-se na preservação dos monumentos históricos, contudo foi só durante o Estado Novo, em 1937, que surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado a partir do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do corrente ano e põe em prática uma política pública voltada para a proteção do patrimônio efetiva, criando, dentre outros termos, um instrumento jurídico conhecido como tombamento, responsável por trazer medidas políticas que se preocupam com a preservação do patrimônio no âmbito nacional[1]. Entretanto, quando o assunto é a preservação do patrimônio em pequenas cidades, a municipalidade deveria, em tese, se preocupar com a perpetuação da memória de bens patrimoniais mediante instrumentos legais precisos. Não só em Fernando Pedroza, mas em pequenas cidades dos sertões do Nordeste políticas se preservação são prementes, pois muito se tem perdido. Ainda que tenhamos centros históricos pelo país, como em Ouro Preto, Salvador, Olinda, ou Recife, sabemos que sua preservação partiu de ações como o tombamento, que levou em conta a origem colonial dessas cidades. Em outras palavras, em cidades que já são consideradas importantes para a história e formação do Brasil há, de maneira quase que imediata, o uso do tombamento como forma de preservação. Contudo, em cidades menores, as ações destinadas ao incentivo da permanência da memória acabam em segundo plano, pois o "colonial" consagrado na

[1] SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990), Salvador-BA, 1995, p. 03*

"fase heroica" do SPHAN não configura a paisagem do lugar, com isso, cabe às autoridades locais a busca pela preservação do patrimônio edificado.

Esse é o caso de Fernando Pedroza, município potiguar localizado na região central do estado, com uma população de aproximadamente 3.000 habitantes[2]. Sua história se iniciou como um povoado chamado São Romão e pertencia à jurisdição de Angicos em meados dos anos 1920, recebendo o título de vila; em 1937 houve a renomeação toponímica para povoação de Fernando Pedroza[3] e, posteriormente, sua emancipação política em 1992, lhe garantiu a mudança entre os títulos de povoação para cidade, tornando-a independente do município de Angicos. Ainda que Fernando Pedroza seja uma cidade pequena e relativamente nova em termos políticos, ela enfrenta problemas sociais e estruturais assim como outras tantas com maior densidade demográfica. O fato é que toda cidade tem história e, independente do seu tamanho, essa história precisa ser validada, preservada e perpetuada, criando a sua própria "linha do tempo".

Nos últimos anos, a urbe vem sofrendo com apagamento de sua memória arquitetônica, especialmente devido à demolição de suas primeiras casas, ainda do tempo de São Romão, e pela falta de registros de suas aparências e características. Esse acontecimento é algo que trataremos como atos que ferem a história da cidade de maneira não intencional, ou seja, é uma conjunção de ações por parte da população que modifica a paisagem e memória urbana, feitas de maneira impensada e quase espontânea, haja vista a chegada de tendências modernizantes aliadas ao capital neoliberal.

Com o envelhecimento da população pedrozense, a nova geração provavelmente desconhece tanto a existência de determinadas edificações e seus construtores, bem como as técnicas e decorações arquitetônicas empregadas. É possível perceber nas residências que permanecem, e que são ocupadas por pessoas idosas, que seus moradores olham com afeto e pertencimento para o lugar onde vivem, por terem noção do tempo, das relações familiares e dos momentos vividos ali.

Fachadas descaracterizadas, prédios com significado arquitetônico e sentimental demolidos dando lugar a centros comerciais de volumetrias monótonas, casas abandonadas, dentre outras tantas situações que podem ser experienciadas atualmente em Fernando Pedroza. Isso ocorre, dentre alguns fatores, devido à ausência de ações de educação patrimonial, que tenham como foco tanto os conceitos teóricos do campo da preservação quanto nos relatos da memória dos primeiros moradores. Parece urgente incluir as pessoas que se relacionaram afetivamente com o patrimônio histórico da cidade, especialmente os seus lugares de morada, nas decisões sobre a salvaguarda desses bens. Desse modo, esse trabalho se propõe a responder como a ausência de ações de

[2] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fernando Pedroza. *IBGE*, [s.d.].
[3] BIBLIOTECA NACIONAL (BN). São Romão. *Memória BN*. [s.d.].

preservação histórica culmina no apagamento das memórias social e arquitetônica? E, ainda, de que forma a ideia de pertencimento contribui para a preservação da história e memória da cidade?

Com base nos problemas enfrentados, no que se diz respeito à preservação do patrimônio edificado, a cidade em questão desconhece a história de sua urbanização, fazendo com que as novas gerações pouco se liguem afetivamente ao lugar e, por sua vez, não entendam o papel de manter viva e presente a memória de uma sociedade. Nesse sentido, partindo de um interesse pessoal, é preciso valer-se de educação patrimonial, fomentada pela esfera pública local em conjunto com a população e da iniciativa privada, como forma efetiva para a preservação da história construída de Fernando Pedroza e memória de quem de fato a ergueu.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral **elaborar** uma cartilha de educação patrimonial como instrumento que auxilie a disseminação do conhecimento da memória de casas históricas e de seus construtores/moradores, da história da urbanização e da arquitetura residencial de Fernando Pedroza para toda a população. Em termos específicos, faz-se necessário 1 - a pesquisa sobre eventos históricos significativos para a construção urbana e arquitetônica do lugar, como a definição de estradas, o papel de Angicos no nascimento da vila de São Romão, a economia do algodão, a feira livre, a chegada da ferrovia, entre outros, a fim de entender o processo de urbanização e povoamento do território; 2 – a compreensão do significado da memória na preservação da arquitetura residencial de Fernando Pedroza em termos patrimoniais e históricos, a fim de promover o conhecimento a respeito do assunto estudado; 3 – a elaboração de planos de ação com a ajuda de crianças, adultos e idosos da comunidade, como forma de aproximar a população às questões ligadas à preservação do lugar onde vivem; e, por fim, 4 – a contribuição com a divulgação da memória arquitetônica de Fernando Pedroza para a posteridade, perpetuando os conhecimentos e assuntos abordados nesse trabalho através do tempo.

O trabalho se estrutura em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais – primeiro e o último capítulos, respectivamente. No segundo momento são apresentados os processos metodológicos, que abordam quais as ferramentas utilizadas para a elaboração da pesquisa. No capítulo referente à construção dos saberes, são expostos temas e autores que fazem referência aos assuntos trabalhados, tais como os processo de urbanização no Rio Grande do Norte na virada do século XIX para o XX, arquitetura, memória, afeto, assim como educação patrimonial e seu significado na preservação da memória de Fernando Pedroza. Além disso, uma ação educativa de teor patrimonial foi realizada com estudantes do ensino fundamental da Escola Municipal Fabricio Pedrosa no dia 27 de agosto de 2024. A meta dessa ação seria estimular nas crianças o sentido de pertencimento com a história da cidade e com a memória de seus construtores, assim

como apreender o nível de aprendizado a respeito do tema, a fim de auxiliar no desenvolvimento do produto.

Por conseguinte, serão apresentados temas relacionados à cidade de Fernando Pedroza, através do levantamento urbano, arquitetônico, espacial e qual a proposta do produto, no caso sendo a cartilha e como executá-la. Por fim, serão apresentados os resultados obtidos e as considerações finais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esse capítulo apresenta os meios e os materiais utilizados para a obtenção das informações basilares à redação do presente trabalho, a fim de responder aos objetivos geral e específicos determinados anteriormente. Para isso, define-se o método de pesquisa utilizado, assim como o embasamento teórico necessário acerca do tema trabalhado. Além disso, foi preciso estabelecer um recorte cronológico a fim de estudar os processos históricos da urbanização e da criação arquitetônica de Fernando Pedroza. A análise cronológica se complemente à análise de registros virtuais (fotografias e mapas) e vestígios materiais, antigos e atuais, como, por exemplo, a arquitetura em si, ornamentos das fachadas e espaços domésticos e implantação nos lotes. Finalmente, com o auxílio de visitas *in loco*, foi possível elaborar análise morfológica e realizar entrevistas com moradores das casas selecionadas. O objetivo dessa metodologia é documentar e, posteriormente, elaborar o plano de educação patrimonial com as informações coligidas.

2.1. Definição do método

A pesquisa possui o perfil qualitativo, sendo embasada em fontes diversas – livros, fotografias, mapas, leis e documentos – assim como no relato e experiência dos moradores, a fim de evidenciar e coletar dados a respeito do tema proposto. Tendo em mente o problema que circunscreve esse trabalho de conclusão de curso, isto é, a falta de educação patrimonial interfere diretamente na preservação da arquitetura local, é possível, com o auxílio dos/das diferentes autores/as estudados/as e baseado no método dedutivo hipotético, levantar questões relacionadas a temas voltados para educação patrimonial, preservação da arquitetura, memória e pertencimento.

Para Karl Raimund Popper[4], filósofo britânico, o método dedutivo hipotético é o ideal em uma pesquisa, visto que ele possibilita a ideia de falsificabilidade com hipóteses testáveis. Quer dizer, para Popper o método indutivo não garante a validade de uma teoria só por causa da observação de repetições de situações, considerando que, para ele, a ciência progride mais significativamente por meio da refutação de teorias do que pela confirmação. O método dedutivo hipotético, conforme proposto pelo filósofo, destaca principalmente a importância da testabilidade e da refutação na construção do conhecimento científico[5].

[4] POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica***.** 10. ed. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2022.
[5] POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa*...Op.cit.

2.2. Fontes teóricas e empíricas

No que se diz respeito ao embasamento teórico para a produção da pesquisa, houve uma seleção de fontes primárias – planta da cidade, fotografias, relatos diversos, leis federais, documentos do estado do Rio Grande do Norte e cartas patrimoniais – e secundárias – livros e artigos (científicos e de jornais da época da fundação da Vila São Romão) – que abordassem o tema proposto, com a intenção de nortear as reflexões no decorrer do trabalho, além de contribuir com a imagem do cenário estudado. Durante o processo de escolha, foram definidos inicialmente os eixos norteadores da pesquisa, tornando mais objetivo o percurso a ser seguido. Desse modo, temas como preservação de bens edificados e da memória; história da urbanização e da arquitetura, patrimônio e educação patrimonial foram elencados como guias centrais do estudo. A carta de Nova Olinda e as decisões tomadas pelo IPHAN a partir dos anos 1980 se tornaram exemplares com relação ao assunto "educação patrimonial", bem como a própria constituição federal de 1988, na qual os artigos 215, 216 e 216-A reconhecem e garantem a preservação da arquitetura como forma de cultura, sendo uma fonte de conhecimento para a construção da identidade nacional[6]. Conforme o artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro seria "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto", transmissores da memória de diferentes agentes que formam o povo brasileiro[7]. Estão assim incluídos nesse aspecto "formas de expressão", os "modos de criar, fazer e viver" e "as obras, objetos, documentos de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico [...]"[8].

Ainda sobre os temas propostos e os autores escolhidos, tem-se ideias que explanam a relação entre a vida urbana e a psique, com James Hillman; o patrimônio como identidade cultural, a partir do ponto de vista de Françoise Choay; a memória como ferramenta importante para o afeto com o lugar segundo Ecléa Bosi; e, por fim, a assimilação dos valores do patrimônio como algo comum ao conjunto da sociedade, por Márcia Regina Chuva, Márcia Sant'Anna, Aloísio Magalhães, entre outros e outras.

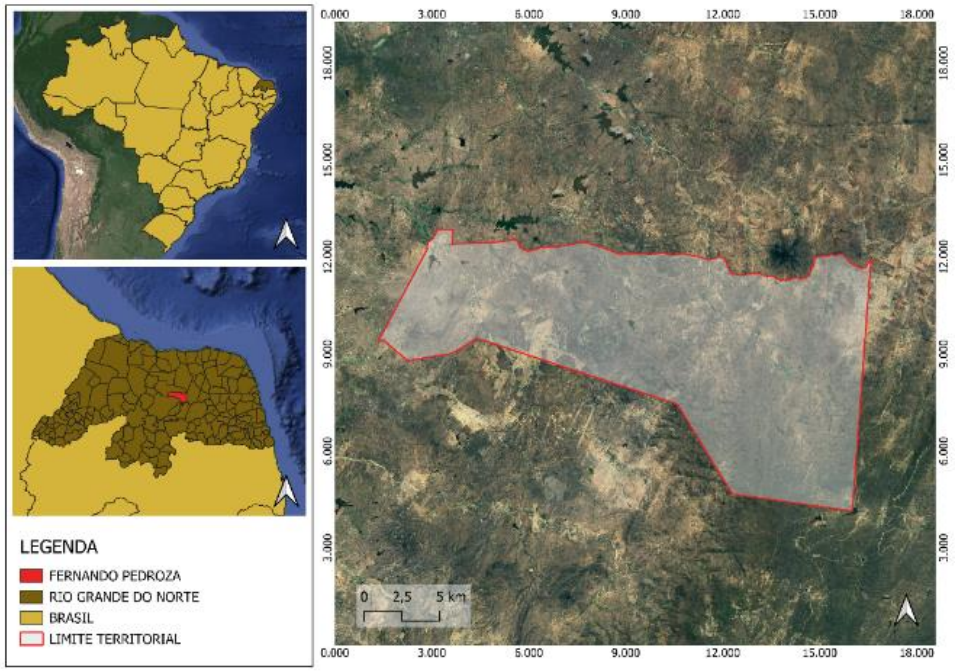
2.3. Recorte espacial

A cidade de Fernando Pedroza se encontra na região central do estado do Rio Grande do Norte, entre as cidades de Lajes e Angicos, com acesso principal pela BR 304 – responsável por ligar as capitais Natal e Fortaleza.

---

[6] BRASIL, 1988, art. 216.
[7] BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. p. 126.
[8] BRASIL. *Constituição da Republica Federativa*...op. cit., p. 126.

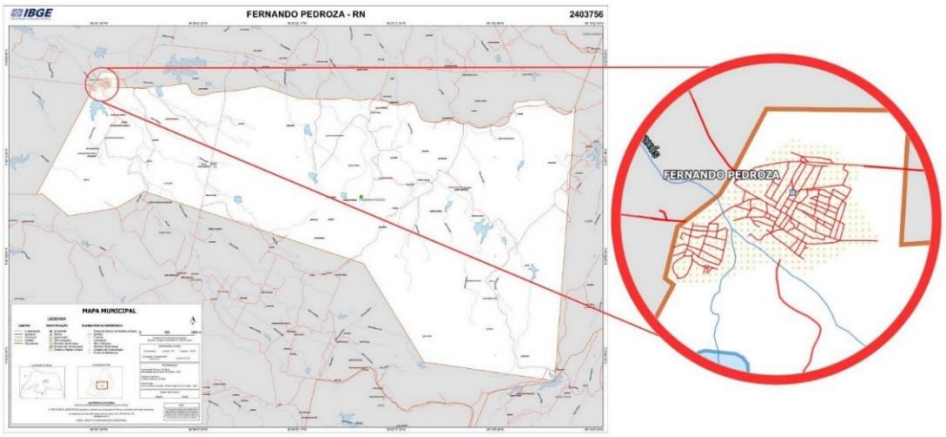
Figura 1 – Mapa de localização – Fernando Pedroza/RN



Fonte: Google Earth (2024) Adaptado pelo autor, 2024.

Com 32 anos de emancipação política, a urbe conta com uma área territorial de aproximadamente 322.628km²; contudo, no espaço urbano, que corresponde a 0,63 km², encontram-se 2.938 habitantes, conforme o censo realizado pelo IBGE[9] entre os anos de 2019 e 2022.

Figura 2 – Localização da área urbana no território de Fernando Pedroza.



Fonte: IBGE (2021), adaptado pelo autor em 2024.

Apesar do seu amplo território, com diversos distritos, fazendas e setores na área rural, o espaço a ser trabalhado se refere exclusivamente à cidade em si, composta por três bairros - Centro, Alto Miguel Trindade e Alto São Joaquim - com foco especialmente no bairro Centro e parte do bairro Alto Miguel Trindade.

[9] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Fernando Pedroza. *IBGE*, [s.d.].

2.4. Recorte temporal

Com o auxílio do *Google Earth* e de registros fotográficos fornecidos por diferentes fontes de pesquisa, foi determinado um intervalo cronológico de estudo, considerando a longa duração entre os anos de 1920 até 2024. Para os fins do presente trabalho, se faz necessário entender como ocorreu a construção material da vila e depois cidade por meio da análise dos fatores que mobilizaram os processos de urbanização.

2.5. Levantamento histórico e arquitetônico

Durante a pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, mais especificamente em 10 de Junho de 2021, surgiu o interesse pelo tema da pesquisa e as primeiras buscas a respeito do estado de conservação das primeiras moradas de Fernando Pedroza. A vontade de estudá-las foi igualmente impulsionada pela preocupação com pouca divulgação da memória do lugar e a descaracterização arquitetônica que a cidade enfrentava naquele momento. Em isolamento social, a forma encontrada para a realização dos primeiros levantamentos foi com o auxílio do *Google Earth*, constatando que havia diversas edificações que apresentavam sua forma inicial. Entretanto, na ocasião não se realizou a catalogação e contagem precisa de quantos exemplares havia, mas foi essencial para situar espacialmente onde existiam na cidade arquiteturas de interesse patrimonial. Em 23 de março de 2023, foi realizado o primeiro levantamento fotográfico de edificações históricas capazes de evocar, em sua materialidade, a história da urbanização, o saber fazer, a sensibilidade e a memória de seus construtores. Isso a partir de observação dos registros evidenciados nas fachadas. Essas arquiteturas se localizam, em sua maioria, no centro da cidade, mas também houve registros de edificações no Alto Miguel Trindade e no Alto São Joaquim.

O levantamento foi feito como o auxílio de um caderno para anotações e controle de interesse, um celular para obter as imagens das fachadas e mais uma pessoa familiar que ajudou nas atividades de registro fotográfico e catalogação. A sondagem teve como foco principal 12 ruas situadas no centro da cidade, incluindo as primeiras ruas traçadas para a Vila de São Romão, que partiram das proximidades da estação ferroviária e da capela de São Romão. Os registros foram feitos a partir dos seguintes itens de relevância: rua, número da edificação e uma fotografia do seu estado atual de conservação. Nesse aspecto, foram catalogadas 68 edificações, que variaram entre uso residencial, comercial e institucional. Durante o processo em questão, foi possível constatar, inclusive, alterações formais de diversos imóveis que ocorreram entre os anos de 2021 e 2023, período entre as duas pesquisas realizadas. Há ainda fotos de arquiteturas erguidas no bairro Alto São Joaquim, mais precisamente as ruínas da primeira escola da cidade e as casas presentes no seu

entorno. Todas as fotografias foram armazenadas em um drive, com pastas separadas por bairros, ruas e estados de conservação.

2.6. Elaboração de questionários e entrevistas

A escritora Eva Maria Lakatos[10], em sua obra "Fundamentos de metodologia científica", aborda duas maneiras para se conseguir informações quantitativas e/ou qualitativas, que seriam entrevistas e questionários, trazendo vantagens ou desvantagens para a pesquisa, dependendo do método escolhido.

Sobre os questionários, Lakatos[11] destaca que são instrumentos úteis para coletar dados quantitativos de uma grande amostra, proporcionando generalizações. No entanto, ela alerta para a necessidade de cuidado na elaboração de perguntas, evitando ambiguidades e garantindo que sejam compreensíveis para todos os respondentes[12]. Quanto às entrevistas, a autora referida reconhece sua importância para obtenção de dados qualitativos mais profundos e contextualizados[13]. Todavia, trata-se de uma ferramenta que exige mais tempo e recursos, além de envolver a subjetividade do entrevistador na interpretação dos dados.

Dessa forma, para a coleta das informações históricas e individuais dos moradores da cidade, com o intuito de entender a relação entre o indivíduo e a sua morada, foi pensado na elaboração de um questionário fechado, que aborda questões pessoais, para auxiliar na documentação e identificação do entrevistado, assim como uma entrevista, de cunho aberto, sem uma predefinição de perguntas diretas, tornando o momento mais livre, com o propósito de captar, de maneira mais efetiva, as relações de afeto e pertencimento que pairam sobre a vida dos moradores.

2.7. Coleta de dados históricos

Após a realização do levantamento morfológico e decorativo das edificações existentes, houve um processo de seleção e pesquisa de pessoas que poderiam auxiliar o desenvolvimento do trabalho. No dia 24 de março de 2023, foram escolhidos nomes de moradores da cidade que atuam na área da educação municipal e que tem estudos voltados para a história local, como é o caso do professor Paulo Trindade.

Enquanto membro do grupo de pesquisa Sertões-Amõaé, comandado pelo professor Dr. Esdras Arraes, foram desenvolvidos estudos a respeito, especialmente, da arquitetura vernácula presente nos sertões do nordeste, no período de janeiro a maio de 2024, para participação do 4º seminário brasileiro de arquitetura vernácula popular: tradição e contemporaneidade. Durante esse

---

[10] LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 183
[11] LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos*...Op.cit, p. 216
[12] LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos*...Op.cit, p. 217
[13] LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos*...Op.cit, p. 212-213

período, foi produzido e apresentado um trabalho com título de "Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana nos sertões do nordeste" na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ.

A pesquisa em questão abordou, dentre outras cidades, a arquitetura popular encontrada na cidade de Fernando Pedroza e, para o registro das informações sobre as residências escolhidas a partir do levantamento prévio, houve a necessidade de ir ao encontro dos moradores e desenvolver a realização dos questionários e entrevistas, unindo os interesses da pesquisa a ser desenvolvida para o seminário com o presente trabalho de conclusão de curso, para entender as características espaciais e arquitetônicas do imóvel, além de absorver a ideia e o afeto dessas pessoas a respeito dos seus lares, dando espaço para que pudessem contar suas histórias e relações com seu lugar de moradia, aproveitando ainda para questioná-los sobre quais as suas percepções sobre o pertencimento não só em sua casa, mas em esferas mais amplas, como a rua e a cidade.

2.8. Estudos de caso

Com relação ao plano de educação patrimonial, foram pesquisadas propostas alinhadas, ou não, com estratégias empregadas nesse trabalho. Para tanto, foram analisadas três cartilhas patrimoniais elaboradas por órgãos públicos e/ou de forma privada, em processos de formação acadêmica por parte de pessoas físicas da área de interesse, a fim de averiguar quais foram as abordagens e qual seria o possível diferencial entre o trabalho aqui proposto e os que foram estudados.

2.9. Elaboração do plano de educação patrimonial

Munido das informações obtidas durante o processo de catalogação e entrevistas realizadas, iniciou-se o processo de criação de uma cartilha, produto ao qual está diretamente ligado com o objetivo central do trabalho. Mediante os relatos dos moradores, imagens das edificações preservadas e ideias encontradas nas fontes de pesquisa – autores, leis e cartas patrimoniais – foi pensado no produto como uma espécie de livreto físico e virtual, que pode ser utilizado em escolas do município como instrumento educador da história da urbanização e da preservação da memória social e construída da cidade.

Desse modo, com o uso de tecnologias de desenvolvimento gráfico digitais, tais como o Sketchup e o Canva, bem como suas extensões que permitem o uso de inteligência artificial, foi desenvolvido o produto proposto. Nele é possível encontrar ilustrações que foram desenvolvidas para tornar o assunto mais lúdico e atrativo para o público-alvo, tendo interação com personagens e atividades de cunho pedagógicos com as próprias edificações escolhidas para aparecer na cartilha. Além de informações sobre características ornamentais, estruturais e espaciais do patrimônio edificado.

3. CONSTRUÇÃO DOS SABERES

O presente capítulo apresenta referências capazes de aprofundar os conhecimentos do leitor a respeito do tema trabalhado, embasando as informações em fontes teóricas encontradas em acervo público. Os assuntos abordados serão responsáveis por estruturar e alinhar os pensamentos sobre o processo de urbanização no interior do Rio Grande do Norte a partir dos seus principais meios de produção econômica; conceitos e estratégias referentes a percepção de patrimônio, assim como da educação patrimonial; e, como a arquitetura, o afeto e a memória estão interligados no fio condutor da preservação.

3.1. Processo de urbanização no sertão do Rio Grande do Norte na virada do século XIX para o XX

Considerando o local de estudo do presente trabalho, faz-se necessário entender o processo de urbanização dos sertões centrais do estado potiguar, a fim de entender quais foram alguns dos principais fatores, tanto sociais quanto econômicos, que corroboraram com o crescimento populacional e urbano.

3.1.1. Interiorização das estradas de ferro

No início do século XX, o sertão potiguar se transformava rapidamente em decorrência da construção de linhas férreas. As estradas de ferro proporcionaram um dinamismo no cenário econômico, como o deslocamento de *commodities*[14] (especialmente o algodão) e objetos manufaturados produzidos nas fábricas e usinas. A ferrovia foi responsável também pelo aumento populacional em determinados nas regiões interiorizadas do estado do Rio Grande do norte.

Conforme os estudos de Gabriel Medeiros[15], vale salientar que esse processo iniciou por volta da segunda metade do século XIX, por meio da criação de estradas carroçáveis, que cortavam zonas de produção agrícola importantes para o estado que, além de permitir fluidez entre determinadas localidades, tinham um papel importante nas divisões fundiárias, escoamento de produtos advindos da agricultura, além das próprias formações de assentamentos humanos, sendo primordiais para a construção da rede urbana do território. O surgimento das estradas de ferro se deu porque a capital – Natal – mantinha pouca comunicação com as demais regiões e zonas de produção do estado,

[14] Commodities pode ser entendido como a matéria-prima resultante da agropecuária e do minério, ainda em seu estado bruto ou minimamente afetado por processos industriais, produzida em larga escala e destinada ao comércio.
[15] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007.

fazendo com que as conexões de interesse econômico fossem realizadas interprovíncias, dificultando a movimentação e o fortalecimento da economia local.[16]

Breno Araújo[17] aborda uma perspectiva similar à de Medeiros, complementando a ideia por ele posta a respeito das dificuldades encontradas em realizar o transporte dos produtos produzidos no sertão do estado a partir do uso dos caminhos terrestres. Considerando o tempo gasto, o uso de animais no processo de exportação agrícola acabava por encarecer os produtos. Para obter melhores rendimentos na produção especialmente do algodão, fazia-se necessária a construção de sistema de transporte mais eficiente e articulado entre as zonas produtoras do sertão e do litoral.[18]

Contudo, o processo de inserção das estradas de ferro no território enfrentou problemas sobretudo de cunho administrativo, tendo que passar pelo domínio de diferentes empresas, até que de fato as vias pudessem acontecer. Apesar de já existir uma ferrovia no estado desde 1880, ela era responsável apenas pela circulação no litoral e destinada ao uso da produção açucareira.[19]

Até os primeiros anos do século XX, o estado do Rio Grande do Norte não conseguira firmar e movimentar a economia a partir das linhas férreas que já estavam em funcionamento como esperado. A falta de recursos e organização entre os setores responsáveis por gerir esse sistema viário, fez com que fosse necessário solicitar auxílio nacional, com a justificativa de que a seca provocou a redução das colheitas e dos pecúlios obtidos com a agricultura. Era preciso encontrar uma maneira de cessar "tanto a migração para os maiores núcleos urbanos do Rio Grande do Norte, como o deslocamento para outros estados."[20]

Após os investimentos enviados pelo governo nacional e novas medidas de contingência de danos causados pelas secas serem tomadas, com a distribuição de sementes pelo estado, além do melhoramento do porto de Natal, iniciava-se então o desejo por parte do engenheiro Sampaio Correia, que estava à frente da Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas, de tornar a linha férrea, que ligava Natal a Ceará-Mirim, o meio responsável por ramificar-se e adentrar às demais zonas interiorizadas do estado, a fim de possibilitar uma comunicação aprimoradas entre as lavouras e usinas produtoras de algodão.[21]

Por volta de 1912, foi definido onde seria a terceira ferrovia no estado potiguar, colocando a cidade de Mossoró em evidência no mapa da movimentação econômica como um polo que também possuía grandes interesses no desenvolvimento da região. Com foco principal nas

---

[16] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p. 59

[17] ARAÚJO, Breno de Assis Silva. *A ferrovia do algodão norte-rio-grandense: entre o desejo das oligarquias regionais e os planos nacionais (1914-1949).* 2023.

[18] ARAÚJO, Breno de Assis Silva. *A ferrovia do algodão*...Op.cit, p. 02

[19] ARAÚJO, Breno de Assis Silva. *A ferrovia do algodão*...Op.cit, p. 03

[20] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos*...Op.cit, p. 65

[21] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos*...Op.cit, p. 66

produções minerais e agrícolas, nesse caso, a nova rota evidenciou o posicionamento político da elite mossoroenses, garantindo assim uma conexão interestadual, ligando-se à cidade de Sousa, na Paraíba:

> Cumpre salientar também entre os trabalhos públicos de iniciativa local essa importante ferro-via já em construção, de Areia Branca a Barriguda, que vae realizar uma velha e justa aspiração sertaneja, de grandes vantagens econômicas para o estado com o augmento certo da praça comercial de Mossoró que, desdobrando-se até a costa, será no futuro uma das mais fortes valvulas da expansão industrial do Brazil, nesta região a que servimos do território pátrio. Os contractantes da estrada, srs. Albuquerque & Companhia, contam poder inaugurar dentro de dez meses o primeiro trecho da construcção[22]

A chegada da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (EFCRGN) no sertão do estado permitiu que, em 1932, fosse inaugurada a estação ferroviária na vila de São Romão[23], posteriormente elevada a título de cidade com nome de Fernando Pedroza, região produtora de algodão e sede da Usina de São Joaquim. A introdução desses equipamentos no cenário local rearranjou diferentes dimensões da urbanização da vila, como a movimentação da economia local, gerando fluxo tanto entre a exportação dos produtos agrícolas, quanto de pessoas. A estação veio, inclusive, no mesmo período em que a luz elétrica é ofertada na povoação[24], acelerando ali a fixação de pessoas. Apesar de não existirem documentos – ou pelo menos não serem de fácil acesso – a respeito das mudanças urbanas e sociais, a partir da linha férrea é bem recebida entre os moradores. Assim, houve uma massiva adesão de trabalhadores da região para o núcleo urbano que se formava próximo ao terreno ocupado pela sede da estação.

A chegada da estrada de ferro proporcionou também a construção de novas casas em tijolo, as quais, para Günter Weimer[25], são exemplos de "morada da caatinga" ou ainda uma variação similar ao tipo de casa dos imigrantes negros. Para as casas dos funcionários da estação ferroviária, e localizadas num lugar chamado de Turmas, o modelo habitacional era simples, configurando-se com uma pequena porta com janela estreita, estruturas das paredes em tijolos de adobe e coberta por telhas cerâmicas em duas águas.

Desse modo, é possível compreender que o desenvolvimento das vias férreas no sertão potiguar se fundamenta em dois fatores: (i) a busca pela liderança político-econômica no âmbito da cidade, como um polo responsável pela distribuição de renda para o estado; e (ii) a preocupação com a popularização e permanência dos assentamentos humanos nas regiões mais afastadas da

---

[22] RIO GRANDE..., 1912, p. 10 apud MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p. 70

[23] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 198

[24] ALVES, Aluizio. *Angicos*...Op.cit, p. 199

[25] WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira. 2. Ed. 2012, p. 05, p. 216-226

capital, sendo eles responsáveis por grande parte da produção econômica do estado, acarretando novos ritmos no processo de urbanização local.

3.1.2. Caminhos de gado e a produção algodoeira

Com o fim dos violentos conflitos da chamada "Guerra dos Bárbaros", se iniciou a colonização dos territórios antes de vivência indígena[26]. Para isso, os colonos dedicaram-se à criação de gado vacum e à produção agrícola com maior intensidade. Aluízio Alves atribui a essa fase da história do povoamento no mínimo quatro dimensões que beneficiaram a antiga capitania do Rio Grande: (I) política, (II) econômica, (III) geográfica e (IV) social.[27] Esses fatores se potencializaram mediante a criação do gado. Em meados de 1635, a capitania do Rio Grande chegou a ser reconhecida como empório de fornecimento da carne de gado produzida para as capitanias do Norte, conferindo-lhe a responsabilidade pela alimentação principal da região de Pernambuco, permitindo a ela pleno crescimento.[28] Um dos motivos aparentes para a capitania do Rio Grande ter se tornando uma referência de economia efetiva foi o fato de boa parte das sesmarias serem empregadas por interesse econômico como território de alimentação do gado[29].

De fato, Medeiros corrobora em seu trabalho com a ideia dos benefícios sociais refletida por Alves. Este ressalta a importância do gado para o território potiguar, considerando os caminhos formados pelas manadas como a principal forma de locomoção por terra naqueles sertões até a chegada da ferrovia. Essas rotas direcionaram a implantação dos assentamentos humanos nas zonas interiorizadas do Rio Grande do Norte e regiões contíguas, haja vista que a criação de gado teve grande influência no controle territorial.[30]

Nesse sentido, a criação do gado representava, para a vida das pessoas que habitam os sertões, além da posse dos rebanhos e terras, a possibilidade de comunicação entre as diferentes regiões da capitania. A partir do final do século XVII, cresce então o número de reses e currais no processo de abastecimento das principais vilas e cidades, auxiliando no transporte de cargas, além de gerar energia para atividades do ramo açucareiro[31]. Com o decorrer das novas fontes de economia, o

---

[26] PUNTONI, Álvaro. *A guerra dos bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP, 2002.

[27] ALVES, Aluizio. *Angicos*. 2. ed. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 31-32.

[28] WÄTJEN, Hermann. *O domínio Holandês no Brasil*, 1938 apud AUGUSTO, José. *Povoamento do nordeste*, Fortaleza-CE: Revista do Instituto Ceará, 1939, p. 03

[29] AUGUSTO, José. *Povoamento do nordeste*, Fortaleza-CE: Revista do Instituto Ceará, 1939, p. 04

[30] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p.72

[31] CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 95 apud MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p.72

gado foi se adaptando e servindo como mecanismo de comunicação entre produtores e comerciantes, isto é, conectava os sertões entre si e com as povoações da costa atlântica.

Ainda segundo Medeiros (2007), o traçado que os caminhos de gado criaram costumava a ribeira dos rios mesmo sendo temporários. Deslocar-se ao longo dos cursos de água podia garantir mais tranquilidade tanto por questões geográficas de conhecimento do território, quanto por ser usado como fonte de recursos naturais para os viandantes.

Vale salientar que, junto com a criação de gado havia outras frentes econômicas que mobilizaram a urbanização do Rio Grande do Norte. No século XIX, o cultivo e produção de algodão mantinha a união com os setores da criação de gado, considerando que o algodão era uma boa fonte de alimentação bovina, principalmente nas épocas de seca.[32] Logo, os dois setores conseguiam se manter, enquanto os bois eram encarregados de levar a produção de algodão das usinas através dos longos caminhos, realizando um escoamento da produção, esse produto auxiliaria também na preservação da vida dos rebanhos.

As observações a respeito dos caminhos do gado e da produção algodoeira postas por Medeiros (2007), como parte dos pilares para a urbanização do interior do Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX, vai de encontro ao processo de urbanização da cidade de Fernando Pedroza. Nesse caso, o primeiro agrupamento humano na região ficou conhecido como vila de São Romão, se deu, principalmente, nas proximidades do curso de água do Rio Pataxó. Esse lugar funcionava como pouso para trabalhadores e viajantes que construíam e utilizavam a estrada de rodagem que ligara a cidade de Lajes à Angicos. Além disso, a chegada da Usina de São Joaquim em 1929[33], responsável pela produção e comercialização de algodão e seus derivados, trouxera também trabalhadores e, por conseguinte, moradores para a região.

O Rio Grande do Norte apresentava basicamente três principais estradas, nas quais os produtos produzidos no estado fluíam em rotas com baixa infraestrutura, transportando por comboios os mais diversos tipos de mercadoria entre as diferentes regiões potiguares, principalmente entre o eixo Mossoró-Natal, e com cidades dos sertões e de estados vizinhos. A má condição das estradas, além do seu alcance territorial limitado e a má estruturação do porto de exportação, prejudicava e impedia o crescimento econômico local, chegando a ser considerado em 1917 "um dos mais sérios obstáculos ao nosso desenvolvimento".[34]

---

32 ANDRADE, Manuel Correia de. *A produção do espaço Norte-Rio-Grandense*. Natal: EDFURN, 1981, p. 21 *apud* MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p.73

33 ALVES, Aluizio. *Angicos*. 2. ed. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 198

34 CARVALHO FILHO, Joaquim Ignácio. *O Rio Grande do Norte em Visão Prospectiva*. Natal: Fundação José Augusto, 1976, p. 136 apud MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p.75

Considerando os desafios encontrados para o desenvolvimento da economia regional, começaram a surgir os primeiros indícios de interesse na interiorização das vias férreas, visto que seriam capazes de suprir as necessidades de comunicação, tanto na relação tempo-espaço quanto em capacidade de carga entre as principais zonas de produção aos portos marítimos. Nas palavras de Medeiros: "as ferrovias viriam, dessa maneira, consolidar a comunicação entre os núcleos urbanos norte-rio-grandenses, estreitando relações comerciais e impondo uma nova dinâmica territorial, por ocasionarem as primeiras redes de cidades do RN".[35]

Portanto, é possível entender que o processo de comunicação entre as diferentes regiões do estado do Rio Grande do Norte, apesar de terem se tornado mais efetivos e funcionais com a chegada das estradas de ferro, já existia e já havia uma pré-disposição de traçado, considerando as práticas dos comboios e caminhos de gado. Pode-se dizer que as ferrovias vieram para aprimorar e movimentar sobre os trilhos e fumaça, a economia que já era movida a carroças e gado.

3.1.3. História da urbanização de Fernando Pedroza

No início do século XX, em um local onde a terra pertencia principalmente à fazenda São Joaquim – administrada pela família Pedroza – e ao criador de gado e agricultor Miguel Trindade, iniciava a história socioeconômica de uma área de cultivo de algodão do estado.[36] Pode-se dizer que há três principais bases para a formação do povoado que, posteriormente, se tornou vila, depois recebeu a categoria de distrito e, por fim, veio a receber a autonomia municipal como cidade: (i) o movimento da feira livre, girando a economia local entre boiadeiros e pessoas diversas que passavam pela região; (ii) a presença da Usina de São Joaquim, responsável pelo cultivo, descaroçamento e exportação de produtos elaborados no âmbito da agricultura e criação de gado; e, (iii) a chegada da linha férrea, com a construção da estação ferroviária, fenômeno tecnológico que acelerou as trocas sociais, econômicas e simbólicas entre aquele sertão e outras partes do Rio Grande do Norte.

Conforme o estudo de Nathália Diniz[37], já desde o início do século XIX, há uma complexa rede de caminhos das boiadas que conectava as povoações do Rio Grande do Norte com as províncias vizinhas da Paraíba e Ceará. Havia uma rota, em especial, unindo a capela filial de Santa Luzia (hoje Mossoró) à cidade de Natal, que passava pela vila de Assú e povoação de São José de Angicos **(Figura 3)**. Nesta surgirá a vila de São Romão, cujo processo de urbanização ocorre,

---

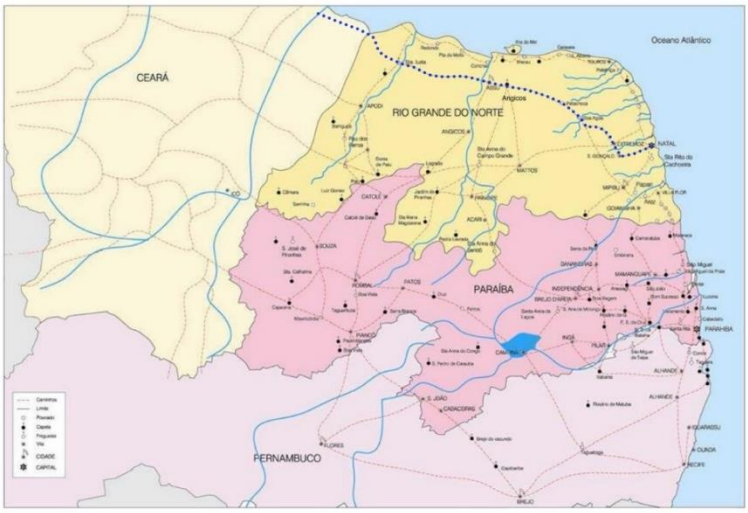
[35] MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos Resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*, 2007, p.76

[36] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 196

[37] DINIZ, Nathália Maria Montenegro. Velhas fazendas da ribeira do Seridó. 205 f. Dissertação (Mestrado) - História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, São Paulo, 2008, p. 51.

sobretudo, no início do século passado. Em 1920, a povoação fazia parte da rede de construção das estradas carroçáveis, destinadas à passagem das pessoas em seus respectivos meios de transporte à época, bois, que permitia o funcionamento da economia por meio da comunicação entre povos e vilas a partir da criação do gado[38]. Em 14 de agosto do corrente ano, as pessoas se reuniam para realizar suas transações econômicas na primeira feira livre na região organizada por Antônio Teixeira que, apesar de não ter desempenhado muito movimento inicialmente, tornou-se mais tarde ponto comercial fixo dos moradores vizinhos[39]. O lugar ficava próximo das margens do rio Pataxó, considerado um pouso de boiadeiros e trabalhadores, movimentava o comércio, as relações sociais e a troca de produtos provenientes da agricultura. Antônio Teixeira, segundo as histórias perpassadas pela oralidade popular na cidade, foi um negociante que trabalhava com a comercialização de produtos locais e importados. Nos registros históricos encontrados durante as entrevistas com os moradores, soube-se que, provavelmente, ele investia em bens imóveis a atuava como uma espécie de fiador.

Figura 3 – Caminho Santa Luzia a Natal.

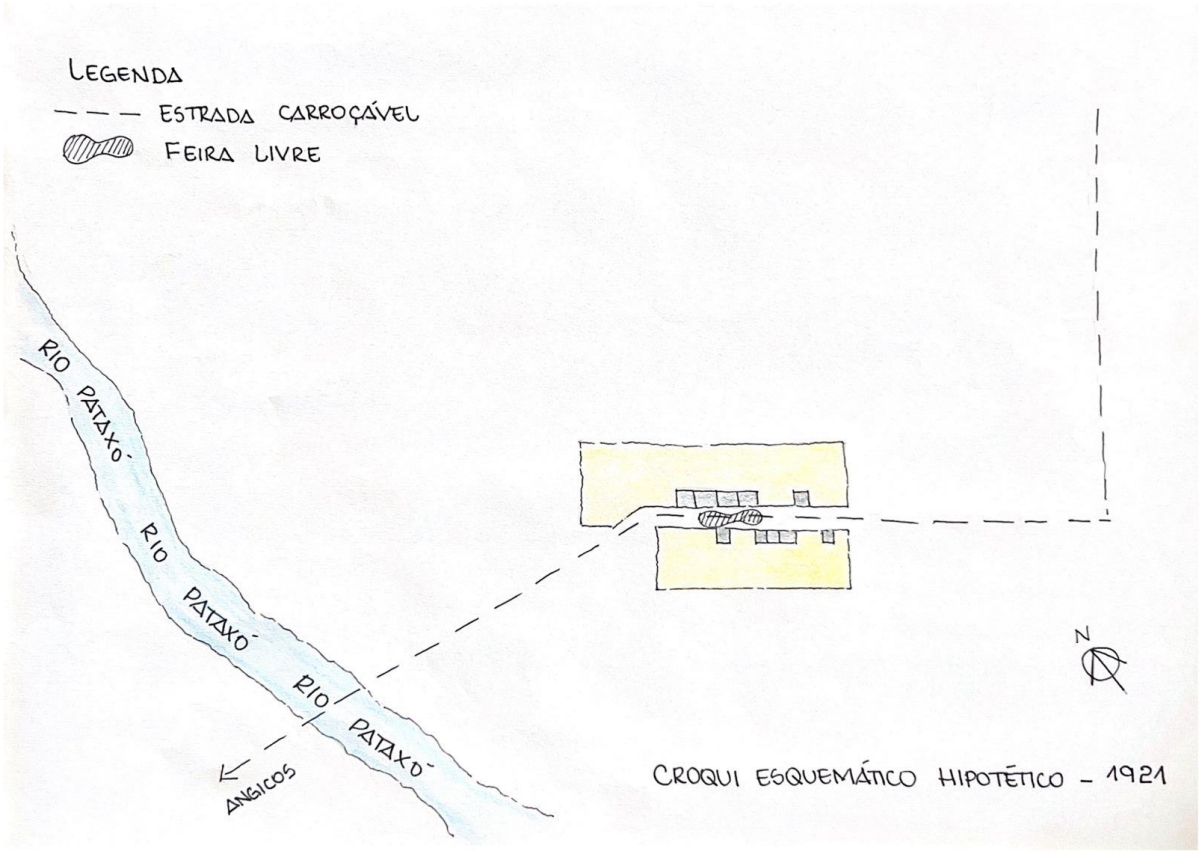


Fonte: Diniz (2008)

A rua onde começou os primeiros movimentos comerciais a partir da presença da feira foi também onde ocorreu o início do processo de urbanização da futura vila de São Romão com a edificação das primeiras casas. Baseado nos relatos populares, assim como na análise de mapas da cidade elaborados durante o seu processo de expansão e remodelação territorial, tem-se uma imagem hipotética de como haveria principiado o processo de urbanização do povoado.

[38] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 196
[39] ALVES, Aluizio. *Angicos*...Op.cit, p. 197

Figura 4 – Croqui esquemático hipotético – São Romão 1921

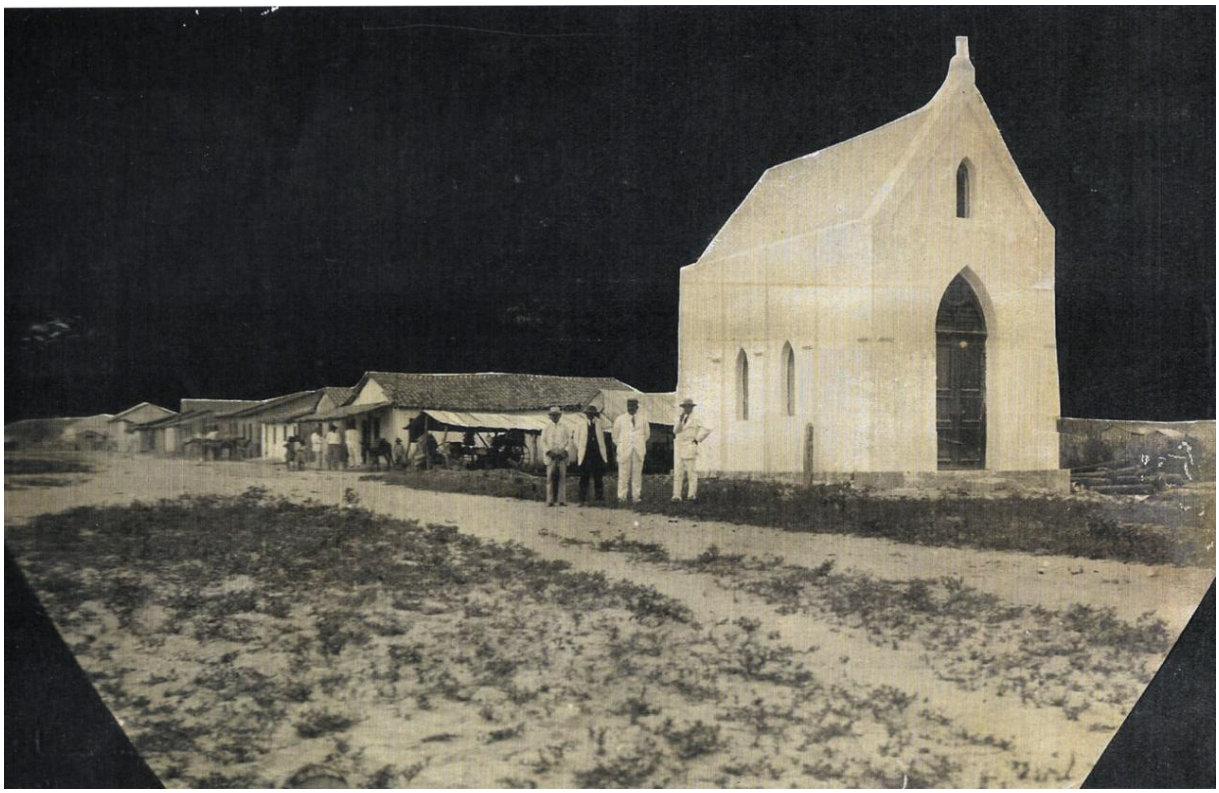


Fonte: Autoria própria (2024).

Hoje, popularmente conhecida como "rua Velha", recebe o nome oficial de rua Prefeito Expedito Alves e mantém exemplares das primeiras edificações em adobe de tijolo até os dias atuais. Com a feira em funcionamento, a chegada de novos comerciantes na área e a construção de novas edificações, tem-se, em 25 de dezembro de 1923, a realização da primeira missa na então Vila de São Romão, celebrada na capela **(Figura 5)** construída próximo à rua Velha[40]. Atualmente, o prédio onde foi sede da capela encontra-se completamente descaracterizado e já passou por diversos outros usos além do religioso.

[40] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 198

Figura 5 – Primeira capela de São Romão



Fonte: Acervo público municipal (1922)

Por volta do ano de 1929, ocorre um evento capital no crescimento material da vila de São Romão, a inauguração do centro industrial da Usina de São Joaquim, empresa dedicada ao ramo de produtos da derivados do algodão, como óleo, torta e pasta[41], fonte principal da economia da região. A usina então torna-se responsável por atrair novos comerciantes para a vila e, por sua vez, novos moradores, haja vista que a dificuldade com a locomoção entre lugar de morada e local de trabalho poderia vir a ser um empecilho no pleno desenvolvimento da função. Dessa forma, aparecem no contexto urbano de São Romão novas edificações que configuram ruas próximas ao lugar de realização da feira livre.

[41] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 198

Figura 6 – Usina São Joaquim

Fonte: Acervo público municipal (1929).

Em 1930, um ano após a chegada da fábrica ao povoado, ocorre a elaboração de um plano de remodelação da povoação de São Romão, que apresenta, em suma, edificações existentes que permaneceriam ou que seriam demolidas, assim como a proposta da disposição e dimensionamento das quadras. Também são idealizadas proposta e setorização de edificações institucionais e equipamentos urbanos, visando o crescimento do núcleo urbano. Não é de conhecimento popular a história por trás dessa solicitação do plano de remodelação, mas, sabe-se que ele não foi seguido fielmente.

Figura 7 – Croqui do plano de remodelação para o povoado de São Romão - 1930

Fonte: Adaptado de Acervo público municipal (2024, 1930).

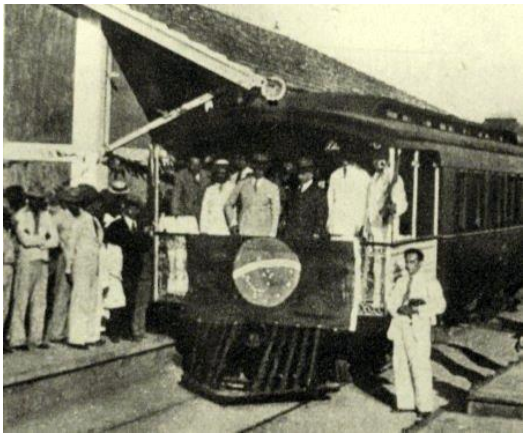
A chegada da usina alterou a dinâmica socioeconômica de São Romão. O movimento de pessoas e mercadorias fez com que a empresa de transportes Sampaio Correia realizasse um ponto de parada na vila. Em decorrência disso, em 1931, Fernando Gomes Pedroza constrói sua morada fixa na fazenda São Joaquim e, um ano depois, tem-se a construção da estação ferroviária, próximo ao pequeno núcleo de edificações que já se conformavam a partir das margens do rio pataxó, ficando à 01 lote de distância da então capela construída em 1923.[42]

[42] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 198

Figura 8 – Residência da família Pedrosa, na fazenda São Joaquim

Fonte: Acervo público municipal (1932)

Figura 9 – Inauguração da estação ferroviária em São Romão



Fonte: Acervo público municipal, 1932

Vale destacar que, próximo à vila, havia a fazenda de São Miguel, um dos principais polos de economia do estado do Rio Grande do Norte[43]. Nessa fazenda, diversos trabalhadores eram residentes na então vila de São Romão, movimentando os contatos operados entre universo rural e cidade.

Nos anos seguintes a integração da Vila de São Romão à rede ferroviária do estado, observa-se o processo de urbanização mais acelerado na primeira metade do século XX[44], com a construção de edificações onde funcionavam pensões, comércios e prédios públicos. De acordo com as observações de Aluízio Alves é possível constatar que, nessa época, já havia cerca de "164 casas de tijolos, 72 casas de taipa e 19 de palha, 9 prédios públicos".[45]

Figura 10 – Incêndio na usina São Joaquim.

479:572$400 de prejuizos com o incendio da Uzina São Joaquim

Communicou o delegado especial de Angicos haver cemettido ao poder judiciario o inquerito a que procedeu na povoação de São Romão acerca do incendio verificado na Usina São Joaquim, na noite de 3 para 4 do corrente, apurando-se das diligencias a casualidade do facto e um prejuizo na importancia de 479:572$400.

Fonte: A ordem (1936)

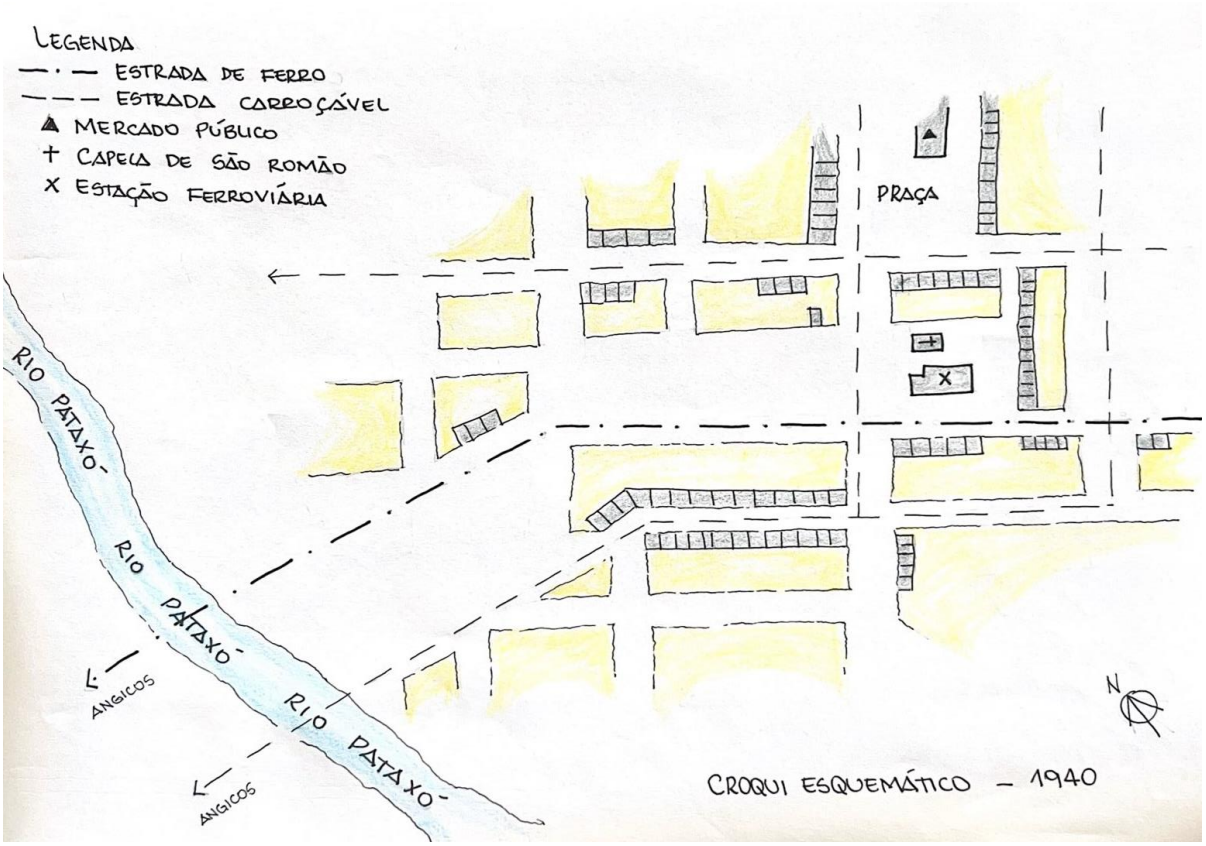
Em 1936, a Usina São Joaquim sofre um terrível incêndio, evento trágico que reduziu os rendimentos da empresa, da economia local e, igualmente, dos funcionários e dos habitantes da povoação **(Figura 10)**. Segundo a notícia do jornal "A Ordem", o prejuízo estimado foi de 479:572$400 cruzeiros de réis.[46]

[43] Informação obtida durante entrevista com o professor Paulo Trindade. 2024.
[44] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 199
[45] ALVES, Aluizio. *Angicos*...Op.cit, 199
[46] A Ordem, 19 de fevereiro de 1936.

Em 1935, a administração local decide projetar o mercado público, com medidas aproximadas de 20m x 45m[47]. Com o crescimento da área urbanizada e das operações econômicas, em 1937, conforme a Lei nº 101 de 19 de outubro de 1937, o governo do Estado decidiu renomear a povoação de São Romão para Fernando Pedroza, toponímia que homenageia o nome de um dos principais agentes da elite local.[48]

Apesar do plano de remodelação proposto em 1930, o povoado seguiu crescendo de maneira irregular e lenta. As casas eram edificadas sem levar em consideração um sequenciamento preciso na malha urbana. Baseado no mapa do povoado de Fernando Pedroza encontrado na seção de documentação fotográfica do livro Angicos[49], tem-se o seguinte esquema:

Figura 11 – Croqui esquemático do povoado de Fernando Pedroza - 1940



Fonte: Adaptado de Alves (2024, 1940)

Entre os anos de 1944-1945, a família Pedroza organiza a construção da igreja da cidade, próximo ao mercado público. A construção da arquitetura sacra contou com a participação da

[47] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997, p. 199

[48] A *Lei nº 10, de 19 de outubro de 1937*, encontra-se disponível na hemeroteca digital da Fundação da Biblioteca Nacional. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=245313&pesq=%22usina%20são%20joaquim%22. Acesso em 24ago. 2024.

[49] ALVES, Aluizio. *Angicos* – 2. ed. – Natal, RN: Fundação José Augusto, 1997.

comunidade local, em forma de mutirão, identificado a partir das figuras 12 e 13. Nesse fenômeno, nota-se o claro sentido de comunidade decorrente da produção de um edifício que, para aquela cronologia, exercia um significativo papel simbólico.

Figura 12 – Construção da igreja de São Joaquim, vista frontal

Fonte: Acervo público municipal (1944)

Figura 13 – Construção da igreja de São Joaquim, vista lateral esquerda

Fonte: Acervo público municipal (1944)

Infelizmente, a pesquisa não conseguiu localizar fontes que descrevessem a história da urbanização de Fernando Pedroza entre da segunda metade do século passado ao fim dos anos 1980. Por outro lado, em 1992, especificamente em 26 de junho, ocorreu a emancipação do distrito de Fernando Pedroza, desmembrando-se do território cidade de Angicos e, em 1996, ocorrem as primeiras eleições municipais, garantindo assim também a independência política da urbe.[50]

[50] *PEDROZA, Fernando.* O Município. Disponível em: https://www.fernandopedroza.aexecutivo.com.br/omunicipio.php. Acesso em 25ago. 2024.

4. ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O presente capítulo aborda a o processo de apreensão do termo "patrimônio" no âmbito nacional, da escala geral à local, desde as suas primeiras aparições, bem como as mudanças de interpretação e conceituação que ele enfrentou com o passar do tempo até chegar no entendimento que temos a respeito do assunto atualmente.

4.1. A Era Vargas e a invenção do patrimônio nacional no Brasil

Durante os anos de 1930 e 1945, o Brasil enfrentou um governo que se mostrou categoricamente autoritário e dividido em três partes: governo provisório, governo constitucional e Estado Novo, sendo este último o momento de maior rigorosidade federal e com menos participação da população, assim como do poder legislativo nas tomadas de decisões.[51] A conhecida Era Vargas, trouxe, além de discussões político-partidárias, estratégias para a imersão do Brasil no contexto patrimonial moderno foram pautas da política de Vargas, apresentando a noção de patrimônio a partir do surgimento dos Estados nacionais modernos e, consequentemente, seu processo de construção da nação, acontecendo nesse momento, a invenção de um passado nacional, promovendo uma "biografia" da nação responsável por contar a história, de uma memória criada por outrem.[52]

Nesse caso, espelhando-se nas noções de Estado advindos especialmente da Revolução Francesa, surgiu-se a necessidade de conservar e preservar o patrimônio nacional, a fim de criar uma identidade nacional, de forma que, no Brasil, ocorreu por meio de uma política de Estado denominada como nacionalismo. Nessas circunstâncias, buscou-se determinar os símbolos e/ou estilos arquitetônicos que fossem capazes de evocar a identidade brasileira. No entanto, durante esse processo, não foi levada em consideração a diversidade arquitetônica dos exemplares existentes no território nacional, garantindo então uma perspectiva unilateral sobre o assunto.

As questões de preservação no Brasil surgem por volta de 1920. As primeiras discussões da proteção e da conservação do patrimônio nacional se dão a partir do estatuto de projetos legislativos. De acordo com Márcia Chuva, o mundo ocidental já se preocupava com questões preservacionistas desde tempos recuados, mas o jurista mineiro Jair Lins apresentou uma visão geral sobre o cenário mundial a respeito do tema e considera que o Brasil entrara tardiamente em cena.[53] Dito isso, o Brasil começa a caminhar rumo às ações de preservação com o auxílio de instituições de fiscalização do patrimônio artístico nacional a partir de 14 de Julho de 1934 – dois

---

[51] SILVA, Daniel Neves. *Era Vargas*, Brasil Escola.

[52] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 24

[53] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da* memória...Op.cit, p. 49

dias antes da publicação da constituição do corrente ano, que atribuiria ao Estado a incumbência de garantir a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural[54] – com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), por meio do decreto 24.735 que, apesar de não ter autonomia para determinar o deferimento do termo monumento nacional a algo, foi responsável, dentre outras competências, pela inspeção de edificações de valores histórico e artístico, promovendo um catálogo e direcionando-o ao governo federal, para que o mesmo apresentasse o parecer, positivo ou negativo, a respeito do título de monumento nacional para cada imóvel.[55]

A Inspetoria de Monumentos Nacionais pode ser considerada como o primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural no Brasil[56], saindo de cena após quase 03 anos de atuação, quando o Estado, por meio da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, cria o SPHAN, instituição responsável por assuntos referentes à preservação, tombamento, identificação e catalogação do patrimônio nacional[57]. Em novembro do mesmo ano, é confirmada a criação da Secretaria conforme a normativa do decreto-lei nº 25, definindo como patrimônio histórico artístico e nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, que tenham sua conservação seja de interesse público, por vinculação a acontecimentos históricos importantes para a história do Brasil ou pelo seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.[58]

Inicialmente, mesmo com a criação do SPHAN inserindo os ideais preservacionistas nas pautas do governo, a noção de patrimônio histórico e artístico brasileiro ainda era associada àquela elaborada nos países europeus, como é o caso das cidades mineiras tombadas de maneira total. Ouro Preto, por exemplo, seu entorno se enquadrava na ideia de patrimônio não necessariamente pelo contexto histórico das imbricações sociais e urbanas ocorridas em Minas Gerais, mas pelo conjunto total da paisagem se assemelhar às cidades portuguesas, a fim de não interferir ou ofuscar diretamente na harmonia com o objeto de interesse.[59]

Essa diferenciação de tratamento pode ser vista em um exemplo citado por Márcia Sant'anna e Daniel Paz durante a discussão da participação da arquitetura popular na constituição e consolidação do campo do patrimônio no Brasil, mais especificamente na Era Vargas, entre os

---

[54] BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Art. 148.

[55] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937).* Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

[56] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inspetoria de Monumentos...Op.cit.*

[57] BRASIL. *Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 1937.

[58] BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Regulamenta o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1937, art. 1.

[59] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 50

anos de 1930 e 1940. No momento histórico em questão, há a negativa de que o texto "a habitação dos timbira", de Curt Nimuendaju (1944), não expressa, à época, valor de patrimônio nacional por parte da *Revista de Patrimônio* do IPHAN, embora esse antropólogo apresente descrições do modo de vida e da arquitetura do povo Canela[60], especialmente sobre elementos voltados para cultura e organização social.[61] Esse caso evidencia o caminho árduo e controverso na definição da identidade nacional.

O processo de criação de uma identidade nacional no Brasil passara então a ser desenvolvido a partir de uma perspectiva baseando-se em "construções recentes, historicamente determinadas, embora com pretensões a uma grande profundidade temporal"[62]. A construção de autoimagens, durante a busca por uma ancestralidade nacional, pôde aparecer, inclusive, no setor da preservação do patrimônio nacional por meio da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN. Franco de Andrade definiu o patrimônio segundo um documento escrito pelo vice-rei, conde de Galveias, em 1742, no qual mencionava a necessidade de proteção a uma edificação considerada patrimônio histórico brasileiro.[63]

Contudo, há um paradigma que permeia a história da definição do que era o patrimônio histórico brasileiro, em especial o arquitetônico, durante o Estado Novo. Assim como sua gestão de Estado, os seus ministérios e ministros impunham em suas atuações um regime centralizado, tanto em ideais quanto em propriedade de poder, de forma que, durante decisões importantes para o desenvolvimento do tema, laços pessoais podem ter interferido diretamente na forma de identificação de uma identidade nacional.[64]

Conforme os estudos de Chuva, os responsáveis pelo processo de institucionalização do SPHAN, assim como o ministro de saúde e educação, Gustavo Capanema, além do então diretor do Sistema de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, constituíam uma espécie de teia mineira, na qual todos mantinham laços afetivos e noções de pertencimento à região de Minas Gerais, por estarem inseridos em seu contexto urbano e social. Com isso, o estado mineiro tornou-se centro dos estudos espaciais referentes às noções de patrimônio nacional. Ainda segundo a autora "a produção artística do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do

---

[60] O povo Canela é como ficaram conhecidos os indígenas dos grupos Timbira, Ramkokamekrá e os Apanyekrá, que vivem no estado do Maranhão – CROCKER, William H. Instituto Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela_Ramkokamekrá. Acesso em: 25 ago. 2024.

[61] SANT'ANNA, Marcia; PAZ, Daniel J. Mellado. *Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular*. 2022, p. 161

[62] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória*...Op.cit, p. 53

[63] SPHAN. 1980a, p.13 apud CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 55

[64] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 58

Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado".[65] Apesar de atuar frente à proteção e preservação do patrimônio à época, o primeiro diretor do SPHAN detinha uma visão limitada e eurocentrada, a partir do conceito proposto pelo nacionalismo da Era Vargas, pois as cidades mineiras, tidas como referência de identidade arquitetônica nacional eram um reflexo direto da paisagem urbana construída em Portugal e replicada por cá.[66]

4.2. Aloísio Magalhães e a nova perspectiva de Patrimônio Cultural Brasileiro

Com o fim do Estado Novo e, posteriormente, com o término da fase heroica[67] do SPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade, surge no Brasil a voz de um personagem capital para a inovação das políticas patrimoniais, o designer, artista plástico e figura política Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães.

Esse novo cenário traria também, quase que em paralelo, discussões a respeito dos possíveis responsáveis na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, corroborando a descentralização de tal ato que, por ora, partia apenas do Estado. Em abril de 1970[68], no 1º encontro dos governadores de estado, foi colocado em pauta e aprovado por unanimidade entre os representantes, a consolidação de um documento referente à atuação de estados e municípios frente à proteção dos bens culturais de valor nacional e regional, a fim de garantir mais autonomia para cada região e suas particularidades, conhecido por Compromisso de Brasília.

Por seu turno, em outubro de 1971[69], agora na segunda edição do mesmo encontro, tem-se um novo documento escrito, o Compromisso de Salvador que, além de reafirmar apoio para com os assuntos abordados no encontro anterior, propõe a criação e aprimoramento de meios de atuação e proteção cultural, a fim de auxiliar o SPHAN em sua tarefa, dentre eles, a idealização do ministério da cultura, assim como fundações no mesmo âmbito no contexto estadual.[70]

Por volta de 1975, Aloísio Magalhães passou a comandar o Centro Nacional de Referência Cultural (doravante, CNRC) ainda sob a administração da Universidade de Brasília. Considerando o avanço nos processos de desenvolvimento econômico e situação política contemporânea no país, o órgão tem então o intuito de formular novas estratégias a fim de evitar a desvalorização dos bens

---

[65] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória*...Op.cit, p. 58

[66] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória*...Op.cit, p. 58

[67] A fase heroica é definida por Maria Cecilia Londres Fonseca a partir do período de desenvolvimento das primeiras políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. – Ver FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

[68] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Compromisso de Brasília*. Brasília, 1970.

[69] **I**NSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Compromisso de Salvador*. Salvador, 1971.

[70] **I**NSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Compromisso de Salvador*. Salvador, 1971.

culturais brasileiros, dando uma nova perspectiva a respeito do tema, além de compreender de maneira mais ampla os meios e as produções culturais brasileiras.[71]

Pelo olhar de Magalhães, em sua obra denominada de "É triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil", a produção cultural desenvolvida no Brasil carecia de força própria e isso se dava, principalmente, pela falta do conhecimento a respeito da própria cultura brasileira, haja vista a falta de organização nos estudos e levantamentos desenvolvidos a fim de obter conhecimento sobre determinado assunto.[72]

Segundo Marcelo de Brito Albuquerque Pontes, a fim de colocar em prática suas ideias de reorganização dos trabalhos patrimoniais com o intuito de alavancar o crescimento nacional, Aloísio Magalhães se mune do que ele acredita ser a chave para a abertura de novas portas: a conceituação do que seria "bem cultural" de maneira mais pluralista do que aquela definida por Melo Franco de Andrade dentro do contexto da preservação do patrimônio nacional.[73] Isto é, a noção de bem cultural passa a ser apreendida de maneira mais ampla, considerando, dentre alguns aspectos, os hábitos, costumes e maneiras de agir dos povos brasileiros, que configuram uma nação diversificada, capazes de evocar, de fato, a identidade nacional.

Dessa maneira, durante o período em que passou à frente do CNRC, Aloísio Magalhães propôs reestruturar as maneiras de estudo sobre a cultura brasileira por meio de uma análise dinâmica, partindo especialmente de três aspectos: (i) a adequação às condições específicas do contexto cultural do país; (ii) a maneira como os fenômenos podem ocupar e flexibilizar em determinados contextos, principalmente na vinculação deles às raízes culturais; e (iii) a forma como ocorre o vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes formas de expressão, lançando luz na percepção, no estímulo e nas alternativas regionais.[74]

Conforme os trabalhos foram tomando forma com uma equipe multidisciplinar, inicia-se uma abordagem que compreende contexto em que foi criado o bem cultural, a forma como ele influencia modo de vida e o comportamento sociais e como molda a identidade cultural com base na contextualização. Com isso, conforme as reflexões de José Mindlin, o reconhecimento dos bens culturais passa a não permear apenas o seu valor estético, associado a algo erudito ou de raiz barroca-colonial, leva-se em consideração o significado que a sociedade atribui ao bem, chamando a atenção para as comunidades, colocando o ser humano como responsável pelo processo criativo

---

[71] DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado.* 2017, p. 32-34

[72] MAGALHÃES, Aloisio Sérgio Barbosa. *É triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil.* 1976, p. 116 apud DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado.* 2017, p. 33

[73] FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. *Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro*. São Paulo: FAUUSP, 1994, p. 84

[74] MINDLIN, José. *Aloísio Magalhães: um "designer" polivalente.* In: ALOISIO Magalhães e o desenho industrial no Brasil. São Paulo: FIESP/CIESP, 1983. p. 2.

do bem cultural, nas suas mais diversas formas de manifestações; consagra-se, então, além das novas perspectivas sobre um assunto já existentes, a ideia de patrimônio imaterial.[75]

Desse modo, a partir de 1980, após o amplo conhecimento divulgado a respeito do tema, o IPHAN passou efetivamente a considerar como patrimônio nacional outras expressões arquitetônicas e de ocupação de território no país dissolvendo a política de "sacralização" do barroco de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a teia mineira que compunha o sistema responsável por esse órgão, especialmente entre os anos de 1930 e 1940.[76]

4.3. A preservação do Patrimônio nas escalas estadual e municipal

A partir dos Compromissos de Brasília[77] e Salvador[78] novos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico cultural surgiram, dando autonomia política às diferentes regiões do país, descentralizando a administração antes circunscrita no SPHAN. Considerando o ambiente trabalhado na presente pesquisa, é válido ressaltar o papel da Fundação José Augusto (doravante FJA) como mecanismo de atuação na área da defesa dos bens culturais potiguares.

A FJA é o órgão responsável a nível estadual por promover, difundir, apoiar, financiar, gerenciar e documentar atividades culturais do Rio Grande do Norte, além de atuar no processo de tombamento do patrimônio material ou imaterial referente ao mesmo estado.[79]

A FJA trabalha em parceria com órgãos no âmbito municipal, como as Casas de Cultura, que democratizaram as ações culturais no estado, permitindo alcançar diferentes lugares e realidades.[80] A cidade de Fernando Pedroza passou a integrar recentemente o grupo de municípios que investem na criação de uma Casa de Cultura. De acordo com a lei municipal nº 389, de 15 de setembro de 2022[81], foi criada a Casa da Cultura Francisco Tavares da Silva, funcionando sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e da coordenação municipal de cultura.

---

[75] MINDLIN, José. *Aloísio Magalhães: um "designer" polivalente*. In: ALOISIO Magalhães e o desenho industrial no Brasil. São Paulo: FIESP/CIESP, 1983. p. 2.

[76] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 59

[77] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Compromisso de Brasília*. Brasília, 1970.

[78] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Compromisso de Salvador*. Salvador, 1971.

[79] GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Fundação José Augusto*.

[80] GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Casas de Cultura.*

[81] Lei Municipal nº 389, de 15 de setembro de 2022. *Dispõe sobre a criação da Casa da Cultura Francisco Tavares da Silva.* Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 2867, em 16 de setembro de 2022.

Desde a emancipação política da cidade, em 1992, essa foi a primeira lei elaborada pelo município que compete, ainda que de maneira frágil, à preservação do patrimônio edificado local. Conforme a seção III do capítulo I, sobre as finalidades para a criação da instituição, temos:

> II – Resgatar, proteger, restaurar, abrigar, preservar, zelar, catalogar, ordenar, classificar, administrar e valorizar dados e bens que integram o acervo e o patrimônio histórico cultural do município.[82]

Contudo, na seção I do capítulo II, onde são abordadas as competências da Casa de Cultura, apenas uma, das 16 descritas, fala especificamente sobre ações de preservação do patrimônio edificado, nesse caso, através da sugestão do tombamento[83] à nível municipal.

Apesar do respaldo gerado pela existência de pelo menos uma competência, há uma carência em propostas de ações de educação patrimonial no município, assim como a baixa divulgação do assunto perante a comunidade local.

4.4. Cartas patrimoniais

Desde a publicação da Carta de Atenas, em 1931, o mundo encontra-se unido em termos de disseminar estudos, diretrizes e informações norteadoras a respeito de temas relacionados à preservação do patrimônio histórico. Assim, em diferentes congressos e reuniões internacionais foram escritas cartas patrimoniais, instrumentos de aprofundamento nas questões teóricas e políticas do manejo do patrimônio, para o uso dos especialistas e a sociedade rumo a um mundo responsável e justo.

A Carta de Veneza, base teórica aberta a interpretações locais, elaborada em maio de 1964, durante o segundo congresso internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, aborda assuntos sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, trazendo como enfoque principal, a difusão do conhecimento a respeito de leis e documentos sobre tal. Visando esse objetivo, em 1965 é criado um organismo não-governamental global associado a UNESCO, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS – baseado estritamente na Carta de Veneza, sendo responsável pela promoção da conservação, proteção, uso e valorização dos monumentos, centros urbanos e sítios.[84]

Dentre as principais discussões desenvolvidas no documento, há uma nova definição atribuída à noção de monumentos históricos, tratando-os por um ponto de vista simbólico, como elementos portadores de história e, não necessariamente, atrelados ao imaginário de

---

[82] Lei Municipal nº 389, de 15 de setembro de 2022. *Dispõe sobre a criação da Casa...Op.cit.*

[83] O tombamento é uma ação de preservação que ocorre quando o Estado reconhece e protege um bem de valor histórico, cultural, artístico ou ambiental, promovendo a manutenção da integridade do patrimônio e controlando as ações que o envolvam, para que ocorram de maneira regular e autorizada, sem danificá-lo ou comprometê-lo.

[84] *ICOMOS BRASIL*. Disponível em: icomos.org.br

grandiosidade/monumentalidade, mas sim como bem cultural. Faz-se valer também do fim da distinção entre monumentos vivos e monumentos mortos. Embora um monumento não ter mais uso, como uma ruína por exemplo, não significa que ele não seja significativo para uma determinada sociedade, evidenciando assim o caráter histórico do testemunho vivo das tradições seculares de um povo[85]. Em outros termos, a humanidade deveria idealmente preservar os monumentos com autenticidade[86], para que haja a transmissão da história e memória à posteridade. A carta demarca a necessidade de preservação de maneira organizada e responsável dos monumentos com o intuito de mantê-lo como testemunho vivo da história e vida em sociedade.

Tempos depois foi redigida a Declaração de Amsterdã, em 1975, durante o Congresso de Patrimônio Arquitetônico Europeu. Esse documento reconhece a Europa como berço de uma arquitetura singular e patrimônio comum, não só dos seus povos, mas do mundo inteiro, haja vista sua influência sobre as demais nações. Contudo, a declaração traz algumas observações a respeito do sentido de pertencimento e de preservação do patrimônio europeu:

> a) Além de seu inestimável valor cultural, o patrimônio arquitetônico da Europa leva todos os europeus a tomarem consciência de uma história e destino comuns. Sua conservação é, portanto, revestida de uma importância vital.[87]

Ainda no corpo do documento, são listadas outras diretrizes que configuram ao indivíduo, seja ele pessoa física ou instituição, o papel de responsabilidade sobre a história, tanto de maneira coletiva, quanto individual. Entretanto, para que seja dada a devida importância ao tema, é necessário que a população esteja consciente do "porquê" preservar e conservar a cidade, em memória e em ação. Nessas circunstâncias, o pertencimento do patrimônio à sociedade será perpetuado mediante apreciação "pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, se preocupar mais intensamente com essa matéria.[88]

O incentivo da Declaração de Amsterdã se circunscreve, dentre alguns aspectos, em programas de educação patrimonial como metodologia de ressignificação cultural do patrimônio edificado. A declaração encerra então com proposições para que haja uma maior preocupação com o fornecimento de educação patrimonial de qualidade, visando manter viva a história de uma sociedade a partir da participação de personagens que sequer tenham vivido durante o início da sua conformação espacial. Isto é, a partir da divulgação da história, relacionando às vivências atuais, a fim de preservar o passado.

---

[85] Comentários feitos a partir da palestra *"A cidade na Carta de Veneza (1964) e na Carta de Washington (1986)"*, ministrada por Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: UNIFESP, 2024.

[86] Autenticidade não diz respeito ao estado original, mas à permanência dos testemunhos do passado, respeitando as estratificações – Kühl, Beatriz Mugayar, São Paulo: UNIFESP, 2024.

[87] EUROPA, Conselho da. *Declaração de Amsterdã. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu*, 1975, p. 01

[88] EUROPA, Conselho da. *Declaração de Amsterdã. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu*, 1975, p. 02

Em 1985, a Declaração do México é promovida pela Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Seu texto põe em xeque a preservação do patrimônio cultural a partir da modificação da paisagem urbana em decorrência das ações humanas sobre o território e a natureza. Esse documento explana sobre as diversidades culturais e sociais, sem esquecer de mencionar o respeito e o direito do outro à paz.

A década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 trazem novas cartas e recomendações. Entretanto, com foco especial nas disseminações de ações e informações a respeito do patrimônio imaterial e/ou intangível. Apesar de serem de extrema importância para o cenário da preservação como um todo, em 2009 foi publicada a Cara de Nova Olinda, documento que se enquadra no tema da educação patrimonial e outros que esse trabalho realiza. Esse documento apresenta o significado das ações educativas destinadas à promoção do patrimônio cultural brasileiro, tanto com relação à disseminação da sua função social quanto a respeito da sua preservação. Desse modo, o documento[89] sugere a educação patrimonial como instrumento capaz de fomentar a construção do conhecimento, assim como a participação social nas decisões e discussões educativas, ecoando diretamente na preservação do patrimônio cultural a partir da perspectiva individual.

As cartas patrimoniais são instrumentos que podem articular critérios propositivos de educação patrimonial, sobretudo quanto à disseminação do conteúdo histórico, do conceito de patrimônio e de memória material de arquiteturas, cidades e paisagens especialmente entre os jovens.

4.5. Arquitetura, afeto e memória

Atualmente, para entendermos de onde nós viemos e por quais motivos ornamentais percorremos para chegar até as definições da arquitetura atual, fez-se necessária a preservação dos registros físicos, simbólicos e/ou contados de geração em geração, para que se mantenha viva a história e a memória individual e coletiva. Registrar o que vivemos é uma forma de eternizar, para a posteridade, momentos e eventos que jamais serão experenciados outra vez. De acordo com Chuva,

> Se a memória está sempre marcada pelo tempo passado, é o tempo presente – de quem a constrói – que faz as escolhas, pela experiência de seu próprio tempo, referenciadas no seu passado.[90]

Assim, é preciso vincular a memória à arquitetura e sua preservação, pois aquela seria uma dimensão fundamental para que haja respeito à história e ao significado social e afetivo de um lugar. Na psicologia social, temos a professora Ecléa Bosi que, em suas obras, aborda sobre temas que

---

[89] PATRIMÔNIO, casas do. *Carta de Nova Olinda*, 2009.

[90] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 28

pairam sobre as noções de tempo, memória e sociedade, mostrando como essas dimensões se entrelaçam e ganham significado sobre a vivência das pessoas dentro das suas próprias realidades sociais e individuais.

Tomando como base o tempo de vida das pessoas mais velhas, é possível obter informações valiosas de como elas já enfrentaram determinados eventos, tempos bem-marcados que se apresentam repletos de experiências vividas em uma sociedade desconhecida pela geração atual. Segundo Bosi[91], imputa-se às pessoas mais velha a obrigação social de "lembrar", fato que não se aplica aos jovens. Essa obrigação não tende a ser algo que se espera como uma exigência de fato, mas como uma função destinada àqueles que já estão afastados do trabalho e dados à rememoração do passado.

Bosi, em sua obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, comenta sobre a memória fundamentada em diversos aspectos, incluindo a perspectiva da memória como função social. Conforme a autora, a memória dos velhos pode nos levar a conhecer uma realidade desconhecida em um mundo social com riqueza e diversidade, isto é, "momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente".[92]

Para entendermos o mundo em que vivemos, é necessário que haja a troca de conhecimento e vivências com as pessoas mais velhas, a fim de nortear e situar o indivíduo em sua própria realidade. Quando associamos os pensamentos de Bosi para com as expressões da arquitetura de Fernando Pedroza, vemos uma fonte esgotável[93] de informações que, caso não sejam repassadas em tempo ou a quem de fato se interesse pelo assunto, podem vir-a-serem perdidas nos meandros obscuros do passado. Ela argumenta:

> A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparição de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.[94]

Quando pensamos na preservação de bens arquitetônicos, podemos associar essas reflexões diretamente às ideias de restauração e requalificação; ou ainda, podemos vir a associá-la aos registros fotográficos, categoricamente visuais, que nos permitem entender como de fato se moldava historicamente determinada sociedade. O problema encontra-se quando não temos acessos à tais registros, ou quando já não há mais espaço físico para se constatar. Ainda seguindo

---

[91] BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 20. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2023, p. 66

[92] BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*...Op.cit, p. 85

[93] Dado o percurso natural da vida, se não nos atentarmos e buscarmos o quanto antes ouvir e documentar as informações mantidas nas memórias dos mais velhos, hora ou outra elas deixarão de existir.

[94] BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*...Op.cit, p. 85

a linha de raciocínio de Bosi, colocando o indivíduo mais velho como responsável por contar a sua história, é possível encontrar nele uma maneira de ver a realidade pelos olhos de quem a viveu:

> Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.[95]

Desse modo, é possível identificar a necessidade do afeto para com a história contada. A dimensão afetiva seria capaz de estimular no narrador a história da vida, os detalhes mais triviais de uma situação experenciada. A sensação de pertencimento, de ter vivenciado de corpo e alma, cria no indivíduo as lembranças de um tesouro particular, evidenciados a partir de uma memória comum. São essas memórias que notadamente definem a noção de identidade, seja ao lugar, seja de conhecimento pessoal.

Em outro trabalho - *O tempo vivo da memória: ensaios da psicologia social* – Bosi segue abordando o significado do pertencimento dos mais velhos a partir das histórias por eles vividas e relembradas. A relação de apego com os "objetos biográficos" que os rodeiam[96] pode ser entendida para além do lustre da sala, a louça de casamento guardada na cristaleira e a cadeira de balanço ao fundo da varanda, mas no sentido mais amplo da definição de um objeto[97], relacionando-o diretamente à vida e às histórias construídas dentro do próprio lar. Ora, o que poderia me causar mais sensação de posição no mundo do que meu próprio lugar de morada? Como bem posiciona Bosi, "os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal".[98]

Por seu turno, a perspectiva de Lucy Huskinson introduz a memória imbuída no evento arquitetônico e como a arquitetura pode ser um recurso indispensável na identidade do indivíduo.[99] De acordo com a autora, entre outras percepções, há duas maneiras de compreender a arquitetura a partir da sua legibilidade: (i) a leitura literal, que parte da relação entre indivíduo e construção, baseada puramente no uso e na necessidade imediata; e (ii) a leitura imaginativa, o princípio de associação da arquitetura em termos simbólicos e não necessariamente por sua área construída, mas da nossa personalidade inconsciente.[100] Nesse sentido, as formas arquitetônicas transmitem algo muito além do que aquilo que elas se propõem enquanto construção em si e função para

---

[95] BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 20. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2023, p. 427

[96] "Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam (...) Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão à nossa posição no mundo, a nossa identidade;" BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios da psicologia social*. 4. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2022, p. 25-26

[97] Não focar no óbvio ou mais direto, mas analisar do ponto de vista de tudo aquilo que pode ser percebido através dos sentidos.

[98] BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*...Op.cit, p. 26

[99] HUSKINSON, Lucy. *Arquitetura e psique: um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas.* 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021, p. 125

[100] HUSKINSON, Lucy. *Arquitetura e psique: um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas.* 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021, p. 168-169

determinado uso. O efeito da edificação na subjetividade humana será individual conforme as próprias experiências de vida.

A autora exemplifica ainda o processo de assimilação da *psique* para com a mudança da paisagem urbana, a partir de alteração nas características de uma edificação. Huskinson comenta que, as alterações na arquitetura podem passar despercebida pelo observador alheio aos fenômenos e processos de construção. Entretanto, a partir do momento que houver a sensação de confusão, frustação e afastamento da realidade, significa que, por ora, aquela construção lhe cativou de alguma forma, ainda que tenha sido a partir da leitura imaginativa.[101]

Permitir-se cativar pelo lugar onde vive, apesar de ser uma tarefa puramente inconsciente como posto anteriormente por Huskinson, é, acima de tudo, estar aberto a vivenciar o entrelaçamento entre território, corpo e alma, disposto a ouvir, viver e criar laços. Nesse aspecto, o geógrafo Rogério Haesbaert afirma que o "afeto se desdobra no deixar-se tocar pelos outros – humanos e/ou lugares. Por isso a importância dos **lugares** e o fato de eles fazerem tanta diferença".[102]

Quando criamos vínculo pessoal com o espaço, podemos chamá-lo de "lugar". O lugar aparece seria a mediação criadora de conexões, afetividade e identidade, a partir dos elos vividos que por ele permeiam[103]. É sobre se sentir confortável no estar; sobre criar memórias para contar e, ainda, é sobre entender-se como parte do mundo que "somos responsáveis pelos lugares que nos cativam – e por aqueles que culti/cativamos".[104]

5. ARQUITETURA RESIDENCIAL DE FERNANDO PEDROZA

Neste capítulo serão apresentadas, de maneira individualizada em texto único, as informações obtidas por meio de experiências visuais, de entrevistas e levantamentos realizados nas moradas que merecem preservação de sua memória em Fernando Pedroza. A ideia é apreender sensivelmente os espaços, ornamentos e objetos que formulam alguns exemplares da arquitetura residencial da cidade em estudo. Mediante o "pensar com os olhos"[105] (BAYÓN, 1993), lança-se luz na sensibilidade plástica produzida por mestres construtores e moradores, para além das categorias estanques das estilizações determinadas pela História da Arte dos séculos XIX e XX.

Durante o processo, alguns dados se tornaram basilares, como história da construção da edificação, qual foi o profissional responsável pela elaboração dos espaços domésticos, tempo de moradia e modificações em seus ornamentos e espaços ao longo do tempo. Cada entrevista é a

---

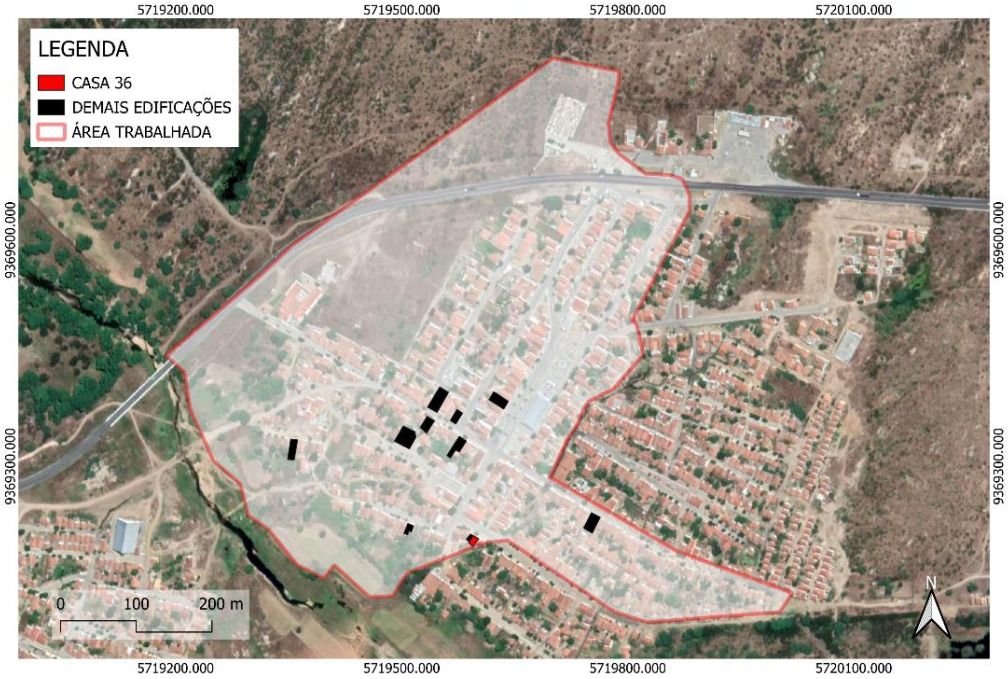
101 HUSKINSON, Lucy. *Arquitetura e psique*...Op.cit, p. 169
102 HAESBAERT, Rogério. *Por amor aos lugares*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, p. 11
103 HAESBAERT, Rogério. *Por amor aos lugares*...Op.cit, p. 14
104 HAESBAERT, Rogério. *Por amor aos lugares*...Op.cit, p. 11
105 BAYÓN, Damián. *Pensar con los ojos*. 2 ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, S. A, 1993.

representação do sentido de pertencimento do morador com sua casa, o registro dos vínculos afetivos com o seu lar.

5.1. Residência 36

A casa de número 36, localizada na rua São José, foi construída nos anos 1930, depois da chegada da ferrovia na cidade. Não há registros documentais c sobre quais foram seus primeiros moradores ou qual o profissional responsável por sua construção; todavia, sabe-se que sua planta original era formulada por quatro salas destinadas ao uso de prestação de serviço à comunidade.

Figura 14 – Mapa de localização – Casa 36



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Segundo os relatos da sra. Maria Soledade Nascimento Cardoso, atualmente com 97 anos, ela se mudou para a edificação há, no mínimo, 40 anos, na década de 1980, quando seu marido, Luiz Leandro comprou a casa. Luiz Leandro era carpinteiro, sendo o responsável por realizar algumas modificações no imóvel, adicionando ao fundo um espaço destinado à cozinha, mais um quarto e banheiro. A estrutura da coberta preserva parcialmente o seu madeiramento original em carnaúba **(Figura 15)**. As esquadrias foram substituídas e suas dimensões alteradas. Para separar o uso das salas entre estar e jantar, o proprietário projetou um pórtico em madeira maciça, concedendo individualidade à residência **(Figura 16)**.

Figura 15 – Estrutura da coberta – Casa 36

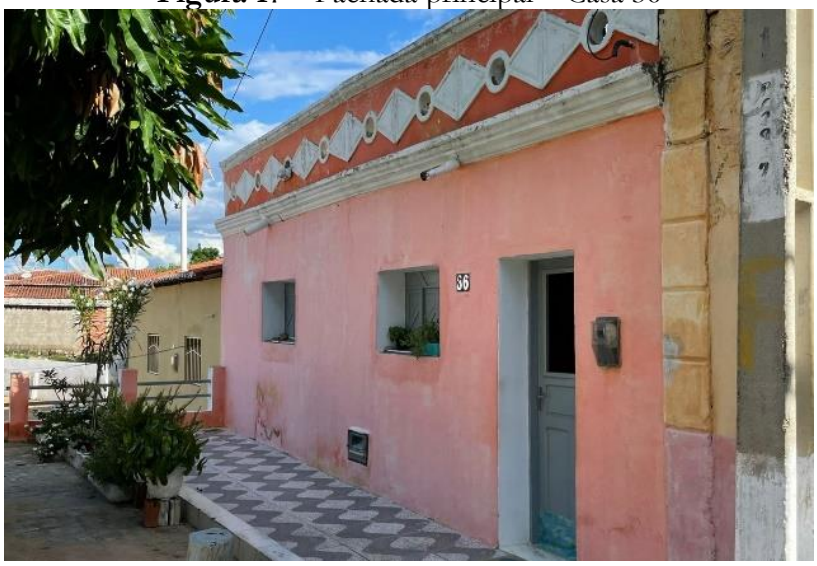
Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 16 – Detalhe do pórtico em madeira – Casa 36

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Sua fachada **(Figura 17)** mantém seus ornamentos originais preservados na platibanda. A composição é uma combinação linear de elementos geométricos circulares e poligonais em forma de losango. Na parte superior da platibanda, assim como entre o pano de parede das aberturas e os ornamentos, observam-se duas cimalhas. As gárgulas em forma de cano captam as águas pluviais, que são lançadas na calçada. Suas paredes, tanto externas quanto internas, são espessas. A cumeeira é consideravelmente alta e seu piso original era em pedra, posteriormente substituído por cimento queimado. Atualmente, o piso apresenta-se com revestimento cerâmico.

Figura 17 – Fachada principal – Casa 36

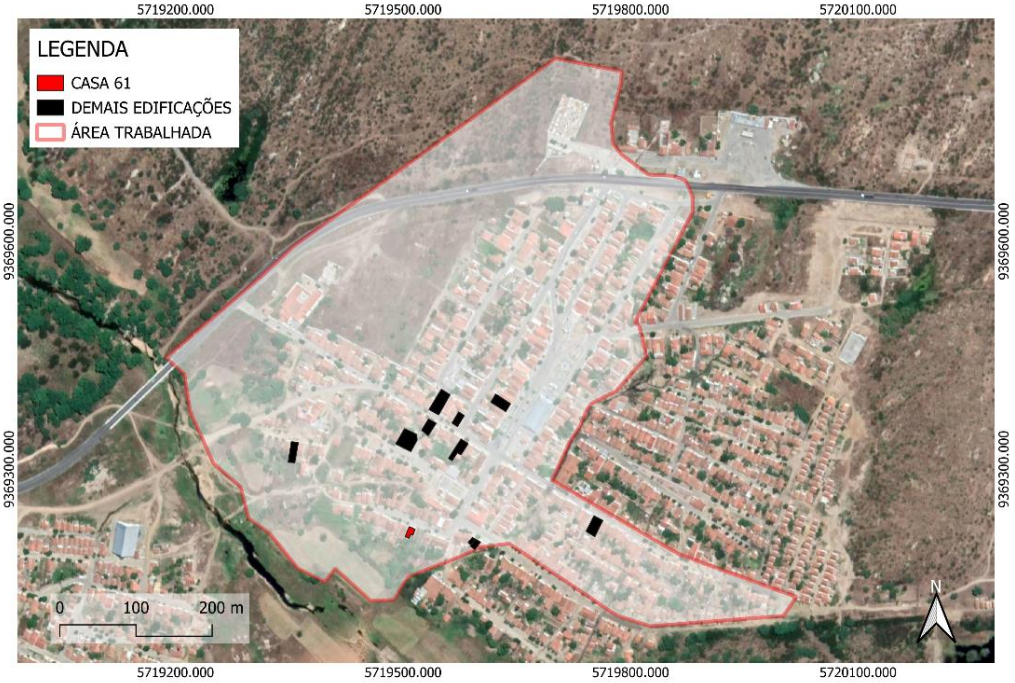


Fonte: Acervo pessoal (2024).

5.2. Residência 61

Assim como outras edificações, a casa de número 61 foi projetada e construída pela usina de São Joaquim na década de 1930, com o intuito de servir como casa de operário. De acordo com a narração do morador, com a falência da usina, a construção passou pelo processo de alienação de bens, ficando sob responsabilidade de um banco. Posteriormente, foi comprada por João Salviano, que viria a ser um importante líder político na região. Em 1980, José Pereira do Nascimento comprou a edificação, seu atual proprietário e morador da casa.

Figura 18 – Mapa de localização – Casa 61



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Situada na rua Expedito Alves, primeiro logradouro existente na antiga Vila de São Romão – formado por volta de 1920, a partir da feira livre organizada por Antônio Teixeira – a edificação em questão preserva em sua fachada **(Figura 20)** a modenatura "porta e janela". Suas características ornamentais chama a atenção pelos pináculos em formato de abacaxi **(Figura 19)** nas extremidades esquerda e direita da platibanda. Elementos floreados, composição poligonais em losango e ainda, molduras nas esquadrias principais, encontram-se preservadas.

Figura 19 – Pináculo lateral em formato de abacaxi – Casa 61

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Originalmente, os arames de fio (que exerciam a função de ripa) e a estrutura da coberta são de carnaúba. Com o passar dos anos, a carnaúba foi trocada por madeira branca. A residência possuía um banheiro separado da edificação, como era de costume à época. Conforme a narrativa do morador, com o apoio de um programa da prefeitura, foi realizada a construção de um banheiro integrado ao imóvel. Suas paredes espessas de adobe de tijolo compõe seu material principal. A cumeeira alta e piso em cimento queimado garantem à casa conforto térmico para os moradores, sendo considerada fresca e arejada até nos dias mais quentes daquele sertão.

Figura 20 – Fachada principal – Casa 61

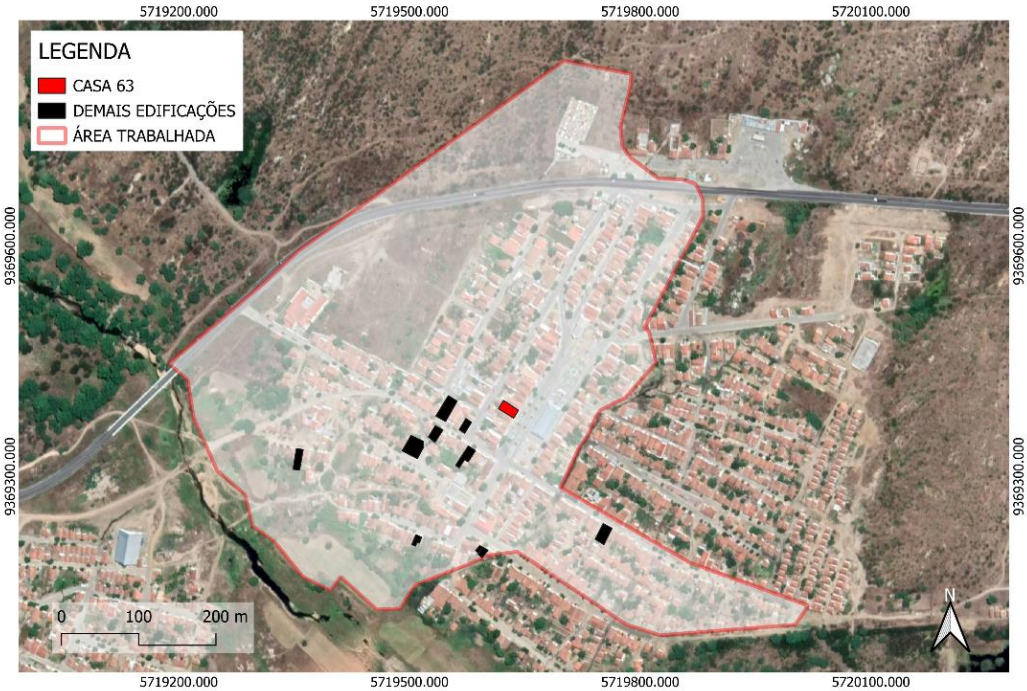
Fonte: Acervo pessoal (2024).

As novas esquadrias vieram para substituir as originais, feitas em madeira de cumaru que, segundo os moradores, era responsável por trazer um cheiro ímpar aos ambientes. A respeito da disposição inicial dos cômodos, havia uma sala, seguida por um quarto central, acessado pelo corredor lateral esquerdo, e a cozinha ao fundo. Entre os anos 2002 e 2005, foram adicionados dois outros quartos posicionados na lateral esquerda do imóvel.

5.3. Residência 63

Construída por volta de 1935, a edificação número 63, localizada na rua João Salviano Sobrinho, foi morada de Francisco Terto Barbosa e sua família. De acordo com relatos da atual moradora, Zé Terto foi responsável pela realização de diversas obras arquitetônicas, tanto de uso institucional, quanto residencial, na então Vila de São Romão, incluindo sua própria casa. De fato, esse ator configurou a paisagem de Fernando Pedroza. Preservar a memória da arquitetura residencial urbana da cidade, significa perpetuar a memória de Zé Terto para a posteridade, sendo premente, portanto, que a educação patrimonial aqui proposta o inclua em sua didática.

Figura 21 – Mapa de localização – Casa 63



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

A residência hoje é morada de uma de suas filhas, Janice Terto Barbosa, de 78 anos. Desde a sua construção, a casa passou por uma única grande reforma, no ano de 1995, por meio da qual ocorreram as principais modificações em sua composição arquitetônica. Com acesso principal pela lateral direita e três janelas frontais, que lhe garantem uma simetria especular em sua fachada. Por

questões de conveniência às demandas das relações domésticas, um banheiro social foi acrescentado na área da cozinha, pois ele situava-se no quintal. As esquadrias externas foram substituídas por novas e houve, também, a troca do madeiramento estrutural da coberta, antes em carnaúba. Ainda durante a reforma, ocorreu a adição de forro de gesso em alguns cômodos.

Figura 22 – Salas integradas por pórtico – Casa 63

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 23 – Piso lateral em pedra natural – Casa 63

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Entretanto, sua fachada **(Figura 24)** com frisos verticais bem-marcados, além da pequena marquise da janela central, permanece preservada. Suas espessas paredes, juntamente ao piso de cimento queimado – tanto vermelho **(Figura 22)**, como em seu tom natural – promovem aos ambientes internos um microclima arejado e termicamente confortável. Conforme os relatos da moradora, o piso lateral em pedra natural **(Figura 23)**, que guia o indivíduo à porta principal, as esquadrias internas e o forro da primeira sala de estar, feito em alvenaria, são originais.

Figura 24 – Fachada principal – Casa 63

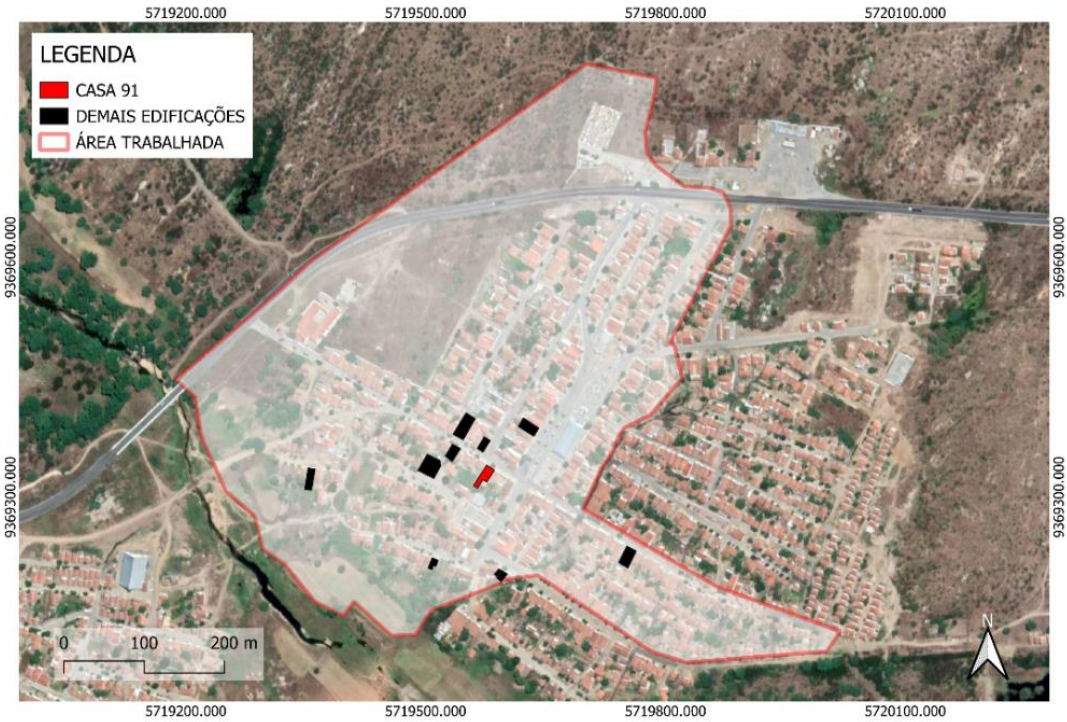
Fonte: Acervo pessoal (2024).

Em sua distribuição espacial, é possível encontrar três salas alinhadas, que dão acesso a dois quartos na lateral esquerda, seguidos pela cozinha e banheiro social. No quintal, além da estrutura do antigo banheiro, encontra-se a cisterna responsável pelo primeiro armazenamento de água da edificação.

5.4. Residência 91

Situada na atual rua Calmon Costa, a edificação de número 91 foi construída em 1932, como mostra a data identificada na platibanda da edificação. Trata-se do primeiro imóvel construído nesse logradouro pelo mestre construtor Francisco Terto Barbosa, popularmente conhecido como "Zé Terto". A história oral conta que os primeiros moradores da casa foram os irmãos Teresa, Raimunda e José Feliciano, sendo o último o proprietário em registro. Entre os anos de 1932 e 1966, a edificação recebeu outros usos. Segundo a atual moradora, além de moradia unifamiliar, ali funcionou uma pensão e instituição de ensino primário que, devido à pouca adesão de alunos, não permaneceu com esse propósito pedagógico por muito tempo.

Figura 25 – Mapa de localização – Casa 91



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Em 1966, a casa foi vendida e se tornou residência da família do delegado João Paulino de Oliveira. Por não existir uma delegacia na cidade, essa arquitetura exerceu também essa função para atender à população que necessitava de serviço de segurança pública. Atualmente, ela ainda é o lar das filhas de João Paulino.

A residência conserva em sua fachada **(Figura 26)** parte de sua decoração original, como floreados, elementos arqueados interrompidos combinados com linhas verticais saltadas e bem definidas. Os arremates circulares registram o ano de construção (1932). A estrutura da coberta, em três águas, é em madeira de carnaúba e maçaranduba, árvores de boa incidência na região.

Figura 26 – Fachada principal – Casa 91

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Durante a entrevista, a morada relatou que houve alteração em sua planta original. Em 1978, um banheiro foi acrescido no interior da casa em decorrência das necessidades domésticas. Antes, ele se localizava no final do jardim lateral **(Figura 27)**. Posteriormente, esquadrias frontais foram removidas dando lugar a uma parede "cega". Em seguida, houve a troca das esquadrias originais por patologias provocadas por infestação de cupim. O antigo piso de cimento queimado foi substituído pelo atual revestimento cerâmico. Em 2021, sua fachada passou por alteração sem o consentimento da atual proprietária. Na ocasião, foram retirados elementos circulares e parte dos floreados que ornamentavam a platibanda, juntamente com a moldura da antiga janela. Linhas verticais e horizontais, que evocavam uma ideia de textura a partir de blocos de pedra empilhados, igualmente foram removidos.

Figura 27 – Jardim lateral – Casa 91

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 28 – Pórtico em alvenaria – Casa 91

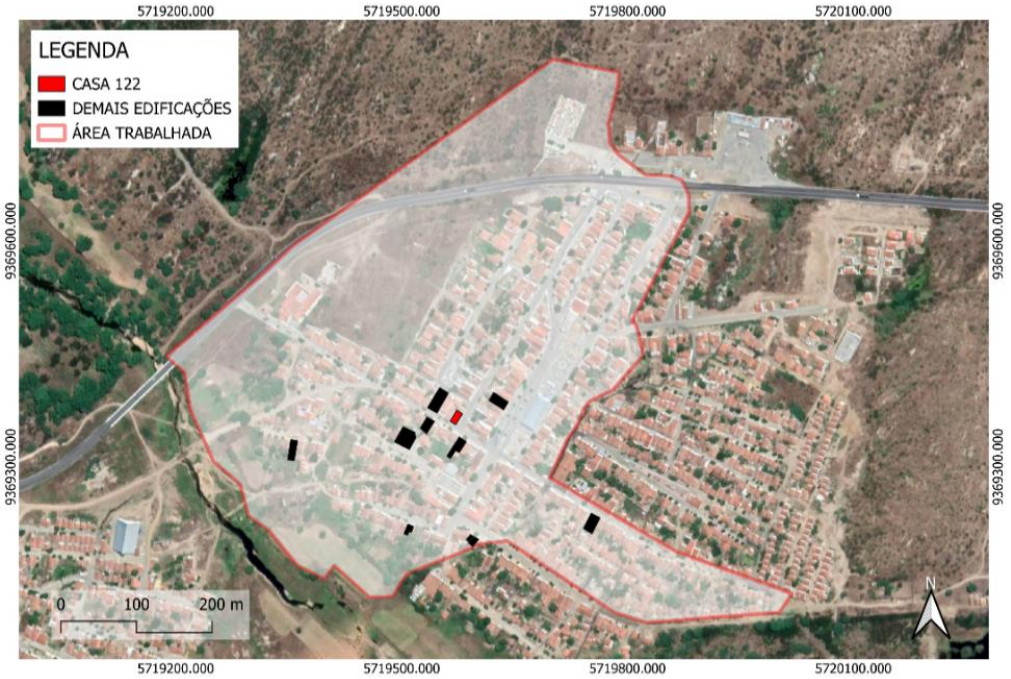
Fonte: Acervo pessoal (2024).

A casa é térrea, com uma variação de níveis em sua planta que ocorrem de maneira sutil: longitudinalmente, em média, 30cm de desnível entre o primeiro e o último cômodo. Sua entrada principal dá-se pela lateral esquerda a partir de um jardim cultivado de plantas ornamentais diversas. Em termos de disposição dos espaços domésticos, as salas de estar e jantar são integradas. Um pórtico com coluna cilíndrica de caneluras é o elemento que define as funções das salas **(Figura 28)**. Os quartos estão dispostos linearmente na lateral direita. A cozinha antecedia originalmente o quintal. Depois das modificações espaciais foram adicionados a despensa, a área de serviço e o banheiro social.

5.5. Residência 122

Situada na esquina entre a rua Calmon Costa e a rua Severino Sérvulo, a casa de número 122 foi construída na década de 1930 e pertenceu originalmente a uma senhora chamada Maria Toscano. A edificação também foi utilizada pela Usina São Joaquim como moradia para os seus operários e, posteriormente, passou a ser propriedade de Aluízio Galvão de Freitas. Atualmente, pertence a Fátima, uma de suas filhas.

Figura 29 – Mapa de localização – Casa 122: Rua Calmon Costa



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Por ser uma casa de esquina, apresenta duas fachadas principais: a primeira, voltada para a rua Calmon Costa, é considerada como a fachada frontal **(Figura 30)**, composta por frisos horizontais e verticais retos, capazes de evocar a ideia de uma "coroa" no topo da edificação. Os frisos arqueados, que emoldura a janela e rompe a linearidade da marcação da platibanda, são ornamentos que "movimentam" os traços compositivos da fachada. Na fachada lateral direita,

voltada para a rua ver. Severino Sérvulo, encontra-se a porta que dá acesso à residência, além de outras três janelas em madeira voltadas para os ambientes de uso social.

Figura 30 – Fachadas principal e secundária – Casa 122: Rua Calmon Costa

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Com relação à planta baixa, preserva-se até os dias atuais a maior parte das distribuições dos ambientes originais. No primeiro projeto havia duas salas – estar e jantar – que se separavam por um pórtico de dois acessos **(Figura 31)**, seguidas pela cozinha em um nível mais elevado, assim como o banheiro social atualmente integrado a ela; no entanto, em suas condições originais, o banheiro estaria posicionado no quintal, próximo à área de serviço. Os três quartos estão dispostos na lateral esquerda, organizados de maneira linear; porém, o terceiro – longitudinalmente falando – encontra-se numa cota mais elevada em relação aos demais.

Figura 31 – Passagem sala de jantar/estar – Casa 122: Rua Calmon Costa

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 32 – Ladrilho hidráulico da cozinha – Casa 122: Rua Calmon Costa

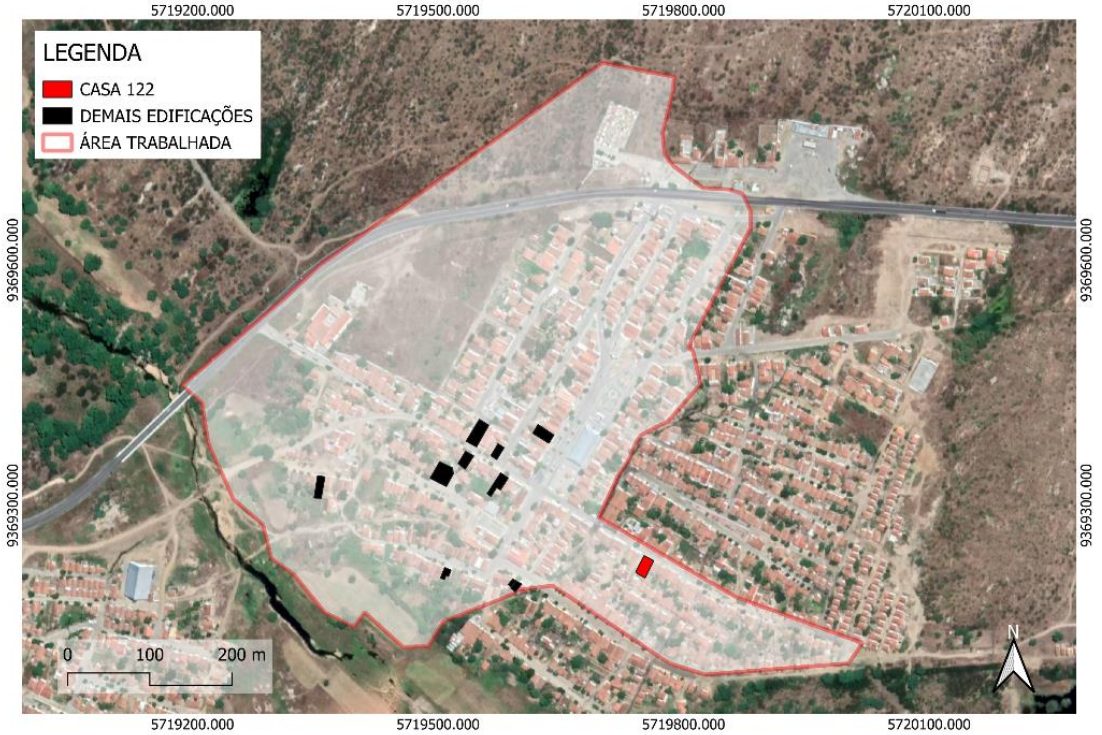
Fonte: Acervo pessoal (2024).

Sua estrutura é composta por paredes espessas de adobe de tijolo e madeiramento em carnaúba na coberta de duas águas. O piso foi desenvolvido inicialmente em cimento queimado, com exceção da cozinha, que mantinha um piso em pedra natural e desnivelado. O então proprietário, Aluízio, optou por substituir o cimento queimado por um revestimento cerâmico, assim como o piso em pedra natural da cozinha por um modelo de ladrilho hidráulico **(Figura 32)**. Ainda sobre as alterações realizadas ao longo dos anos, as esquadrias originais foram trocadas, bem como a inserção de novas em diferentes ambientes da casa. Além disso, os moradores acrescentaram forro de gesso em todos os cômodos.

5.6. Residência 122

Não é de conhecimento popular o ano de construção da casa de número 122 da rua Sete de Setembro, entretanto, mas, de acordo com a tradição oral, seu primeiro morador foi o Sr. José Azevedo. Hoje, a residência está sob responsabilidade de Lindalva Miranda da Silva de 76 anos, filha do último comprador.

Figura 33 – Mapa de localização – Casa 122: Rua Sete de Setembro



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

A casa possui duas platibandas de alturas distintas, com ornamentos feitos pela composição de relevos verticais, arqueados e horizontais com agrupamento de formas geométricas **(Figura 34)**. A estrutura da edificação conta com um telhado em duas águas que, inicialmente, foi construído em madeira de carnaúba, o qual foi posteriormente alterado devido ao surgimento de patologias

criadas por cupins. Como a estrutura do telhado, as esquadrias originais também foram substituídas.

Figura 34 – Fachadas principal – Casa 122: Rua Sete de Setembro

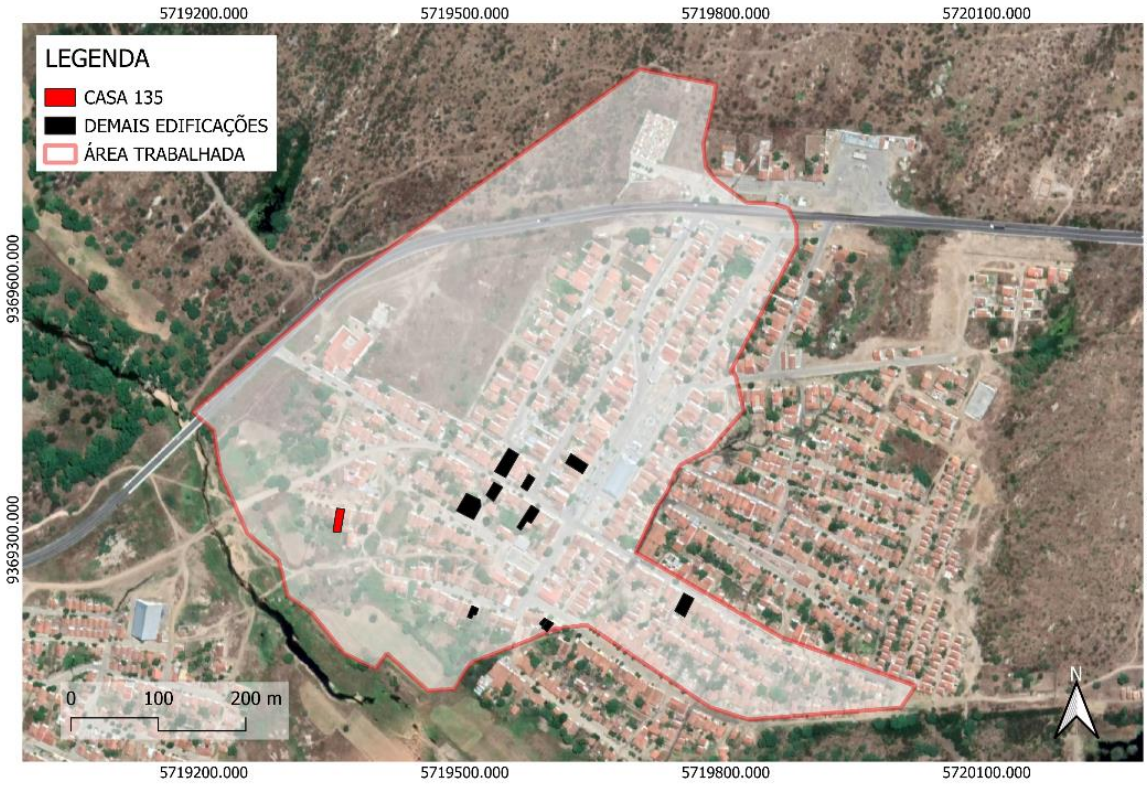
Fonte: Acervo pessoal (2024).

No que diz respeito à planta baixa da edificação, é possível encontrar a mesma disposição dos ambientes desde a sua construção, com exceção do banheiro que foi integrado à casa por volta dos anos 1980, deixando de ser localizado no quintal da residência. Outro aspecto a ser observado em sua estrutura são as suas paredes espessas, construídas com tijolos maciços, além do piso em cimento queimado preservado até os dias atuais. Essa junção de técnicas garante à edificação um clima ameno em seu interior, mesmo em dias quentes habituais da cidade.

5.7. Residência 135

A casa de número 135, foi uma das primeiras edificações a ser erguidas na rua Joaquim Firmino, ainda na época da vila de São Romão, no crepúsculo da década de 1930. Assim como na residência 91, seu construtor foi Francisco Terto Barbosa. Pelos relatos orais da comunidade, a obra foi financiada e idealizada pela Usina São Joaquim, a fim de torná-la residência para seus operários.

Figura 35 – Mapa de localização – Casa 135



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Segundo o atual responsável, filho de Ulisses Xavier de Souza, em 1964, a casa foi adquirida por seu pai, que ali residiu com sua família até o ano de sua morte (1983). Sua esposa, Margarida de Jesus Carvalho, era tabeliã e deu ao primeiro cômodo da edificação a função de cartório. Logo após a saída da família, a residência permaneceu fechada por muito tempo, comprometendo a estrutura devido à falta de manutenção e reparo. Hoje a morada está sob responsabilidade de João Goulart Carvalho de Souza, contudo, sem uso.

A edificação tem suas paredes externas elaboradas com a técnica de tijolo duplo unidos por barro, tornando-as mais espessas e garantindo conforto térmico ao interior dos ambientes. Atualmente, a casa mantém em sua fachada elementos originais **(Figura 36)**, tanto sua ornamentação, com colunas cilíndricas que emolduram as esquadrias principais e complementam a decoração dos relevos arqueados, bem como sua platibanda com linhas retas saltadas, evocando uma imagem triangular com um topo arqueado. A estrutura da coberta conta com duas águas em telha cerâmica é sustentada pelo madeiramento principal de carnaúba **(Figura 37)**.

Figura 36 – Fachada principal – Casa 135

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Ainda segundo João Goulart, sua planta original passou por modificações no ano de 2019. Durante essa intervenção, os ambientes originais da cozinha, banheiro social e "Sala do fogão" deram lugar às ruínas encontradas no quintal da residência. Foram retiradas também janelas laterais, assim como houve a troca da porta principal. O piso em cimento queimado mantém-se preservado, ainda que haja algumas fissuras em alguns cômodos.

Figura 37 – Estrutura da coberta – Casa 135

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 38 – Técnica construtiva – Casa 135

Fonte: Acervo pessoal (2024).

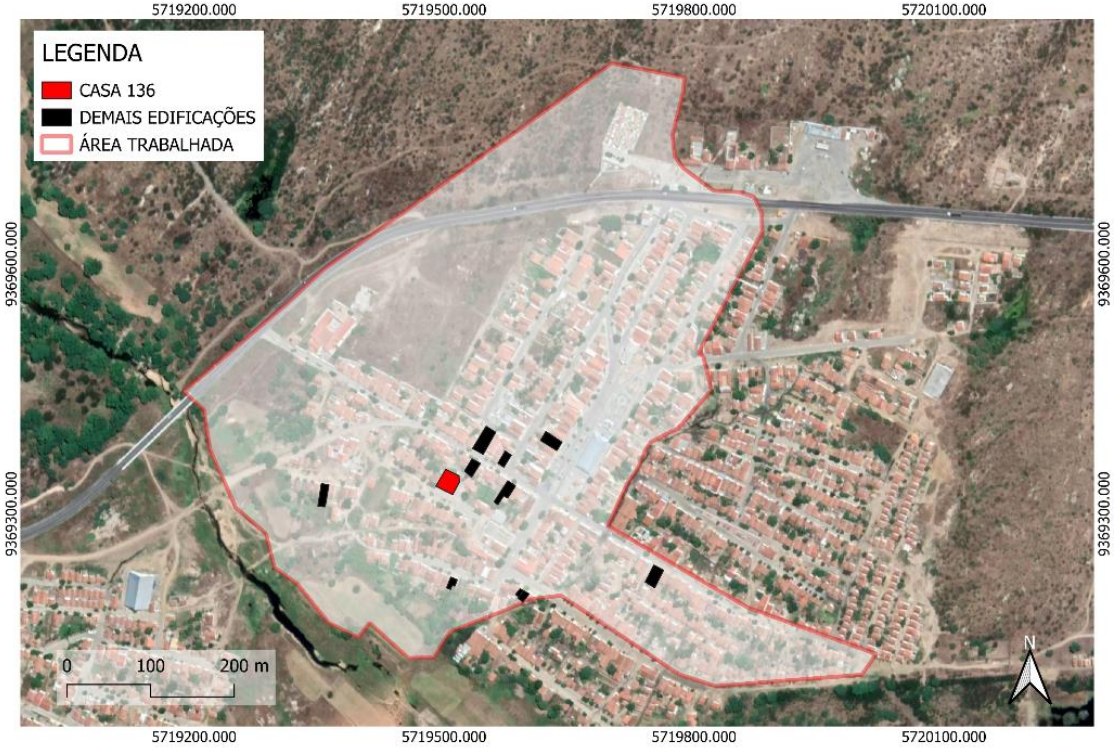
Com relação à disposição espacial atual, tem-se uma área frontal, que dá acesso a dois ambientes, um quarto – onde funcionava o cartório – e a primeira sala, sendo essa integrada à outra. Os quartos estão situados linearmente à direita da edificação, os quais, originalmente, tinham acesso entre si por um pequeno vão. Na parte posterior, encontram-se as ruínas anteriormente citadas e o quintal, que foi acrescido dois metros em seu comprimento (ver apêndice O).

5.8. Residência 136

A residência de número 136, situada na rua Joaquim Firmino, foi construída no início da década de 1930, sob a coordenação do então proprietário, Miguel Trindade. Sua forma original era composta por um módulo com uma sala, um quarto, uma cozinha e um banheiro.

O alpendre da fachada de acesso à habitação, é o elemento arquitetônico de dupla função, funcional e decorativa. Posteriormente, segundo a esposa do atual proprietário, a edificação foi vendida à usina de São Joaquim, a fim de torná-la residência dos seus trabalhadores. Soma-se a isso o fato de que foi morada do Sr. João Câmara e, depois, do Sr. Severino Sérvulo, último gerente responsável pela usina e morador da edificação.

Figura 39 – Mapa de localização – Casa 136



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Quando estava sob responsabilidade da usina, a casa recebeu novos cômodos e alguns ajustes espaciais: foram construídos novos quartos, banheiros e ainda uma varanda coberta em frente à fachada principal **(Figura 40)**. Ainda quando era residente da edificação, Severino Sérvulo gravou no portão principal suas iniciais "SS", tornando-as elementos de adorno, capazes de garantir a ideia de pertencimento e individualidade ao lugar.

Figura 40 – Fachada principal – Casa 136

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Com o fechamento da usina e como forma de pagamento ao trabalho prestado, a casa foi concedida ao Sr. Cícero Soldado, que atuou como vigilante durante o tempo em que a fábrica estava em funcionamento. Durante a entrevista foi dito, inclusive, que por volta de 1976, ocorreu a venda da casa para a família do atual responsável, José de Anchieta Carvalho Trindade. Já sob propriedade dessa família, a casa passou por uma nova modificação, a adição de uma garagem aos fundos e um muro.

A casa é térrea e possui diferentes níveis no seu interior, como quarto e cozinha sendo mais elevados do que as salas principais. Sua fachada possui um jogo simétrico de frisos verticais na platibanda e extremidades, garantindo uma harmonia entra as suas dimensões horizontais e verticais. Atualmente, a casa encontra-se preservada, com suas esquadrias, pisos e telhados originais. Espacialmente, estrutura-se em duas salas, conectadas a um corredor e a dois quartos. O corredor se encontra centralizado na edificação, a partir do qual os moradores são conduzidos para dois quartos, além da cozinha, área de serviço e aos fundos da edificação.

Figura 41 – Estrutura do telhado – Casa 136

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 42 – Ladrilho do corredor central – Casa 136

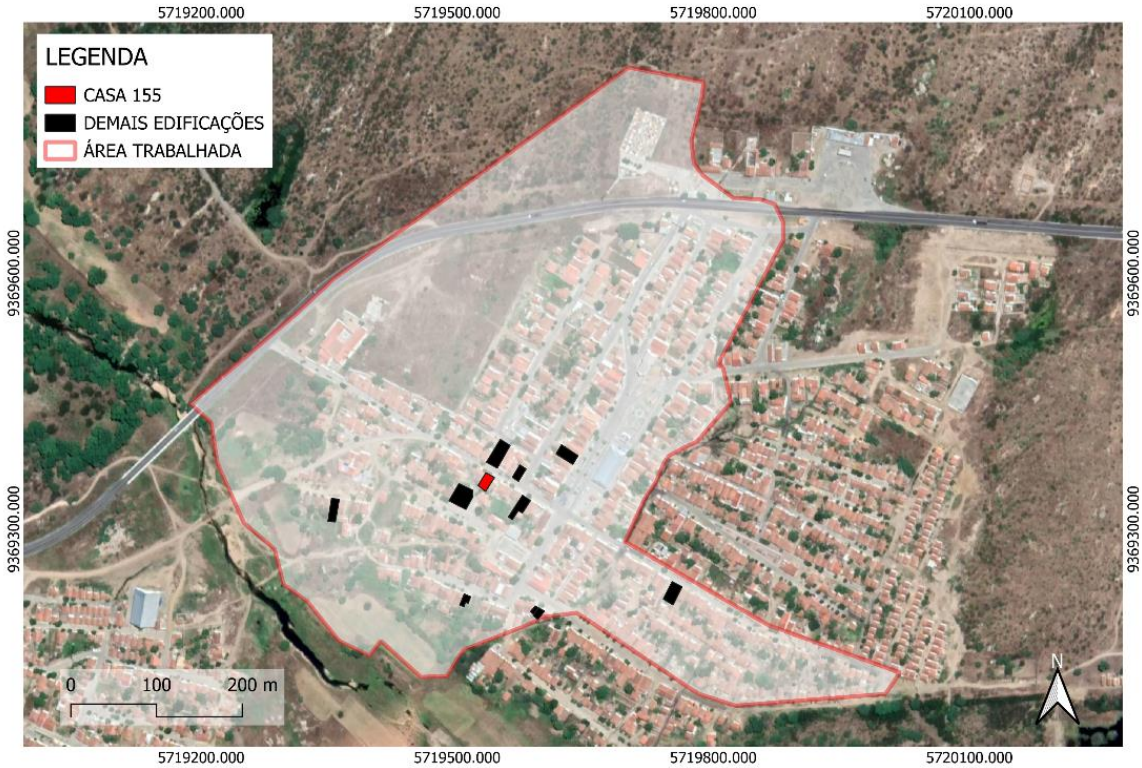
Fonte: Acervo pessoal (2024).

A construção, por ter sido erguida aos poucos e por diferentes construtores, é bastante dinâmica em seu zoneamento interno, isto é, os quartos não estão posicionados em uma única área. Sua estrutura apresenta paredes espessas construídas à base de tijolos maciços e barro, já a coberta é feita em madeira de carnaúba **(Figura 41)**, com várias águas distribuídas por toda a casa. O piso é revestido com ladrilho hidráulico **(Figura 42)**, tendo cada cômodo um ladrilho diferente. Há a presença de revestimento cerâmico em alguns quartos e piso em cimento na cozinha.

5.9. Residência 155

A casa de número 155, situada na rua Calmon Costa, foi construída na década de 1930. Segundo os registros de compra e venda, bem como sua escritura fornecidos pelo atual proprietário na hora da entrevista e analisados *in loco*, foi adquirida por Anna Amélia Gomes da Silva, em 1939, sendo vendida por Antônio Teixeira.

Figura 43 – Mapa de localização – Casa 155



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

A casa foi descrita em sua procuração de venda como uma edificação composta por quatro janelas frontais, com entrada pelo oitão – lateral esquerda – e duas outras janelas logo após a porta principal. Em 1976, foi adquirida por Paulo Ricardo do Nascimento, que se mudou juntamente com sua esposa, tornando-a residência da família até os dias atuais.

Figura 44 – Fachada principal – Casa 155

Fonte: Acervo pessoal (2024).

As paredes externas são espessas em decorrência dos tijolos unidos por barro. Suas modificações estéticas na fachada principal foram mínimas, preservando os diversos elementos ornamentais, que emolduram as esquadrias e a platibanda **(Figura 44)**. Cimalhas retas e arqueadas juntam-se em harmonia, concedendo individualidade à fachada principal da edificação. Em um dado momento da história, um dos adornos desprendeu-se da parede, sendo refeito pelo pedreiro Paulo Ricardo dentro de suas habilidades técnicas e materiais disponíveis **(Figura 46)**.

Outra alteração na fachada ocorreu com a adição de concreto, substituindo os antigos elementos descritos por Paulo como "xadrez", haja vista que o mesmo, segundo suas próprias palavras, não seria capaz de os recriar fielmente durante uma de suas manutenções. O espaço que existia na lateral esquerda deu lugar à garagem, assim como uma de suas janelas laterais foi retirada e o vão preenchido com cobogós. A estrutura da cobertura foi inteiramente substituída. Carnaúba para os elementos da estrutura principal, e cactos do tipo facheiro e cardeiro funcionam como ripas. Suas esquadrias originais foram substituídas, assim como o piso de cimento queimado, dando lugar a revestimento cerâmico.

Figura 45 – Piso original da calçada – Casa 155

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 46 – Ornamento refeito – Casa 155

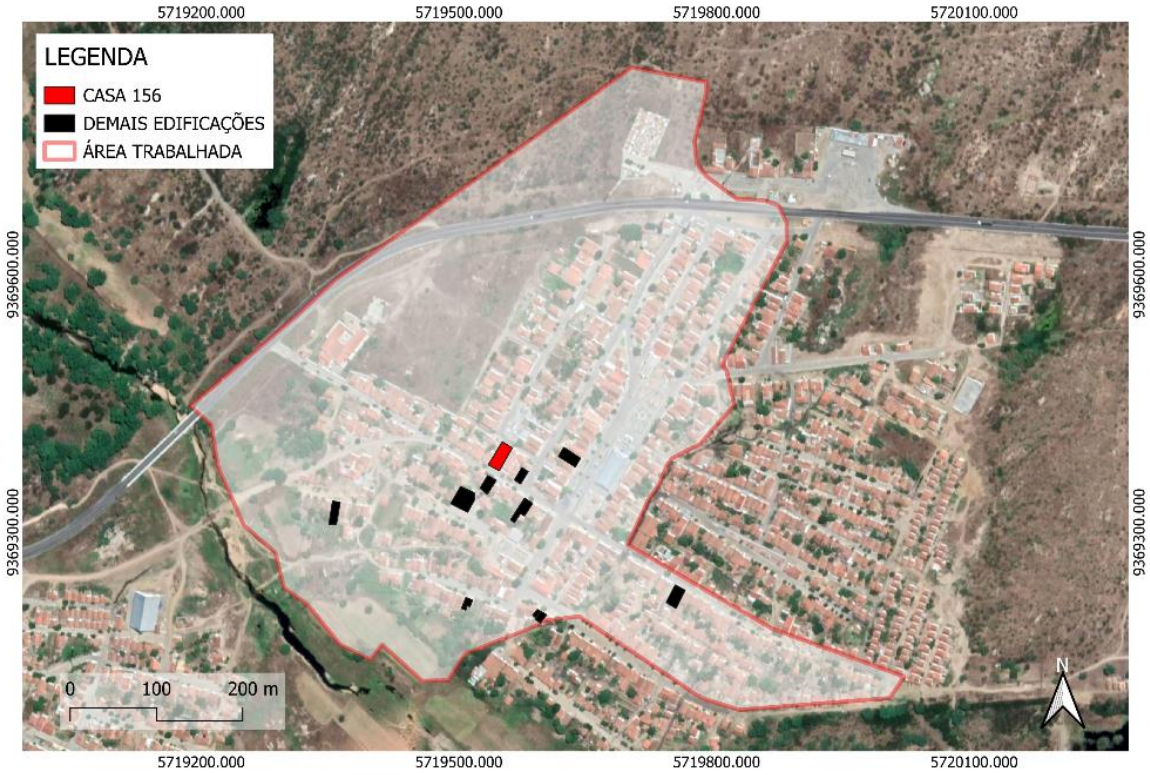
Fonte: Acervo pessoal (2024).

Sua disposição espacial é composta atualmente pela garagem, salas de estar e jantar, cozinha – onde há uma variação de nível de aproximadamente 30 cm –, banheiro social, dois quartos posicionados na lateral direita e, ao fundo, o quintal. O banheiro social foi integrado à residência logo com a chegada de Paulo, visto que ele se encontrava fora, ao fundo do quintal. Hoje ainda é possível encontrar a estrutura do banheiro original.

5.10. Residência 156

Registrada com o número 156, a casa em questão está situada na rua Calmon Costa. Não se tem conhecimento sobre sua história exata. Contudo, sabe-se que foi construída na década de 1930 e que pertenceu à família de Salomão Martins Trindade, filho caçula do Sr. Miguel Trindade. A edificação foi igualmente morada da família de Salomão, até que esta mudou-se para Natal/RN, deixando-a sem uso.

Figura 47 – Mapa de localização – Casa 156



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Atualmente, a edificação está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, usando-a como um prédio público. Inicialmente, o imóvel recebeu a função de biblioteca municipal e, posteriormente, passou a funcionar como sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para que funcionasse de forma adequada e acessível, a construção precisou passar por

intervenções, como reposicionamento e dimensão de portas e janelas, assim como a aplicação de elementos de acessibilidade, como rampas, guarda-corpo, corrimãos, e aplicação de piso tátil na calçada. Houve a inserção de placas de identificação institucional na fachada e nas portas internas, além da adição do forro e do piso cerâmico.

A fachada **(Figura 48)** conta com quatro janelas devidamente alinhadas que, junto aos elementos ornamentais e de moldura em torno das esquadrias, garantem simetria especular em sua fachada. A entrada principal se dá pela lateral direita, onde o acesso ocorre na primeira sala. Antigamente, como mostram vestígios materiais deixados nas paredes e relatos populares, havia uma segunda entrada na lateral, que dava acesso a um quarto. No entanto, essa foi fechada e houve uma abertura pela voltada para a segunda sala – consideremos como sala de jantar. Há pelo menos a presença de quatro quartos, sendo três deles posicionados na lateral esquerda da edificação, um banheiro social, uma cozinha e despensa conectados por um corredor que nos direciona ao quintal. O telhado possui estrutura em madeira de carnaúba e é distribuído em duas águas laterais **(Figura 49)**, com a presença da platibanda frontal decorada com frisos entrecruzados que lembram a forma de tijolo aparente.

Figura 48 – Fachadas principal – Casa 156

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Em termos estéticos, é possível fazer uma breve comparação nos elementos de transição entre as salas de estar e jantar, associando-os aos mesmos encontrados na edificação de número 91, também situada na rua Calmon Costa por sua similaridade. Essas casas possuem um pórtico com elementos curvados nas laterais **(Figura 50)**, com meias colunas que podem servir de apoio para adornos, além da presença de um pilar cilíndrico de embasamento octogonal ao centro. A diferença reside no ornamento de seus capitéis: o da casa 156 apresenta detalhes floreados, enquanto o da casa 91 é simples.

Figura 49 – Fachadas posterior – Casa 156

Fonte: Acervo pessoal (2024).

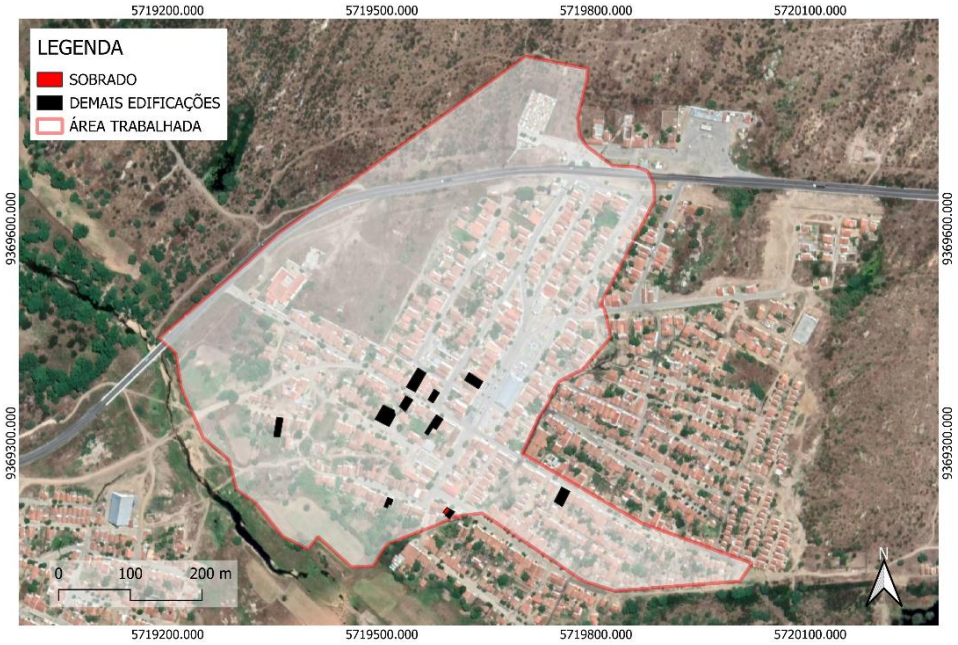
Figura 50 – Pórtico entre as salas – Casa 156

Fonte: Acervo pessoal (2024).

5.11. Sobrado S/N

O sobrado da rua São José é o único exemplar com um pavimento superior na cidade de Fernando Pedroza/RN. Desconhece-se quem foi o primeiro proprietário e quem o construiu, mas sabe-se que sua construção ocorreu nos anos 1930 com a chegada da estação ferroviária na então. Contudo, de acordo com os dados coletados nas entrevistas, tem-se registros a respeito de seu uso. Pelo que se sabe, o primeiro uso da edificação era comercial, funcionando como bar e lugar de encontro dos moradores. Atualmente, essa arquitetura encontra-se sem uso e sem acesso ao piso superior devido à remoção da escada e piso de madeira originais.

Figura 51 – Mapa de localização – Sobrado S/N



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

Suas dimensões são de 7.00m X 2.80m, em um vão livre, com paredes espessas e geminadas com as edificações vizinhas. Sua coberta mantém a estrutura original em madeira de carnaúba, com duas águas. Sua fachada frontal **(Figura 52)** possui duas portas de entrada, alinhadas com duas janelas do pavimento superior, trazendo simetria para a sua vista frontal, juntamente com ornamentos que emolduram as esquadrias e a platibanda.

Figura 52 – Fachada principal – Sobrado S/N

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Em relação às esquadrias, portas de acesso ao interior do sobrado são originais. As janelas foram removidas, assim como as portas laterais internas foram vedadas. Como parece habitual nesses bens arquitetônicos estudados, as paredes são espessas, feitas em tijolo maciço em barro. O piso em pedra natural mantém-se preservado **(Figura 53)**. É possível notar as estruturas em madeira que sustentavam o piso superior, especificamente 10 vigas que atravessam o ambiente no sentido transversal **(Figura 54)**. Outro fator referencial a ser destacado é a presença de armadores de redes, verdadeiros vestígios do uso dos espaços e a permanência de pessoas em seu interior.

Figura 53 – Piso original interno em pedra – Sobrado S/N

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Figura 54 – Estrutura do piso superior – Sobrado S/N

Fonte: Acervo pessoal (2024).

6. CARTILHAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DE CASO SOBRE ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PATRIOMONIAL

O presente capítulo aborda e analisa cartilhas patrimoniais criadas por instituições governamentais e/ou pesquisadores/as. Os estudos de caso visam compreender o cenário atual referente ao assunto "educação patrimonial", garantindo uma melhor adequação das estratégias a serem empregadas durante a produção da cartilha que esse trabalho de conclusão de curso propõe apresentar. Nesse aspecto, tem-se uma análise individual de cada projeto escolhido, levando em consideração as categorias conteúdo, estética, público-alvo e suas estratégias didáticas.

6.1. Educação patrimonial: Inventários participativos

A manual de educação patrimonial sobre inventários participativos, apesar de não ser uma cartilha, foi desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e publicado em 2016, tendo como público-alvo a comunidade como um todo, podendo ser considerado uma ferramenta de educação patrimonial.[106] O documento aborda questões voltadas à identificação e preservação do patrimônio cultural, assim como a sua catalogação e propagação, com o auxílio e apoio da comunidade, colocando-a como protagonista da sua própria história.

Figura 55 – Capa do documento – Manual de aplicação

Fonte: IPHAN (2016).

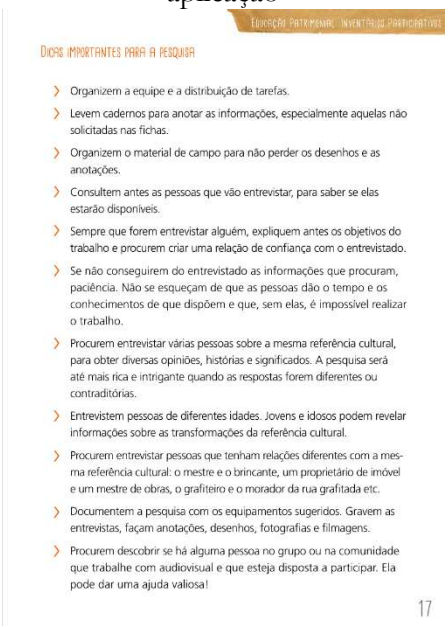
Figura 56 – Sumário – Manual de aplicação

Fonte: IPHAN (2016).

[106] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília-DF: IPHAN, 2016, p. 5.

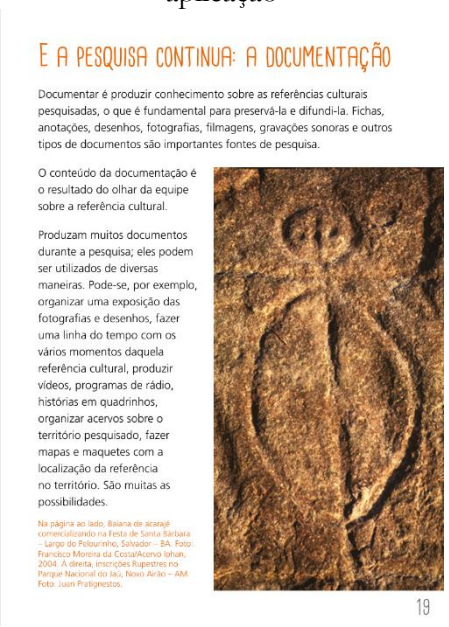
Além lançar luz na importância de inventariar a partir do diálogo com a comunidade, o texto estabelece direcionamentos voltados à troca de informações entre diferentes agentes sociais, assim como diferentes gerações, a fim de que o intercâmbio seja enriquecedor. Após as definições dos temas, o documento incentiva proposta de inventário de modo como um manual pedagógico numa linguagem "passo a passo", para que todos os processos de pesquisa, documentação e divulgação ocorram sem transtornos ou incongruências. O texto mostra ainda a importância do emprego de fichas, separadas para cada especialidade, e pormenoriza qual, quando e como usar cada uma delas em cada situação.

Figura 57 – Estruturação 01 – Manual de aplicação



Fonte: IPHAN (2016).

Figura 58 – Estruturação 02 – Manual de aplicação



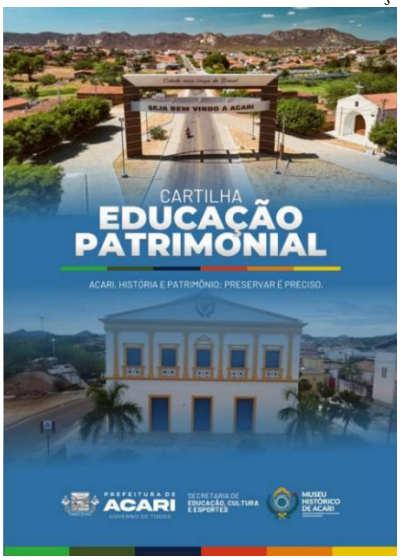
Fonte: IPHAN (2016).

De fato, a utilização do manual no processo de produção de um inventário pode contribuir positivamente em aspectos tanto de conteúdo agregado na pesquisa, como no caráter organizacional, haja vista a gama de documentação necessária e produzida ao decorrer do trabalho.

6.2. Acari, História e Patrimônio: Preservar é preciso

O município de Acari, situado no Sertão do Seridó do Rio Grande do Norte, tem uma cartilha de educação patrimonial elaborada pelo museu histórico da cidade com o auxílio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no ano de 2023. Conforme descrito nas páginas oficiais da prefeitura, a elaboração da cartilha busca inserir a educação patrimonial na rede de ensino público da cidade, tendo como foco principal crianças e adolescentes que estivessem matriculados no ensino fundamental.

Figura 59 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Acari



Fonte: ACARI (2023).

O documento informa, por meio de suas 85 páginas, o conteúdo de alguns conceitos pertinentes à preservação do bem arquitetônico, assim como questões relacionadas à história da urbanização de Acari. Ainda mostra na prática exemplos de patrimônio material, imaterial e natural da cidade, além dos geossítios encontrados na região.

De maneira geral, em termos de conteúdo, a cartilha de educação patrimonial de Acari apresenta objetivo bem definido relativo à manutenção da memória e à ideia de pertencimento ao lugar. Com textos escritos por profissionais especializados no assunto, a narrativa procura alcançar diferentes gerações de moradores e turistas com vistas a incentivar o cuidado com os "lugares de memória" de Acari.

Figura 60 – Estruturação da cartilha 01 – Acari

PARTE 1 – CONCEITOS

Educação Patrimonial:

(Foto: Vitoria Azevedo, 2020)

Educação Patrimonial no museu histórico de Acari (ofício do historiador).

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, no qual convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial.

Fonte: ACARI (2023).

Figura 61 – Estruturação da cartilha 02 – Acari

Grupo Escolar Tomaz de Araújo

Grupo escolar Tomaz de Araújo, o segundo prédio (1942).

Fonte: https://soamaps.com/country/BR/674808/escola-estadual-tomaz-de-araujo

A Escola Estadual Tomaz de Araújo foi criada pelo decreto nº 123, de 13 de março de 1909, com a denominação Grupo Escolar Tomaz de Araújo, funcionando provisoriamente na antiga Casa dos Padres (atual Fórum Municipal). Ela foi reformada pelo esforço do comerciante acariense de ideias progressistas, Francisco Bezerra de Araújo Galvão, que além de conseguir contribuições valiosas para a realização desse objetivo, levantou empréstimo para terminar no mesmo ano a referida obra.

Em primeiro de agosto de 1942, na gestão do Prefeito Municipal Ângelo Pessoa Bezerra e do Interventor Federal Rafael Fernandes, foi inaugurada a atual edificação, ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Guia. Foi o primeiro educandário construído na cidade, o segundo do Seridó e o quarto mais antigo do Rio Grande do Norte. Como primeira diretora foi nomeada a professora Beatriz Martes de Araújo Bezerra, que exerceu o cargo no período de primeiro de agosto de 1942 a 31 de dezembro de 1950.

Foi um oportuno exercício de memória a escolha do patrono dessa instituição de ensino, prestando-se um tributo àquele que deu tudo de si pela província materna, o acariense Tomaz de Araújo Pereira. Grande vulto na história política do Seridó, foi nomeado pelo Imperador Dom Pedro I para governar o Estado, ocupando o cargo de Primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Norte, no período de 05 de maio a 08 de setembro de 1824.

Texto de Francisca Ivanes de Brito Barbosa – Livro: Acari, berço de cultura e religiosidade na saga de um povo hospitaleiro. SEBRAE, 2004.

Fonte: ACARI (2023).

Entretanto, a estruturação da cartilha apresenta-se de forma simples, com excessivo corpo textual. Há a presença de imagens que exemplificam o patrimônio arquitetônico mencionado; mas, as informações sobre cada patrimônio e/ou geossítio não apresentam unidade narrativa, talvez terem sido escritas por diferentes profissionais. A maneira como estão dispostos os textos e as imagens complexifica o entendimento direto sobretudo para as crianças do ensino fundamental. Considerando o público-alvo infantil, uma estrutura discursiva densa e pouco atrativa talvez não estimule seus "pequenos" leitores, impossibilitando os resultados almejados de educação patrimonial. Trabalhar com muita informação de maneira monótona e pouco didática, pode não demonstrar o verdadeiro potencial que o conteúdo exposto tem e, por sua vez, não instigar o interesse do público-alvo.

Figura 62 – Estruturação da cartilha 03 – Acari

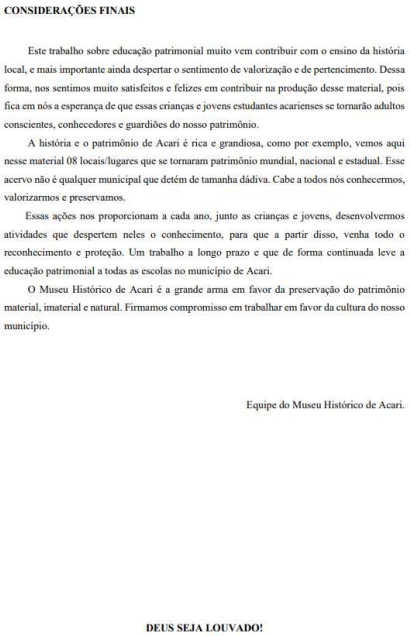
Câmara Municipal de Acari:

Primeira casa de Acari (antiga casa dos padres) onde funcionou o primeiro grupo escolar. Atualmente Câmara Municipal. Foto: Adriano Campelo, 2023.

Antigo edifício que abrigava o Grupo Escolar Tomaz de Araújo, construído no início do século em 1908, de grande significado para o progresso de Acari. Foi a quarta instituição de ensino público no Estado e a segunda a ser construída no Seridó. Por ali passaram os mais ilustres filhos da terra, que se encontram espalhados pelo mundo inteiro, repassando os ensinamentos ali adquiridos.

Fonte: ACARI (2023).

Figura 63 – Considerações finais da cartilha – Acari



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre educação patrimonial muito vem contribuir com o ensino da história local, e mais importante ainda despertar o sentimento de valorização e de pertencimento. Dessa forma, nos sentimos muito satisfeitos e felizes em contribuir na produção desse material, pois fica em nós a esperança de que essas crianças e jovens estudantes acarienses se tornarão adultos conscientes, conhecedores e guardiões do nosso patrimônio.

A história e o patrimônio de Acari é rica e grandiosa, como por exemplo, vemos aqui nesse material 08 locais/lugares que se tornaram patrimônio mundial, nacional e estadual. Esse acervo não é qualquer municipal que detém de tamanha dádiva. Cabe a todos nós conhecermos, valorizarmos e preservamos.

Essas ações nos proporcionam a cada ano, junto as crianças e jovens, desenvolvermos atividades que despertem neles o conhecimento, para que a partir disso, venha todo o reconhecimento e proteção. Um trabalho a longo prazo e que de forma continuada leve a educação patrimonial a todas as escolas no município de Acari.

O Museu Histórico de Acari é a grande arma em favor da preservação do patrimônio material, imaterial e natural. Firmamos compromisso em trabalhar em favor da cultura do nosso município.

Equipe do Museu Histórico de Acari.

DEUS SEJA LOUVADO!

Fonte: ACARI (2023).

Ainda na cartilha, é possível encontrar um certo posicionamento religioso que, não necessariamente se ajusta ao objetivo do documento, nem à própria representação da prefeitura como uma instituição governamental de um Estado laico, que governa para todos sem distinção de raça, gênero ou crença. No conteúdo prevalece o dogma de uma determinada religião. Em um produto que vai ser amplamente divulgado entre realidades socioculturais distintas, isso pode se tornar um problema por fluir na contramão do respeito à diversidade religiosa que compõe a

sociedade brasileira. Ao lançar luz sobre determinada crença, há o apagamento ou subalternização social de outras.

6.3. Arcaicó: Modo de amar

Essa cartilha é o resultado de pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo de Lívia Nobre de Oliveira, concluído no ano de 2020. Seu objetivo principal era orientar e divulgar as intervenções no casario antigo de Caicó/RN. O documento tem como público-alvo toda a população caicoense, sem seleção de idade ou gênero.

Figura 64 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Arcaicó

Fonte: Oliveira (2020).

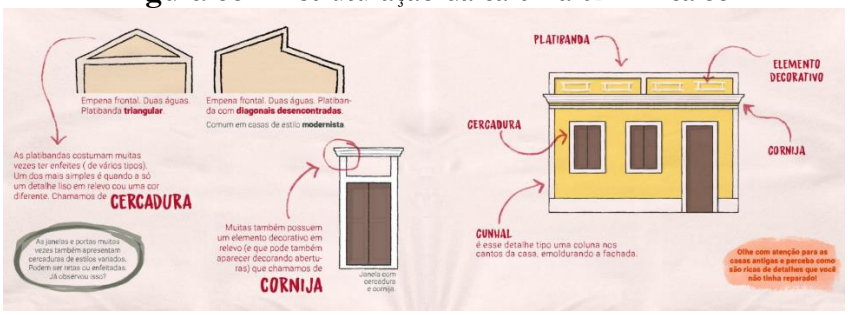
A cartilha apresenta conceitos e repertório narrativo da Arquitetura e do Urbanismo, registros das edificações existentes, além de apresentar problemas e possíveis soluções que envolvem as políticas de preservação do patrimônio edificado. A forma como a autora posiciona o/a leitor/a, e explica os termos do universo da arquitetura numa linguagem clara e direta, torna o trabalho "palatável", acessível aos moradores e visitantes de Caicó. Isso se fundamenta em razão do uso haja de linguagem simples que permite a participação da comunidade, que não tem conhecimento técnico-científico da área, na proteção da memória dessa cidade do Seridó.

Figura 65 – Estruturação da cartilha 01 - Arcaicó

Fonte: Oliveira (2020).

O emprego de uma "personagem principal" fictícia, que transmite as informações necessárias ao leitor, também foi uma significativa estratégia para que o/a leitor/a obtenha rápido entendimento do tema, assim como a ideia de identificação e pertencimento às informações e ao cenário abordado, criando uma conexão direta. Outro aspecto que merece lume é a inserção do/a leitor/a no tema antes de trabalhar diretamente o conceito de patrimônio. A autora faz isso mediante ilustrações de elementos arquitetônicos presentes nas edificações, explicando-os de forma objetiva e simples, pois seu alvo é alcançar um bom número de pessoas de diferentes formações.

Figura 66 – Estruturação da cartilha 02 - Arcaicó



Fonte: Oliveira (2020).

Figura 67 – Estruturação da cartilha 03 - Arcaicó

Fonte: Oliveira (2020).

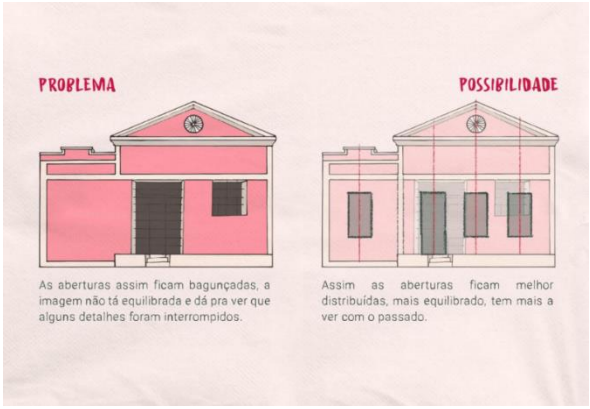
Com relação às soluções de restauro para as edificações que merecem essa modalidade de intervenção, a autora sugere a "repristinação", ao propor a recriação do que um dia já existiu. É

certo que essa sugestão possa estar ligada à teoria e prática de Eugène Viollet-le-Duc, que sugere a reconstrução total de uma edificação, tentando restitui-la ao estado original completo. Cabe ressaltar que, a criação de "falsos históricos", mediante a repristinação, sem a devida informação à sociedade, pode criar narrativas equivocadas sobre a memória dos processos da construção histórica de Caicó.

Figura 68 – Estruturação da cartilha 04 - Arcaicó

Fonte: Oliveira (2020).

Figura 69 – Estruturação da cartilha 05 - Arcaicó



Fonte: Oliveira (2020).

Outro ponto a ser observado em relação ao conteúdo diz respeito ao emprego ao julgamento de gosto, considerando o que é bonito ou feio a partir de lentes individuais. Usar uma justificativa pautada em algo subjetivo não garante a perpetuação das ideias propostas, visto que o conceito de beleza varia segundo a cultura e sociedade.

6.4. Diário de viagem: Descobrindo o patrimônio histórico-cultural da microrregião de Catolé do Rocha – PB

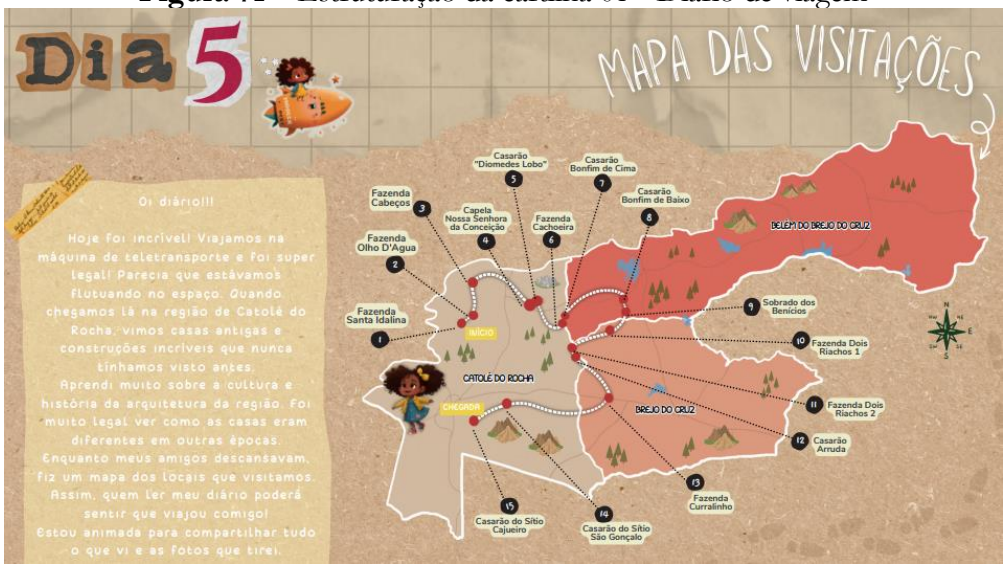
Essa cartilha foi o produto do trabalho de conclusão de curso da arquiteta e urbanista Karine Ellen Almeida de Freitas, realizado na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), no ano de 2023. Sua cartilha tem como objetivo estimular a preservação da identidade local, incentivando ações de educação patrimonial, cujo público-alvo seriam estudantes e pessoas da comunidade não familiarizadas com o vocabulário do campo patrimonial e da história da arquitetura (FREITAS, 2023, p. 08).

Figura 70 – Capa do documento – Cartilha Educação Patrimonial Diário de viagem

Fonte: Freitas (2023).

O corpo do seu trabalho apresenta informações referentes a conceitos de arquitetura rural e patrimônio, assim como mostra as principais edificações catalogadas em mapas temáticos e inventários. Freitas elabora textos simples explanando a história do lugar e das edificações estudadas, que poderiam ser visitadas em um único dia. Finaliza sua cartilha com atividades lúdicas e curiosidades a respeito do sertão de Catolé do Rocha. A apresentação é dada por uma personagem, Tina, introduz o/a leitor/a uma realidade voltada a uma aula de campo, a qual por meio de um mapa ilustrado, apresenta-se o percurso que a personagem percorre, visitando cada sede de fazenda catalogada durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Figura 71 – Estruturação da cartilha 01 - Diário de viagem



Fonte: Freitas (2023).

Figura 72 – Estruturação da cartilha 02 - Diário de viagem

Fonte: Freitas (2023).

A apresentação dos temas dá-se em linguagem simples, com a qual a autora faz questão de explicar de maneira detalhada sobre cada detalhe os termos técnicos encontrados no guia. O diálogo entre a personagem e leitor/a ocorre de maneira expositiva, em que Tina comenta sobre as edificações com base no que sua professora - "Ana" – personagem coadjuvante – lhe transmitiu durante a aula de campo. Essa estratégia lúdica cria um cenário apto para manter a atenção e o interesse pelo assunto por parte de crianças e adultos que consomem o conteúdo, trabalhando de maneira didática, prática e criativa. A presença de elementos que estão fora do contexto da arquitetura, como as curiosidades sobre pessoas ilustres da terra, assim como jogos que permitem despertar o interesse de crianças, tende a engendrar a ideia de pertencimento e compreensão do lugar.

7. PLANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O presente capítulo apresenta uma proposta de educação patrimonial para a cidade de Fernando Pedroza/RN, considerando os assuntos abordados ao longo do trabalho, garantindo o alcance dos objetivos propostos inicialmente. A cartilha de educação patrimonial, voltada para as crianças das escolas da rede pública de ensino do município, conta com a presença de informações históricas a respeito da urbanização da cidade, além dos registros das edificações residenciais catalogadas e exploradas no capítulo 3. O tratamento heurístico do tema se dá partir da leitura da memória, do pertencimento e do afeto dos moradores mais velhos relativos ao lar que habitam. Além disso, o conhecimento da noção de patrimônio é alinhado à atividade educacional com o objetivo de estimular nas crianças a preservação da memória e história de Fernando Pedroza.

7.1. Exercício de aprendizado do patrimônio de Fernando Pedroza

Considerando que o produto desenvolvido pelo trabalho em questão será uma cartilha de educação patrimonial que atuará como material de estudo para as turmas de ensino fundamental - 1º ao 5º ano - do município de Fernando Pedroza/RN, tornou-se de interesse pessoal aplicar atividades antes da elaboração definitiva da cartilha. Essas atividades seriam formas de entendimento pedagógico do conteúdo abordado como da recepção, participação e adaptação das crianças às ações propostas de ensino patrimonial. Busca-se que o produto seja de fato utilizado no cotidiano das salas de aula pedronzenses.

Nesse aspecto, baseado no afeto discutido e empregado durante toda a execução do presente trabalho, a escolha da turma da professora Maria Isabel tem uma razão inestimável: ela foi uma das primeiras professoras de alfabetização do autor, que guarda com enorme carinho na memória seus primeiros passos no caminho acadêmico guiados por ela.

7.1.1. Produção do material de apoio

A elaboração dessa atividade foi pensada a partir do uso de ferramentas dotadas do conteúdo a ser utilizado na própria cartilha de educação patrimonial. Dito isso, para além dos próximos elementos elencados, uma identidade visual foi criada e aplicada em todo o processo de concepção gráfica: mesmas cores, fontes de letras e personagem.

7.1.1.1. Plano de aula

Além da gestão do tempo e das atividades a serem desenvolvidas no dia da ação educativa, o plano de aula foi elaborado, de maneira formalizada, para que a diretora, coordenadora e professora responsável pela turma escolhida ficassem cientes dos trabalhos, das intenções e bases seguidas pelo projeto desenvolvido.

Diante disso, foi estruturado um documento, seguindo a mesma identidade visual, apresentando o interesse, objetivo e justificativa de atuação naquela ocasião. O documento apresenta de maneira detalhada o roteiro das atividades executadas 4 momentos, especificando quais os lugares, horários e recursos necessários durante cada etapa.

É importante registrar, inclusive, o apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo do município (SMECTur), que prontamente atendeu à solicitação de fornecimento dos materiais para a produção da oficina apresentada no terceiro momento.

Figura 73 – Apresentação e justificativa

O presente documento busca esclarecer e comunicar as pretensões da atividade a ser desenvolvida com a turma de 1º ano do ensino fundamental - que está sob responsabilidade da professora Maria Isabel - da Escola Municipal Fabrício Pedroza, na próxima terça-feira (27/08/2024).

SOBRE O PROJETO

O projeto em questão trata-se de uma das etapas desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso (TCC) por Aldo Batista Gonçalves Filho, graduando do 10º período de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Rural do Semiárido - Campus Pau dos Ferros.

O trabalho intitulado como "Arquitetura e Afeto: O significado de pertencimento na preservação da memória em Fernando Pedroza - RN" apresenta um aporte histórico - teórico e empírico - a respeito do processo de urbanização das terras pedrozenses, visando especialmente os principais eventos responsáveis pelo surgimento de agrupamentos humanos nesse território desde o ano de 1920, com o intuito de documentar e propagar as informações encontradas na pesquisa com o auxílio, especialmente, dos idosos e das crianças.

Além disso, o estudo em questão estrutura-se principalmente sobre as construções residenciais dessa época que, por meio da sua preservação, são capazes de contar a história do município a partir das suas formas, técnicas construtivas e composições espaciais, assim como as vivências promovidas por elas, sendo consideradas palco e cenário da vida individual e coletiva dos seus moradores que, por afeto ao lugar, mantiveram total ou parcialmente, suas características arquitetônicas originais.

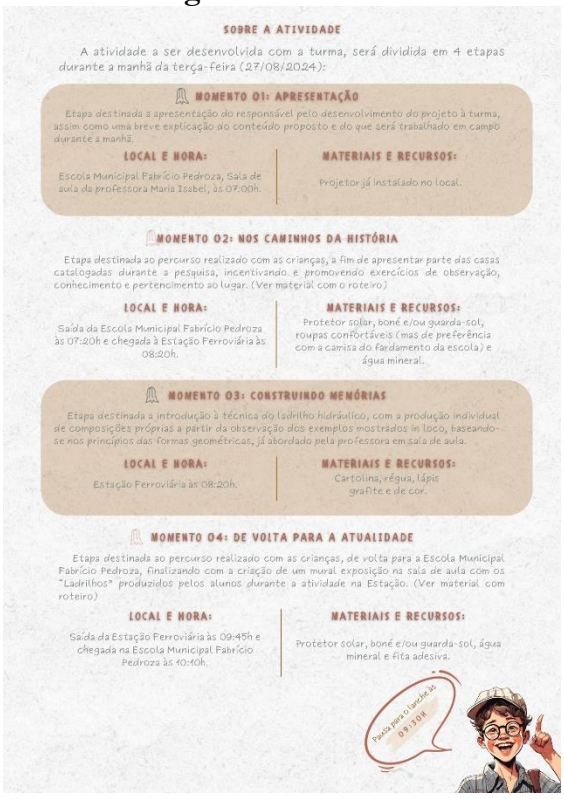
JUSTIFICATIVA

Considerando que o produto desenvolvido pelo trabalho em questão será uma cartilha de educação patrimonial que atuará como ferramenta de estudo e suporte para as turmas de ensino fundamental - 1º ao 5º ano - do município de Fernando Pedroza/RN, tornou-se de interesse pessoal por parte do responsável por esse projeto, aplicar uma prévia das atividades e assuntos que aparecerão na cartilha, como forma de entendimento pedagógico tanto do nível do conteúdo abordado como o recebimento, participação e adaptação das crianças às ações de ensino propostas, com o intuito de que o produto seja, de fato, útil e usual no cotidiano das salas de aula pedronzenses.

Outrossim, baseado no afeto discutido e empregado durante toda a execução do presente trabalho, a escolha da turma da professora Maria Isabel tem um motivo intrínseco: ela foi uma das primeiras professoras no processo de alfabetização de Aldo Batista Gonçalves Filho que, por sua vez, guarda com enorme carinho na memória, seus primeiros passos no caminho acadêmico, guiados por ela.

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 74 – Roteiro



SOBRE A ATIVIDADE

A atividade a ser desenvolvida com a turma, será dividida em 4 etapas durante a manhã da terça-feira (27/08/2024):

MOMENTO 01: APRESENTAÇÃO

Etapa destinada a apresentação do responsável pelo desenvolvimento do projeto à turma, assim como uma breve explicação do conteúdo proposto e do que será trabalhado em campo durante a manhã.

LOCAL E HORA: Escola Municipal Fabrício Pedroza, Sala de aula da professora Maria Isabel, às 07:00h.

MATERIAIS E RECURSOS: Projetor já instalado no local.

MOMENTO 02: NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

Etapa destinada ao percurso realizado com as crianças, a fim de apresentar parte das casas catalogadas durante a pesquisa, incentivando e promovendo exercícios de observação, conhecimento e pertencimento ao lugar. (Ver material com o roteiro)

LOCAL E HORA: Saída da Escola Municipal Fabrício Pedroza às 07:20h e chegada à Estação Ferroviária às 08:20h.

MATERIAIS E RECURSOS: Protetor solar, boné e/ou guarda-sol, roupas confortáveis (mas de preferência com a camisa do fardamento da escola) e água mineral.

MOMENTO 03: CONSTRUINDO MEMÓRIAS

Etapa destinada a introdução à técnica do ladrilho hidráulico, com a produção individual de composições próprias a partir da observação dos exemplos mostrados in loco, baseando-se nos princípios das formas geométricas, já abordado pela professora em sala de aula.

LOCAL E HORA: Estação Ferroviária às 08:20h.

MATERIAIS E RECURSOS: Cartolina, régua, lápis grafite e de cor.

MOMENTO 04: DE VOLTA PARA A ATUALIDADE

Etapa destinada ao percurso realizado com as crianças, de volta para a Escola Municipal Fabrício Pedroza, finalizando com a criação de um mural exposição na sala de aula com os "Ladrilhos" produzidos pelos alunos durante a atividade na Estação. (Ver material com roteiro)

LOCAL E HORA: Saída da Estação Ferroviária às 09:45h e chegada na Escola Municipal Fabrício Pedroza às 10:10h.

MATERIAIS E RECURSOS: Protetor solar, boné e/ou guarda-sol, água mineral e fita adesiva.

Parada para o lanche às 09:30h

Fonte: Autoria própria (2024).

7.1.1.2. Catalogação de exemplares de ladrilhos hidráulicos

Com relação ao processo criativo das atividades relacionadas às edificações residenciais apresentadas no trabalho, baseando-se na casa 136 e seus respectivos ambientes, foi desenvolvida uma proposta de oficina de ladrilhos hidráulicos. Obviamente, os estudantes não produziram ladrilhos hidráulicos de cimento e água, mas a partir do estudo de exemplos levados à escola, as crianças desenharam seus próprios ladrilhos. Soma-se a isso, o emprego de assuntos já trabalhados em sala com a professora permitiu que os estudantes realizassem composições variadas com agrupamento de formas geométricas.

Para que esse momento ficasse claro e compreensível para os alunos, foram utilizadas como apoio didático peças de ladrilho hidráulicos originais da primeira escola de Fernando Pedroza. O Instituto Dom Manoel Tavares era de responsabilidade do estado e único internato do Rio Grande do Norte à época. Funcionava como centro de educação para crianças órfãs, assim como para jovens que fossem considerados à mercê da sociedade em questões sociais[107]. atualmente, a edificação se encontra em ruínas e, ao que se tem registro a partir do conhecimento oral dos fatos, com o seu fechamento, após anos sem manutenção, passou a ser depredada, tendo diversos materiais utilizados nas construções de casas dos moradores da cidade: blocos de concreto, telhas, madeira e, não esquecendo, os próprios ladrilhos hidráulicos.

A partir da busca *in loco* nas ruínas do instituto, bem como em contato com a comunidade local, conseguimos 8 modelos de ladrilhos para servir como base teórica e empírica do trabalho desenvolvido.

Figura 75 – Modelos de ladrilho hidráulico encontrados e material para produção ao fundo

Fonte: Trindade[108] (2024).

Para simular a base quadrangular de cimento do ladrilho hidráulico original, utilizamos isopor cortado em blocos medindo 20cm x 20cm x 1cm como apoio das composições geométricas feitas pelas crianças em pedaços de cartolina branca também cortados em 20cm x 20cm (ver apêndices).

---

[107] A ORDEM. *Instituto dom Manoel tavares*. 1966. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&pesq="INSTITUTO%20DOM%20MANOEL%20TAVARES"&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26262. Acesso em: 10 ago. 2024.

[108] Maria Cláudia Bezerra Trindade – amiga de infância e pedagoga – acompanhou e registrou os momentos durante a ação desenvolvida na escola.

7.1.1.3. Guia ilustrado

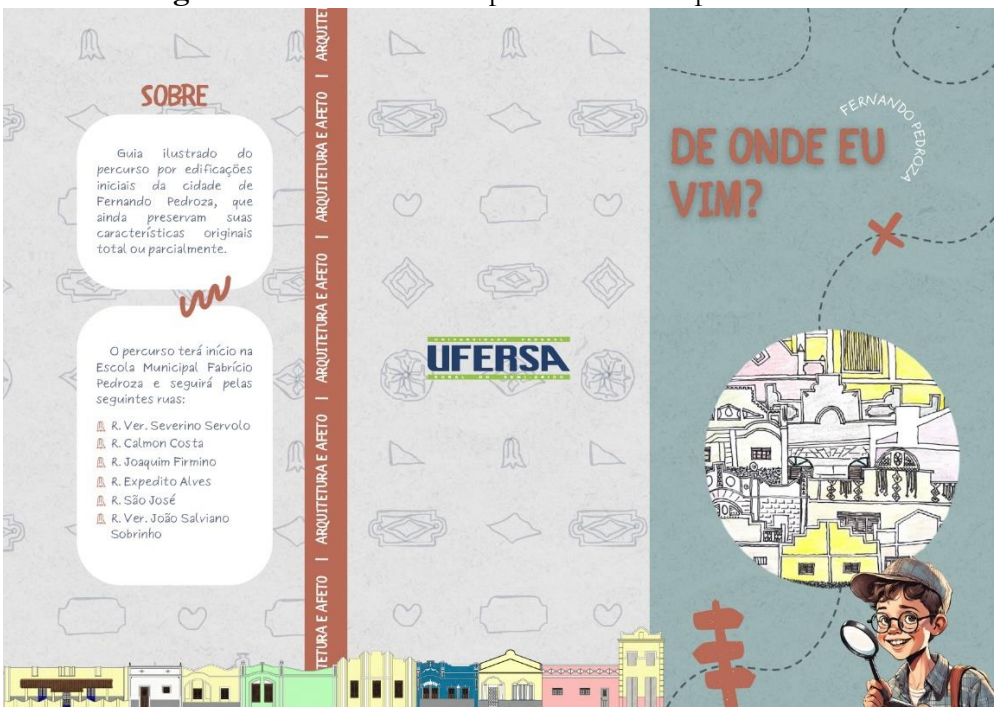
Pensando na aula como momento oportuno de apreensão do lugar com as crianças, foi pensado previamente um percurso com início na Escola Municipal Fabricio Pedroza e término na Estação Ferroviária. Nesse trajeto conseguimos visitar nove das onze moradas apresentadas no terceiro capítulo. Aproveitando da proximidade entre elas, o caminho funcionaria como uma caça ao tesouro ou uma viagem nos "caminhos da história" da cidade, guiados por um folder com a representação das edificações e suas respectivas posições na ordem de busca.

Em termos estéticos e suas simbologias, o folder apresenta no lado A **(Figura 76)**: (i) o personagem Joaquim, idealizado para ser o interlocutor entre o conteúdo e as crianças na cartilha final; (ii) o título escolhido para a cartilha "De onde eu vim?" alude à habitual pergunta feita pelas crianças sobre a nossa origem e das coisas que nos rodeiam. O título surge de maneira afetiva, pois, quando criança, eu assistia ao desenho animado "De onde vem?"[109] apresentado na TV Cultura; (iii) os ornamentos centrais das fachadas catalogadas em 2023[110] em marca d'água; (iv) o desenho central composto pela composição de fachadas encontradas em 2021[111] durante a primeira catalogação das residências de interesse, quando foi definido o tema de estudo para o trabalho de conclusão de curso; (v) as nove fachadas escolhidas para aparecer no percurso, produzidas com o auxílio do Sketchup; (vi) o título principal do presente trabalho (Arquitetura e Afeto); e, finalmente, (vii) a descrição do objetivo do produto e a listagem das ruas a serem percorridas.

No lado B **(Figura 77)** encontram-se (i) a apresentação do personagem "Joaquim"[112]; (ii) o título do momento conforme o plano de aula; (iii) a disposição das fachadas a serem visitadas, em ordem, com suas respectivas ruas de implantação; (iv) a interação do Joaquim com o/a leitor/a a respeito do que deveria ser feito durante a visita às casas.

[109] "De onde vem?" foi um desenho de 20 episódios desenvolvido pela TV PinGuim para a TV Escola, contudo era apresentado também na TV Cultura nos anos 2000. Ele apresentava uma personagem de nome Kika, que fazia inúmeras perguntas aos adultos sobre a origem das coisas. Considerando a curiosidade das crianças, o título "De onde eu vim?" busca instigar, antes de tudo, o conhecimento sobre o seu entorno imediato e sua própria história.
[110] Ver apêndice B.
[111] Ver apêndice A.
[112] Seu nome faz referência à Fazenda São Joaquim, local de morada da família de quem deu nome à cidade, Fernando Pedrosa.

Figura 76 – Guia ilustrado para aula de campo – Lado A



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 77 – Guia ilustrado para aula de campo – Lado B

Fonte: Autoria própria (2024).

7.1.2. Ação de educação patrimonial

Imbuído do plano de aula e, após torná-lo de conhecimento da professora Maria Isabel e das demais representantes legais da escola, foi realizada a ação de educação patrimonial no dia 27/08/2024. Durante a ação participaram, além do responsável pelo desenvolvimento da atividade,

15 alunos do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Fabrício Pedroza, a equipe pedagógica da escola, comporta pela professora titular da turma, o professor de apoio, a coordenadora, a diretora e a vice-diretora, Maria Claudia B. Trindade, convidada como amiga e na função de pedagoga para auxiliar nos registros e nas abordagens.

7.1.2.1. Momento 01: Apresentação

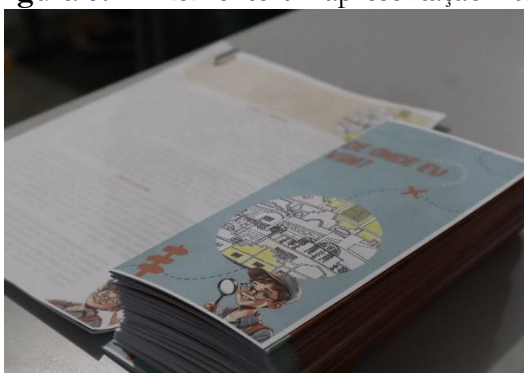
O momento de apresentação foi destinado ao conhecimento mútuo, tendo em vista que esse foi o nosso primeiro contato. Houve a apresentação e apreensão dos níveis de conhecimento deles a respeitos de assunto sobre função do arquiteto na sociedade, patrimônio e história da cidade de Fernando Pedroza, prezando a todo momento pela linguagem simples e direta, a fim de ser assertivo na propagação da informação, considerando a idade do público-alvo.

Figura 78 – Momento 01: apresentação - 01

Fonte: Trindade (2024).

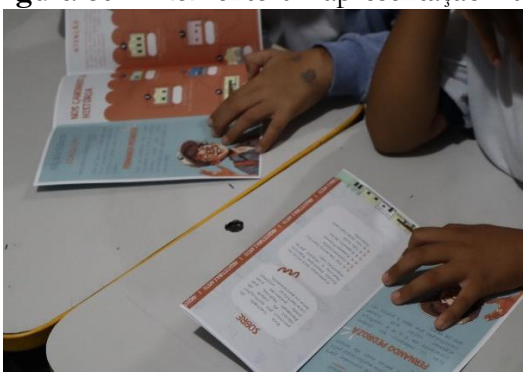
Ainda nesse momento, foi apresentado o guia ilustrado desenvolvido para a aula de campo, proporcionando o contato direto das crianças com o tema proposto.

Figura 79 – Momento 01: apresentação - 02



Fonte: Trindade (2024).

Figura 80 – Momento 01: apresentação - 03



Fonte: Trindade (2024).

7.1.2.2. Momento 02: Nos caminhos da história

O momento 02, referente ao percurso pelas casas que tiveram suas estruturas e histórias catalogadas, resultou em experiências únicas. Observando o anseio pela busca e conhecimento das histórias de cada casa, foi perceptível que as crianças fizeram uma verdadeira viagem no tempo.

Figura 81 – Momento 02: nos caminhos da história - 01

Fonte: Trindade (2024).

Figura 82 – Momento 02: nos caminhos da história - 02

Fonte: Trindade (2024).

Para cada nova casa visitada, elas precisavam registrar no guia seu número de identificação na rua e, caso acertassem, ganhariam um carimbo comprovando a visitação. A ideia partiu da ideia de utilizar simbolicamente os carimbos como em um passaporte durante uma viagem, que marcam a passagem de alguém por algum lugar. Ora, se estávamos em uma viagem no tempo, nada mais justo do que registrar nossa passagem por lá!

Figura 83 – Momento 02: nos caminhos da história - 03

Fonte: Trindade (2024).

Figura 84 – Momento 02: nos caminhos da história - 04

Fonte: Trindade (2024).

Ainda durante a visitação das casas, os moradores – que eu já havia tido contato e entrevistado durante o processo de pesquisa – trocaram experiências diretas com os estudantes, fazendo com que eles aprendessem a história de cada edificação diretamente da memória de quem habita a morada. É importante mencionar que, em cada casa, foi proposto um tempo para observação e apreensão dos elementos ornamentais. Nessa fase, eles visualizavam as formas geométricas encontradas nos ornamentos das fachadas e dos ladrilhos. O momento 02 encerrou na estação ferroviária, atual casa da cultura.

Figura 85 – Momento 02: nos caminhos da história - 05

Fonte: Trindade (2024).

Figura 86 – Momento 02: nos caminhos da história - 06

Fonte: Trindade (2024).

7.1.2.3. Momento 03: Construindo memórias

O momento 03 se destinou à execução da oficina de ladrilho hidráulico. Antes de as crianças iniciarem as produções dos desenhos e composições, os modelos catalogados foram apresentados, bem como a técnica construtiva empregada na produção de um ladrilho original. Chamou-se à atenção para a liberdade criativa que esse produto oferece. Por ser um trabalho de arte, as possibilidades de composição são infinitas, vai da criatividade do produtor e/ou consumidor.

Figura 87 – Momento 03: construindo memórias - 01

Fonte: Trindade (2024).

Figura 88 – Momento 03: construindo memórias - 02

Fonte: Trindade (2024).

Apesar de exemplificar o uso das formas geométricas na produção da composição das estampas dos ladrilhos, as crianças ficaram livres para criar conforme o seu entendimento e vontade, sob a perspectiva de como elas gostariam que fosse o piso da casa delas quando elas crescessem.

Figura 89 – Momento 03: construindo memórias – 03

Fonte: Trindade (2024).

Figura 90 – Momento 03: construindo memórias – 04

Fonte: Trindade (2024).

Após as produções, houve um momento de "exposichão". Assim todos puderam ver o que seu/sua coleguinha havia feito e ainda observar as diferentes formas de agir, pensar e interpretar uma mesma atividade pautada na criatividade.

Figura 91 – Momento 03: construindo memórias – 05

Fonte: Trindade (2024).

Figura 92 – Momento 03: construindo memórias – 06[113]

Fonte: Trindade (2024).

Por fim, após o lanche, seguimos rumo à escola novamente.

7.1.2.4. Momento 04: de volta à atualidade

No percurso de retorno, após diversas indagações de que ainda falta um carimbo no guia e que não tinham visto uma das casas, finalizamos a atividade encontrando a última em frente da última edificação do roteiro, comemorando todas as visitas concluídas e o "passaporte" cheio.

Figura 93 – Momento 04: de volta a atualidade - 01

Fonte: Trindade (2024).

[113] Exposichão

7.1.3. Considerações sobre a atividade de educação patrimonial

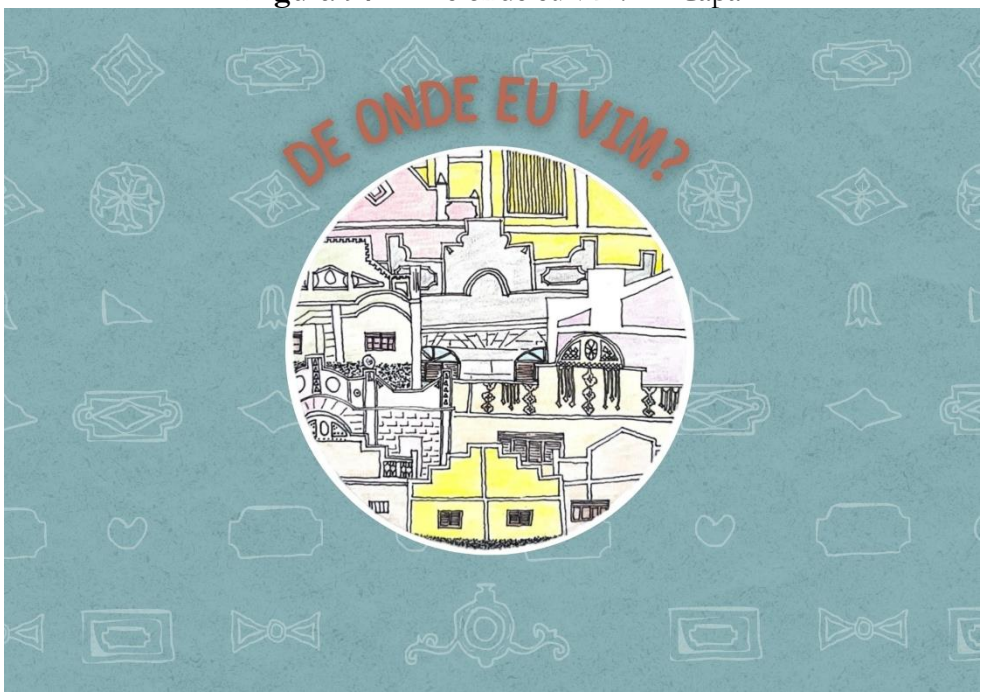
As atividades foram fundamentais para auxiliar no desenvolvimento da cartilha final, pois entendemos que educação patrimonial se faz mediante ação. Entender o nível de apreensão das crianças na prática torna o trabalho final assertivo, didático e, como se espera, usual. Além disso, por meio das experiências da relação criança-patrimônio e criança-moradores, verificamos que a parte gráfica da identidade visual da cartilha funciona e prende a atenção dos/das pequeno/as.

Compreender o espaço da sala de aula da educação infantil como lugar passível de perpassar os conhecimentos adquiridos no curso de Arquitetura e Urbanismo e nas experiências trocadas com os mais velhos durante as entrevistas – prevendo uma possível preservação da arquitetura residencial e da paisagem urbana – faz com que as crianças conheçam e se liguem ao lugar onde vivem, podendo vir a despertar nelas a noção de pertencimento pautado no afeto.

7.2. "De onde eu vim?"

A cartilha "De onde eu vim?" surge então com o propósito de unir as informações apuradas no decorrer da pesquisa, tornando-as, de forma lúdica, um instrumento de trabalho destinado às escolas municipais da cidade de Fernando Pedroza com o objetivo de propagar o conhecimento a respeito da história do município por meio da arquitetura residencial, preservada pelos próprios moradores.

Figura 94 – "De onde eu vim?" – Capa



Fonte: Autoria própria (2024).

O produto segue os mesmos princípios estéticos e gráficos já apresentados no tópico 7.1.1.3. do presente trabalho, evidenciando as decisões de escolha para cada elemento aplicado. A estrutura de apresentação do conteúdo dar-se-á, além da apresentação do autor, pelos seguintes tópicos: (i) Glossário ilustrado; (ii) Vila São Romão: onde tudo começou; (iii) Feira livre; (iv) Usina São Joaquim; (v) Estação Ferroviária; (vi) O que é patrimônio histórico?; (vii) Conhecendo e aprendendo com o nosso patrimônio; e, (viii) Arquitetura e afeto.

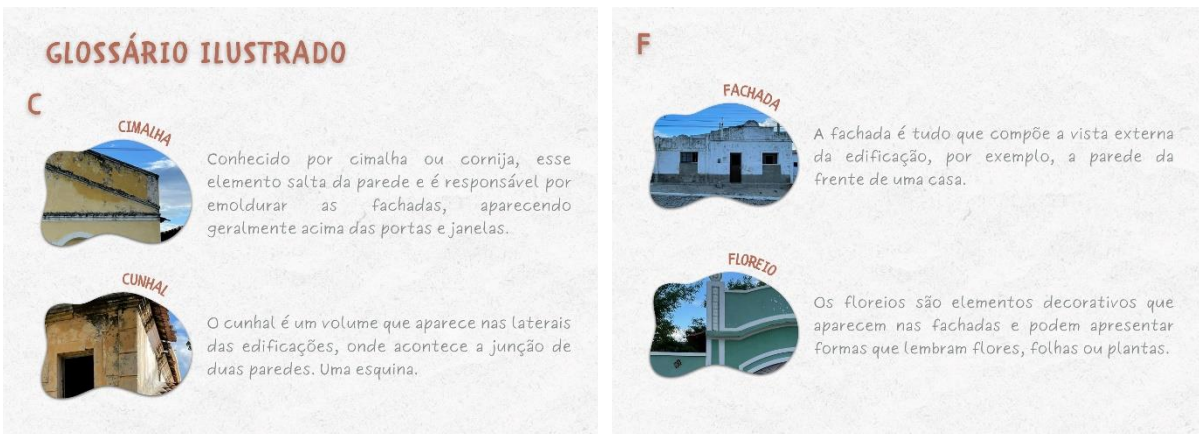
Figura 95 – "De onde eu vim?" – Apresentação

Fonte: Autoria própria (2024).

7.2.1. Glossário ilustrado

Apesar dos glossários aparecerem geralmente ao final das obras, na cartilha a proposta é que ocorra o inverso. Considerando o tema específico relacionado a área da arquitetura e o público-alvo, como sendo crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamentável, foi entendido como necessário a apresentação prévia de determinados termos, a fim de auxiliar na compreensão do conteúdo exposto posteriormente.

Figura 96 – Glossário ilustrado



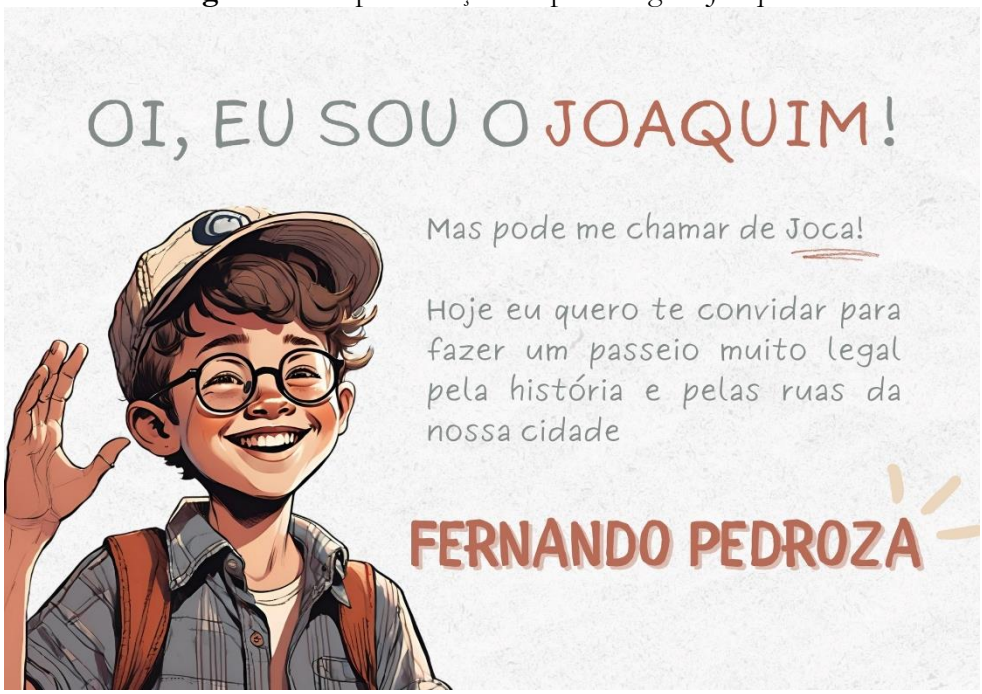
Fonte: Autoria própria (2024).

A ideia foi identificar nas edificações catalogadas, elementos que pudessem ilustrar o significado de cada termo, associando as imagens aos textos de definição de cada um, a fim de facilitar o entendimento sobre o assunto.

7.2.2. Vila São Romão: onde tudo começou

O personagem Joaquim foi utilizado, assim como na ação de educação patrimonial realizada anteriormente, com o intuito de tornar lúdico e atrativo a busca pelo conhecimento. Além de criar uma relação direta com o leitor, ele instiga e se molda às situações em cada nova aparição, a fim de evitar a monotonia ao decorrer da leitura.

Figura 97 – Apresentação do personagem Joaquim



Fonte: Autoria própria (2024).

O personagem então convida os leitores para conhecer Fernando Pedroza, em uma viagem pela história da cidade, apresentando brevemente um resumo sobre o processo de urbanização do povoado até chegar na toponímia de cidade.

7.2.2.1. Feira livre

O tópico aborda, de maneira breve, as primeiras movimentações e conglomerados humanos na região, deixando explícito os motivos e as principais personalidades de influência à época, tentando, mesmo que em texto, manter presa a atenção do leitor, com o uso de imagens que refletem o que está sendo dito.

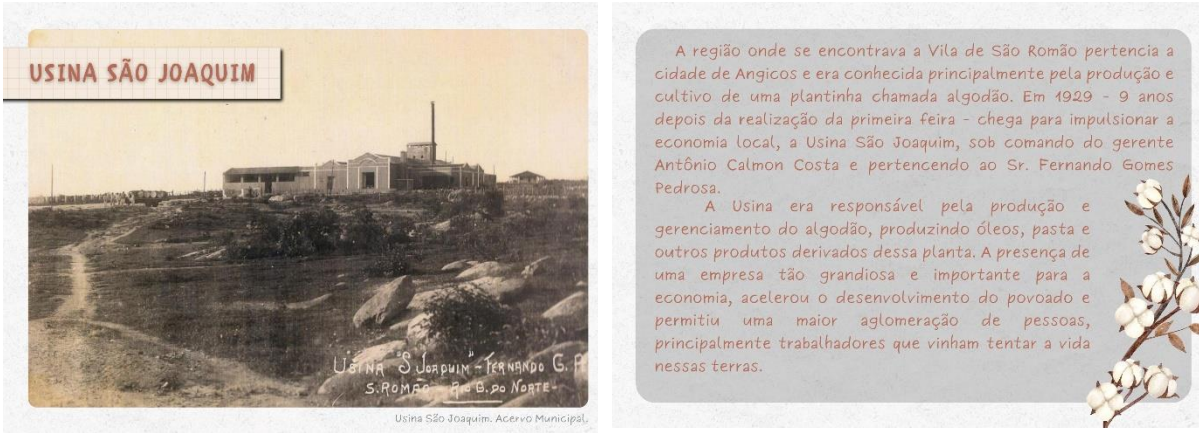
Figura 98 – Cartilha – Feira livre

Fonte: Autoria própria (2024).

7.2.2.2. Usina São Joaquim

O mesmo ocorre quando se trata da Usina São Joaquim, ela é apresentada como o segundo, de 3 pilares importantes para o desenvolvimento do povoado, considerando a movimentação econômica e social que a presença do cultivo e produção do algodão gerou.

Figura 99 – Cartilha – Usina São Joaquim



Fonte: Autoria própria (2024).

7.2.2.3. Estação Ferroviária

Como terceiro e último ponto da história contada, tem-se a apresentação da chegada da estação ferroviária e a importância dela no desenvolvimento urbano, garantindo mais fluxo de pessoas e mercadorias para a região.

Figura 100 – Cartilha – Estação ferroviária

Fonte: Autoria própria (2024).

7.2.3. O que é patrimônio histórico?

Após a breve apresentação sobre a história da urbanização pedrozense, partindo desde a vila até sua conformação de cidade, é explicado que esse processo histórico gera registros e que podemos chamá-los, quando importantes para a memória coletiva, de patrimônio histórico.

Figura 101 – Definição de patrimônio histórico

Fonte: Autoria própria (2024).

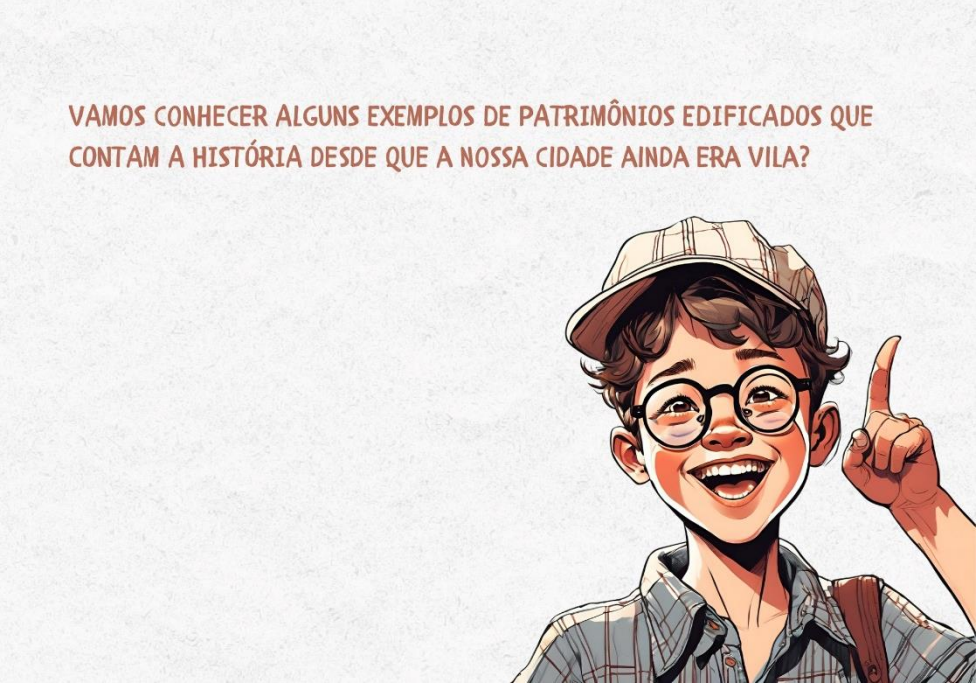
Através de um mapa mental, houve a tentativa de explicar, de maneira breve, o que seria considerado patrimônio histórico e sua função social.

7.2.4. Conhecendo e aprendendo com o nosso patrimônio

No presente tópico foi apresentado para o leitor 10 edificações que mantém preservadas a maior parte das suas características originais, em sua maioria, desde que a cidade ainda era

considerada vila São Romão e que podem ser responsáveis por contar histórias coletivas, à nível de cidade e individuais, na perspectiva de cada morador.

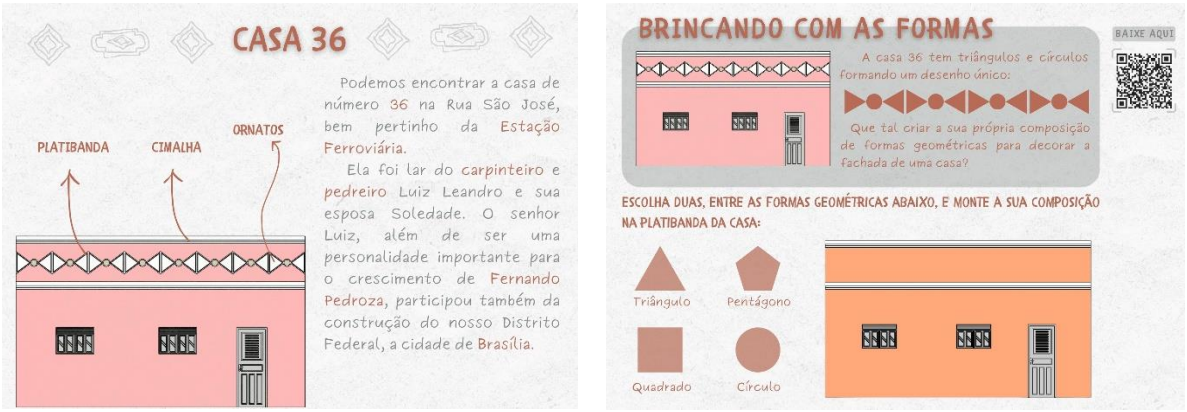
Figura 102 – Conhecendo o nosso patrimônio – Introdução



Fonte: Autoria própria (2024).

Nesse momento, a cartilha passará a apresentar, individualmente, cada edificação catalogada, identificando elementos arquitetônicos nas fachadas, contando brevemente a história de cada uma e, associando a residência a uma atividade a ser posta como sugestão para utilização nas salas de aula.

Figura 103 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 36



Fonte: Autoria própria (2024).

As atividades foram desenvolvidas tentando conectar assuntos voltados da arquitetura, com os conteúdos ensinados durante os anos iniciais da alfabetização do ensino fundamental. O uso das

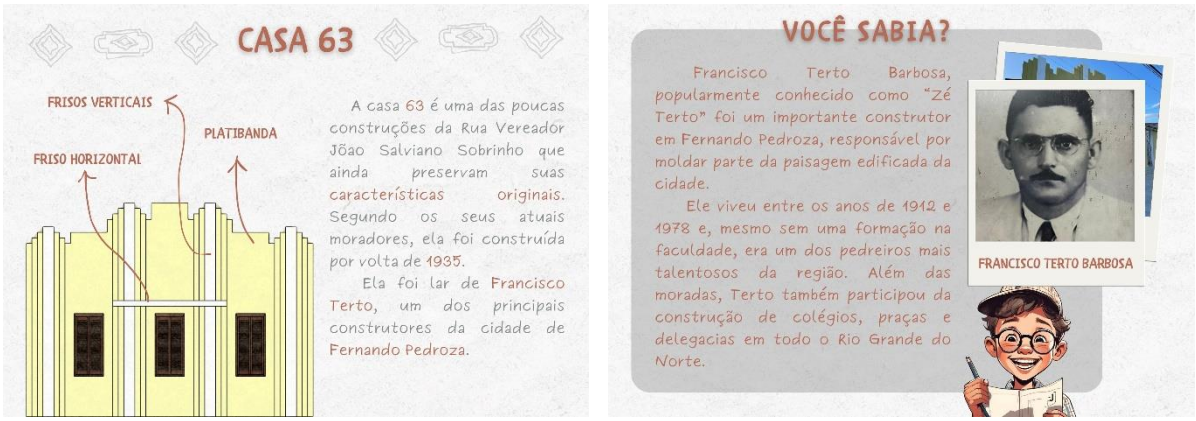
formas, por exemplo, foi uma estratégia adotada para falar sobre a composição de ornatos na fachada da casa 36 **(Figura 103)**.

Figura 104 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 61

Fonte: Autoria própria (2024).

Já a casa 61 **(Figura 104)** apresenta de forma única, pináculos em formatos de abacaxi e, após a apresentação da sua história, o personagem torna o momento mais lúdico e interativo, propondo um caça-palavras com as palavras destacadas no texto.

Figura 105 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 63



Fonte: Autoria própria (2024).

A casa 63 **(Figura 105)**, por ter sido morada do Francisco Terto, apresenta uma curiosidade a fim de dar voz a história da sua vida, haja vista o pouco reconhecimento que ele tem dentro do município, mesmo sendo considerado um dos principais atuantes na construção da paisagem urbana da cidade.

Figura 106 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 91

Fonte: Autoria própria (2024).

A casa 91 **(Figura 106)**, como sendo uma das poucas que é possível ter certeza o seu ano de construção graças à data gravada nos pináculos, atrai a atenção do personagem e a ideia é fazê-lo conseguir ver uma casa tão antiga, de quase 100 anos de existência. Essas estratégias com o personagem podem instigar a curiosidade das crianças, querendo levá-las a conhecer também.

Figura 107 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 122 A

Fonte: Autoria própria (2024).

É possível fazer também algumas alusões a formas identificadas nas fachadas das residências, desenvolvendo um olhar mais aguçado no leitor, assim como no indivíduo ao andar pela cidade.

Figura 108 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 122 B

Fonte: Autoria própria (2024).

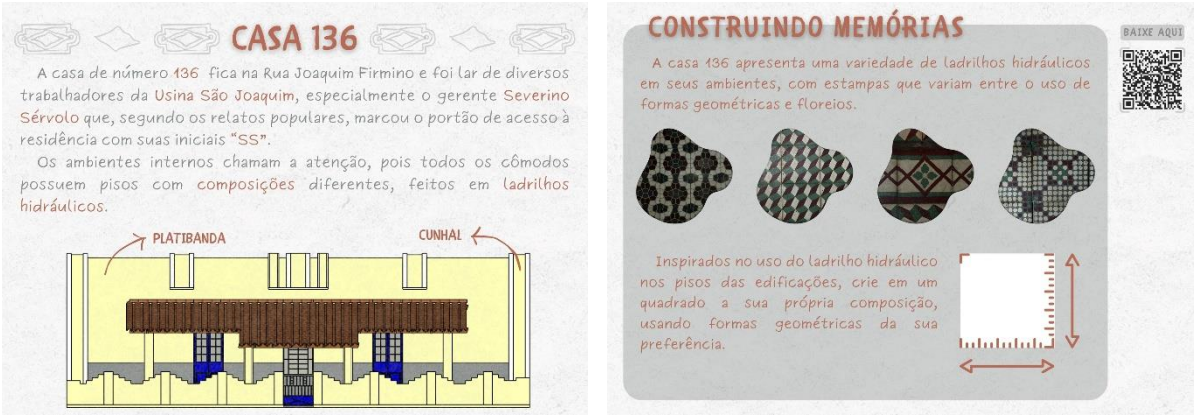
As atividades propostas trazem, de maneira orgânica, assuntos associados aos termos encontrados na arquitetura, assim como algumas ações de preservação do patrimônio edificado. A casa 122 **(Figura 108)**, por exemplo, foi proposto uma revitalização da fachada através de uma atividade destinada a colorir. O simples pode funcionar.

Figura 109 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 135

Fonte: Autoria própria (2024).

Assim como a casa 135 **(Figura 109)**, logo após falar sobre o termo revitalização na casa anterior, tem-se nessa as consequências da falta de manutenção e a aparição das marcas do tempo. Nesse caso, o jogo da memória fala diretamente sobre o esquecimento e da falta de cuidado, fazendo uma brincadeira com o nome do jogo e a proposta do jogo acontece com as cores que a casa um dia já teve, conforme identificado in loco.

Figura 110 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 136



Fonte: Autoria própria (2024).

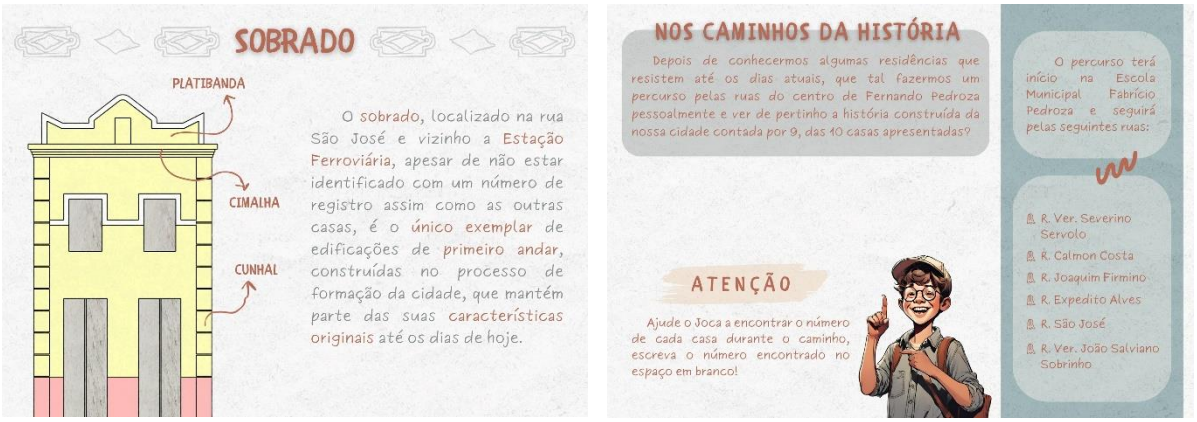
Baseado na ação de educação patrimonial com as crianças e vendo a boa recepção da oficina de ladrilho hidráulico, foi proposto então que a atividade associada à casa 136 **(Figura 110)** seria um exercício de composição, baseado no uso das formas geométricas e elementos da natureza, como os floreios, permitindo o pleno exercício da criatividade das crianças.

Figura 111 – Conhecendo o nosso patrimônio – Casa 155

Fonte: Autoria própria (2024).

Haja vista a riqueza de detalhes da casa 155 **(Figura 111)**, tem-se então um jogo dos 7 erros, onde parte dos ornatos foram removidos, promovendo um olhar mais cuidadoso e atencioso à composição da fachada.

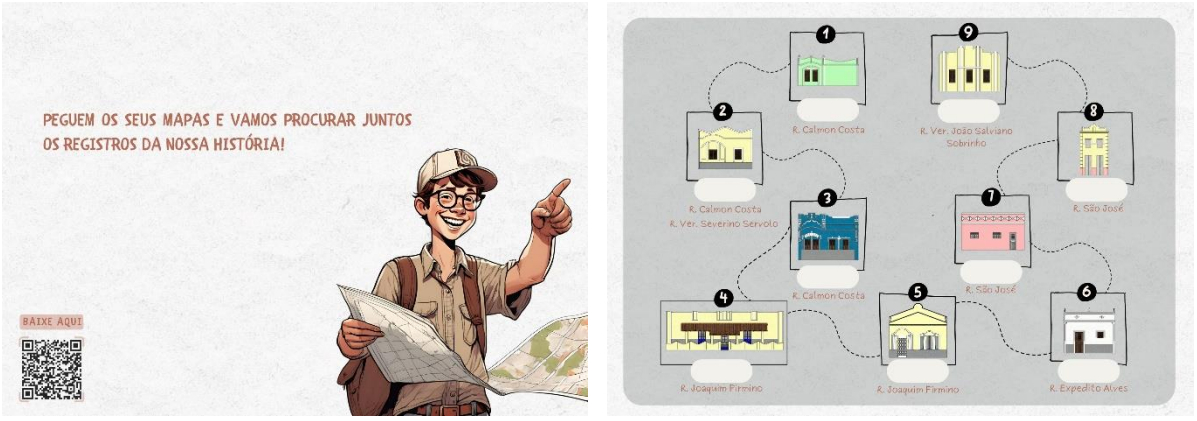
Figura 112 – Conhecendo o nosso patrimônio – Sobrado



Fonte: Autoria própria (2024).

Por fim, para finalizar esse tópico e o inventário de casas catalogadas, está de volta a mesma ação desenvolvida na ação de educação patrimonial. Considerando o conhecimento de todas as casas apresentadas, a proposta é uma visita in loco, no percurso explicitado na atividade, a fim de encontrar pelas ruas da cidade, essas fontes de história, memória e afeto. Isso pode vir a transformar a forma de enxergar a cidade, na vida das crianças e dos profissionais que estarão à frente das atividades. Fazendo com que vivamos, de fato, a cidade.

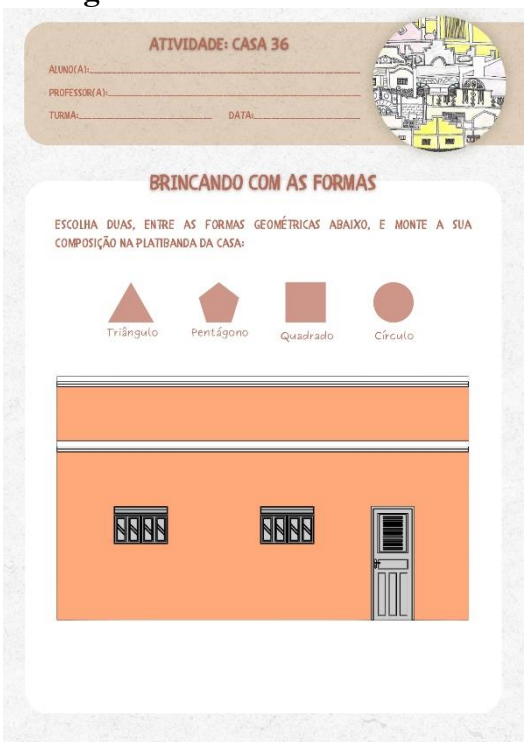
Figura 113 – Conhecendo o nosso patrimônio – Percurso



Fonte: Autoria própria (2024).

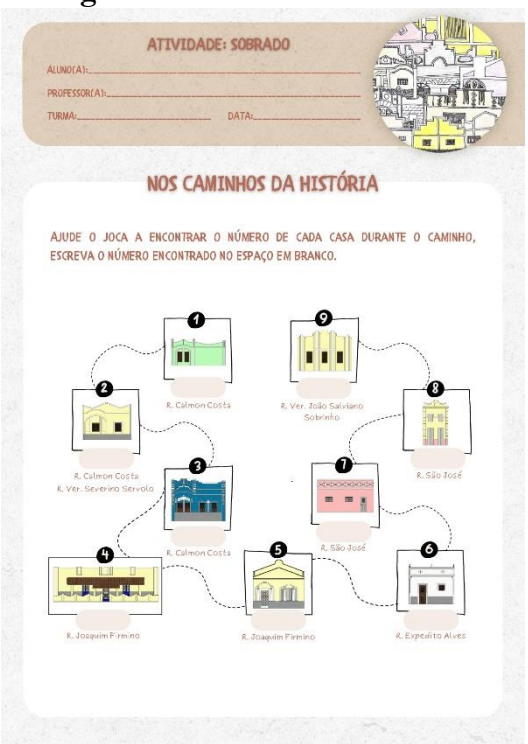
É válido salientar que, todas as atividades possuem um QRcode, que direcionam o professor ou professora responsável para arquivos referentes às atividades propostas **(Figuras 114 e 115)**, a fim de manter a vida útil da cartilha o mais preservada possível, permitindo a sua utilização por outras pessoas depois, sem danos ou rabiscos.

Figura 114 – Atividade – Casa 36



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 115 – Atividade – Sobrado



Fonte: Autoria própria (2024).

7.2.5. Arquitetura e afeto

A cartilha finaliza respondendo as perguntas iniciais a respeito do significado do pertencimento na preservação da memória de Fernando Pedroza. Essa seção é destinada às falas dos moradores durante as entrevistas.

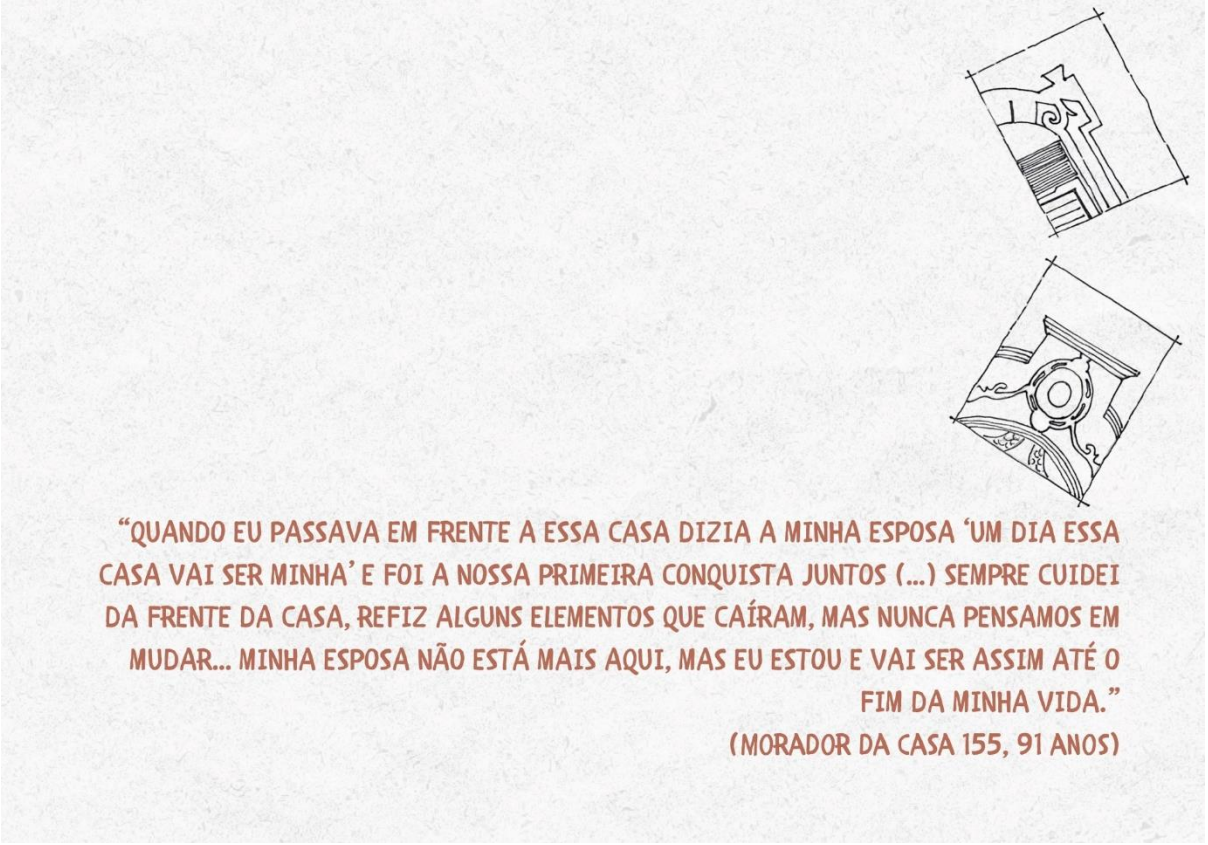
Figura 116 – Arquitetura e afeto – 01

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 117 – Arquitetura e afeto – 02

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 118 – Arquitetura e afeto – 03



Fonte: Autoria própria (2024).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta, de maneira centralizada, questões voltadas à preservação do patrimônio histórico de Fernando Pedroza e de que maneira a sociedade encara esse tema, pautado na memória, no pertencimento e no afeto dos moradores mais velhos. Além disso, ressalta a necessidade da propagação da memória coletiva, a fim de evitar o apagamento da história da cidade.

Ao propor a elaboração de uma cartilha de educação patrimonial voltada para as crianças no âmbito escolar, esse estudo visa não apenas preservar e catalogar a memória arquitetônica de Fernando Pedroza, mas também fortalecer a identidade cultural da comunidade em que pouco se fala a respeito do assunto.

A pesquisa realizada abrange eventos históricos significativos e suas influências na urbanização e na arquitetura residencial, demonstrando a importância de compreender as narrativas que moldaram o espaço urbano, além das perspectivas dos moradores mais velhos a respeito do seu lugar de morada. Durante o processo de apreensão das informações a respeito do processo de urbanização das terras de Fernando Pedroza, pôde-se constatar que a história local é intrinsecamente ligada a fatores como a economia do algodão, a feira livre e a chegada da ferrovia, momentos e ações determinantes para o desenvolvimento da vila de São Romão.

A participação da comunidade durante a elaboração da cartilha e das ações de educação patrimonial – idosos, crianças, professores e setores institucionais como as escolas e secretaria de educação e cultura – reforça a ideia de que a preservação do patrimônio é um esforço coletivo e, para que haja o resgate da memória da cidade, é preciso diversas mãos trabalhando em conjunto. Essa colaboração não apenas promove a conscientização, mas também estreita laços entre os habitantes e o seu entorno, consolidando um compromisso com a proteção do legado histórico.

Por fim, ao disseminar o conhecimento sobre a arquitetura e a história local, este trabalho busca assegurar que a memória de Fernando Pedroza seja perpetuada, permitindo que futuras gerações reconheçam e valorizem a riqueza cultural que as casas históricas, suas histórias e as histórias dos seus moradores representam. A educação patrimonial, portanto, emerge como uma ferramenta vital na construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com sua herança cultural, onde o afeto se revela como um elemento crucial para a preservação duradoura do patrimônio.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2023. 507 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Institui o Estado Novo no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 1937. Seção 1, p. 23601.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 484 p.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural:* o desconhecido acervo consagrado. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

EUROPA, Conselho da. *Declaração de Amsterdã.* Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975. 10 p.

FREITAS, Karine Ellen Almeida de. *No rastro das memórias*: um estudo sobre a preservação do patrimônio histórico rural da microrregião de Catolé do Rocha - PB. 2023. 194 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rural do Semiárido, Pau dos Ferros, 2023.

HUSKINSON, Lucy. *Arquitetura e psique: um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas.* 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Veneza.* Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1964. 4 p.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Declaração do México.* México: Conferência Mundial Sobre As Políticas Culturais, 1985. 8 p.

MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *As cidades e os trilhos:* resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações. 2007. 180 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

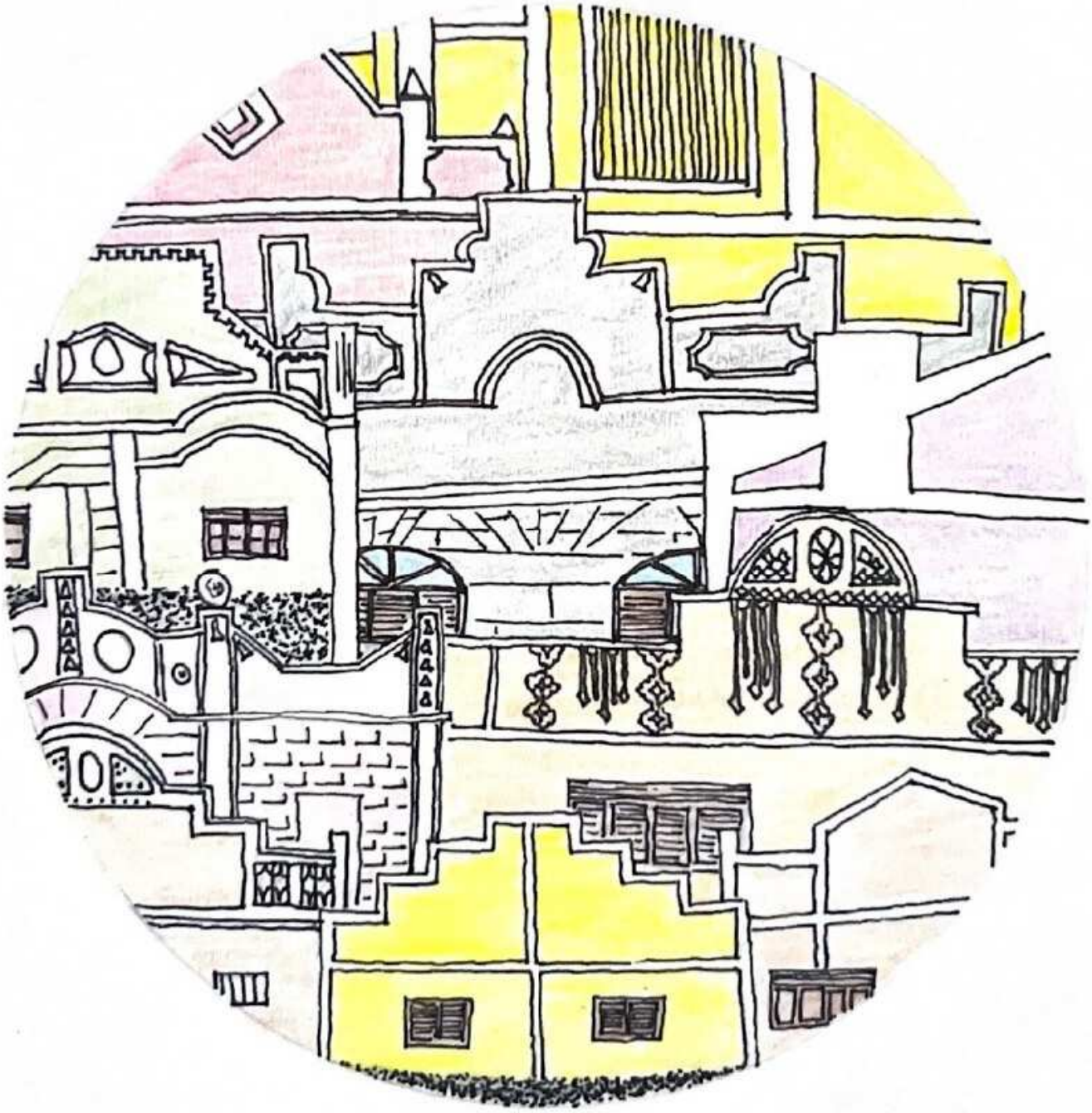
MINDLIN, José. *Aloísio Magalhães:* um "designer" polivalente. In: ALOISIO Magalhães e o desenho industrial no Brasil. São Paulo: FIESP/CIESP, 1983. p. 2.

NAÇÕES, Escritório Internacional dos Museus Sociedades das. *Carta de Atenas*. Atenas, 1931. 6 p.

OLIVEIRA, Lívia Nobre de. ARCAICÓ, MODO DE AMAR: *Proposta de boas práticas para o casario antigo caicoense*. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

TRINDADE, Paulo Tavares. *De São Romão à Fernando Pedroza:* Origem Histórica. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Assú/RN, 2006.

APÊNDICES

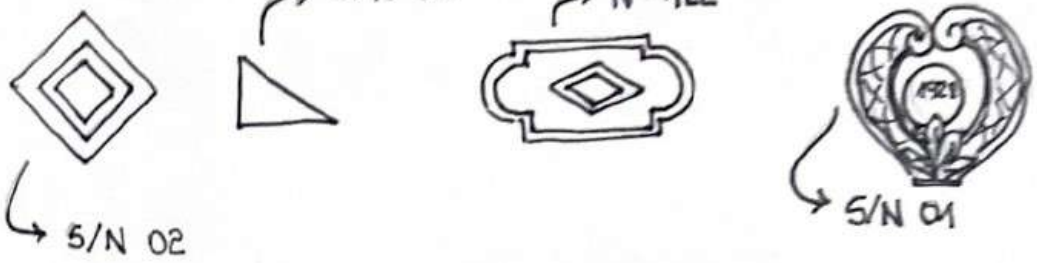


FERNANDO PEDROZA

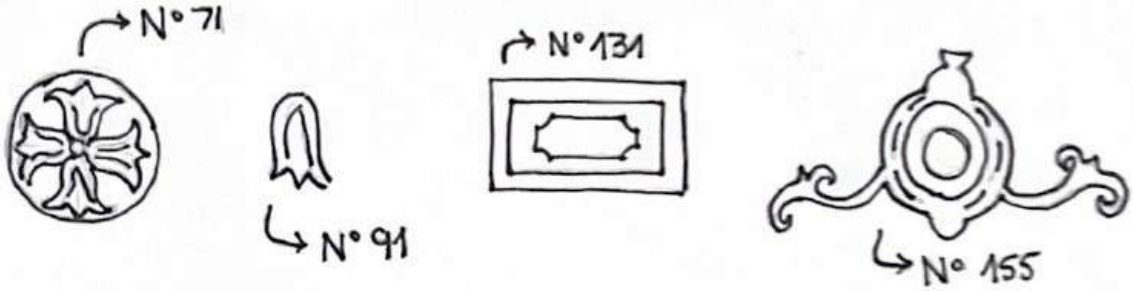
ALDO FILHO
JUN/2021

CATALOGAÇÃO DE SÍMBOLOS

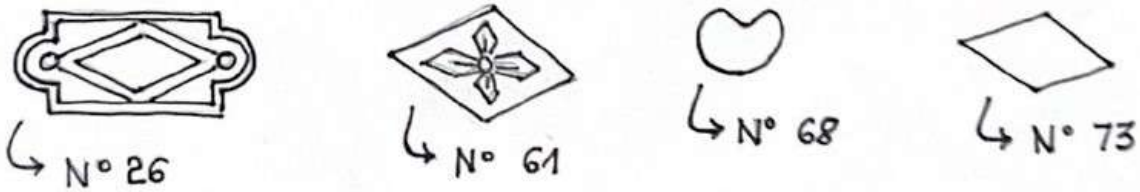
RUA 7 DE SETEMBRO

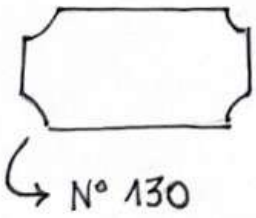


RUA CALMON COSTA

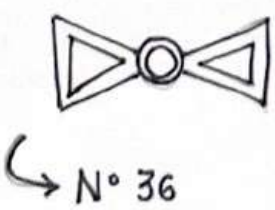


RUA EXPEDITO ALVES

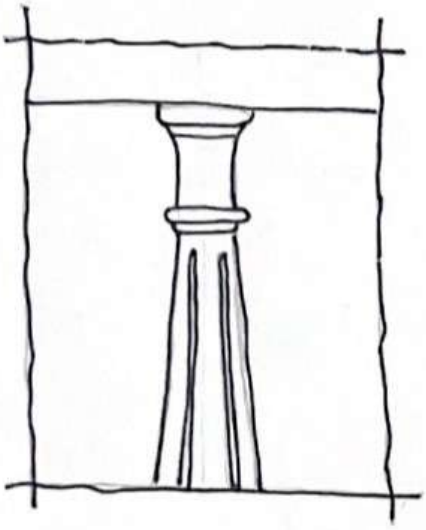


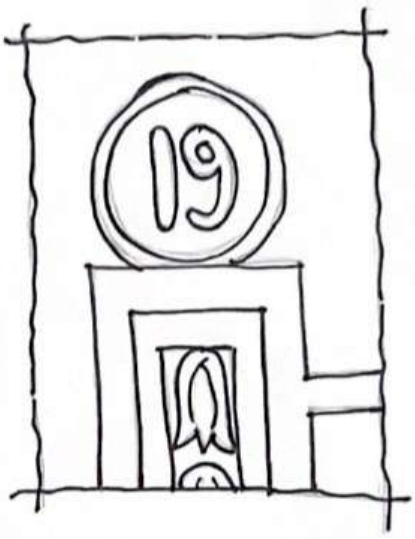


RUA SÃO JOSÉ

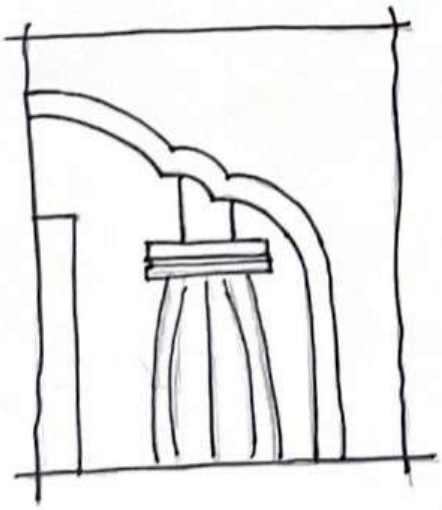


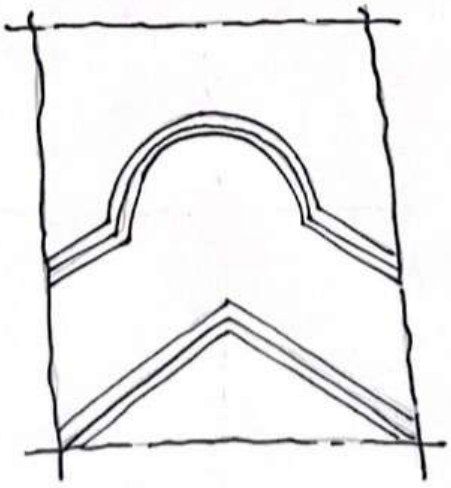
CASA 91:

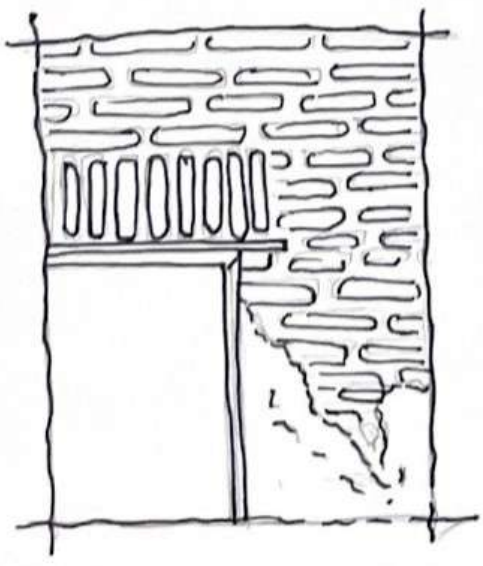




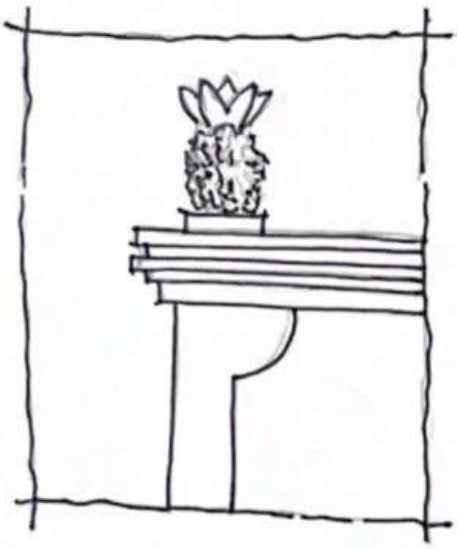
CASA 135:

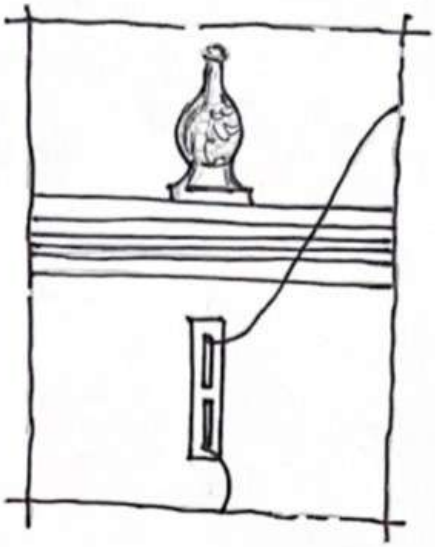


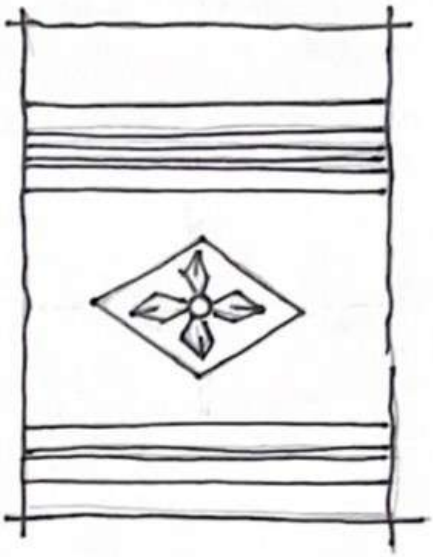




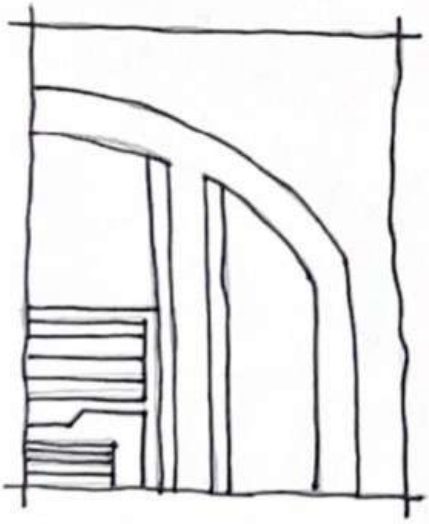
CASA 61:

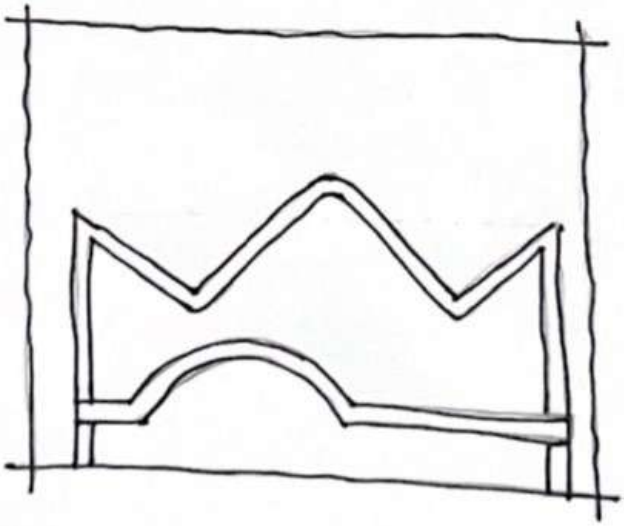


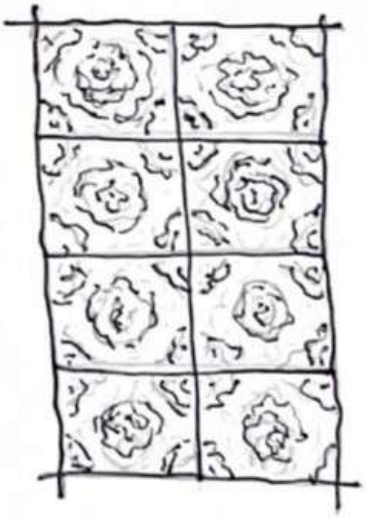




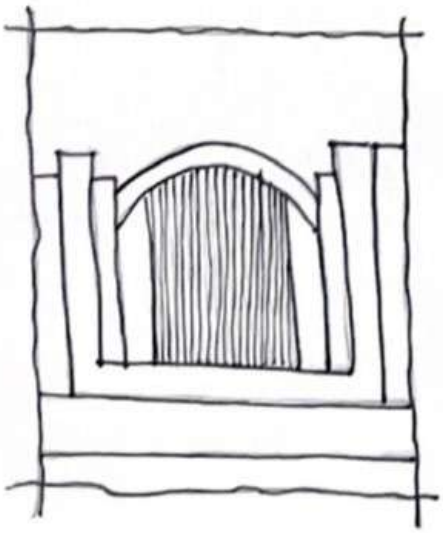
CASA 122 : CALMON COSTA

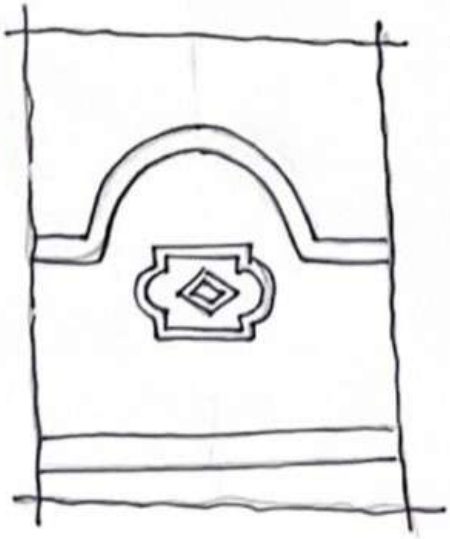


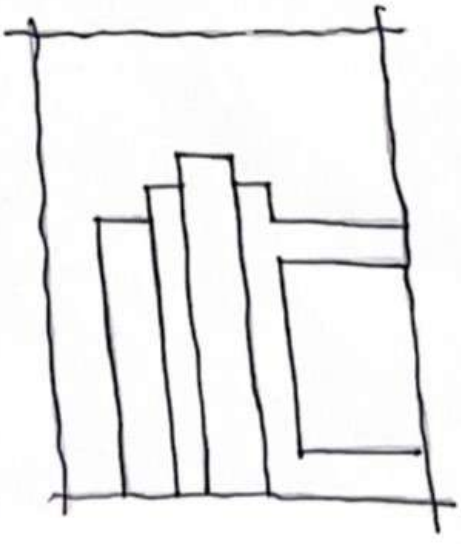




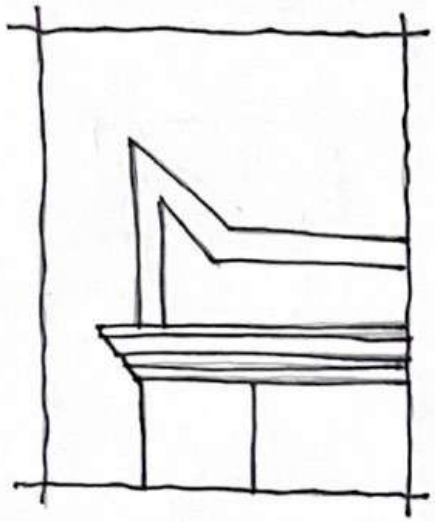
CASA 122 : SETE DE SETEMBRO

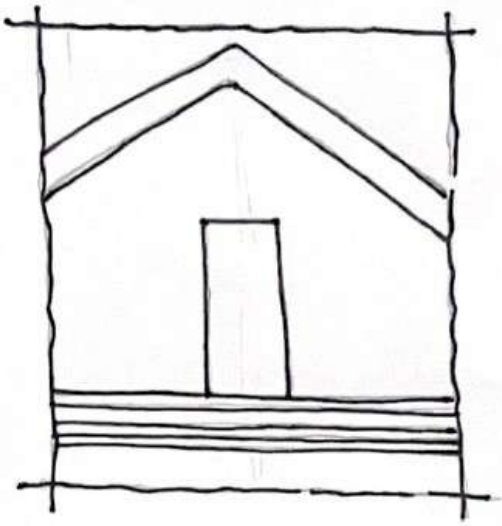


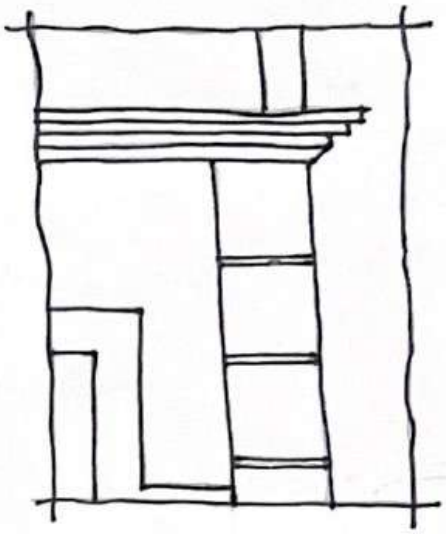




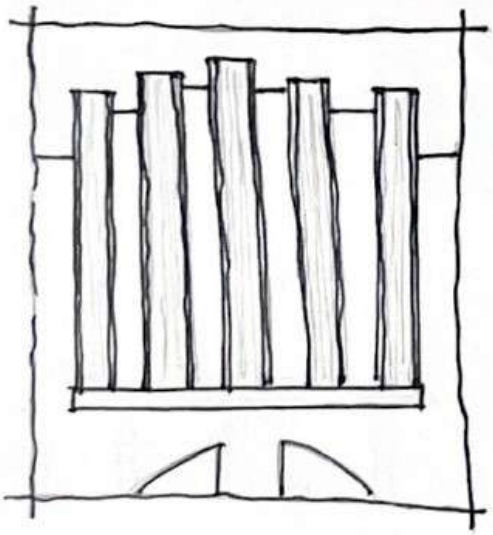
SOBRADO: RUA SÃO JOSÉ

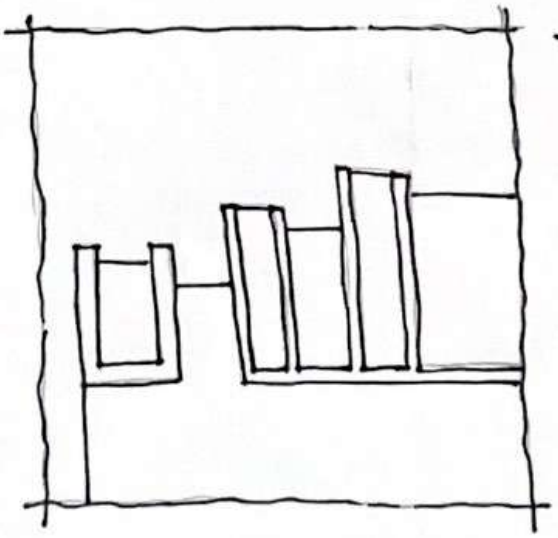


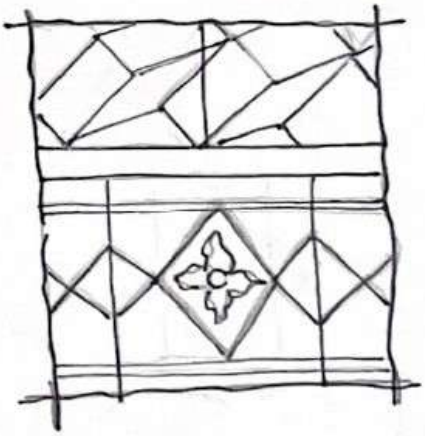




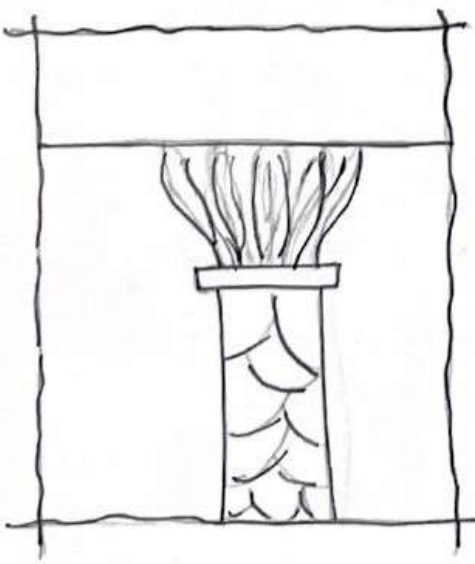
CASA 136:

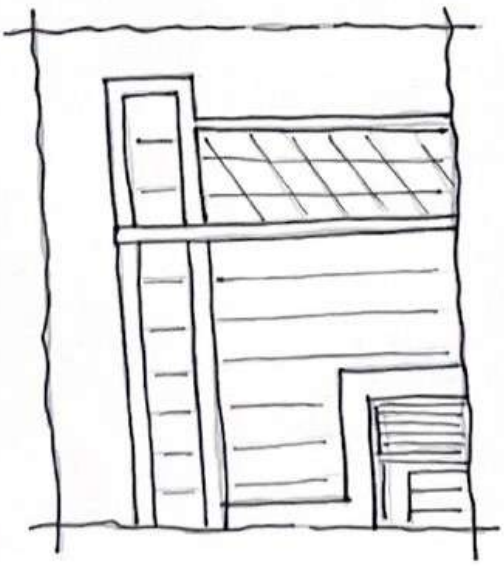


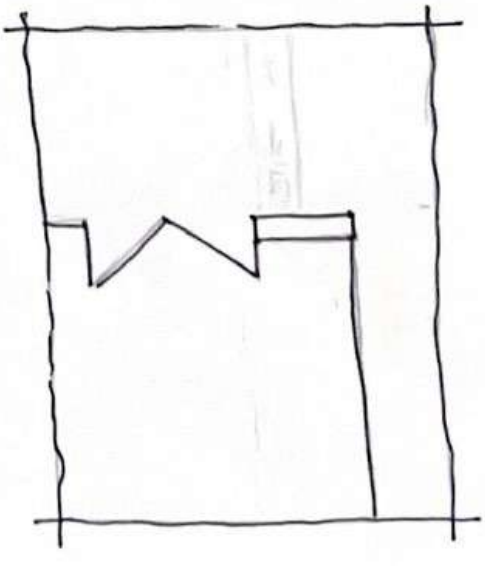




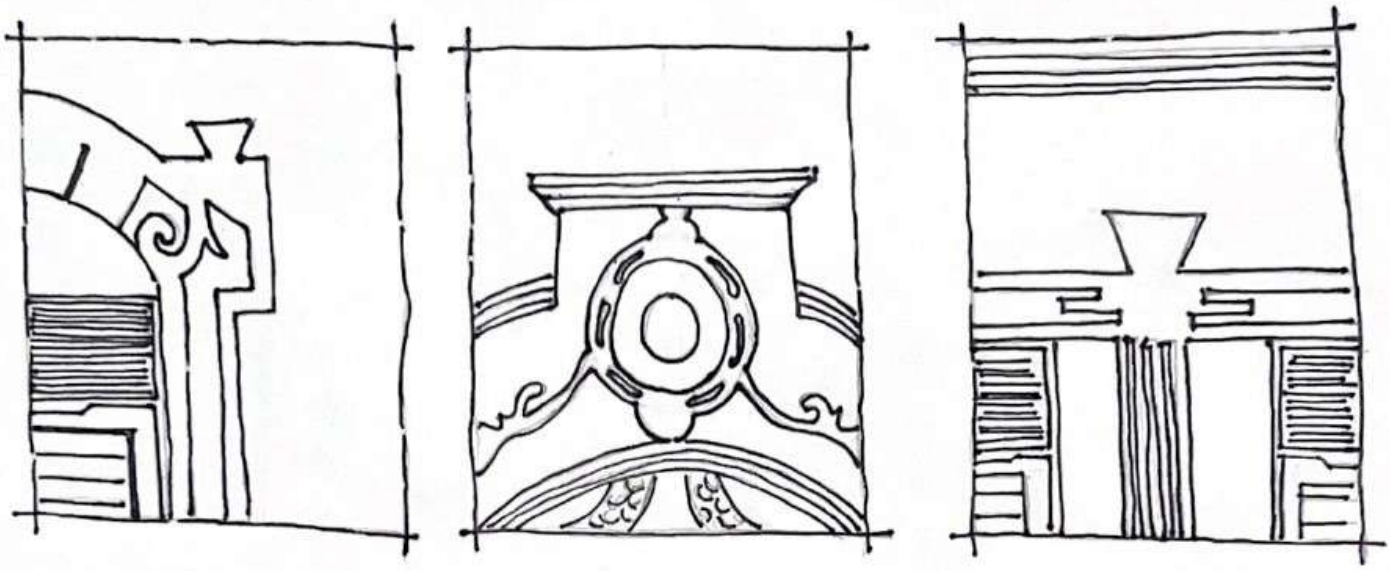
CASA 156:



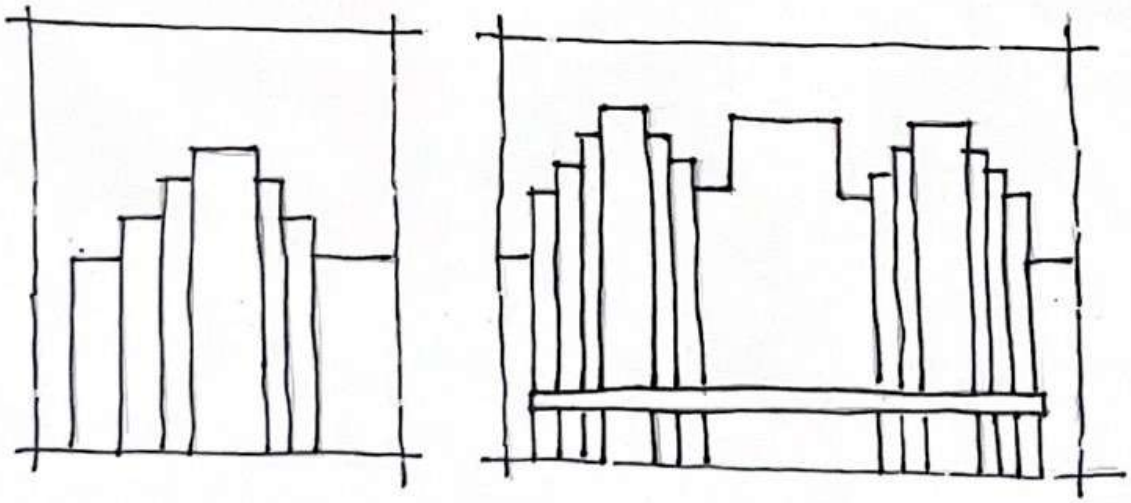




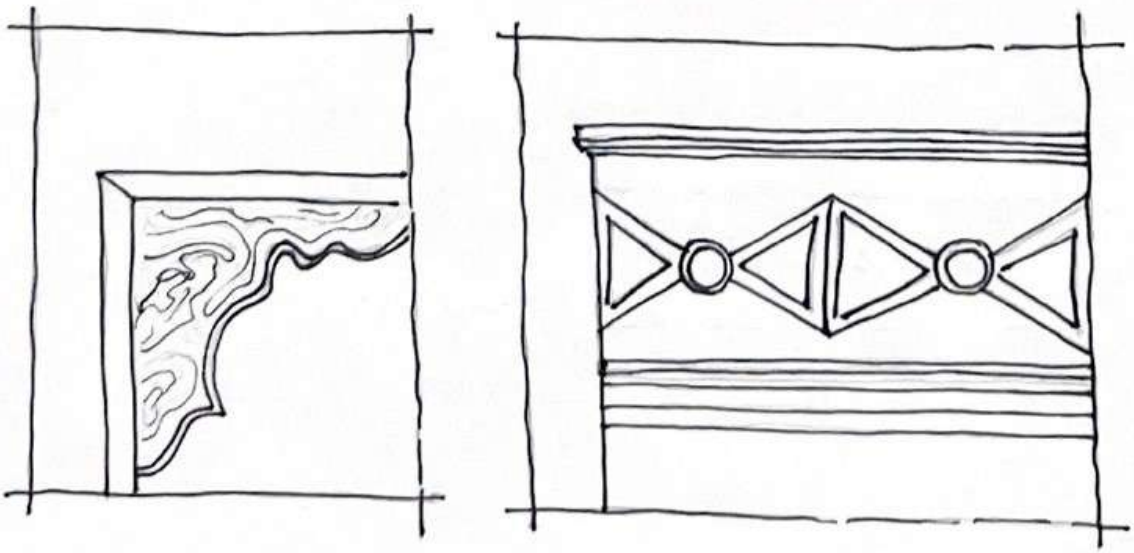
CASA 155:



CASA 63:



CASA 36:



ANGICOS - AUXÍLIO ALVES

MARIA DO LIVRAMENTO - O MAQUINISMO DO ALGODÃO

1889 - CHEGADA DOS PEDROZAS
↳ USINA EXPERIMENTAL DE ALGODÃO

1929 ↗

1920 → PRIMEIRA FEIRA LIVRE

1932 → INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

FEIRA LIVRE > USINA > ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
↓

1928 > 1940 : ARQUITETURA DE FP

1922 - PRIMEIRA ~~FESTA~~ MISSA NA CAPELA

FAZENDA SÃO MIGUEL

1944 - CONSTRUÇÃO DA IGREJA
↳ FAZENDA SÃO ROMÃO

DÉCADA DE 40 - MERCADO PÚBLICO

1992 - ELEIÇÕES

1937 - PLANTA DE MALHA URBANA FEITA POR FERNANDO PEDROZA COM ENGENHEIRO

BAR
↳ DIVULGADORA E MUDOU PARA O PRÉDIO ONDE É A CÂMARA HOJE EM DIA

DELEGACIA DA RUA VELHA TRAZIDA POR MIGUEL TRINDADE E HOSPEDEU ENGENHEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO.

CASA DONA SOLEDADE

NOME: MARIA SOLEDADE N. CARDOSO
IDADE: 97

MAIS DE 40 ANOS

FOI DADA À SEVERINO PREÁ

PAREDES DE 2 TIJOLOS

4 QUARTOS ORIGINALMENTE

120 ANOS

PISO DE TIJOLO
↳ CIMENTO
↳ CERÂMICA

LUIZ LEANDRO → CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

— OK

USINA ~~EAPA~~ → BANCO → JOÃO SALVIANO
↳
RIPA DE ARAME

— OK

CASA DE USINA - QUANDO A USINA FALIU, FICOU ~~PERDEU~~ PARA O BANCO

1980 - JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO (1944 - 79 ANOS)

→ ERA RIPA DE ARAME, MUDOU PARA MADEIRA BRANCA E MUDOU

→ NÃO TINHA BANHEIRO, FOI FEITO NA ÉPOCA DE "DEDÉ SALVIANO".

→ 1 SALA, 1 QUARTO E 1 COZINHA.

→ ADICIONOU 2 QUARTOS NA LATERAL, UM EM 2002 E 2005.

→ INICIALMENTE ERA UM COMÉRCIO.

→ NUNCA QUER TIRAR OS ELEMENTOS ORNAMENTAIS, POR QUE SÓ A CASA DELE TEM "OS ABACAXIS"!

→ LIMPAR E PINTAR POR CONTA PRÓPRIA

→ PAREDES DE 2 TIJOLOS.

→ FEITA E ESTRUTURADA COM BARRO.

→ PISO DE CIMENTO QUEIMADO REFEITO.

→ A CASA É REFRESCANTE, PARECE UM "AR-CONDICIONADO"

→ 2 ÁGUAS

→ ESQUADRIAS DE MADEIRA CUMARÚ
  ↳ ORIGINAIS

CONSTRUTOR: FRANCISCO TERTO BARBOSA → 1912 → 1978
ANO DE CONSTRUÇÃO: 1930 - 1935 → PEDREIRO (MESTRE DE OBRA)
DESDE QUANDO MORA AQUI: 1943
↳ ANO

RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DE COLÉGIOS NA REGIÃO
TRABALHOU COMO CONSTRUTOR DO BATALHÃO
PRAÇA

TROCA DE ESQUADRIAS: 96

BANHEIRO INTEGRADO EM 95

ADIÇÃO DE FORRO EM 95

2 QUARTOS
3 SALAS
1 COZINHA
1 BANHEIRO

1 QUINTAL → SISTERNA COMO RESERVATÓRIO DE ÁGUA

PISO DE CIMENTO QUEIMADO
↙
VERMELHO

OK

DESEJO DO PAI EM NÃO MUDAR

TROCARAM A MADEIRA DE CARNAÚBA POR UMA MAIS ATUAL.
COLOCOU REVESTIMENTO CERÂMICO NA CALÇADA, ANTES ERA TIJOLO.

JANICE TERTO BARBOSA GONÇALVES: 78 ANOS.

62 ANOS

- 58 ANOS DE MORADIA

- FAMÍLIA DUDA
  RAIMUNDA, TEREZA E JOSÉ FELICIANO
  ↳ DONO OFICIAL

- 1932 JOÃO PAULINO DE O.
  ↳ ZÉ TERTO (PAI DE JANICE TERTO)

30 CM DE DESNÍVEL

2021 → 2ª 1996 → GRADES
1978 → 1ª

4 QUARTOS
3 SALAS
1 COZINHA
1 BANHEIRO
1 ÁREA DE SERVIÇO

- 1ª CASA DA RUA

- TELHADO COM CARNAÚBA E MAÇARANDUBA

→ ESCOLA PRIMÁRIA → FECHOU POR POUCOS ALUNOS
PENSÃO
DELEGACIA → PELO PAI

MAIS DE 50 ANOS MORANDO LÁ

LINDALVA MIRANDA DA SILVA - 76 (MORAVA NO SÍTIO - PRIMEIRA CASA)
↳ 20 ANOS

4 QUARTOS
1 COZINHA
2 SALAS
1 BANHEIRO INTEGRADO À RESIDENCIA DEPOIS, HÁ 40 ANOS.

TELHADO ERA CARNAÚBA, MUDOU O MADEIRAMENTO

PISO DE CIMENTO QUEIMADO

MUDOU TODAS AS ESQUADRIAS ORIGINAIS

JOSÉ AZEVEDO - PRIMEIRO MORADOR

NÃO PENSA EM MUDAR A FACHADA E NUNCA MUDOU

PAREDE DUPLA

FRIA (SENSAÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO)

2 ÁGUAS PARA OS LADOS

1961 - Jango

1983
↳ PM

NOME:

CONSTRUÇÃO: ENTRE 40 E 50 (DEVIDO A USINA)
PARA OS TRABALHADORES

AQUISIÇÃO: 1964

2019 REMOVEU OS AMBIENTES POSTERIORES

NOME: ULISSES XAVIER DE SOUZA.

AUMENTOU O QUINTAL

NÃO EXISTE COLUNA ORNAMENTAL INTERNA

FICOU FECHADA POR MUITO TEMPO.

FUNCIONOU CARTÓRIO A PARTIR DE 1964 ATÉ 1982

NOME: MARGARIDA DE JESUS CARVALHO.

→ REMOVEU AS ESQUADRIAS DE ALGUNS AMBIENTES

PORTA PRINCIPAL: 2018

→ CARNAÚBA: PERMANECE, MAS APRESENTA CUPIM

OK

PAULO RICARDO DO NASCIMENTO → 1932 : 91
→ PEDREIRO
47 ANOS - MORANDO NESSA CASA 1976
Dª NANCA GOMES DA SILVA →

CALÇADA LATERAL

ADICIONOU O COBOGÓ NO LUGAR DE UMA DAS JANELAS LATERAIS

TIROU A MADEIRA ORIGINAL E ESQUADRIAS
↳ CARNAÚBA (CUPIM)
FACHEIRO E CARDEIRO

2 QUARTOS

2 SALAS

1 COZINHA

1 BANHEIRO → ERA FORA E FOI COLOCADO PARA DENTRO

PISO ORIGINAL DE CIMENTO QUEIMADO

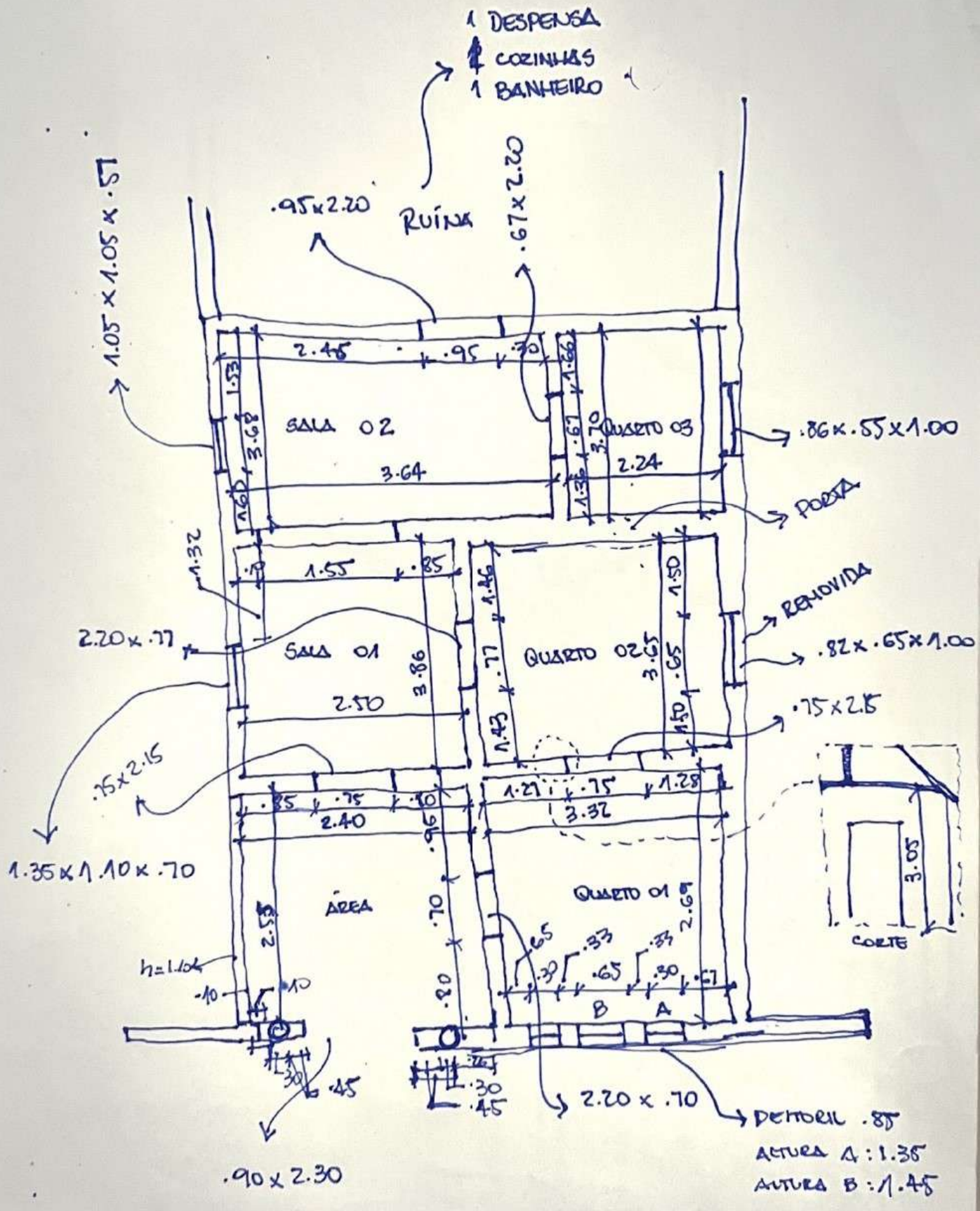
ELE QUE MANTÉM A ESTÉTICA DA CASA

2 TIJOLOS

OK

1934
1939

CUMEEIRA : 4.50m

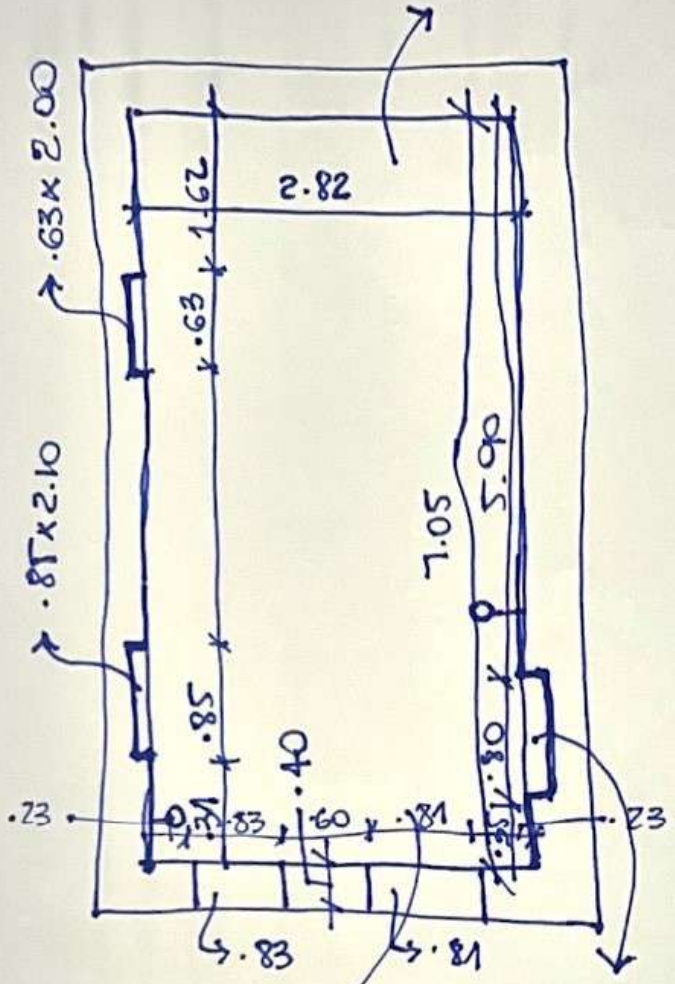


SOBRADO :

—O = ARMADOR

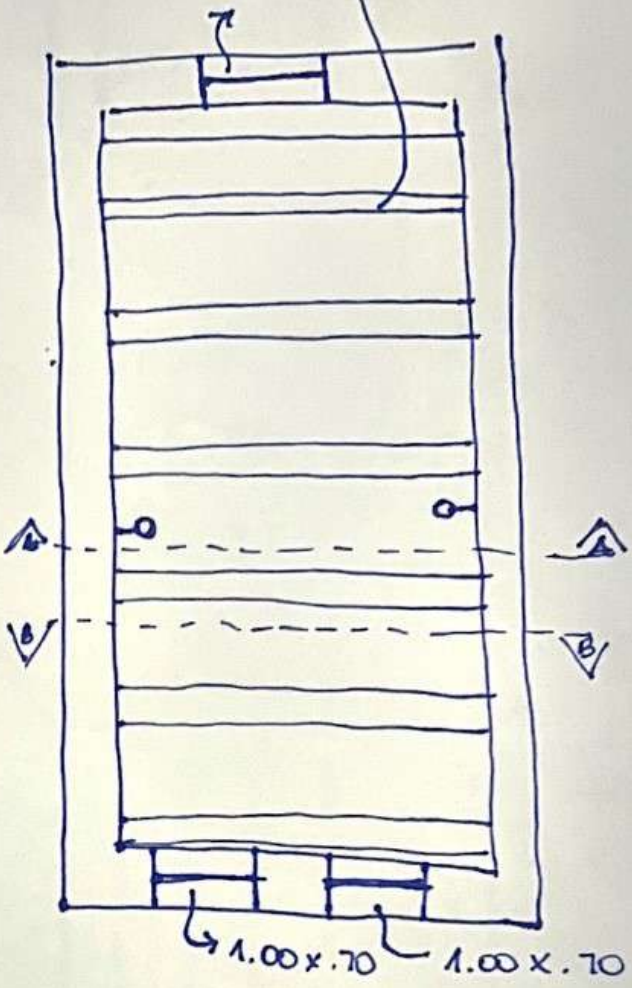
10 MADEIRAS DE ESTRUTURA

ANTIGA ESCADA



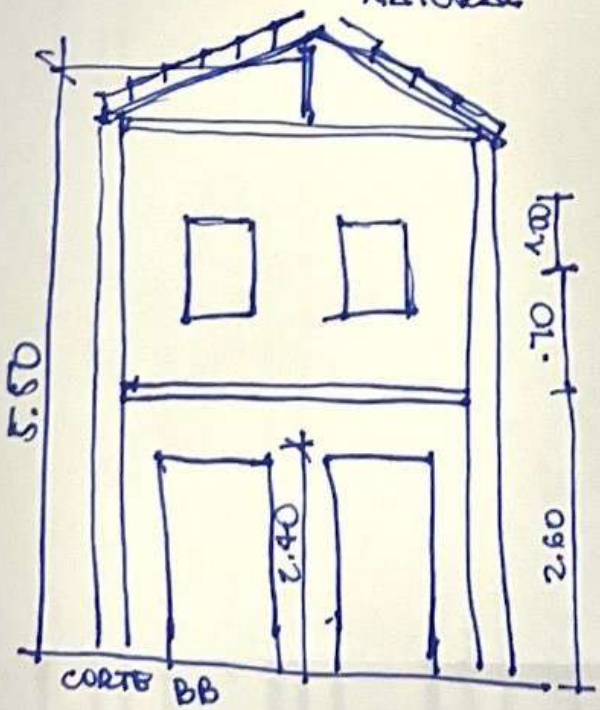
TÉRREO

.80 x 2.00

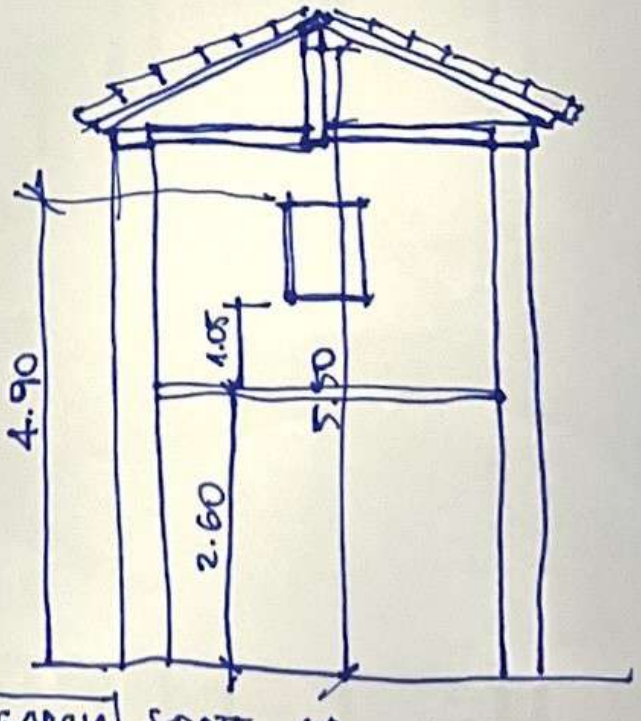


1º PAV.

PISO EM PEDRA NATURAL

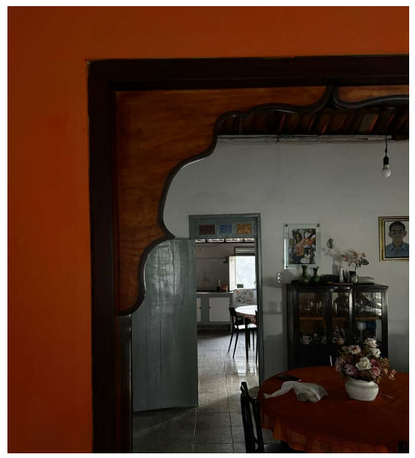


CORTE BB

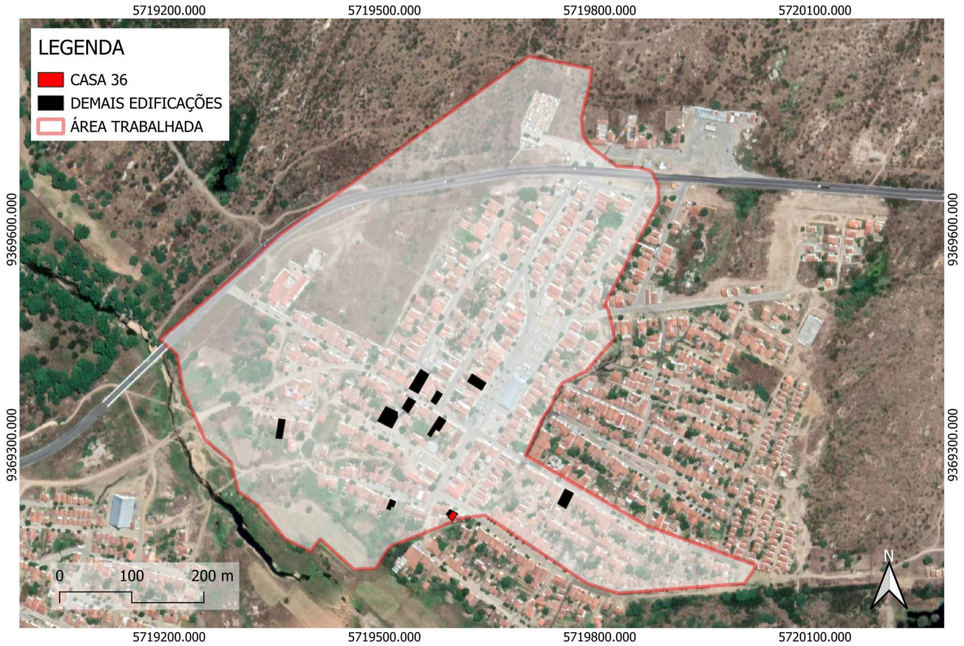


MANOEL GARCIA CORTE AA

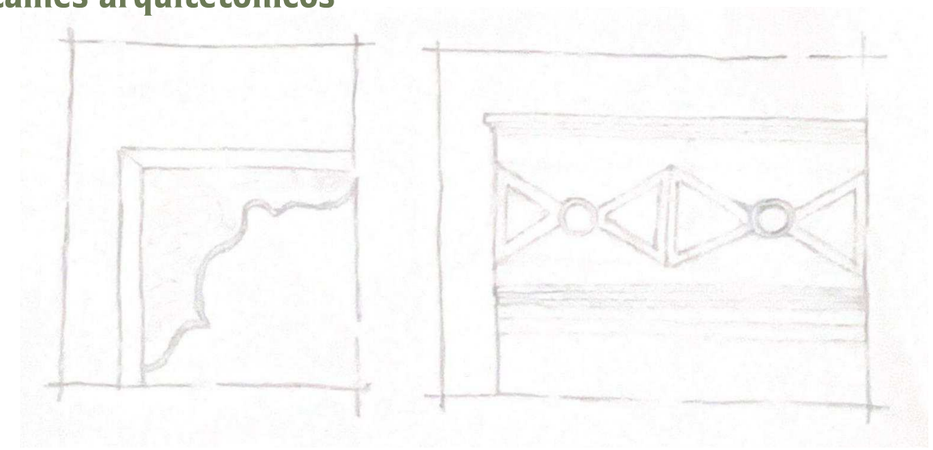
Edificação



Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

A casa de número 36, localizada na rua São José em Fernando Pedroza/RN foi construída nos anos 30, logo quando a estação ferroviária chegou à região. Não há registros conhecidos sobre quem foram seus primeiros moradores ou quem foi o profissional responsável por sua construção, todavia, sabe-se que sua planta original era composta por quatro salas, destinadas ao uso de prestação de serviço à comunidade.

A sra. Maria Soledade Nascimento Cardoso, atualmente com 97 anos, mudou-se para a então edificação há pelo menos 40 anos, por volta dos anos 80, quando seu marido, Luiz Leandro à comprou. Luiz era carpinteiro e foi responsável por realizar algumas modificações no imóvel, adicionando ao fundo um espaço destinado para cozinha, mais um quarto e banheiro. A estrutura da coberta preserva parcialmente o seu madeiramento original, feito em carnaúba. As esquadrias foram substituídas e, para separar o uso das salas entre estar e jantar, o proprietário confeccionou um pórtico em madeira maciça, trazendo originalidade e identidade para a sua residência.

Sua fachada mantém seus ornamentos originais preservados em sua platibanda, com a combinação linear de elementos circulares e triangulares. Suas paredes, tanto externas quanto internas são espessas, sua cumeeira é consideravelmente alta e seu piso inicialmente era em pedra, foi substituído pela técnica do cimento queimado e, atualmente, há a presença de revestimento cerâmico.

UNIVERSIDADE FEDERAL UFERSA RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

Catalogação residencial

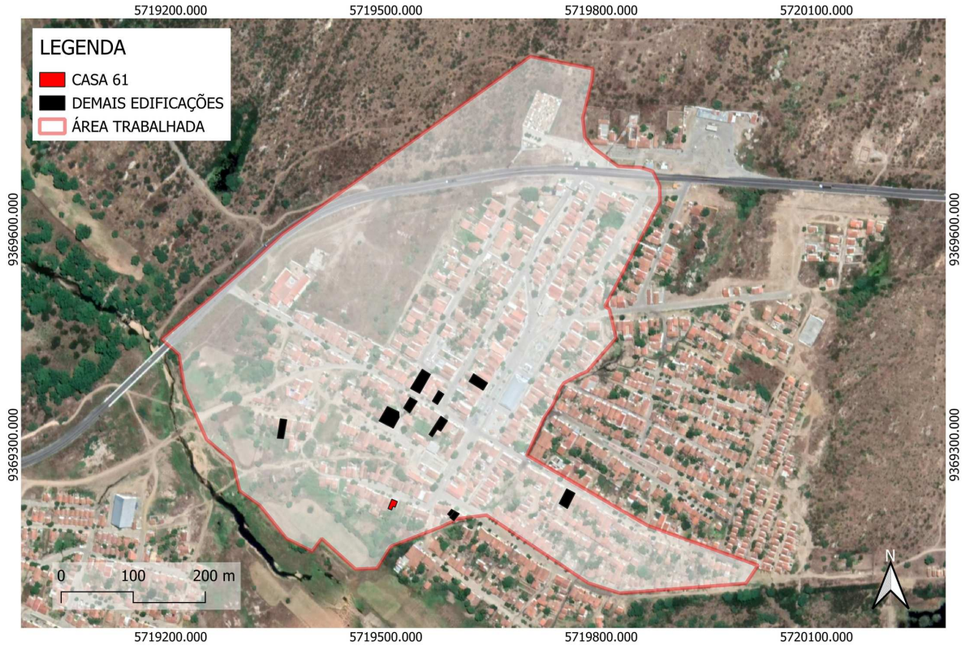
Localização:

Fernando Pedroza - RN

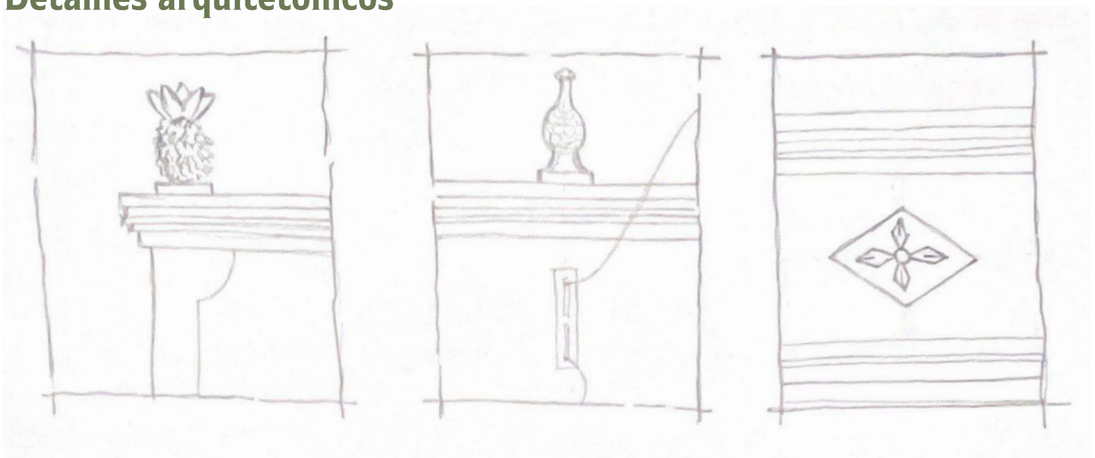
4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação

Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

Assim como outras edificações, a casa de número 61 foi idealizada e construída pela Usina de São Joaquim na década de 30, com o intuito de servir como moradia para os seus trabalhadores. Com a falência da Usina, a construção passou pelo processo de alienação de bens, ficando sob responsabilidade de um banco. Posteriormente foi comprada por João Salviano, pai do conhecido "Dedé Salviano", que viria a ser um importante líder político na região e, em 1980, vendida à José Pereira do Nascimento, atual proprietário e morador da casa.

Situada na rua Expedito Alves, primeiro logradouro existente na antiga Vila de São Romão – formado por volta de 1920 a partir da feira livre organizada por Antônio Teixeira – a edificação em questão preserva em sua fachada de porta e janela características ornamentais únicas, como pináculos em formato de abacaxi nas extremidades esquerda e direita da platibanda. Elementos floreados, composição de formas geométricas e ainda molduras nas esquadrias principais, também encontram-se preservadas.

Originalmente, a estrutura da coberta era feita em carnaúba como madeiramento principal e fios de arame, exercendo a função de ripas, posteriormente os arames e as carnaúbas foram trocados por madeira branca. A residência possuía um banheiro separado da edificação, como era de costume à época e, com o apoio de um programa da prefeitura, foi realizada a construção de um banheiro integrado ao imóvel. Suas paredes espessas com barro sendo seu material principal, cumeeira alta e piso em cimento queimado, garantem à casa conforto térmico de maneira satisfatória para os moradores, sendo considerada fresca e arejada até nos dias mais quentes do sertão.

As novas esquadrias vieram para substituir as originais, feitas em madeira de cumarú que, segundo os moradores, eram responsáveis por trazer um cheiro ímpar aos ambientes. A respeito da disposição inicial dos cômodos, tinha-se uma sala, seguida por um quarto central que acessava-se pelo corredor lateral esquerdo e a cozinha ao fundo. No início dos anos 2000, mais especificamente nos anos 2002 e 2005, foram adicionados mais dois quartos, posicionados na lateral esquerda do imóvel.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

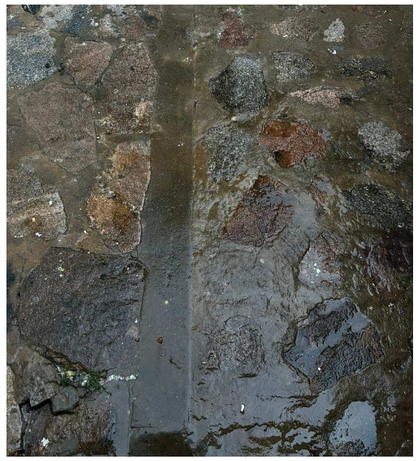
Catalogação residencial

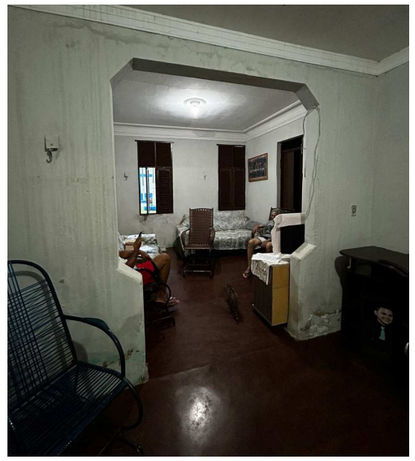
Localização:

Fernando Pedroza - RN

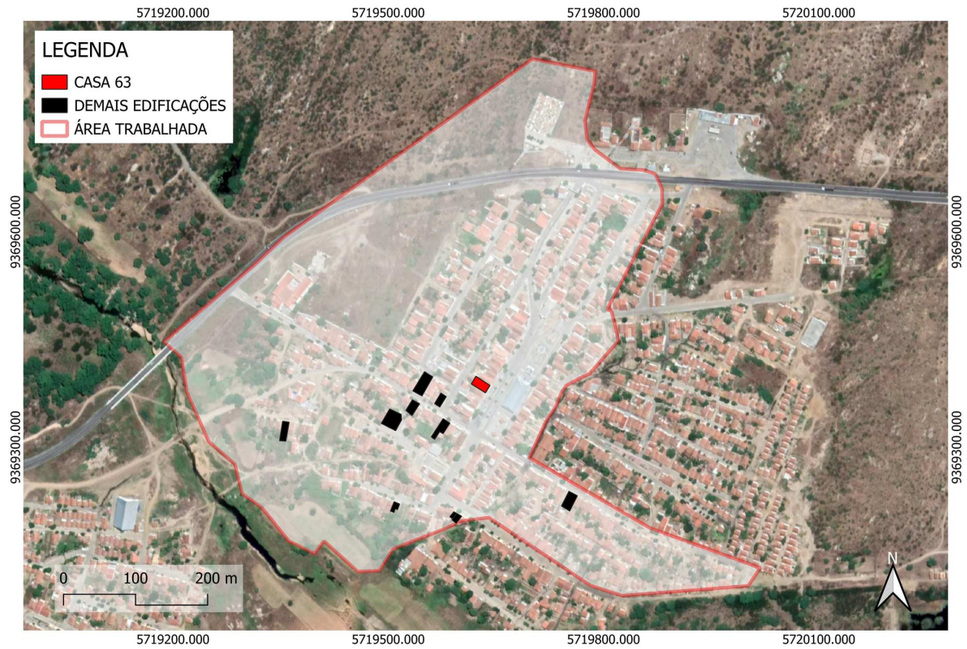
4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação





Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos

Descrição

Construída por volta de 1935, a edificação de número 63 da rua Ver. João Salviano Sobrinho em Fernando Pedroza/RN, foi morada de Francisco Terto Barbosa e sua família. Zé Terto, como era popularmente conhecido, foi responsável pela realização de diversas obras, tanto de uso institucional, quanto residencial, na então Vila de São Romão, incluindo a sua própria casa. Ele pode ser considerado um importante influenciador na definição da paisagem urbana local.

A residência permanece na família e hoje é morada de uma de suas filhas, Janice Terto Barbosa, de 78 anos. Desde a sua construção, a residência passou por uma única grande reforma, no ano de 1995, onde ocorreram as principais modificações em sua composição arquitetônica. Com acesso principal pela lateral direita e três janelas frontais que lhe garantem uma perfeita simetria em sua fachada, a casa teve a inserção de um banheiro social à cozinha, haja vista que o mesmo situava-se no quintal. As esquadrias externas foram substituídas por novas e houve também a troca do madeiramento estrutural da coberta, antes feito em carnaúba. Ainda durante a reforma, ocorreu a adição de forro de gesso em alguns cômodos.

Entretanto, sua fachada com volumes verticais bem marcados, com um único friso horizontal centralizado, permanece preservada. Suas paredes mais espessas, juntamente ao piso de cimento queimado – tanto vermelho, como em seu tom natural – promovem aos ambientes internos um microclima mais arejado e termicamente confortável. O piso lateral em pedra natural que guia o indivíduo até a porta principal, as esquadrias internas e o forro da primeira sala de estar, feito em alvenaria, também são originais.

Em sua distribuição espacial, é possível encontrar: três salas alinhadas, que dão acesso à dois quartos na lateral esquerda, seguidos pela cozinha e banheiro social. Ao fundo, no quintal, além da estrutura do antigo banheiro, é possível encontrar a cisterna que era responsável inicialmente pelo armazenamento de água da edificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

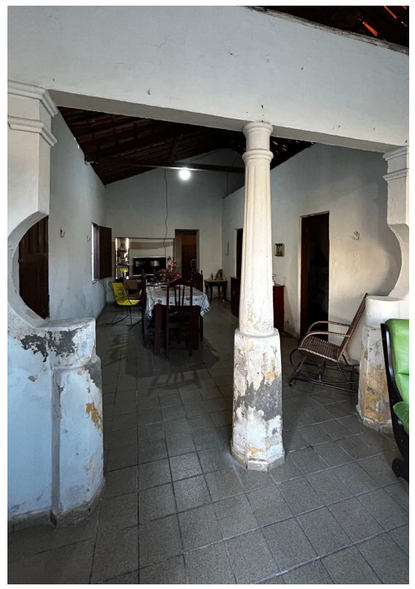
Catalogação residencial

Localização:

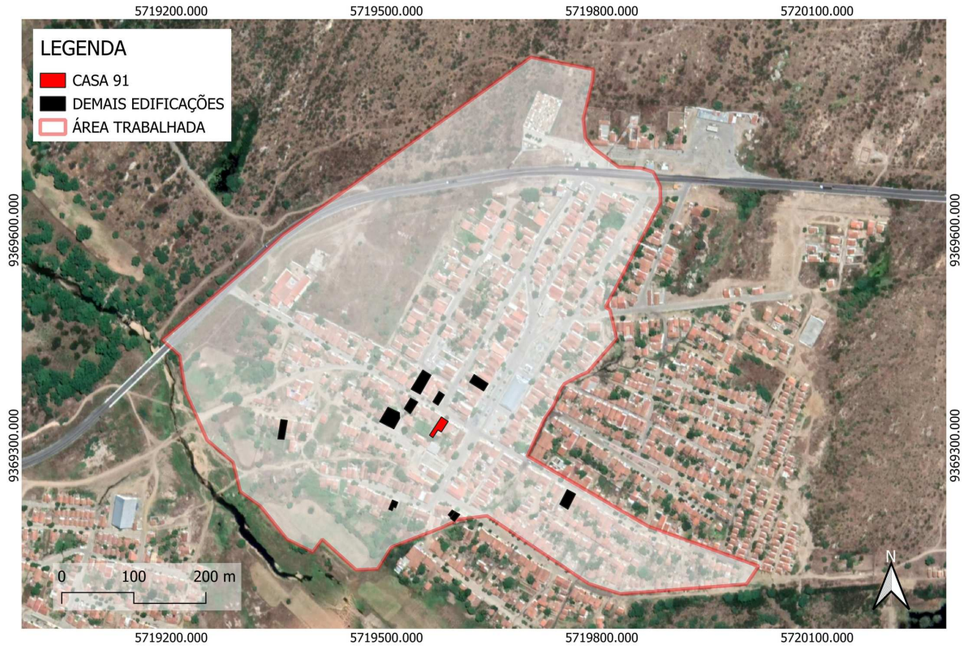
Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação



Mapa de localização



Descrição

Situada na cidade de Fernando Pedroza/RN, na atual Rua Calmon Costa, a edificação de no 91 foi o primeiro imóvel construído nesse logradouro. Foi erguido em 1932, como mostra a data identificada na platibanda da morada na então Vila de São Romão, pelo pedreiro Francisco Terto Barbosa, popularmente conhecido como “Zé Terto”. Relata-se que os primeiros moradores da casa foram os irmãos Teresa, Raimunda e José Feliciano, sendo o último o proprietário em registro. Entre os anos de 1932 e 1966, a edificação recebeu outros usos. Além de moradia unifamiliar, ali funcionou uma pensão e instituição de ensino primário que, devido à pouca adesão de alunos, não perdurou por muito tempo.

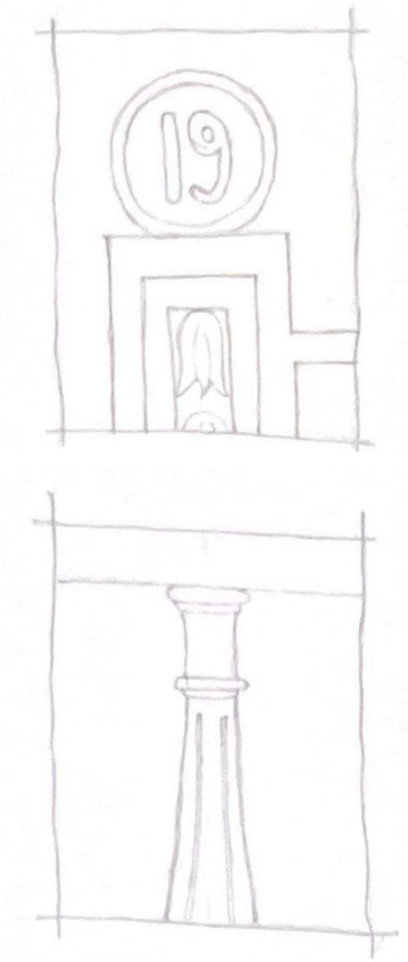
Em 1966, foi vendida e se tornou residência da família do delegado João Paulino de Oliveira. Por não existir uma delegacia na cidade, a casa exerceu também essa função para atender à população que necessitava de serviço de segurança pública. Atualmente, ela ainda é o lar das filhas de João Paulino.

A residência conserva em sua fachada parte de sua decoração original, como floreados, elementos arqueados que fazem composição com linhas verticais saltadas e bem definidas. Os pináculos registram o ano de construção (1932). A estrutura da coberta, em três águas, é em madeira de carnaúba e maçaranduba.

Houve alteração em sua planta original. Em 1978, um banheiro foi acrescido no interior da casa em decorrência das necessidades domésticas. Antes, ele se localizava no final do jardim lateral. Posteriormente, houve a remoção de esquadrias frontais, que garantiam simetria à vista principal do imóvel. Em seguida, houve a troca das esquadrias originais, porque ficou infestada de cupim. O antigo piso de cimento queimado foi substituído pelo atual revestimento cerâmico. Em 2021, sua fachada passou por alteração sem o consentimento da atual proprietária. Na ocasião, foram retirados elementos circulares e parte dos floreados que ornamentavam a platibanda, juntamente com a moldura da antiga janela. Linhas verticais e horizontais, que evocavam uma ideia de textura a partir de blocos de pedra empilhados, igualmente foram removidos.

A casa é térrea, com uma variação de níveis em sua planta que ocorrem de maneira sutil: longitudinalmente, em média, 40cm de desnível entre o primeiro e o último cômodo. O nível da rua é mais alto do que os níveis internos. Sua entrada principal dá-se pela lateral esquerda, onde é possível encontrar um jardim lateral cultivado de plantas ornamentais diversas. Em termos de disposição dos espaços domésticos, as salas de estar e jantar são integradas. Um pórtico com coluna cilíndrica de caneluras é o elemento que define as funções das salas. Os quartos estão dispostos linearmente na lateral direita. A cozinha antecedia originalmente o quintal. Depois das modificações espaciais foram adicionados a despensa, a área de serviço e o banheiro social.

Detalhes arquitetônicos



UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

Catalogação residencial

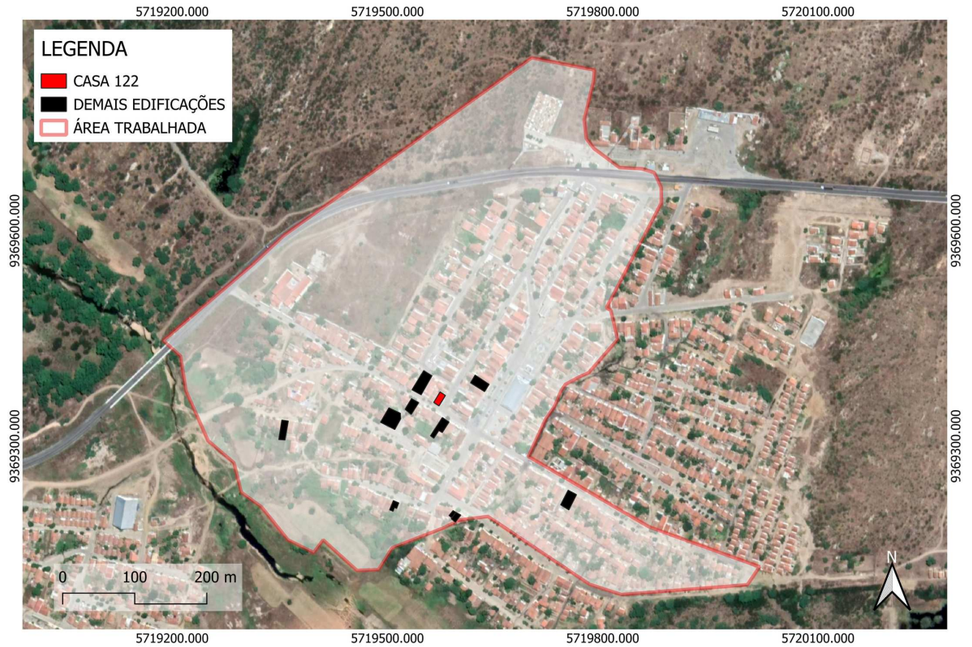
Localização:

Fernando Pedroza - RN

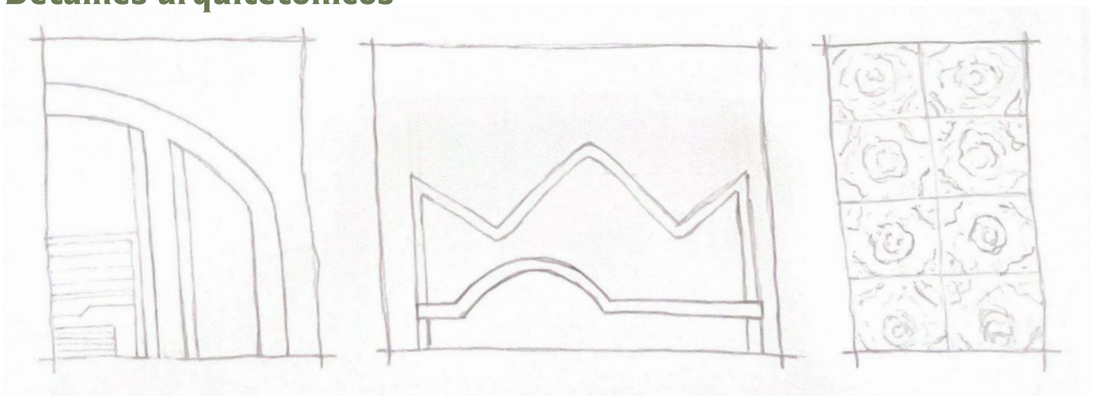
4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação

Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

Situada na esquina entre a rua Calmon Costa e a rua Severino Sérvulo, em Fernando Pedroza/RN, a casa de número I22 foi construída na década de 30 e pertenceu inicialmente à uma senhora chamada Maria Toscano. A edificação também foi utilizada pela Usina São Joaquim, como moradia para os seus trabalhadores e, posteriormente, passou a ser propriedade de Aluízio Galvão de Freitas, onde foi cenário da moradia de sua família, estando sob os cuidados atualmente de uma de suas filhas, Fátima.

Por ser uma casa caracteristicamente de esquina, apresenta duas fachadas principais, a primeira, voltada para a rua Calmon Costa, é considerada como a fachada frontal, composta por linhas retas, capazes de evocar a ideia de uma coroa no topo da edificação e linhas curvas, apresentadas na moldura da janela, provocando mais fluidez e movimento nos traços estéticos. Na fachada lateral direita, voltada para a rua Severino Sérvulo, encontra-se a porta que dá acesso à entrada principal da residência, além de outras três janelas em madeira voltadas para os ambientes de uso social.

Em termos de planta baixa, preserva-se até os dias atuais, a maior parte das distribuições dos ambientes originais, tendo, inicialmente, duas salas – estar e jantar – que se conectam por um pórtico de dois acessos, seguidas pela cozinha em um nível mais elevado, assim como o banheiro social que atualmente está integrado a ela, entretanto, em suas condições originais, estaria posicionado ao fundo do quintal, próximo à área de serviço. Os três quartos estão dispostos na lateral esquerda, organizados de maneira linear, contudo, o terceiro – longitudinalmente falando – encontra-se em um nível mais elevado em relação aos demais.

Sua estrutura é composta por paredes espessas e madeiramento em carnaúba na coberta de duas águas. O piso foi desenvolvido inicialmente em cimento queimado, com exceção da cozinha, que mantinha um piso em pedra natural e desnivelado. O então proprietário Aluízio optou então por substituir o cimento queimado por um revestimento cerâmico, assim como o piso em pedra natural da cozinha por um modelo de ladrilho hidráulico.

Ainda sobre as alterações feitas ao longo dos anos, é possível encontrar a troca das esquadrias originais, bem como a inserção de novas em ambientes pontuais. Além disso houve também a inserção do forro em gesso em todos os cômodos da casa.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

Catalogação residencial

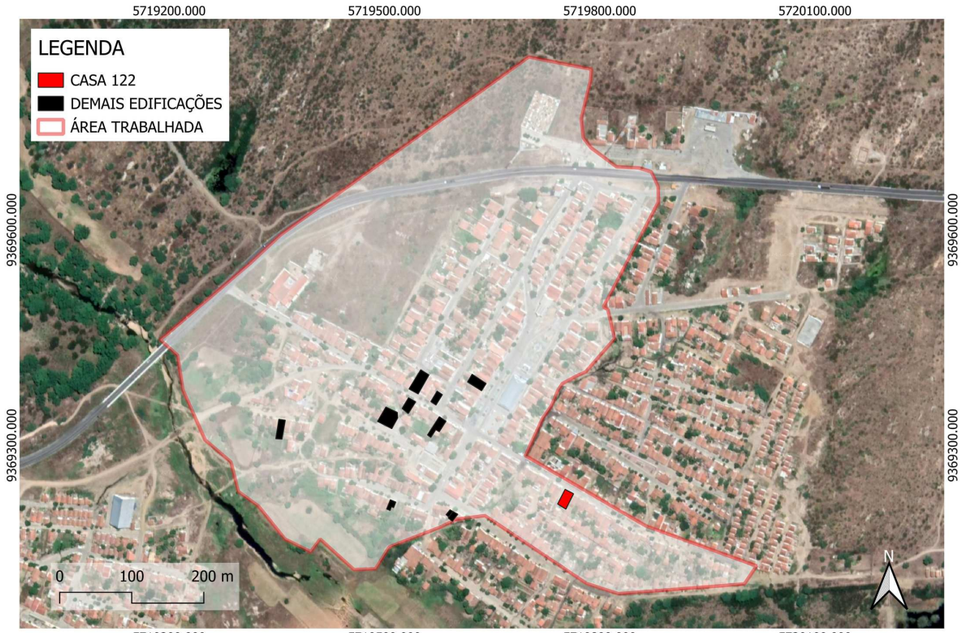
Localização:

Fernando Pedroza - RN

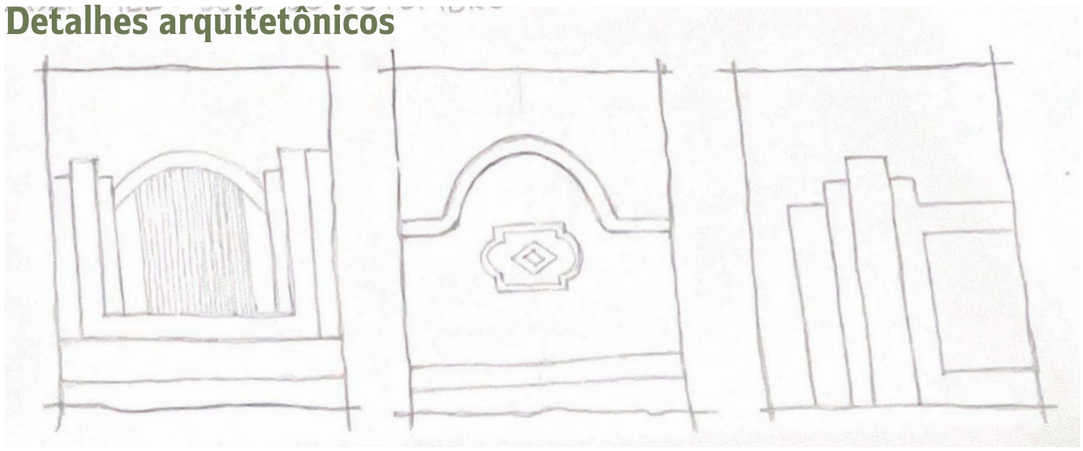
4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação

Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

Não é de conhecimento popular o ano de construção da casa de número I22 da rua Sete de Setembro em Fernando Pedroza/RN, entretanto, sabe-se que seu primeiro morador foi o Sr. José Azevedo. Atualmente, a residência está sob responsabilidade de Lindalva Miranda da Silva de 76 anos, filha do último comprador.

A casa possui duas platibandas em alturas distintas, com ornamentos feitos pela composição de linhas verticais, bem como o agrupamento de formas geométricas, além de um detalhe em concreto que permeia toda a vista frontal em meia parede. A estrutura da edificação conta com um telhado com duas águas que, inicialmente, foi desenvolvido em madeira de carnaúba, sendo ele posteriormente alterado devido aos problemas com cupins. Assim como a estrutura do telhado, as esquadrias originais também foram substituídas.

No que diz respeito à planta baixa da edificação, é possível encontrar a mesma disposição dos ambientes desde a sua construção, com exceção do banheiro que foi integrado à casa por volta dos anos 80, deixando de ser localizado ao fundo do quintal da residência. Outro ponto a ser observado em sua estrutura são as suas paredes espessas, construídas com tijolos maciços e barro, além do piso em cimento queimado preservado até os dias atuais, esse combo de técnicas garantem à edificação um clima ameno em seu interior, mesmo em dias quentes do sertão nordestino.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

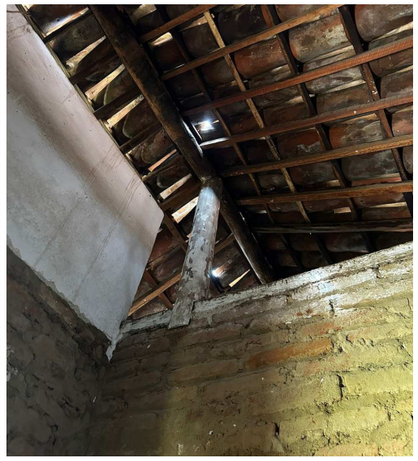
Catalogação residencial

Localização:

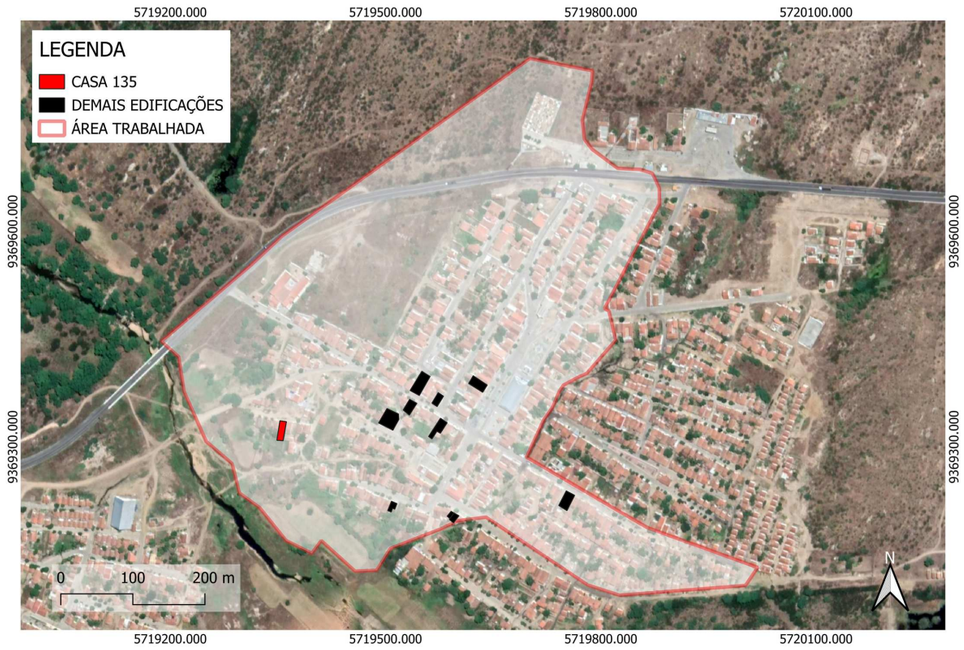
Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

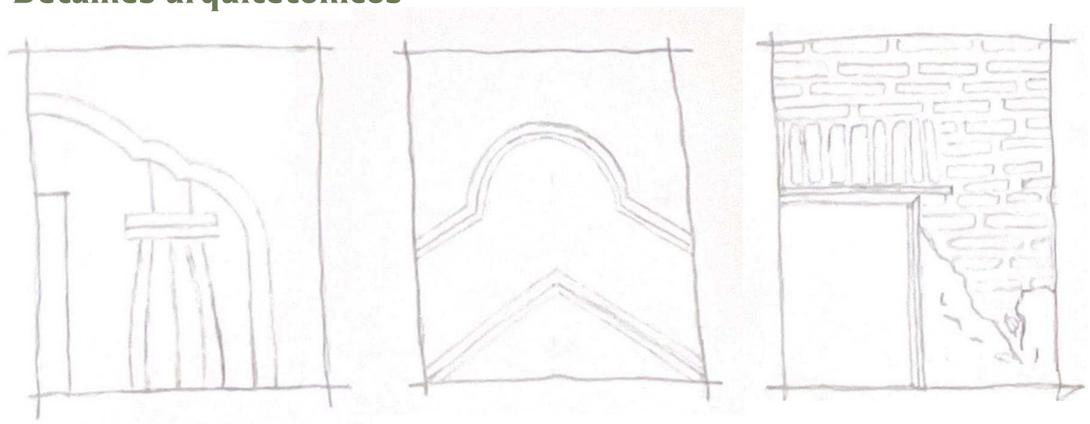
Edificação



Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

A casa de número 135, foi uma das primeiras edificações a serem erguidas na rua Joaquim Firmino, quando a cidade de Fernando Pedroza/RN ainda era a antiga vila de São Romão, ao fim da década de 30. Seu construtor foi Francisco Terto Barbosa, popularmente conhecido como “Zé Terto”, sendo custeada e idealizada pela Usina São Joaquim, prática comum nessa região à época, a fim de torná-la residência para os seus trabalhadores.

Em 1964 a casa foi adquirida por Ulisses Xavier de Souza, que ali residiu com sua família até o ano de sua morte (1983). Sua esposa, Margarida de Jesus Carvalho, era tabeliã e deu ao primeiro cômodo da edificação a função de cartório, tornando-o de uso popular e institucional. Logo após a saída da família, a residência ficou fechada por muito tempo, fazendo com que parte de sua estrutura ficasse comprometida devido a falta de manutenção e reparo. Hoje a casa está sob responsabilidade do filho de Ulisses, João Goulart Carvalho de Souza.

A edificação tem suas paredes externas feitas com a técnica de dois tijolos e unidos por barro, tornando-as mais espessas e garantindo mais conforto térmico ao interior dos ambientes. Atualmente, a casa mantém em sua fachada elementos originais, tanto sua ornamentação com colunas cilíndricas que emolduram as esquadrias principais, quanto sua platibanda com linhas retas saltadas, evocando uma imagem triangular com um topo arqueado. A estrutura da coberta conta com duas águas, sustentadas pelo madeiramento principal composto por carnaúba.

Sua planta original passou por modificações no ano de 2019. Durante essa intervenção, os ambientes denominados originalmente por: Cozinha, Banheiro social e “Sala do fogão”, deram lugar as ruínas encontradas atualmente na parte mais ao fundo da residência. Foram retiradas também janelas laterais, assim como houve a troca da porta principal. O piso em cimento queimado mantém-se preservado, ainda que haja algumas fissuras em alguns cômodos.

Com relação a disposição espacial atual, tem-se uma área frontal, que dá acesso à dois ambientes, um quarto – onde funcionava o cartório – e a primeira sala, sendo essa integrada à uma outra. Os quartos estão situados linearmente à direita da edificação, no qual, originalmente, todos tinham acesso entre si. Ao fundo, encontra-se as ruínas anteriormente citadas, bem como o quintal, que foi acrescido dois metros em seu comprimento.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

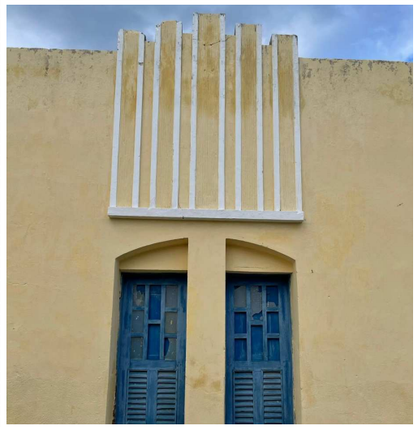
Catalogação residencial

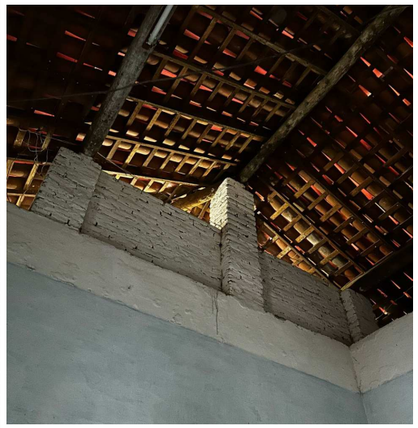
Localização:

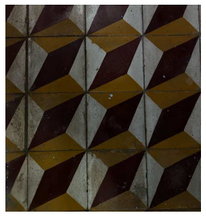
Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR:
TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

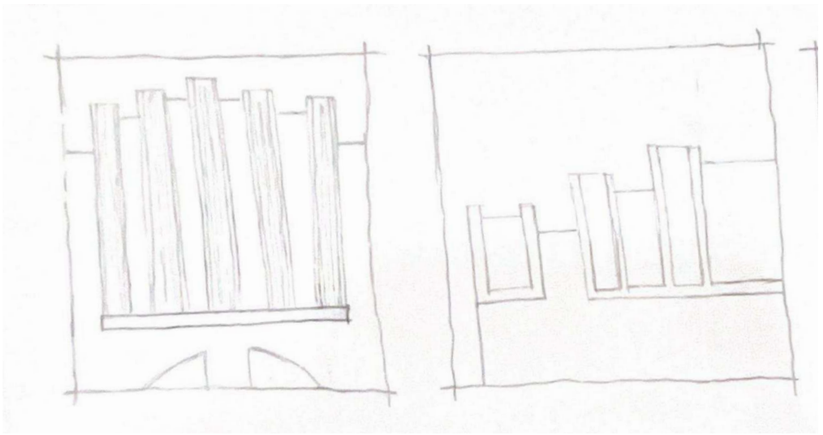
Edificação



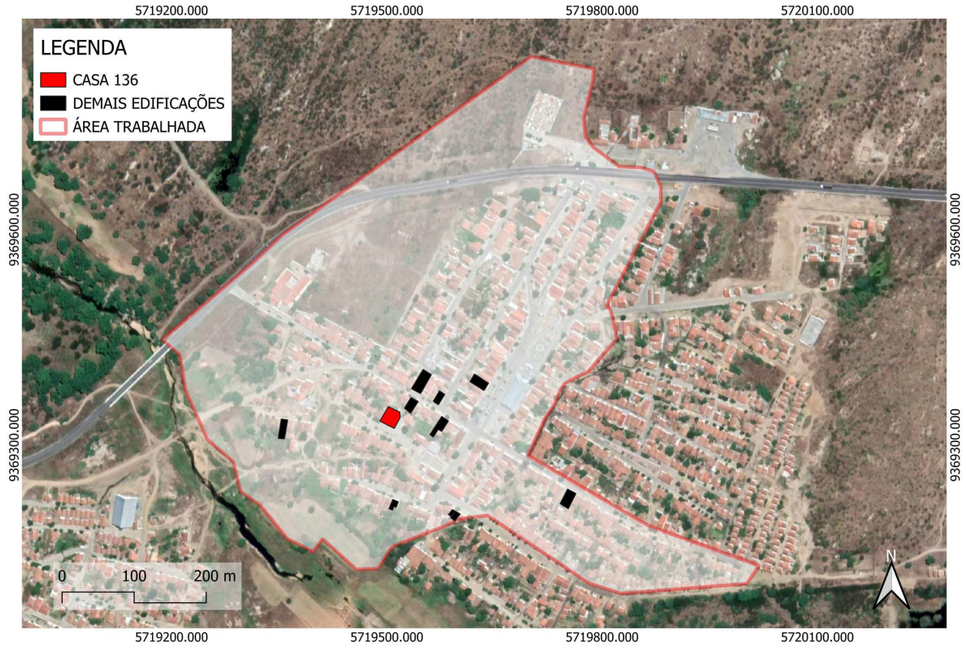




Detalhes arquitetônicos



Mapa de localização



Descrição

A residência de número I36, situada na rua Joaquim Firmino em Fernando Pedroza – RN, foi construída no início da década de 30, a mando do então proprietário, Miguel Trindade. Inicialmente, era composta por um módulo que continha uma sala, um quarto, uma cozinha e um banheiro. Posteriormente, a edificação foi vendida à Usina de São Joaquim, a fim de torná-la residência dos seus trabalhadores. Desse modo, foi morada do Sr. João Câmara e, à posteriori, do Sr. Severino Sérvolo, último gerente responsável pela empresa e morador da edificação.

Quando estava sob responsabilidade da Usina, a casa recebeu novos cômodos e algumas adequações, foram construídos novos quartos, banheiros e ainda uma varanda coberta em frente à fachada principal. Ainda quando era residente da edificação, o então gerente da Usina, Severino Sérvolo, gravou no portão principal as suas iniciais "SS", tornando-as elementos de adorno, capazes de garantir a ideia de pertencimento e individualidade ao lugar.

Com o fechamento da Usina, a casa foi dada ao Sr. Cícero Soldado, que atuou como vigilante durante o tempo em que a fábrica estava em funcionamento, como forma de pagamento aos seus serviços prestados. Por volta de I976, houve a venda da casa para a família do atual responsável, José de Anchieta Carvalho Trindade, onde seu pagamento se deu por meio da troca de uma residência, mais uma certa quantia. Já sob propriedade dessa família, a casa passou por uma nova modificação, a adição de uma garagem aos fundos e um muro.

A casa é térrea e possui diferentes níveis no seu interior, como quarto e cozinha sendo mais elevados do que as salas principais. Suas fachadas possuem um jogo de volumes verticais na platibanda, garantindo uma harmonia entra as suas dimensões horizontais e verticais. Atualmente a casa encontra-se preservada, com suas esquadrias, pisos e telhados originais, estando dividida espacialmente em duas salas, conectadas à um corredor e à dois quartos, o corredor em questão encontra-se no meio da edificação e leva para mais dois quartos, além da cozinha, área de serviço e aos fundos da edificação, nesse caso, a construção por ter sido feita aos poucos e por diferentes construtores, não segue um padrão de zoneamento interno, isto é, os seus quartos – onde podemos considerar como uma zona íntima – não estão posicionados em uma única região. Sua estrutura é toda em paredes espessas, construídas à base de tijolos maciços e barro, e a coberta é feita em madeira de carnaúba, com várias águas distribuídas por toda a casa. O piso é feio predominantemente em ladrilho hidráulico, no qual, cada cômodo recebe um estilo diferente. Há a presença de revestimento cerâmico em alguns quartos e piso em cimento na cozinha.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

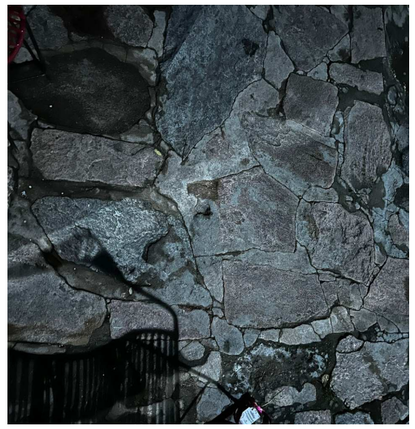
Catalogação residencial

Localização:

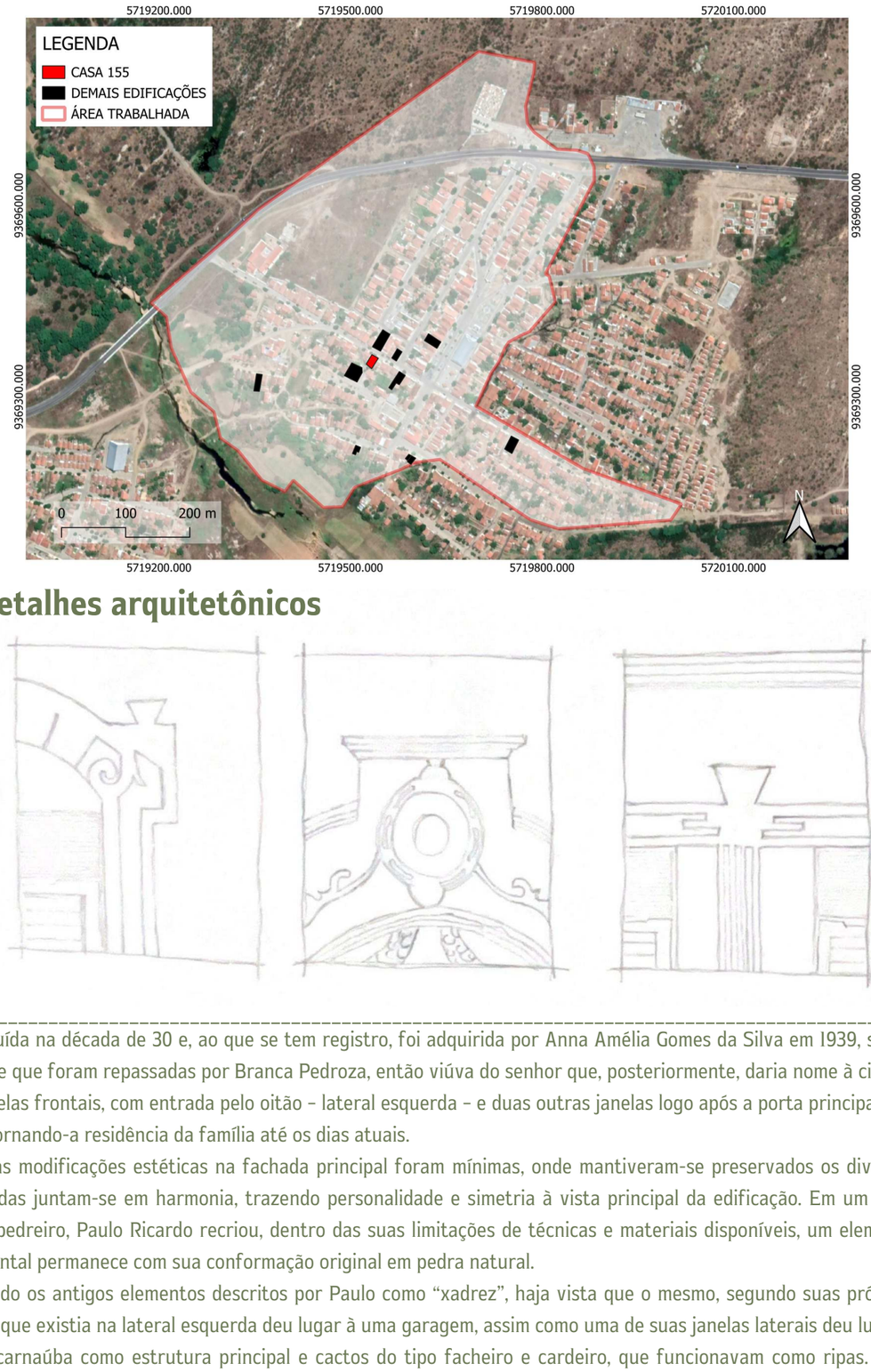
Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação



Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos

Descrição

A casa de número 155, situada na rua Calmon Costa em Fernando Pedroza/RN foi construída na década de 30 e, ao que se tem registro, foi adquirida por Anna Amélia Gomes da Silva em 1939, sendo vendida por meio de Antônio Teixeira, em terras que foram de propriedade da família Pedroza e que foram repassadas por Branca Pedroza, então viúva do senhor que, posteriormente, daria nome à cidade. A casa foi descrita em sua procuração de venda como uma edificação composta por quatro janelas frontais, com entrada pelo oitão – lateral esquerda – e duas outras janelas logo após a porta principal. Em 1976, foi adquirida por Paulo Ricardo do Nascimento, que se mudou juntamente à sua esposa, tornando-a residência da família até os dias atuais.

As paredes externas são caracteristicamente espessas, com tijolos unidos por barro. Suas modificações estéticas na fachada principal foram mínimas, onde mantiveram-se preservados os diversos elementos ornamentais, que emolduram as esquadrias e a platibanda. Linhas retas e arqueadas juntam-se em harmonia, trazendo personalidade e simetria à vista principal da edificação. Em um dado momento da história, um dos adornos desprendeu-se da parede e, por seguir a profissão de pedreiro, Paulo Ricardo recriou, dentro das suas limitações de técnicas e materiais disponíveis, um elemento semelhante ao original, a fim de garantir a similaridade com a ideia inicial. O piso da calçada frontal permanece com sua conformação original em pedra natural.

Outra modificação na fachada, foi a adição de concreto em sua parte inferior, substituindo os antigos elementos descritos por Paulo como “xadrez”, haja vista que o mesmo, segundo suas próprias palavras, não seria capaz de os recriar fielmente durante uma de suas manutenções. A calçada que existia na lateral esquerda deu lugar à uma garagem, assim como uma de suas janelas laterais deu lugar à cobogós. A estrutura da cobertura foi inteiramente substituída, no qual, era composta por carnaúba como estrutura principal e cactos do tipo facheiro e cardeiro, que funcionavam como ripas. Suas esquadrias originais foram substituídas, bem como o piso de cimento queimado, que deu lugar ao revestimento cerâmico.

Sua disposição espacial é composta atualmente pela garagem, salas de estar e jantar, cozinha – onde há uma variação de nível de aproximadamente 30 cm –, banheiro social, dois quartos posicionados na lateral direita e, ao fundo, o quintal. O banheiro social foi integrado à residência logo quando Paulo mudou-se para ela, visto que ele encontrava-se fora, ao fundo do quintal – atualmente ainda é possível encontrar sua estrutura original.

UNIVERSIDADE FEDERAL UFERSA RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

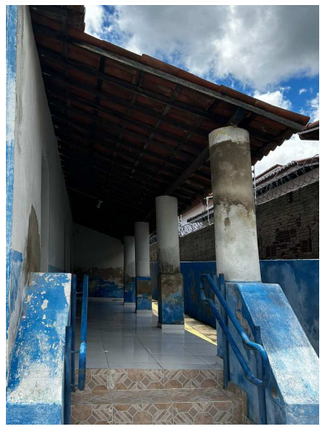
Catalogação residencial

Localização:

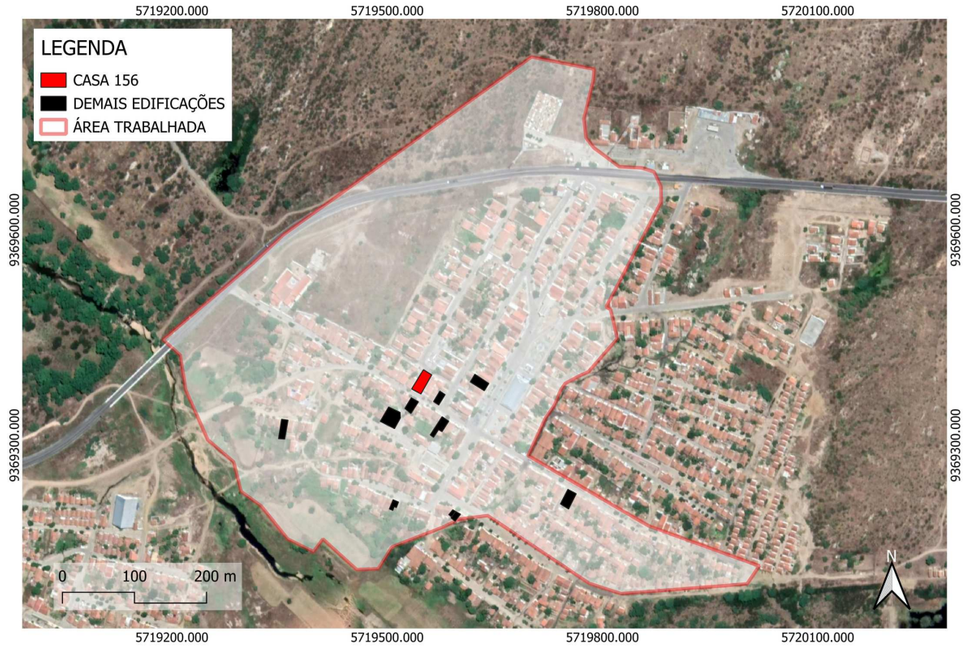
Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

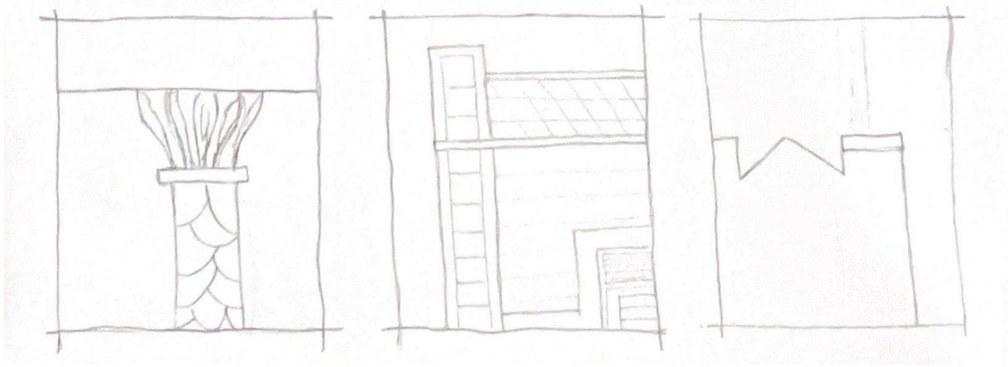
Edificação



Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

Registrada com o número I56, a casa em questão está situada na rua Calmon Costa, na cidade de Fernando Pedroza/RN. Não se tem conhecimento sobre sua história exata, contudo, sabe-se que foi construída na década de 30 e que pertenceu a família de Salomão Martins Trindade, filho mais novo do Sr. Miguel trindade. A edificação foi morada para a família de Salomão, até que o mesmo mudou-se para Natal/RN e a deixou sem uso.

Atualmente, a edificação está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, onde a adequou como um prédio de uso público. Inicialmente, o imóvel recebeu a função de biblioteca pública municipal e, posteriormente, passou a funcionar como sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para que funcionasse de forma adequada e acessível, a construção precisou passar por algumas intervenções, como reposicionamento e dimensão de portas e janelas, assim como a aplicação de elementos de acessibilidade como a construção de rampas e aplicação de piso tátil na calçada, assim como o uso de guarda-corpos e corrimãos. Houve a inserção de placas de identificação na fachada e nas portas internas, além da adição do forro e do piso cerâmico.

A fachada conta com quatro janelas devidamente alinhadas que, junto aos elementos ornamentais e de moldura em torno das esquadrias, garantem simetria a sua vista frontal. A entrada principal se dá pela lateral direita, onde o acesso ocorre na primeira sala. Antigamente, com base nas marcas nas paredes e relatos populares, havia uma segunda entrada na lateral, que dava acesso à um quarto, contudo, essa foi fechada e houve uma abertura pela voltada para a segunda sala – consideremos como sala de jantar. Há pelo menos a presença de quatro quartos, sendo três deles posicionados na lateral esquerda da edificação, um banheiro social, uma cozinha, despensa conectados por um corredor que nos guia até o quintal, ao fundo do lote, dando acesso à rua posterior. O telhado possui estrutura em madeira de carnaúba e é distribuído em duas águas laterais, com a presença da platibanda frontal.

Em termos estéticos, é possível fazer uma breve comparação nos elementos de transição entre as salas de estar e jantar, associando-os aos mesmos encontrados na edificação de número 91, também situada na rua Calmon Costa, devido as suas similaridades. Ambas possuem um pórtico com elementos curvados nas laterais, com meias colunas que podem servir de apoio para adornos, além da presença de um pilar cilíndrico, de base octogonal ao centro. Há uma diferença importante na representação de seus capitéis, onde a da casa I56 apresenta detalhes floreados, enquanto o da casa 91 é simples.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

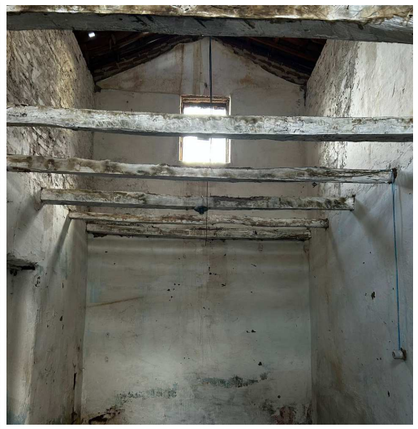
Catalogação residencial

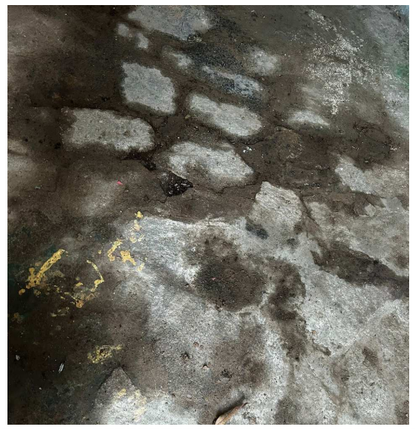
Localização:

Fernando Pedroza - RN

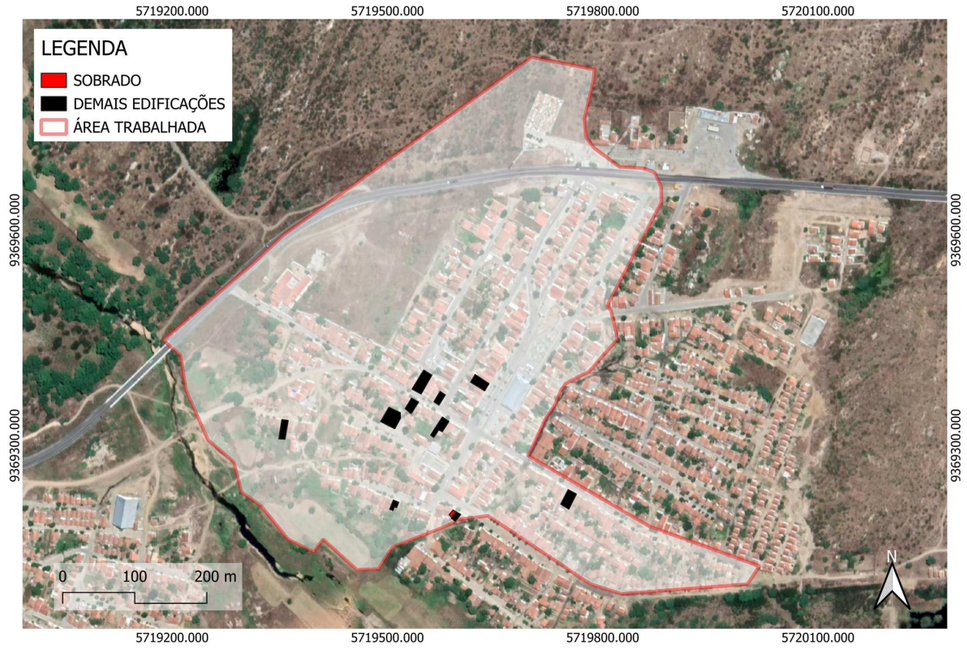
4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Edificação

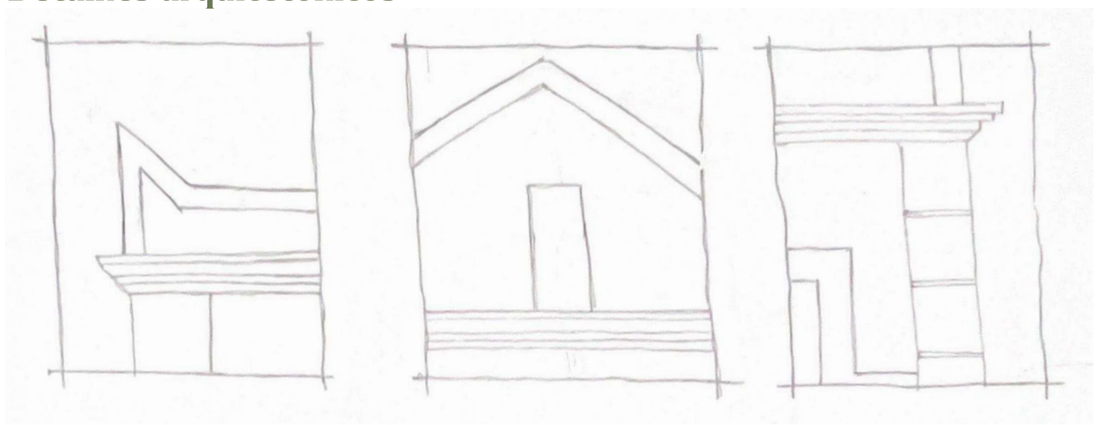




Mapa de localização



Detalhes arquitetônicos



Descrição

O sobrado da rua São José é o único exemplar desse estilo de construção na cidade de Fernando Pedroza/RN, seu histórico sobre primeiro proprietário e quem o construiu é desconhecido, mas sabe-se que sua construção ocorreu por volta dos anos 1930, com a chegada da estação ferroviária na então Vila de São Romão. Contudo, tem-se registros a respeito de seu uso. Pelo que se sabe, o prédio sempre foi de uso comercial, funcionando como bar e ponto de encontro de pessoas. Atualmente, o prédio encontra-se sem uso e sem acesso ao piso superior, devido a remoção da escada e piso de madeira originais.

Suas dimensões são de 7.00m X 2.80m, em um vão livre, com paredes espessas e geminadas com as edificações vizinhas. Sua coberta mantém a estrutura original em madeira de carnaúba, com duas águas. Sua fachada frontal possui duas portas de entrada, alinhadas com duas janelas do pavimento superior, trazendo simetria para a sua vista frontal, juntamente com ornamentos que emolduram as esquadrias e a platibanda.

Em relação as esquadrias, há a presença apenas das portas de acesso principais, sendo elas originais. As janelas foram removidas, assim como as portas laterais internas foram fechadas. As paredes são espessas, feitas em tijolo maciço em barro e seu piso em pedra natural mantém-se preservado. É possível notar as estruturas em madeira que sustentavam o piso superior, mais especificamente 10 vigas que atravessam o ambiente no sentido transversal. Outro ponto a ser destacado, que pode ser referência ao seu uso, é a presença de armadores de redes, que indicam a permanência de pessoas em seu interior, podendo ter sido uma espécie de estadia, ainda que mínima.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ARIDO

Sertões-Amõaé

Título do trabalho:

Poéticas da simplicidade: ornamento e arquitetura residencial urbana dos sertões do Nordeste.

Evento:

4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular: Tradição e contemporaneidade

Autores:

Aldo Batista Gonçalves Filho
Damião Esdras Araújo Arraes
Gabriel Ferreira
João Victor Freitas Almeida
Lucas Eduardo da Silva Trajano

Assunto:

Catalogação residencial

Localização:

Fernando Pedroza - RN

4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

O presente documento busca esclarecer e comunicar as pretensões da atividade a ser desenvolvida com a turma de 1º ano do ensino fundamental - que está sob responsabilidade da professora Maria Isabel - da Escola Municipal Fabrício Pedroza, na próxima terça-feira (27/08/2024).

SOBRE O PROJETO

O projeto em questão trata-se de uma das etapas desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso (TCC) por Aldo Batista Gonçalves Filho, graduando do 10º período de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Rural do Semiárido - Campus Pau dos Ferros.

O trabalho intitulado como "Arquitetura e Afeto: O significado de pertencimento na preservação da memória em Fernando Pedroza - RN" apresenta um aporte histórico - teórico e empírico - a respeito do processo de urbanização das terras pedrozenses, visando especialmente os principais eventos responsáveis pelo surgimento de agrupamentos humanos nesse território desde o ano de 1920, com o intuito de documentar e propagar as informações encontradas na pesquisa com o auxílio, especialmente, dos idosos e das crianças.

Além disso, o estudo em questão estrutura-se principalmente sobre as construções residenciais dessa época que, por meio da sua preservação, são capazes de contar a história do município a partir das suas formas, técnicas construtivas e composições espaciais, assim como as vivências promovidas por elas, sendo consideradas palco e cenário da vida individual e coletiva dos seus moradores que, por afeto ao lugar, mantiveram total ou parcialmente, suas características arquitetônicas originais.

JUSTIFICATIVA

Considerando que o produto desenvolvido pelo trabalho em questão será uma cartilha de educação patrimonial que atuará como ferramenta de estudo e suporte para as turmas de ensino fundamental - 1º ao 5º ano - do município de Fernando Pedroza/RN, tornou-se de interesse pessoal por parte do responsável por esse projeto, aplicar uma prévia das atividades e assuntos que aparecerão na cartilha, como forma de entendimento pedagógico tanto do nível do conteúdo abordado como o recebimento, participação e adaptação das crianças às ações de ensino propostas, com o intuito de que o produto seja, de fato, útil e usual no cotidiano das salas de aula pedronzenses.

Outrossim, baseado no afeto discutido e empregado durante toda a execução do presente trabalho, a escolha da turma da professora Maria Isabel tem um motivo intrínseco: ela foi uma das primeiras professoras no processo de alfabetização de Aldo Batista Gonçalves Filho que, por sua vez, guarda com enorme carinho na memória, seus primeiros passos no caminho acadêmico, guiados por ela.

SOBRE A ATIVIDADE

A atividade a ser desenvolvida com a turma, será dividida em 4 etapas durante a manhã da terça-feira (27/08/2024):

MOMENTO 01: APRESENTAÇÃO

Etapa destinada a apresentação do responsável pelo desenvolvimento do projeto à turma, assim como uma breve explicação do conteúdo proposto e do que será trabalhado em campo durante a manhã.

LOCAL E HORA:

Escola Municipal Fabrício Pedroza, Sala de aula da professora Maria Isabel, às 07:00h.

MATERIAIS E RECURSOS:

Projetor já instalado no local.

MOMENTO 02: NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

Etapa destinada ao percurso realizado com as crianças, a fim de apresentar parte das casas catalogadas durante a pesquisa, incentivando e promovendo exercícios de observação, conhecimento e pertencimento ao lugar. (Ver material com o roteiro)

LOCAL E HORA:

Saída da Escola Municipal Fabrício Pedroza às 07:20h e chegada à Estação Ferroviária às 08:20h.

MATERIAIS E RECURSOS:

Protetor solar, boné e/ou guarda-sol, roupas confortáveis (mas de preferência com a camisa do fardamento da escola) e água mineral.

MOMENTO 03: CONSTRUINDO MEMÓRIAS

Etapa destinada a introdução à técnica do ladrilho hidráulico, com a produção individual de composições próprias a partir da observação dos exemplos mostrados in loco, baseando-se nos princípios das formas geométricas, já abordado pela professora em sala de aula.

LOCAL E HORA:

Estação Ferroviária às 08:20h.

MATERIAIS E RECURSOS:

Cartolina, régua, lápis grafite e de cor.

MOMENTO 04: DE VOLTA PARA A ATUALIDADE

Etapa destinada ao percurso realizado com as crianças, de volta para a Escola Municipal Fabrício Pedroza, finalizando com a criação de um mural exposição na sala de aula com os "Ladrilhos" produzidos pelos alunos durante a atividade na Estação. (Ver material com roteiro)

LOCAL E HORA:

Saída da Estação Ferroviária às 09:45h e chegada na Escola Municipal Fabrício Pedroza às 10:10h.

MATERIAIS E RECURSOS:

Protetor solar, boné e/ou guarda-sol, água mineral e fita adesiva.

SOBRE

Guia ilustrado do percurso por edificações iniciais da cidade de Fernando Pedroza, que ainda preservam suas características originais total ou parcialmente.

O percurso terá início na Escola Municipal Fabrício Pedroza e seguirá pelas seguintes ruas:

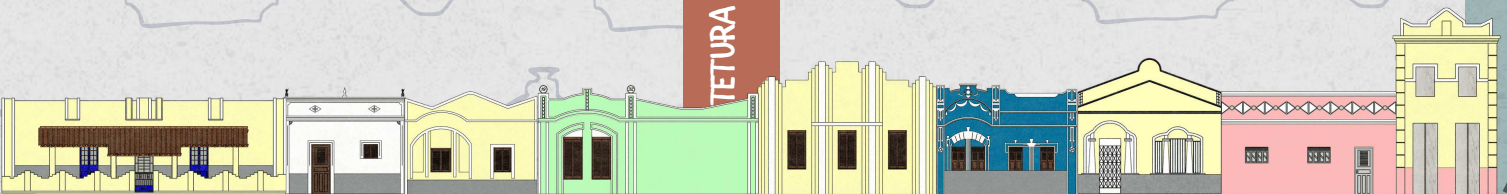
- R. Ver. Severino Servolo
- R. Calmon Costa
- R. Joaquim Firmino
- R. Expedito Alves
- R. São José
- R. Ver. João Salviano Sobrinho

ARQUITETURA E AFETO | ARQUITETURA E AFETO | ARQUITETURA E AFETO | ARQUITETURA E AFETO | ARQUITETURA E AFETO

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

FERNANDO PEDROZA

DE ONDE EU VIM?



OI, EU SOU O JOAQUIM!

Mas pode me chamar de Joca!

Hoje eu quero te convidar para fazer um passeio muito legal pela história e pelas ruas da nossa cidade

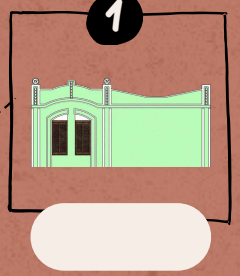
FERNANDO PEDROZA

Siga os números em ordem crescente de 1 a 9 e conheça algumas casas que foram construídas por aqui a partir do ano de 1920.

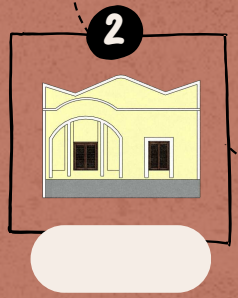
NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

ATENÇÃO

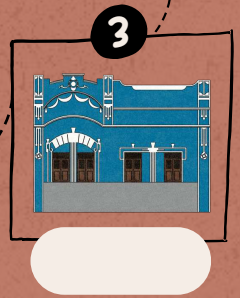
Ajude o Joca a encontrar o número de cada casa durante o caminho, escreva o número encontrado no espaço em branco e ganhe um carimbo de visitação!


1

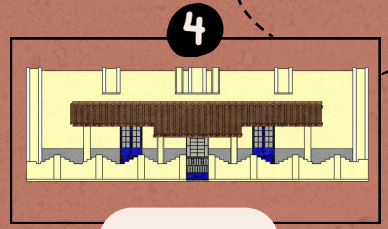
R. Calmon Costa


2

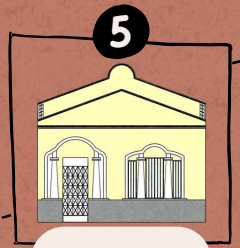
R. Calmon Costa
R. Ver. Severino Servolo


3

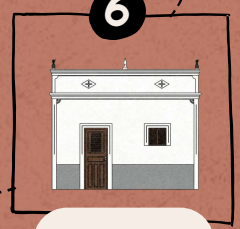
R. Calmon Costa


4

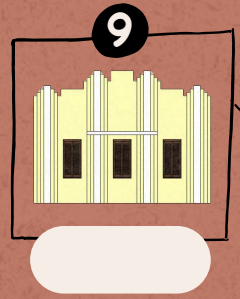
R. Joaquim Firmino


5

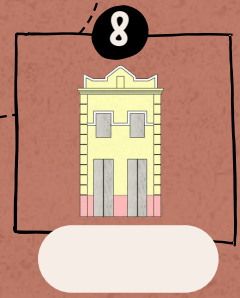
R. Joaquim Firmino


6

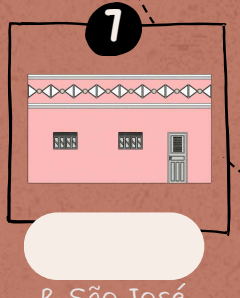
R. Expedito Alves


9

R. Ver. João Salviano Sobrinho

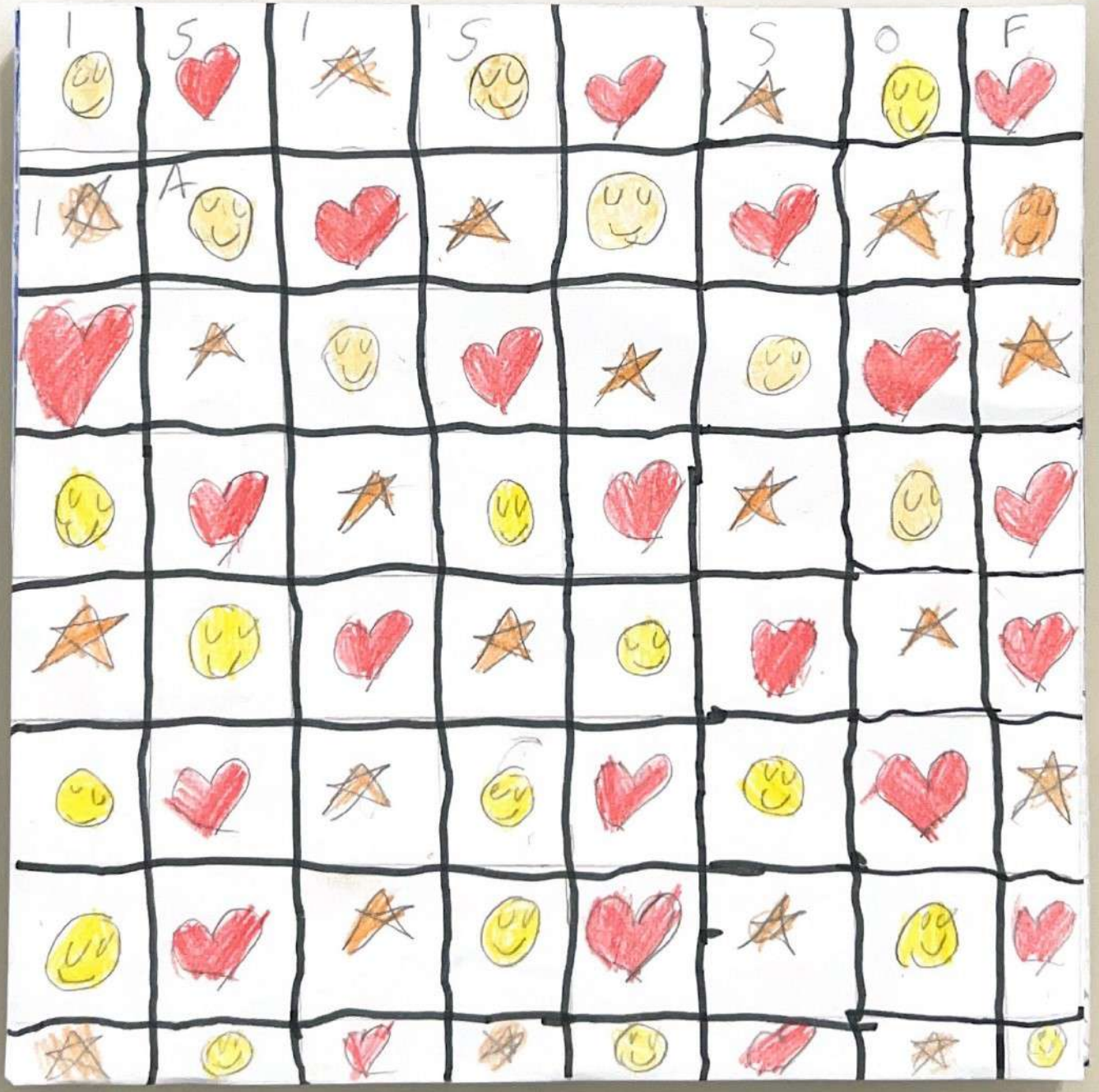

8

R. São José


7

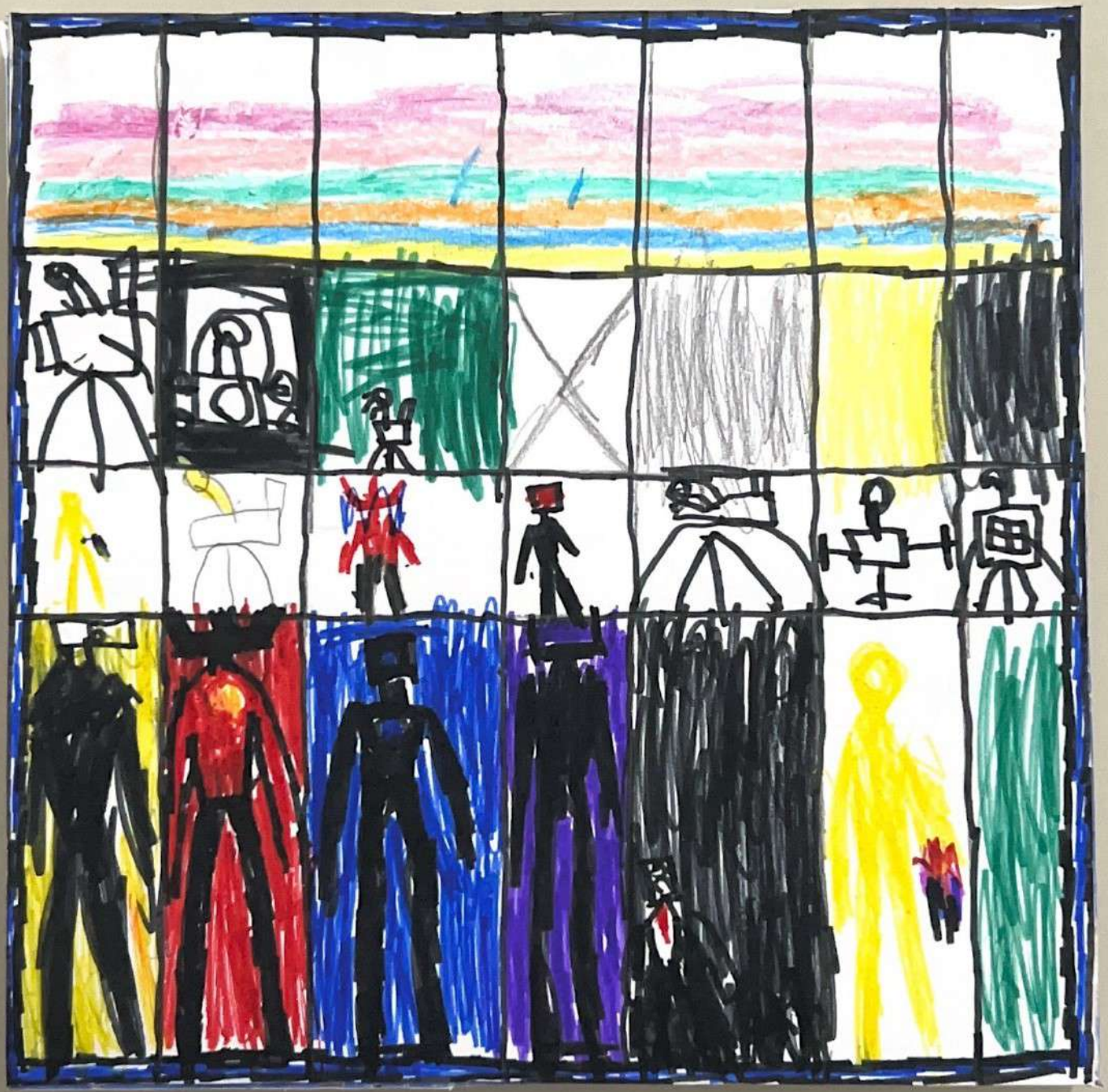
R. São José

EFZO

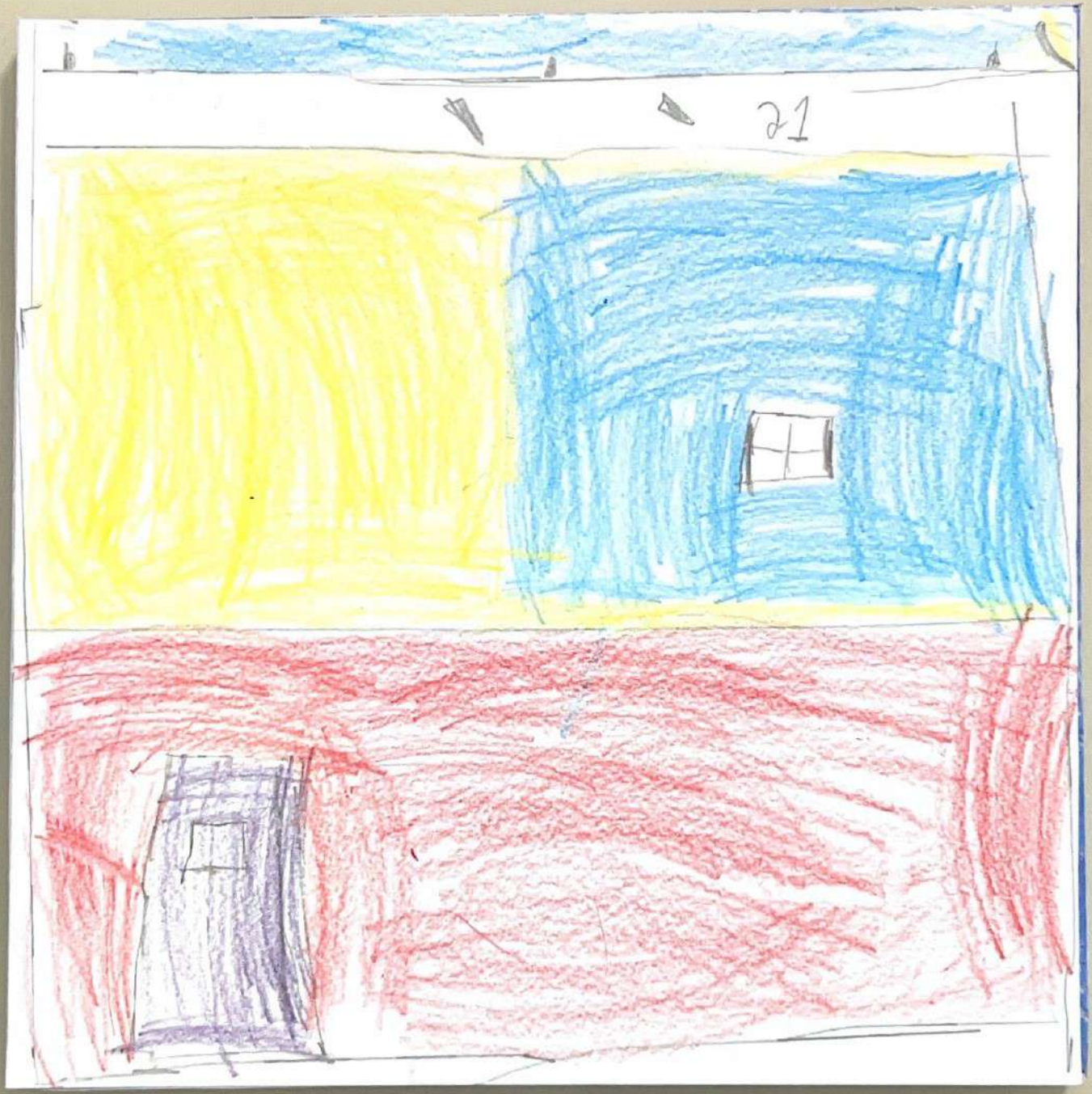

I
S
I
S
S
O
F
I
A

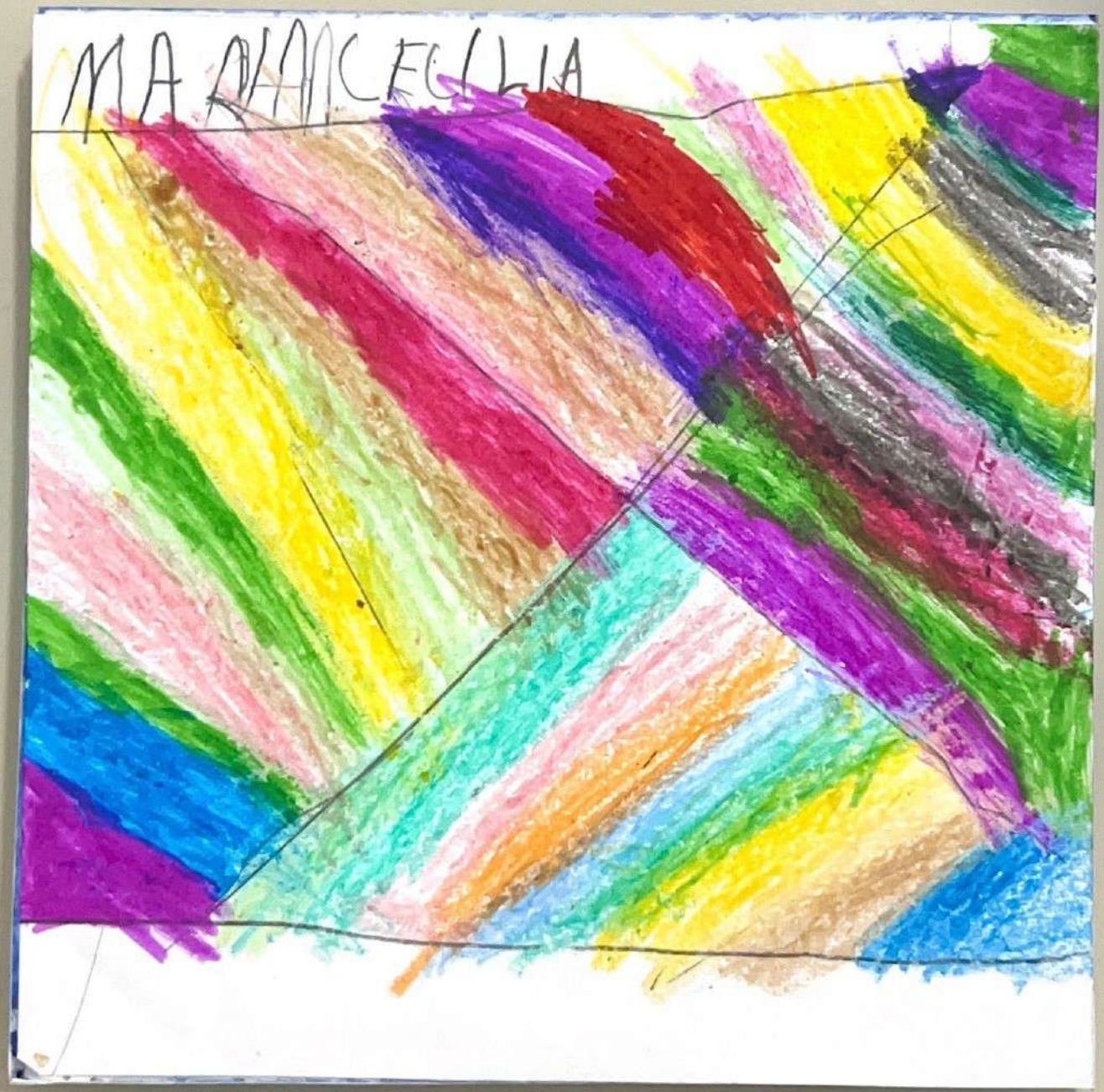
36

JOANA MARIA DA SILVA

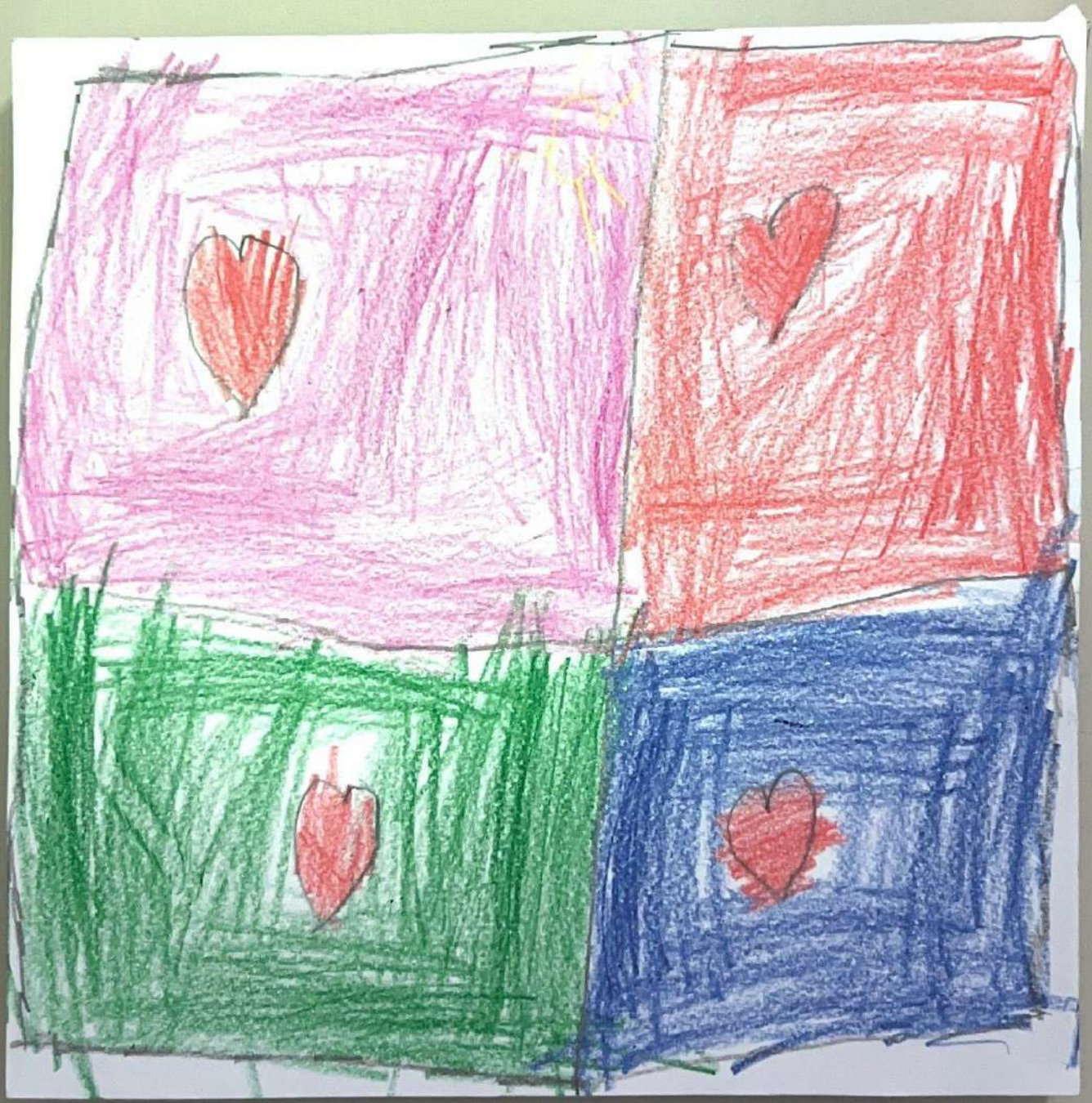


MEKI
SA
100


21

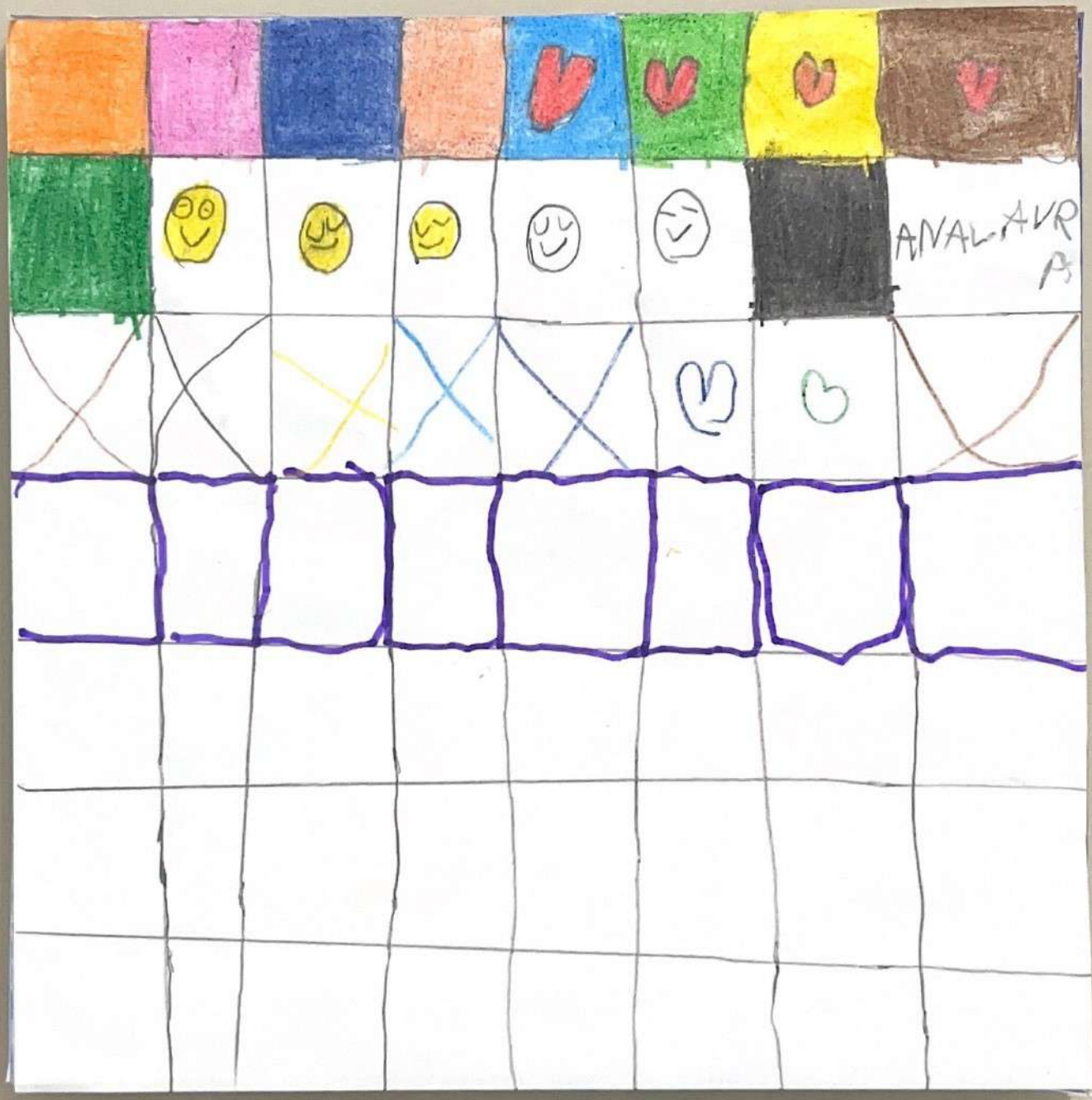

MARIACECILIA

ADILA



LUCAS

LAUN


ANAL-AVR

RENNA
REN

ALICIA
TTC

LEGENDA

— — — ESTRADA CARROÇÁVEL

FEIRA LIVRE

RIO PATAXÓ

RIO PATAXÓ

RIO PATAXÓ

ANGICOS

N

CROQUI ESQUEMÁTICO HIPOTÉTICO - 1921

LEGENDA

- PROJETO
- CONSTRUÍDO
- DEMOLIR
- LIMITES
- EIXO DA ESTRADA

FABRICA S. JOAQUIM

TERRENO DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA FÁBRICA

PRAÇA

RUA SÃO JOAQUIM

RUA

RUA

RUA

LEGENDA

—·— ESTRADA DE FERRO

— — — ESTRADA CARROÇÁVEL

▲ MERCADO PÚBLICO

+ CAPELA DE SÃO ROMÃO

X ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

PRAÇA

RIO PATAXÓ

RIO PATAXÓ

RIO PATAXÓ

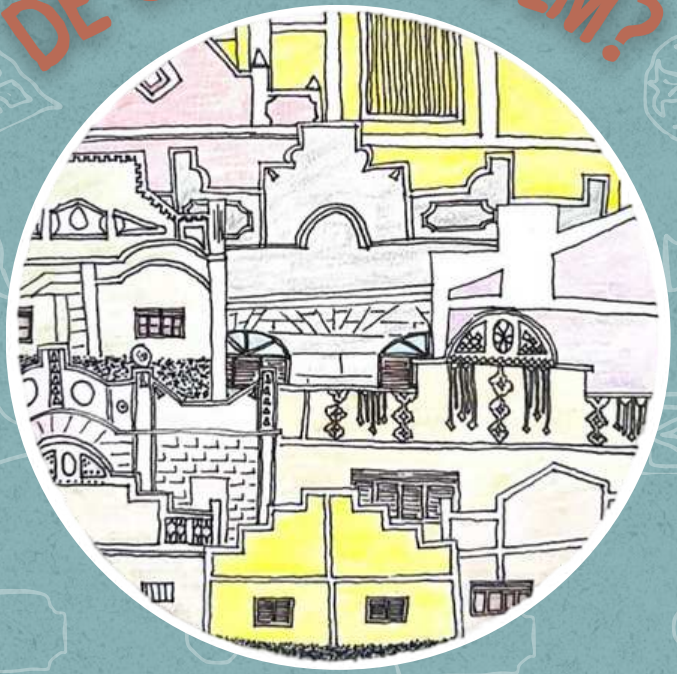
ANGICOS

ANGICOS

N

CROQUI ESQUEMÁTICO – 1940

DE ONDE EU VIM?



Todas as ilustrações foram desenvolvidas pelo autor, exceto as imagens referenciadas.
O personagem Joaquim foi criado com o auxílio de inteligência artificial.

CONHECENDO O AUTOR

Essa cartilha foi desenvolvida como produto do Trabalho de Conclusão de Curso do discente Aldo Batista Gonçalves Filho, 25 anos, graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Rural do Semiárido, campus Pau dos Ferros - RN, sob orientação do Professor Dr. Damião Esdras Araujo Arraes.

Pau dos Ferros, RN
Outubro, 2024

SUMÁRIO

- Glossário ilustrado
- Vila São Romão: Onde tudo começou
  - Feira livre
  - Usina São Joaquim
  - Estação Ferroviária
- O que é patrimônio histórico?
- Conhecendo e aprendendo com o nosso patrimônio
- Arquitetura e afeto

GLOSSÁRIO ILUSTRADO

C

CIMALHA

Conhecido por cimalha ou cornija, esse elemento salta da parede e é responsável por emoldurar as fachadas, aparecendo geralmente acima das portas e janelas.

CUNHAL

O cunhal é um volume que aparece nas laterais das edificações, onde acontece a junção de duas paredes. Uma esquina.

F

FACHADA

A fachada é tudo que compõe a vista externa da edificação, por exemplo, a parede da frente de uma casa.

FLOREIO

Os floreios são elementos decorativos que aparecem nas fachadas e podem apresentar formas que lembram flores, folhas ou plantas.

F

FRISOS

Assim como a cimalha, os frisos aparecem nas fachadas com a função de emoldurar os elementos, podendo aparecer nas posições horizontais ou verticais.

L

LADRILHO HIDRÁULICO

os ladrilhos hidráulicos são peças utilizadas no piso ou nas paredes das edificações, produzidos com cimento e água. Por ser um produto fabricado à mão, individualmente, ele permite uma ampla variedade de estampas e composições.

O

ORNATO

Os ornatos ou ornamentos, são todos os elementos colocados nas fachadas com funções decorativas, trazendo mais detalhes e originalidade às composições.

P

PINÁCULO

Os pináculos são elementos decorativos que aparecem na parte mais alta de uma edificação, podendo serem feitos em diversos materiais e formatos.

P

PLATIBANDA

A platibanda é o prolongamento da parede que tem a função de esconder o telhado da edificação.

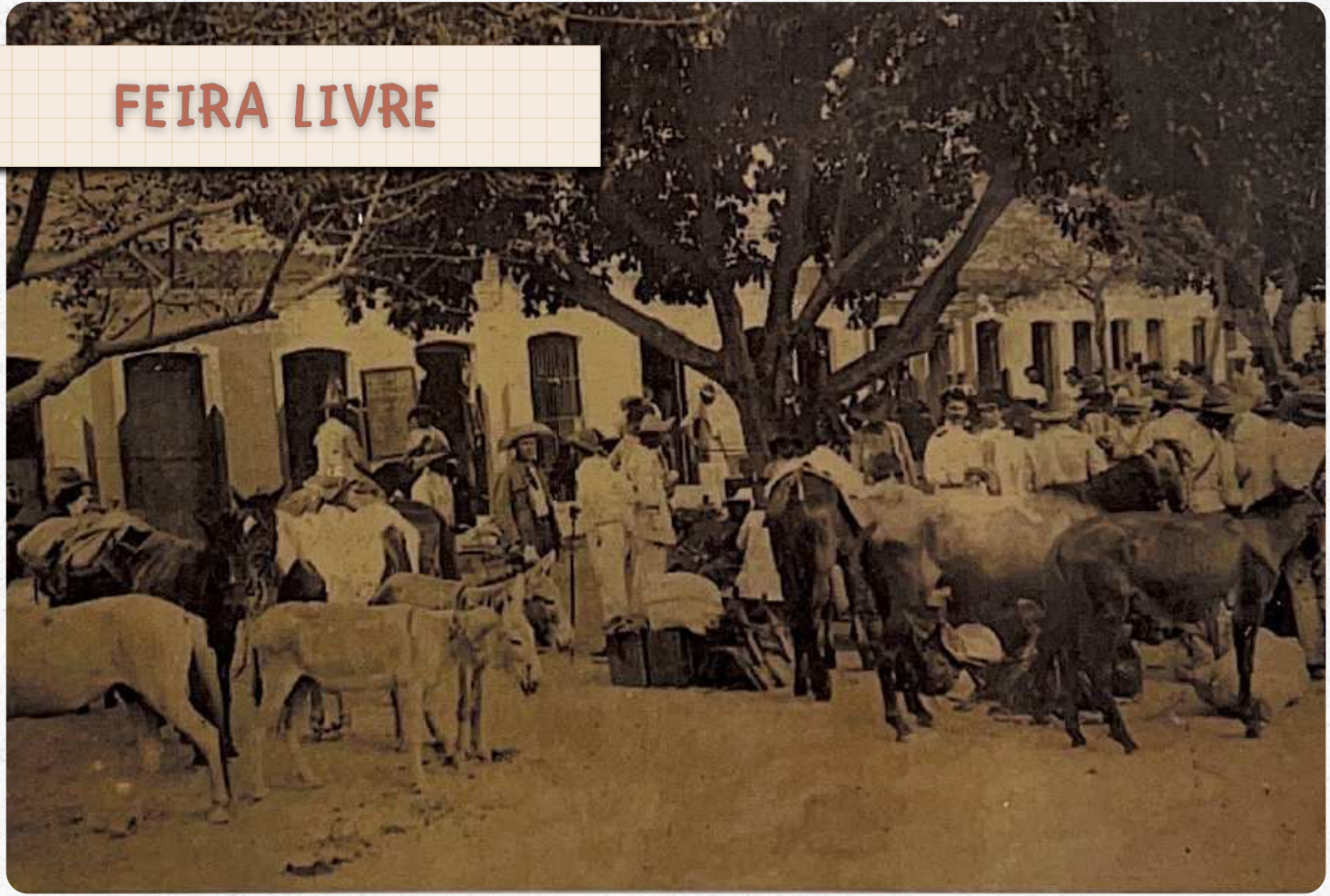
OI, EU SOU O JOAQUIM!

Mas pode me chamar de Joca!

Hoje eu quero te convidar para fazer um passeio muito legal pela história e pelas ruas da nossa cidade

FERNANDO PEDROZA

FEIRA LIVRE



Feira livre. Acervo Família Pedroza, 1930.

A história da cidade de Fernando Pedroza começa por volta de 1920 quando, durante a construção de estradas para a passagem do gado que ligaria as cidades de Lajes à Angicos, um comerciante chamado Antônio Teixeira decidiu instalar um pequeno barraco para que houvesse a venda e troca de produtos naturais entre os trabalhadores que por ali passavam.

Com o sucesso da feira, começaram as primeiras construções de casas, ali mesmo, próximo onde acontecia a movimentação econômica, no lugar em que hoje conhecemos popularmente como "Rua velha", fazendo menção ao fato de ter sido a primeira rua da futura cidade.

Mesmo com o fim da construção da estrada, a feira continuou crescendo e trazendo frutos para a formação do pequeno povoado chamado Vila de São Romão.

USINA SÃO JOAQUIM

Usina São Joaquim. Acervo Municipal.

A região onde se encontrava a Vila de São Romão pertencia a cidade de Angicos e era conhecida principalmente pela produção e cultivo de uma plantinha chamada algodão. Em 1929 - 9 anos depois da realização da primeira feira - chega para impulsionar a economia local, a Usina São Joaquim, sob comando do gerente Antônio Calmon Costa e pertencendo ao Sr. Fernando Gomes Pedrosa.

A Usina era responsável pela produção e gerenciamento do algodão, produzindo óleos, pasta e outros produtos derivados dessa planta. A presença de uma empresa tão grandiosa e importante para a economia, acelerou o desenvolvimento do povoado e permitiu uma maior aglomeração de pessoas, principalmente trabalhadores que vinham tentar a vida nessas terras.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Inauguração da estação ferroviária. Acervo municipal, 1933.

3 anos após a chegada da Usina São Joaquim, em 1932, outro passo muito importante para o desenvolvimento da região é dado: a chegada da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, tendo como agente responsável o Sr. José Furtado de Menezes.

Agora as pessoas poderiam se locomover entre as cidades de todo o estado de maneira rápida, poderiam visitar a capital, assim como os produtos produzidos no povoado chegariam cada vez mais longe.

Então, mais casas foram sendo construídas e o povoado começou a tomar forma de cidade. Em 1937 a Vila passa a se chamar Vila de Fernando Pedroza e, após longos anos pertencendo à cidade de Angicos, em 1992, a Vila passa a ser chamada de cidade, com o nome que conhecemos hoje, Fernando Pedroza.

TODA ESSA HISTÓRIA GEROU UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO, QUE ESTÁ DE PÉ ATÉ OS DIAS ATUAIS GRAÇAS, PRINCIPALMENTE, AOS MORADORES DA CIDADE!

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA DE UM POVO

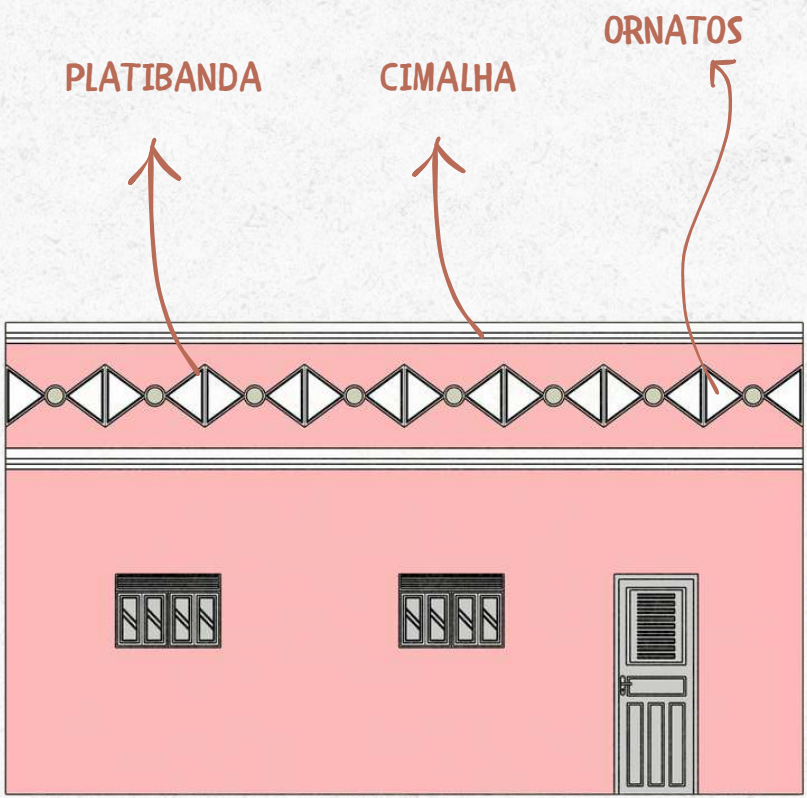
CONECTA PESSOAS E HISTÓRIAS

TESTEMUNHA SILENCIOSA DAS HISTÓRIAS QUE MOLDARAM UMA SOCIEDADE

DIVERSIDADE DE CULTURAS E EXPERIÊNCIAS HUMANAS

VAMOS CONHECER ALGUNS EXEMPLOS DE PATRIMÔNIOS EDIFICADOS QUE CONTAM A HISTÓRIA DESDE QUE A NOSSA CIDADE AINDA ERA VILA?

CASA 36

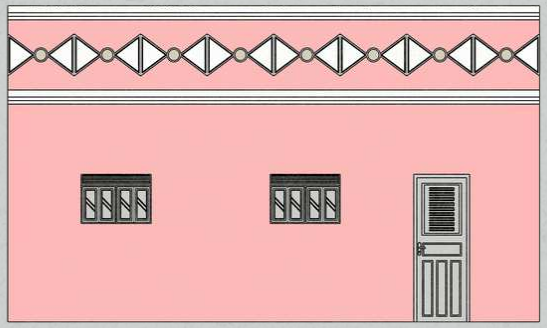


Podemos encontrar a casa de número 36 na Rua São José, bem pertinho da Estação Ferroviária.

Ela foi lar do carpinteiro e pedreiro Luiz Leandro e sua esposa Soledade. O senhor Luiz, além de ser uma personalidade importante para o crescimento de Fernando Pedroza, participou também da construção do nosso Distrito Federal, a cidade de Brasília.

BRINCANDO COM AS FORMAS

BAIXE AQUI



A casa 36 tem triângulos e círculos formando um desenho único:

Que tal criar a sua própria composição de formas geométricas para decorar a fachada de uma casa?

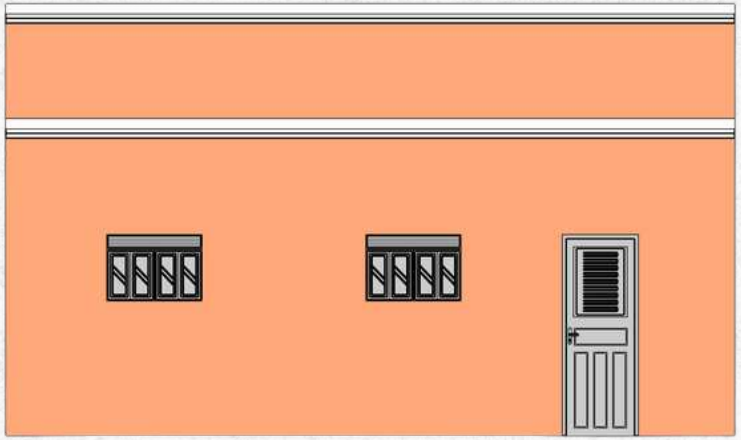
ESCOLHA DUAS, ENTRE AS FORMAS GEOMÉTRICAS ABAIXO, E MONTE A SUA COMPOSIÇÃO NA PLATIBANDA DA CASA:

Triângulo

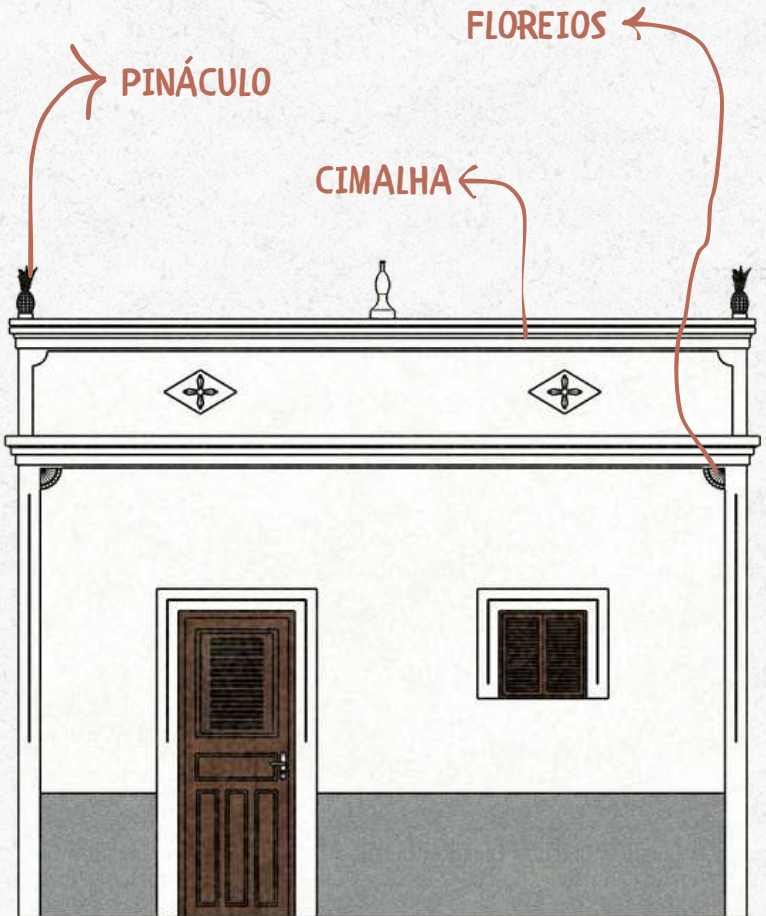
Pentágono

Quadrado

Círculo



CASA 61



A casa 61 fica na primeira rua da cidade, a Rua Expedito Alves, conhecida como Rua Velha.

Sua fachada tem pináculos decorativos com um formato único, com a representação de um abacaxi em cada ponta da platibanda.

CAÇA-PALAVRAS

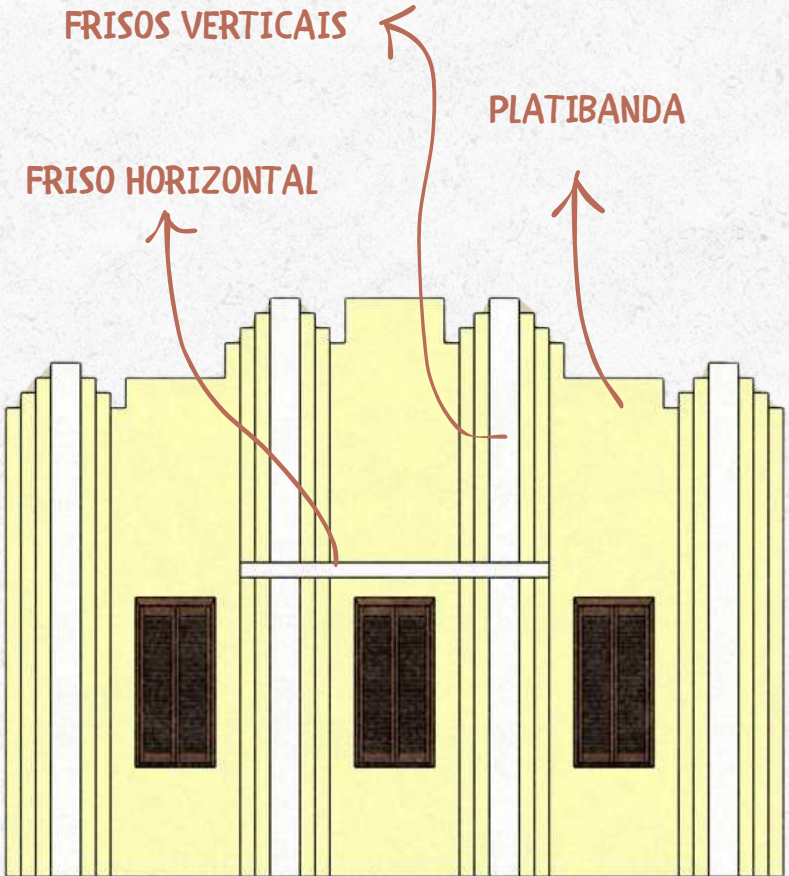
W	O	T	R	R	H	O	T	O	W	E	E
E	S	K	U	Y	E	M	B	S	N	E	W
D	T	L	A	N	M	E	N	G	N	Y	U
W	B	O	V	O	L	S	D	N	E	R	T
C	T	A	E	F	D	S	S	E	H	O	U
D	E	P	L	A	T	I	B	A	N	D	A
T	P	I	H	C	E	I	R	E	H	G	S
E	S	S	A	H	D	S	T	D	W	J	A
T	P	I	N	A	C	U	L	O	S	E	T
E	D	G	S	D	S	R	T	S	C	M	S
A	B	A	C	A	X	I	U	R	H	I	E
N	H	B	L	T	E	N	N	I	O	L	R

BAIXE AQUI

Vamos procurar as palavras **DESTACADAS** no texto que acabamos de ler?

RESPOSTAS: RUA VELHA; FACHADA; PINACULOS; ABACAXI; PLATIBANDA.

CASA 63



A casa 63 é uma das poucas construções da Rua Vereador Jõao Salviano Sobrinho que ainda preservam suas características originais. Segundo os seus atuais moradores, ela foi construída por volta de 1935.

Ela foi lar de Francisco Terto, um dos principais construtores da cidade de Fernando Pedroza.

VOCÊ SABIA?

Francisco Terto Barbosa, popularmente conhecido como “Zé Terto” foi um importante construtor em Fernando Pedroza, responsável por moldar parte da paisagem edificada da cidade.

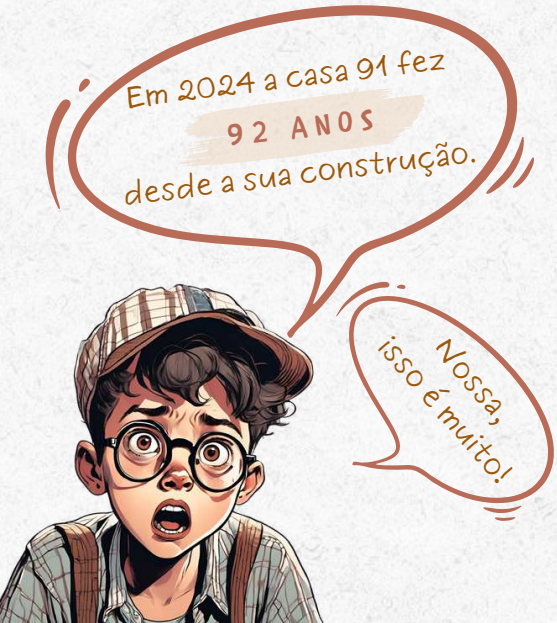
Ele viveu entre os anos de 1912 e 1978 e, mesmo sem uma formação na faculdade, era um dos pedreiros mais talentosos da região. Além das moradas, Terto também participou da construção de colégios, praças e delegacias em todo o Rio Grande do Norte.

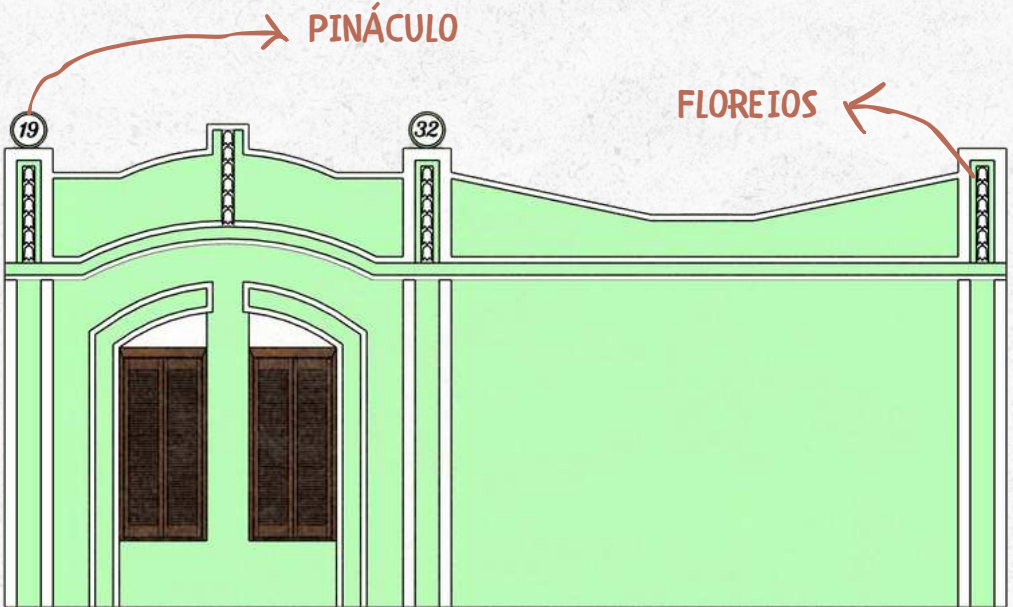
FRANCISCO TERTO BARBOSA

CASA 91

A casa de número 91 fica na Rua Calmon Costa e, segundo as atuais moradoras, foi a primeira casa construída nessa rua. Os pináculos no topo da platibanda formam o ano de sua construção: 1932.

Além de moradia, ela foi pensão, escola primária e serviu também como delegacia, pois por muito tempo foi lar do policial José Feliciano.

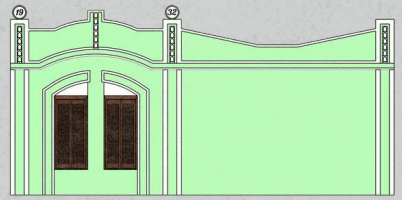


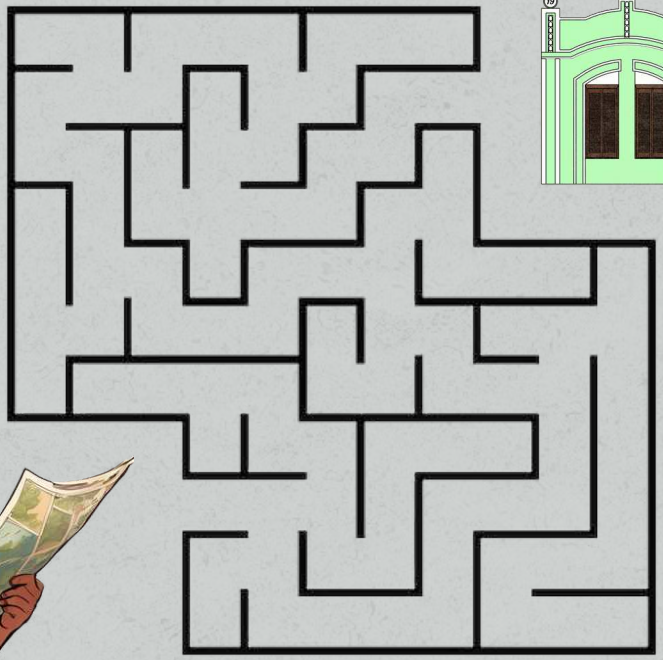


LABIRINTO

BAIXE AQUI

O Joca ficou curioso para ver de pertinho uma casa com quase 100 anos de existência, mas ele não sabe o caminho que deve percorrer para chegar até ela. Que tal ajudar o Joca a encontrar o percurso certo até a casa 91?

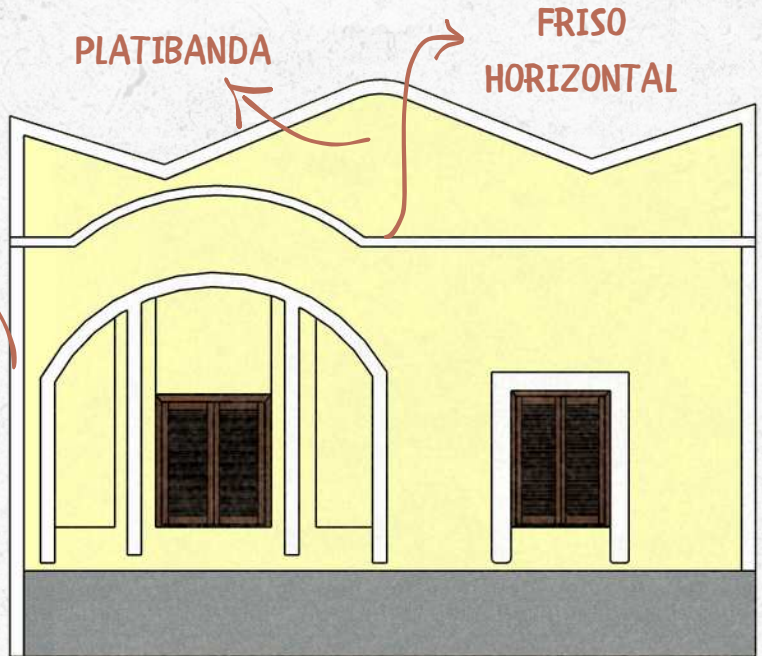




CASA 122

A casa de número 122 fica na Rua Calmon Costa e foi construída na década de 1930. Ela foi lar para os trabalhadores da Usina São Joaquim e depois se tornou moradia para a família da Senhora Fátima Trindade.

Sua fachada segue um padrão único com a platibanda formada por triângulos, lembrando uma coroa.



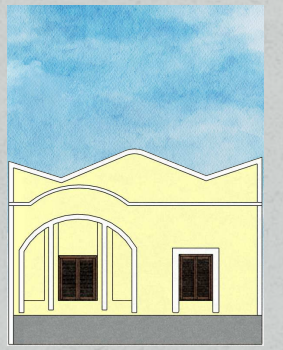
QUEBRA-CABEÇAS

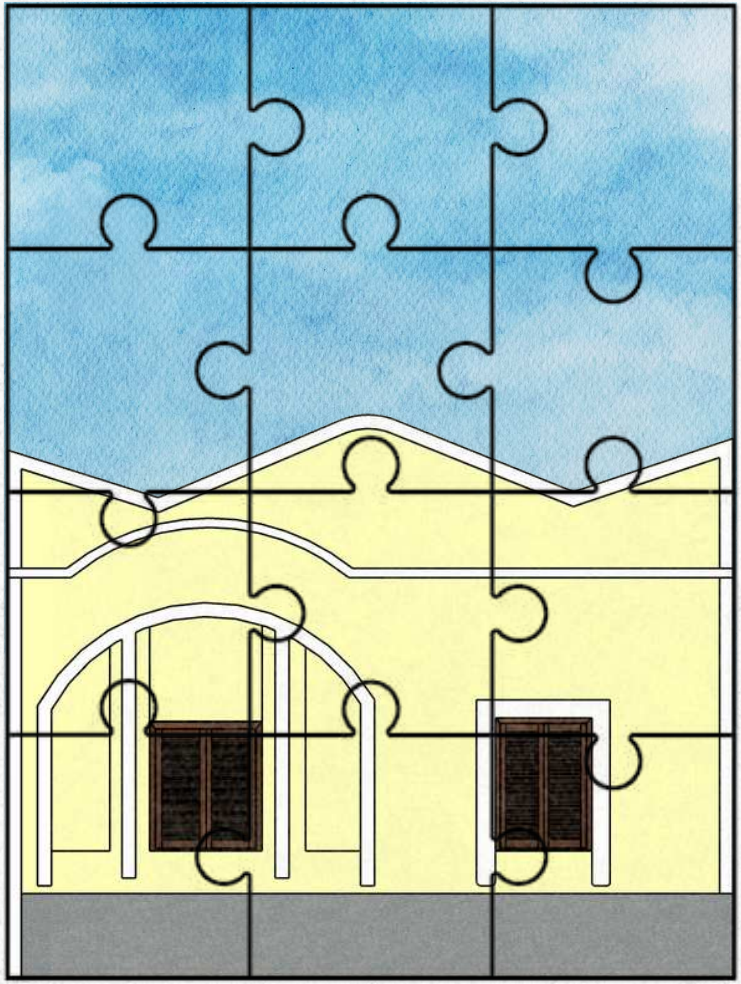
A casa 122 é realmente muito interessante. Será que a gente consegue montar um quebra-cabeças com a imagem da fachada dela?

Junte as 12 peças na posição correta até montar a imagem de referência abaixo

BAIXE AQUI

REFERÊNCIA

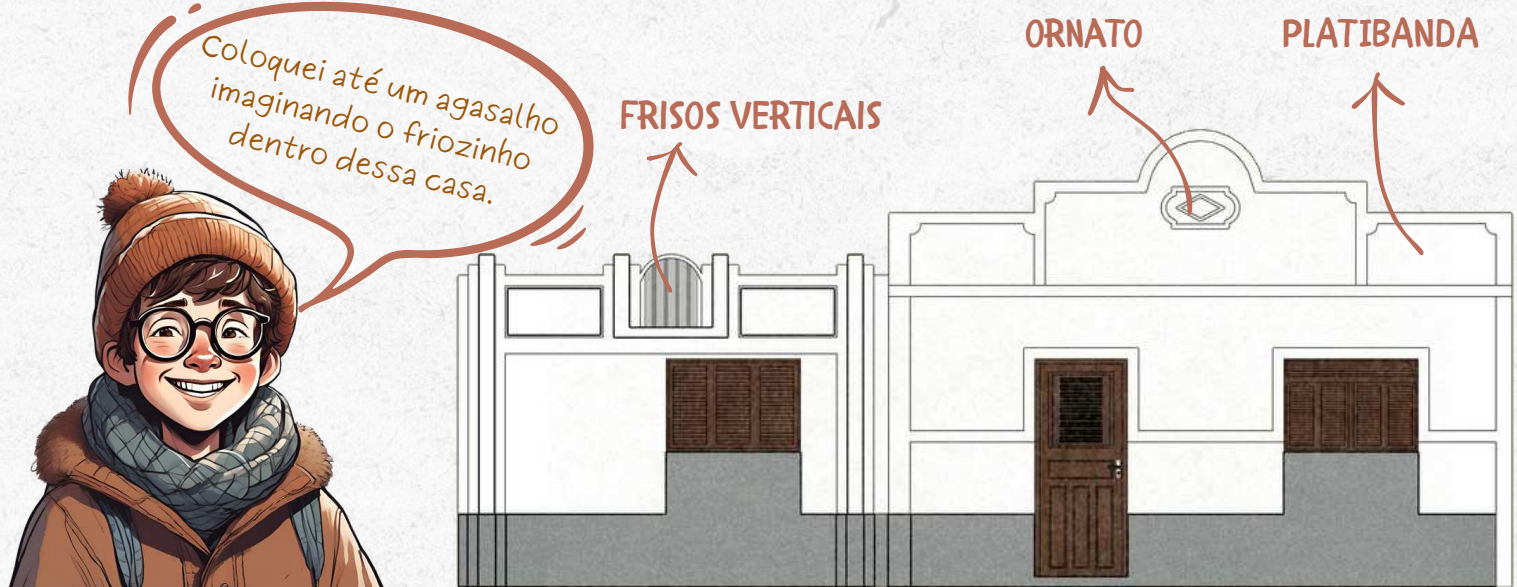




CASA 122

A rua Sete de Setembro também tem uma casa de número 122. Apesar de não sabermos exatamente quantos anos ela tem, sua atual moradora está lá há mais de 50 anos.

Sua estrutura com paredes grossas de tijolos de barro, além do piso de cimento queimado, deixa os ambientes internos com uma temperatura fria, mesmo nos dias mais quentes do ano.



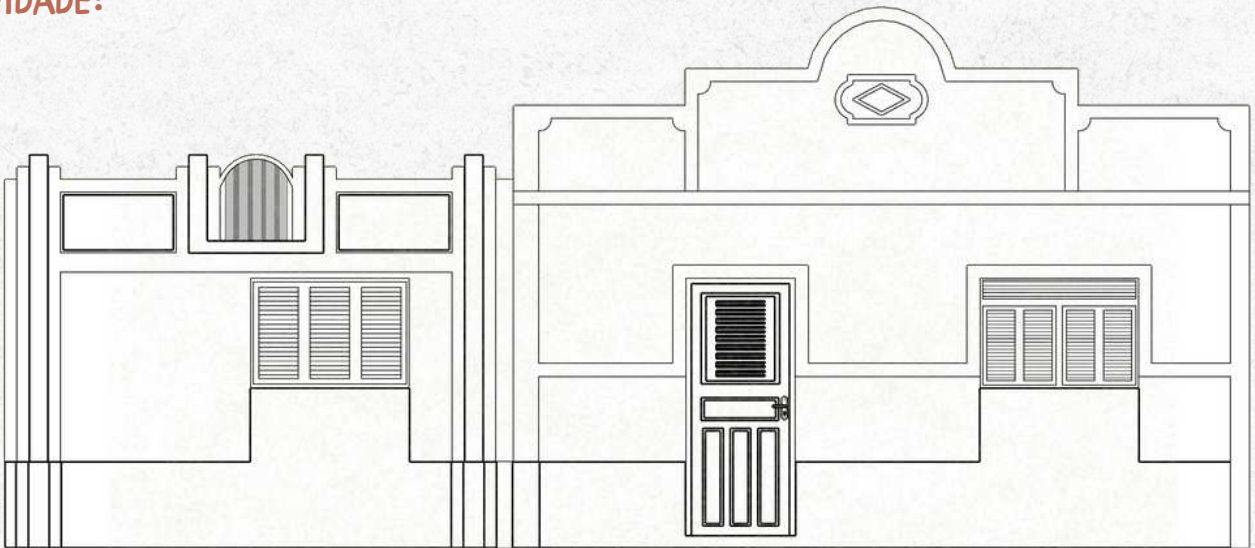
VAMOS COLORIR?

BAIXE AQUI

Na arquitetura existe uma palavra chamada "Revitalização" e ela significa dar uma nova vida a algo, a fim de resgatar a sua a sua história.

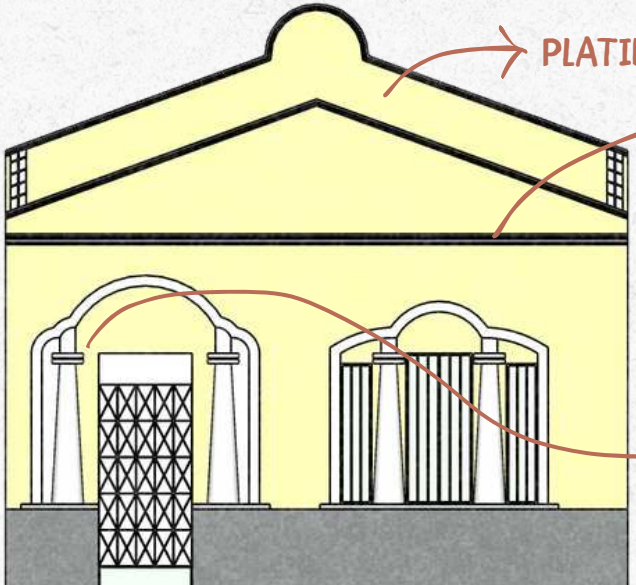
A revitalização pode funcionar em casas, objetos ou espaços da cidade. Uma forma de revitalizar uma fachada, por exemplo, é aplicando uma pintura, deixando ela com uma cara nova, sem perder suas características originais.

USANDO LÁPIS DE COR, VAMOS PROPOR UMA NOVA PINTURA E REVITALIZAR A FACHADA DA CASA 122. ESCOLHA AS SUAS CORES FAVORITAS E SOLTE A SUA CRIATIVIDADE:



CASA 135

A casa de número 135 está na Rua Joaquim Firmino e foi construída entre as décadas de 1930 e 1940. Ela foi o lar da família da tabeliã Margarida de Jesus, que transformou um dos quartos da sua casa em cartório, já que não existia um prédio destinado a isso na região. Apesar da casa ainda pertencer a família de Margarida, atualmente não há moradores nela.



MARCAS DO TEMPO

JOGO DA MEMÓRIA

Manter viva a lembrança das casas que existem na nossa cidade, conhecer sua história e entender o seu papel na paisagem faz com que possamos compreender ainda mais o lugar onde vivemos.

Com o passar do tempo os moradores podem pintar as suas casas, mas se não houver manutenção, as marcas do tempo hora ou outra aparecem, mostrando o caminho e as cores que já passaram por ali.

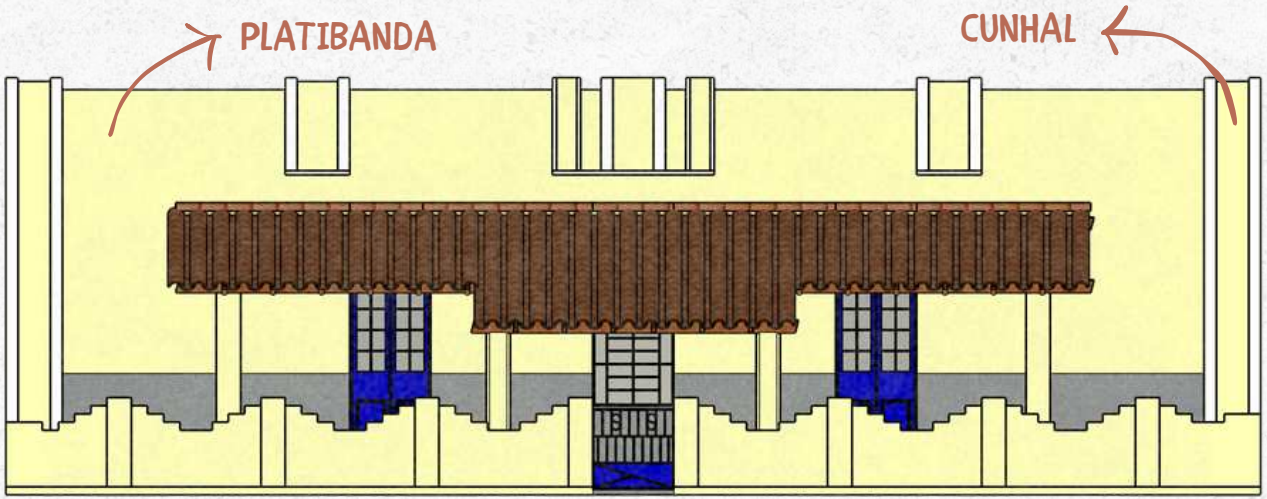
BAIXE AQUI

SEPARE AS CARTAS E ENCONTRE AS FACHADAS DA CASA 135 COM AS CORES IGUAIS:

CASA 136

A casa de número 136 fica na Rua Joaquim Firmino e foi lar de diversos trabalhadores da Usina São Joaquim, especialmente o gerente Severino Sérvolo que, segundo os relatos populares, marcou o portão de acesso à residência com suas iniciais "SS".

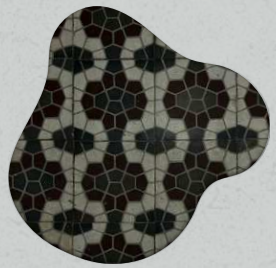
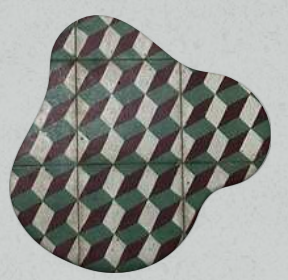
Os ambientes internos chamam a atenção, pois todos os cômodos possuem pisos com composições diferentes, feitos em ladrilhos hidráulicos.

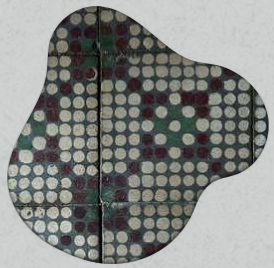


CONSTRUINDO MEMÓRIAS

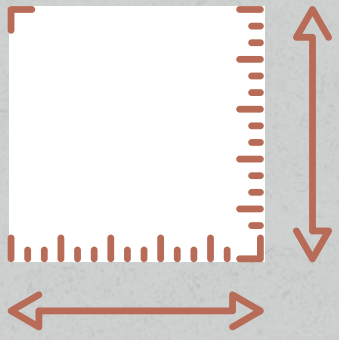
BAIXE AQUI

A casa 136 apresenta uma variedade de ladrilhos hidráulicos em seus ambientes, com estampas que variam entre o uso de formas geométricas e floreios.

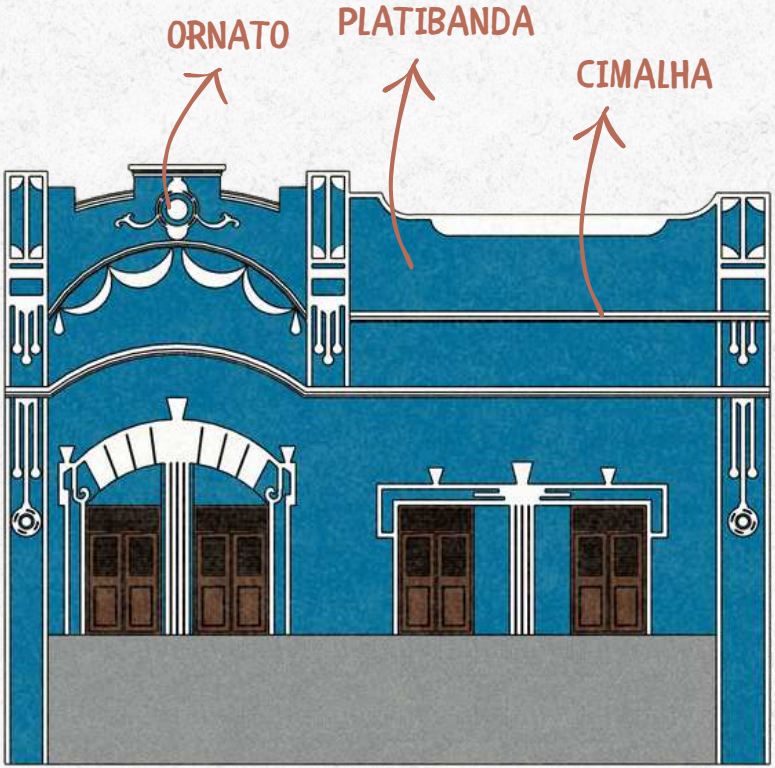





Inspirados no uso do ladrilho hidráulico nos pisos das edificações, crie em um quadrado a sua própria composição, usando formas geométricas da sua preferência.



CASA 155



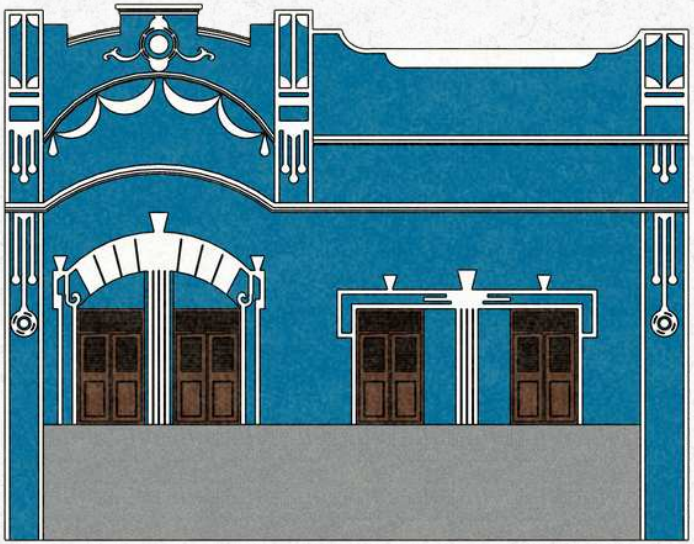
A casa 155 fica na Rua Calmon Costa e, apesar de não sabermos o ano de sua construção, o atual morador está lá desde 1976, já faz quase 50 anos.

A edificação chama atenção graças aos seus ornatos, com uma composição rica em detalhes que são preservados e restaurados pelo próprio morador, que foi por muito tempo, pedreiro na cidade de Fernando Pedroza.

JOGO DOS 7 ERROS

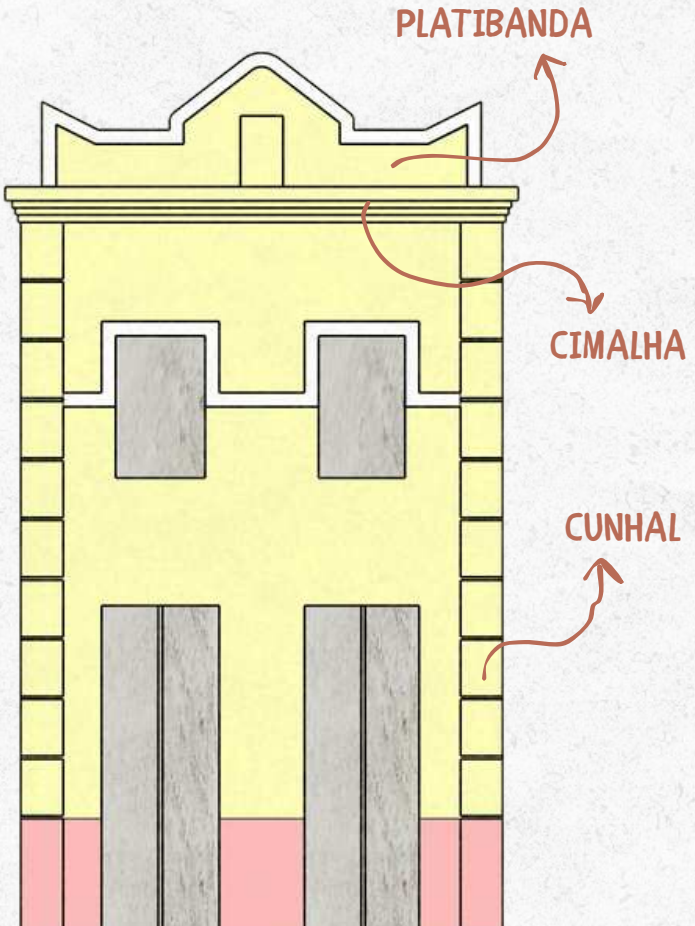
A fachada da casa 155 tem uma composição de ornatos que a tornam única e original na paisagem da cidade. Será que você consegue identificar 7 diferenças entre as fachadas abaixo?

BAIXE AQUI



X

SOBRADO



O sobrado, localizado na rua São José e vizinho a Estação Ferroviária, apesar de não estar identificado com um número de registro assim como as outras casas, é o único exemplar de edificações de primeiro andar, construídas no processo de formação da cidade, que mantém parte das suas características originais até os dias de hoje.

NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

Depois de conhecermos algumas residências que resistem até os dias atuais, que tal fazermos um percurso pelas ruas do centro de Fernando Pedroza pessoalmente e ver de pertinho a história construída da nossa cidade contada por 9, das 10 casas apresentadas?

ATENÇÃO

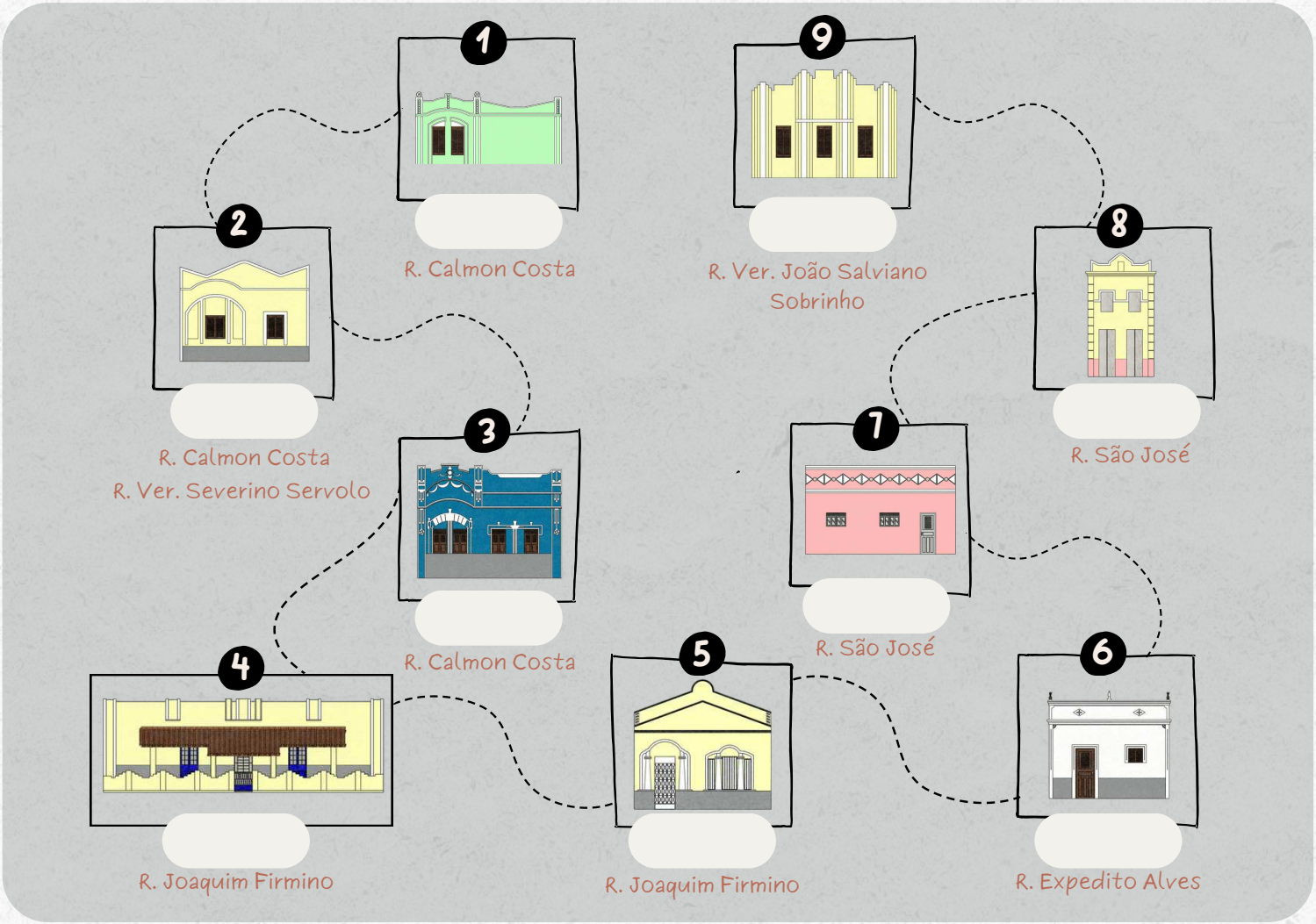
Ajude o Joca a encontrar o número de cada casa durante o caminho, escreva o número encontrado no espaço em branco!

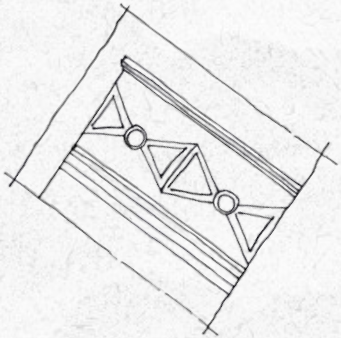
O percurso terá início na Escola Municipal Fabrício Pedroza e seguirá pelas seguintes ruas:

- R. Ver. Severino Servolo
- R. Calmon Costa
- R. Joaquim Firmino
- R. Expedito Alves
- R. São José
- R. Ver. João Salviano Sobrinho

PEGUEM OS SEUS MAPAS E VAMOS PROCURAR JUNTOS
OS REGISTROS DA NOSSA HISTÓRIA!

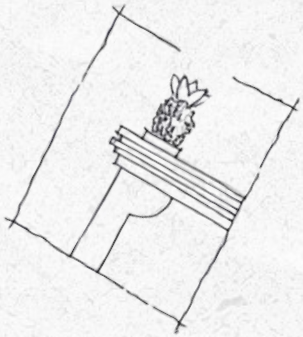
BAIXE AQUI

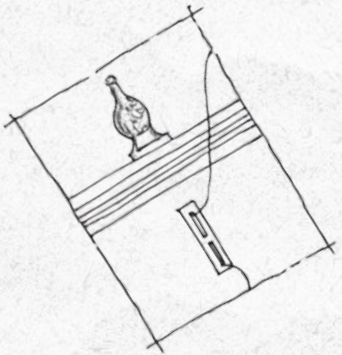

1
R. Calmon Costa
2
R. Calmon Costa
R. Ver. Severino Servolo
3
R. Calmon Costa
4
R. Joaquim Firmino
5
R. Joaquim Firmino
6
R. Expedito Alves
7
R. São José
8
R. São José
9
R. Ver. João Salviano Sobrinho



"ME MUDEI PARA CÁ COM MEU MARIDO E MUDAR A NOSSA CASA NUNCA FOI UM DESEJO NOSSO. ESPERO QUE MINHAS FILHAS NUNCA QUEIRAM DESTRUIR TAMBÉM."

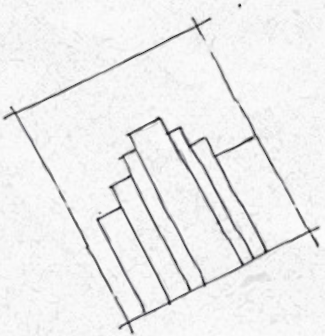
(MORADORA DA CASA 36, 97 ANOS)

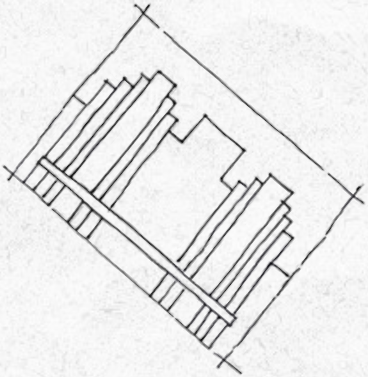




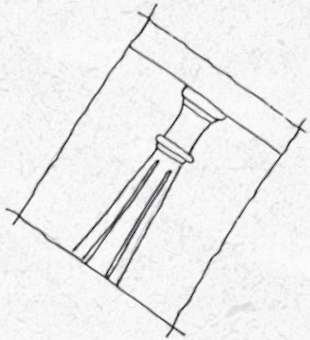
"NUNCA PENSEI EM MUDAR MINHA CASA, SEMPRE CUIDEI DELA PARA NÃO PERDER AS CARACTERÍSTICAS (...) MINHA CASA É A ÚNICA QUE TEM ABACAXIS E ISSO CHAMA ATENÇÃO."

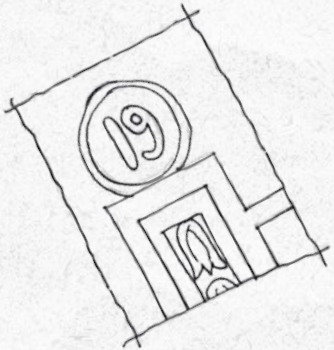
(MORADOR DA CASA 61, 79 ANOS)





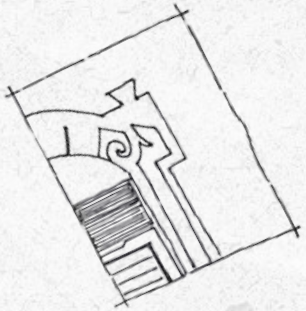
“NUNCA PENSAMOS EM MUDAR NOSSA CASA. FOI UM DESEJO DO MEU PAI.”
(MORADORA DA CASA 63, 78 ANOS)

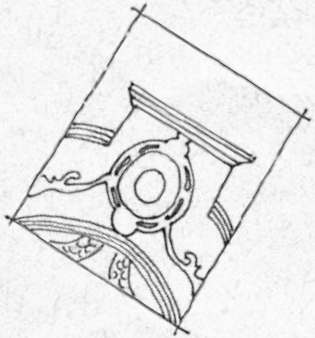




"UMA PALAVRA PARA DEFINIR O QUE EU SINTO PELA MINHA CASA É AMOR... NA VERDADE, POSSO MUDAR A PALAVRA? EU DIRIA QUE SINTO RESPEITO. PORQUE COM O RESPEITO VEM O AMOR. O RESPEITO PELA MINHA HISTÓRIA E PELAS LEMBRANÇAS QUE VIVI AQUI."

(MORADORA DA CASA 91, 62 ANOS)





"QUANDO EU PASSAVA EM FRENTE A ESSA CASA DIZIA A MINHA ESPOSA 'UM DIA ESSA CASA VAI SER MINHA' E FOI A NOSSA PRIMEIRA CONQUISTA JUNTOS (...) SEMPRE CUIDEI DA FRENTE DA CASA, REFIZ ALGUNS ELEMENTOS QUE CAÍRAM, MAS NUNCA PENSAMOS EM MUDAR... MINHA ESPOSA NÃO ESTÁ MAIS AQUI, MAS EU ESTOU E VAI SER ASSIM ATÉ O FIM DA MINHA VIDA."

(MORADOR DA CASA 155, 91 ANOS)

TODA CIDADE TEM UMA HISTÓRIA E TODA HISTÓRIA IMPORTA.

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO